



XVIII COLÓQUIO DA LUSOFONIA - GALIZA, OURENSE



outubro 2012

ATAS / ANAIS 2012

18º COLÓQUIO DA LUSOFONIA





GALIZA2012..JPG.LMRO DE ATAS / ANAIS
XVIII COLÓQUIO DA LUSOFONIA - GALIZA 2012



ORGANIZAÇÃO AICL:

Auditório Municipal de **OURENSE, 5, 6 E 7 OUTUBRO 2012**



**GALIZA E AÇORES:
DUAS INSULARIDADES CULTURAIS (EUROPEIAS)**



ORGANIZAÇÃO [AICL](http://www.lusofonias.net)

APOIO FUNDAÇÃO AGLP

Academia Galega da Língua Portuguesa

ASSOCIAÇÃO PRÓ-AGLP



Apoio Presidência do

Governo dos Açores

Direção Regional da Cultura e Direção



Direção Regional das Comunidades

AICL [WWW.LUSOFONIAS.NET](http://www.lusofonias.net)**AICL, ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL COLÓQUIOS DA LUSOFONIA****1. HISTORIAL - Os colóquios da lusofonia representam a sociedade civil atuante**

Aqui se traça em linhas gerais o percurso dos Colóquios da lusofonia. *Uma breve resenha do historial dos Colóquios da Lusofonia, da sua ação na divulgação da açorianidade literária ou de como ainda é possível concretizar utopias num esforço coletivo. Um exemplo da sociedade civil atuante em torno de um projeto de Lusofonia sem distinção de credos, nacionalidades ou identidades culturais que depois do Brasil, Macau e Galiza quer ir ao Canadá, Cabo Verde, Roménia e outros países.*

Gostaria de começar usando a frase de Martin Luther King, 28 agosto 1963, “*I had a dream...*” para explicar como em dez anos realizámos já dezoito Colóquios da Lusofonia. Somos uma associação cultural e científica sem fins lucrativos desde janeiro de 2011 e cremos que podemos fazer a diferença, congregados em torno de uma ideia abstrata e utópica, a união pela mesma Língua. Partindo dela podemos criar pontes entre povos e culturas no seio da grande nação lusofalante, independentemente da nacionalidade, naturalidade ou ponto de residência.

Os colóquios juntam os congressistas no primeiro dia de trabalhos, compartilhando hotéis, refeições, comunicações, passeios. No último dia despedem-se como se de amigos / as se tratasse. Neles não se busca mais uma Conferência para o currículo, antes se partilham ideias, projetos, criando sinergias irmanadas do ideal comum de “sociedade civil” capaz e atuante, para – juntos – se atingir o que as burocracias e hierarquias não podem ou não querem. É o que nos torna distintos de outros encontros científicos do género. É a informalidade e o contagioso espírito de grupo que nos irmana, que nos tem permitido avançar com ambiciosos projetos.

Aliás, desde a primeira edição abolimos o sistema português de castas que distingue as pessoas pelos títulos apenas aos nomes. Esta pequena revolução tem permitido sinergias onde não se pretende a autoria mas a partilha do conhecimento. Sabemos como isso é anátima nos corredores bafientos e nalgumas mentes das instituições, mas temos sabido encontrar, nessas entidades, as pessoas capazes de operarem as mudanças, como porta-vozes da sociedade civil que estes colóquios se orgulham de ser. Só assim se explica que depois de José Augusto Seabra, os nossos patronos sejam Malaca Casteleiro, Evanildo Bechara e Concha Rousia.

No início, em 2001, queríamos mostrar que era possível ser-se organizacionalmente **INDEPENDENTE** e descentralizar estes eventos sem subsidiodependências. De 2002 a 2010 os Colóquios ocorreram no segundo semestre em Bragança devido à sua insularidade em termos culturais. Portugal é um país macrocéfalo; só existe Lisboa e o resto é paisagem. É muito raro que o interior do país tenha acesso a debates relevantes. Em poucos anos os Colóquios já se afirmaram como a única realização regular, concreta e relevante - em todo o mundo - sobre esta temática, sem apoios nem dependências dos Ministérios, Secretarias de Estado da Cultura, Educação e outras, nem mesmo de Fundações e Institutos (Gulbenkian, Camões, etc.). Nos Açores desde 2005 realizamos já colóquios na Ribeira Grande, Lagoa e em Vila do Porto.

Os Colóquios são independentes de forças políticas e institucionais, através do pagamento das quotas dos associados e do pagamento de inscrições dos congressistas. Buscam apoios protocolados especificamente para cada evento, concebido e levado a cabo por uma rede de voluntários. Pautam-se pela participação de um variado leque de oradores, sem temores nem medo de represálias dos patrocinadores institucionais sejam eles governos, universidades ou meros agentes económicos. Ao nível logístico, tentam beneficiar do apoio das autarquias com visão para apoiar a realização destes eventos.

Estabelecemos várias parcerias e protocolos com universidades, politécnicos e outras entidades que nos permitem embarcar em projetos mais ambiciosos e com a necessária validação científica.

Nos Açores, temos agregado académicos, estudiosos e escritores em torno da identidade açoriana, sua escrita, suas lendas e tradições, numa perspetiva de enriquecimento da LUSOFONIA, tal como a entendemos com todas as suas diversidades culturais que, com a nossa podem coabitar. Pretende-se divulgar a *identidade açoriana* não só nas comunidades lusofalantes mas em países como a Roménia, Polónia, Bulgária, Rússia, Eslovénia, Itália, França, e onde estão a ser feitas traduções de obras e de excertos de autores açorianos.



De referir que em todos os colóquios mantivemos sempre uma sessão dedicada à tradução que é uma importante forma de divulgação da nossa língua e cultura. Veja-se o exemplo de Saramago que vendeu mais de um milhão de livros nos EUA onde é difícil a penetração de obras de autores de outras línguas e culturas.

Os Colóquios inovaram na sua primeira edição (2002) e introduziram o hábito de entregarem antes do início das sessões um DVD das Atas / Anais.

Em 2004, lançaram a campanha que salvou o Ciberdúvidas;

Em 2005 presidiram ao lançamento do Observatório da Língua Portuguesa depois integrado como Observador na CPLP;

Em 2006 lançaram as bases da Academia Galega da Língua Portuguesa.

Em 2007 atribuíram o 1º Prémio Literário da Lusofonia e debateram, pela primeira vez em Portugal, o Acordo Ortográfico 1990.

*Em 2008 inauguraram a Academia Galega da Língua Portuguesa e o Presidente da Academia de Ciências de Lisboa Professor **Adriano Moreira** deslocou-se propositalmente para dar “o apoio inequívoco da Academia de Ciências aos Colóquios da Lusofonia”. Na sequência desta vinda, doaria o seu espólio a Bragança onde se encontra na Biblioteca Municipal com o seu nome. Idêntica visita ocorreu em 2009 na Lagoa (Açores).*

A partir de 2007 prosseguimos, incansáveis, a nossa campanha pelo Acordo Ortográfico 1990, com o laborioso apoio de Malaca Casteleiro e Evanildo Bechara na luta pela Língua unificada que propugnamos para as instâncias internacionais.

Em 2009 definimos os projetos do MUSEU DA LUSOFONIA e do MUSEU DA AÇORIANIDADE que infelizmente não tiveram cabimento financeiro. Nesse ano convidámos o escritor Cristóvão de Aguiar para a Homenagem Contra O Esquecimento, que incluía Carolina Michaëlis, Leite De Vasconcellos, Euclides Da Cunha, Agostinho Da Silva, Rosália De Castro. Um protocolo foi estabelecido em 2009 com a Universidade do Minho para ministrar um Curso Breve de Estudos Açorianos que decorreu posteriormente.

Em janeiro de 2010 lançámos em pdf no nosso portal www.lusofonias.net os Cadernos de Estudos Açorianos, que trimestralmente publicámos, estando disponíveis dezena e meia de cadernos, suplementos e vídeo-homenagens a autores açorianos. Servem de suporte ao curso de Açorianidades e Insularidades que pretendemos levar online para todo o mundo e de iniciação para os que querem ler autores açorianos cujas obras dificilmente se encontram.

Também em 2010 os colóquios deslocaram-se ao Brasil e foram recebidos na Academia Brasileira de Letras, onde houve uma palestra de Malaca Casteleiro, Concha Rousia e Chrys Chrystello. Em Bragança nesse ano, na Sessão de Poesia, tivemos poemas de Vasco Pereira da Costa, uma vídeo homenagem ao autor e a declamação ao vivo do poema “Ode ao Boeing 747” em 11 das 14 línguas para que foi traduzido pelos Colóquios (Alemão, Árabe, Búlgaro, Catalão, Castelhana, Chinês, Flamengo, Francês, Inglês, Italiano, Neerlandês, Polaco, Romeno, Russo).

Malaca Casteleiro sugerira no XIII Colóquio que se valorizassem as publicações de trabalhos das Atas através de um ANUÁRIO de comunicações selecionadas e não

*editadas em papel, o qual está no portal, disponível para os nossos associados. Em 2011 uma numerosa comitiva deslocou-se a Macau com o generoso apoio do Instituto Politécnico local e fomos também pela primeira vez à ilha de Santa Maria. Em Vila do Porto, além de apresentar a antologia bilingue de autores açorianos, o XVI Colóquio da Lusofonia aprovou uma **DECLARAÇÃO DE REPÚDIO** pela atitude de Portugal que olvidando séculos de história comum da língua, excluiu a Galiza - representada pela AGLP - do seio das comunidades lusófonas. A Galiza esteve sempre representada desde 1986 em todas as reuniões relativas ao novo acordo ortográfico e o seu léxico foi integrado em vários dicionários e corretores ortográficos. A sua exclusão a posteriori do seio da CPLP representa um grave erro histórico, político e linguístico que urge corrigir urgentemente.*

*Em 2012 na Lagoa, reunimos 9 autores na Homenagem Contra O Esquecimento: Eduardo Bettencourt Pinto (Canadá), Caetano Valadão Serpa (EUA); de São Miguel: Eduíno de Jesus, Fernando Aires (representado pela viúva Dra. Idalinda Ruivo e filha Maria João); Daniel de Sá; da ilha Terceira, Vasco Pereira da Costa e Emanuel Félix representado pela filha e poetisa Joana Félix; da ilha do Pico, Urbano Bettencourt, e do Brasil Isaac Nicolau Salum (descendente de açorianos) com a presença da filha Maria Josefina. Na Lagoa e na Galiza em 2012 lançámos o **MANIFESTO AICL 2012, a língua como motor económico**, um contributo para uma futura política da língua no Brasil e em Portugal.*

Vivemos hoje uma encruzilhada com problemas semelhantes aos da Geração de 1870 e das Conferências do Casino. Embora maioritariamente preocupados com os aspetos mais vastos da linguística, literatura, e história, somos um grupo heterogéneo unido pela Língua comum a todos nós e que configura o mundo, sem esquecer que Wittgenstein disse que o limite da nacionalidade é o limite do alcance linguístico.

Os Colóquios são a prova insofismável de que tudo é possível com custos mínimos desde que as pessoas tenham liberdade para criarem no seio da nossa associação projetos com os quais se identifiquem e que se destinam a pensar e debater amplamente, de forma científica, a fala comum. Queremos fortalecer os laços no plano linguístico, cultural, social, económico e político, na defesa, preservação, ensino e divulgação da Língua Portuguesa e da nossa identidade em torno da Língua comum com todas as suas variantes e idiossincrasias. Resumidamente foi isto que os Colóquios fizeram nesta década, provando a vitalidade da sociedade civil quando se congregam vontades e esforços de tantos académicos e investigadores como aqueles que hoje dão vida aos nossos projetos. Resta apenas que todos os presentes se juntem à AICL – Colóquios da Lusofonia para irmos mais longe e levar o nosso MANIFESTO a toda a gente e aos governos dos países de expressão portuguesa e que ele sirva de ponto de partida para o futuro que ambicionamos e sonhamos. Com a vossa ajuda e dedicação muito mais podemos conseguir como motor pensante da sociedade civil.

MANIFESTO CONTRA A CRISE: A LÍNGUA COMO MOTOR ECONÓMICO

A Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia (AICL), preocupada pelas recentes decisões de natureza económica que põe em causa o cultivo e mesmo a continuidade da Língua e Cultura em Portugal, vem apresentar pelo presente algumas ideias



que visam um estímulo económico através da Língua e cultura, devendo a médio prazo servir para um estímulo maior à economia.

Perante a existência de estudos que apontam a importância deste setor cifrado em 17% do PIB e considerando que Brasil e Portugal são os países que juntos reúnem melhores condições de proporcionarem o arranque deste projeto, fica desde já a ressalva de que a eles se deverão juntar os restantes países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) quando estiverem dispostos a fazê-lo sem qualquer receios de Quintos Impérios e de neocolonização cultural.

- 1.º Buscar consensos entre os governos do Brasil e de Portugal para que sejam reforçados e lançados cursos de Língua Portuguesa – tanto presenciais como online – nas suas vertentes de 'Português Língua Materna' (PLM) e 'Português Língua Estrangeira' (PLE) em todos os quatro cantos do mundo, devendo ser utilizada uma nova fórmula de conservação e propagação da lusofonia a nível mundial como até agora não foi proporcionada quer pelo Instituto Camões quer pelo Instituto Machado de Assis e a CAPES em três vertentes: a) aprendizagem e melhoramento da Língua Portuguesa como PLM ou PLE, b) literatura lusófona e c) ciências de tradução. Dever-se-á utilizar-se o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) da CPLP e o apoio de universidades e politécnicos dos dois países para tal fim.

Justificação:

Os cortes, por parte do governo Português, tanto no sistema no ensino de PLM (para filhos de pais lusófonos residentes em países não-lusófonos), como nos sempre escassos apoios à divulgação da lusofonia através de cursos de PLE (para apoiar o ensino a nível secundário e superior em países não-lusófonos) têm-se mostrado sumamente prejudiciais ao cultivo da lusofonia em países não-lusófonos. Como fruto desta política de abandono, não só acaba por ser posta em questão a capacidade dos filhos de emigrantes portugueses de comunicar de forma adequada em todos os níveis na língua materna, mas também a aquisição da Língua Portuguesa nos países não-lusófonos onde a cada vez maior ausência do Instituto Camões tem servido como justificação de eliminação de cursos de Português.

No Brasil, dá-se semelhante abandono do ensino de PLM e PLE nos países não-lusófonos. Apesar da existência do Programa de Leitorado nalgumas universidades em países não-lusófonos, organizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), a rede é bastante reduzida e fica longe de atingir a importância que caberia ao Brasil numa escala internacional. Não consta a existência de uma rede de ensino de PLM, organizada pelo Estado brasileiro e que vise o ensino de PLM aos filhos de cidadãos brasileiros residentes no estrangeiro.

- 2.º Buscar apoios das Academias nacionais de Língua Portuguesa existentes, da CPLP, e de todas as restantes instituições para que contribuíssem para este projeto que deve abranger todo o mundo onde haja lusofalantes e interessados na aprendizagem da Língua Portuguesa.

Justificação:

No mundo lusófono existem várias Academias que se dedicam ao cultivo e à normalização da Língua Portuguesa, nomeadamente em Portugal a Academia das Ciências de Lisboa (ACL), no Brasil a Academia Brasileira de Letras (ACL), bem como a Academia Brasileira de Filologia (ABRAFIL) e na Galiza a Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP). Para um projeto que visa fortalecer o ensino e a aprendizagem da Língua Portuguesa em todo o mundo, consulta e o apoio por estas organizações não só é uma mais-valia mas torna-se mesmo indispensável.

- 3.º Criar pelo menos 500 bolsas de estudo anuais dedicadas a estudos relacionados com a lusofonia para que estudantes oriundos de países de todos os continentes possam frequentar universidades brasileiras e portuguesas.

Justificação:

Em conformidade com as capacidades financeiras dos países envolvidos, o Brasil poderia disponibilizar 350 bolsas e Portugal 150 para os melhores alunos dos cursos referidos em 1.º. Terminada a presença no país de acolhimento, os bolsеiros terão adquirido a função de embaixadores da Língua Portuguesa nos seus países de origem. Num regime a definir, a atribuição das bolsas poderá funcionar de forma semestral (p. ex. para estudantes de licenciatura), anual (p. ex. para estudantes de mestrado) ou plurianual (p. ex. para estudantes de pós-graduação).

- 4.º Convidar as editoras de Portugal e do Brasil a fim de criar com as Academias e outras entidades uma bolsa de edições a promover em todo o mundo as obras dos maiores vultos que representam a escrita de cada um dos países lusófonos, as quais seriam disponibilizadas nos vários países.

Justificação:

Uma vez que a unificação da ortografia permite a divulgação do mesmo texto em vários países, a disponibilização das obras literárias mais representativas de cada país aos outros países não só facilita o acesso recíproco a todas as literaturas lusófonas, mas permite a publicação de edições únicas que poderão entrar em vários mercados livreiros.

- 5.º Criar antologias bilingues para a disseminação de obras de autores lusófonos e promover a sua distribuição nos países onde o Português é ensinado como língua estrangeira.

Justificação:

À semelhança do que se realizou através da Antologia Bilingue de Autores Açorianos (2011), o fornecimento de antologias bilingues de textos literários de referência pode tornar-se indispensável numa primeira aproximação a textos portugueses tanto por parte de estudantes estrangeiros como de falantes da respetiva língua em que a antologia foi publicada.

- 6.º Criar e despertar o interesse por autores lusófonos, através da disponibilização gratuita em linha de excertos de obras selecionadas de autores lusófonos.

Justificação:

Desde que se trate de obras isentas de direitos de autor ou que forem publicadas com



consentimento dos autores, a divulgação de textos literários de forma digital, tal como está a ser feito com textos literários açorianos nos Cadernos de Estudos Açorianos, tem-se mostrado muito benéfica por ter atraído bastante interesse por parte dos utentes.

- 7.º Evitar que as burocracias ministeriais e governamentais impeçam a imediata consecução deste projeto, pelo que deverá ser nomeada uma comissão de sábios para definir em detalhe este projeto, seu cronograma e custos.

Este manifesto foi precedido da leitura do artigo *CRISE DE IDEIAS - MANIFESTO 2012 a língua portuguesa em tempo de crise*



2. AICL PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

1. “COLÓQUIOS DA LUSOFONIA – AICL”, são um movimento cultural e cívico que visa mobilizar e representar a sociedade civil de todo o mundo, para pensar e debater amplamente, de forma científica, a nossa fala comum: a Língua Portuguesa.
2. A Associação tem por objeto promover A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA conducente ao reforço dos laços entre os lusofalantes – no plano linguístico, cultural, social, económico e

político - na defesa, preservação, ensino e divulgação da língua portuguesa e todas as suas variantes, em qualquer país, região ou comunidade.

3. Para a consecução destes objetivos a Associação compromete-se a
 - a) Promover encontros científicos anuais, o desenvolvimento dos estudos universitários e outros, para ensino, divulgação, preservação e tradução da língua portuguesa, procurando o apoio das Instituições nacionais e internacionais;
 - b) Desenvolver outras ações culturais, tais como colóquios, congressos, encontros, exposições, em estreita ligação com outras entidades;
 - c) Promover cursos e bolsas de estudo na área das Ciências da Cultura em parceria com outras instituições universitárias e culturais;
 - d) Fomentar a divulgação de obras em língua portuguesa através de reedições e traduções;
 - e) Criar grupos científicos ligados aos objetivos da Associação
4. Os valores essenciais da cultura lusófona constituem, com o seu humanismo universalista, uma vocação da luta por uma sociedade mais justa, da defesa dos valores humanos fundamentais e das causas humanitárias.
5. A todos nós incumbe o dever de promover a defesa, a expansão e o prestígio da nossa língua comum, patrocinando a publicação, a tradução e difusão por todo o mundo de obras literárias, científicas e artísticas, de autores de língua portuguesa.
6. Em defesa da Lusofonia, defendemos a nossa identidade como pessoas e povos, e em prol da variada língua comum com todas as suas variantes e idiossincrasias, impedindo que outras culturas e outros povos nos dominem cultural, económica ou politicamente, como alguns, ostensiva e claramente, defendem.

A nossa divisa é “**NÃO PROMETEMOS, FAZEMOS**”

3. TEMAS 2012 – GALIZA E AÇORES: duas insularidades culturais

3.1. LITERATURA, ENSINO, FORMAÇÃO

3.1.0. MANIFESTO AICL 2012

- 3.1.1. *Literatura lusófona em geral.*
- 3.1.2. *Literatura de matriz açoriana, autores, história, perspetivas, projetos*
- 3.1.3. *Ensino.*

3.1.3.1. *Currículos regionais e nacionais no ensino*

3.1.3.2. *Formação de Professores*

3.1.4.0. *Lusofonia no mundo, projetos*

3.1.4.1. *Panorama global e regional*

3.1.4.2. *Política da língua*

3.1.4.2. *Outros temas*

3.2. TEMAS DA GALIZA

3.2.1. Autores Galegos: Ernesto Guerra da Cal, Valentim Paz-Andrade e Celso Emílio Ferreira

3.2.2. Galiza, Lusofonia e unidade da língua

3.3. ESTUDOS DE TRADUÇÃO

3.3.1. *Literatura lusófona, tradução de e para português*

3.3.2. *Revisitar a Literatura de Autores estrangeiros sobre os Açores por exemplo:*



- Ashe, Thomas / Haydn, Joseph (1813): *History of the Azores, or Western Islands, containing an account of the Government, Laws, and Religion, the Manners, Ceremonies, and Character of the Inhabitants and demonstrating the importance of these valuable islands to the British Empire, illustrated by Maps and other Engravings, London: Printed for Sherwood, Neely & Jones.*
- Bullar, Joseph / Bullar, Henry (1841): *A winter in the Azores: and a summer at the baths of the Furnas, vol. I, London: John van Voorst [vol. II com as mesmas referências bibliográficas].*
- Henriques, Borges de F. (1867): *A trip to the Azores or Western Islands, Boston: Lee and Shepard.*
- Twain, Mark (1899): *The Innocents Abroad, Volume I, New York; London: Harper & Brothers Publishers.*
- John Updike "Azores", *Harper's Magazine*, March 1964, pp 11-37
- Mark Twain, "Innocents abroad" (capítulos sobre os Açores, Faial), cap..V / VI
- Maria Orrico "Terra de Lúdia",
- Romana Petri "O Baleeiro dos Montes" e "Regresso à ilha",
- António Tabucchi "Mulher de Porto Pim"

3.3.3. Literatura Açoriana traduzida para outras línguas

3.4. HOMENAGEM CONTRA O ESQUECIMENTO: CANADÁ: EDUARDO BETTENCOURT PINTO, ARQUIPÉLAGO DA ESCRITA [AÇORES] ÁLAMO DE OLIVEIRA, VASCO PEREIRA DA COSTA

3.5. (MÚSICA) (TEATRO) (ARTE)

3.5.1. **CANCIONEIRO AÇORIANO: ANA PAULA ANDRADE** (CONSERVATÓRIO DE PONTA DELGADA) (PIANO) e **CAROLINA CONSTÂNCIA** (VIOLINO)

3.5.2. Concerto: **FESTIVAL ESTOU LÁ** - Apresentação de Xurxo Martins.

Artistas: **ENEIDA MARTA**: (<http://www.myspace.com/martaeneida>) (Guiné Bissau);

NAJLA SHAMI (<http://www.myspace.com/najlashami>) (Galiza - Palestina);

Couple Coffee (Luanda Cozzetti / Norton Daiello) (<http://www.myspace.com/couplecoffee>) (Brasil);

XOÁN CURIEL (<http://www.myspace.com/xoancuriel>) (Galiza);

JOÃO AFONSO (<http://www.myspace.com/joaofonsomusic>) (Portugal).

Banda: Serginho Sales (teclado) (<http://www.myspace.com/serginhosales>) (Brasil),

Paulo Silva (percussão) (<http://www.myspace.com/paulosilvasambafunkmantra>) (Brasil),

Pablo Vidal (Baixo) (Galiza)

3.5.3. **TEATRO: ESPETÁCULOS DO FITO** (FESTIVAL DE TEATRO DE OURENSE)

3.5.4. **MOSTRA DE ARTESANATO DO NORDESTE**, SÃO MIGUEL, AÇORES

3.6. EXPOSIÇÕES

3.6.1. **EXPOSIÇÃO INÉDITA DE PINTURA - MANUEL POLICARPO** (VASCO PEREIRA DA COSTA)

3.6.2. **EXPOSIÇÃO INÉDITA DE ARTE PLÁSTICA** ZÉ NUNO DA CÂMARA PEREIRA

3.7. LANÇAMENTO DE LIVROS:

- ❖ 40 ANOS DE VIDA LITERÁRIA: "CRÓNICA DO QUOTIDIANO INÚTIL (VOL. I-V)" DE J CHRYS CHRYSTELLO E
- ❖ "TIMOR-LESTE, 1983-1993, VOL. 2 HISTORIOGRAFIA DE UM REPÓRTER" (2ª EDIÇÃO EM DVD-LIVRO COM MAIS DE 3670 PÁGINAS, INCLUINDO VOL. 1 O DOSSIÊ SECRETO 1973-1975 E VOL. 3 AS GUERRAS TRIBAIS. A HISTÓRIA REPETE-SE 1894-2006),
- ❖ ANTOLOGIA DE AUTORES AÇORIANOS CONTEMPORÂNEOS DE HELENA CHRYSTELLO E ROSÁRIO GIRÃO
- ❖ "NÂNTIA E A CABRITA D'OURO" DE CONCHA ROUSIA
- ❖ "COR DO SUL NOS TEUS OLHOS", DE EDUARDO BETTENCOURT PINTO

4. LISTA DE CONVIDADOS, ORADORES, PRESENCIAIS

	NOME	TÍTULO DO TRABALHO	ENTIDADE / PAÍS / REGIÃO	TEMA
1.	Afonso Teixeira Filho	Uma Tradução Desnecessária	Univ São Paulo, Brasil	3.1
2.	Álamo Oliveira	Literatura Açoriana – Um Olhar De Contemporaneidade	Convidado Escritor Home-nageado Terceira,	1.2.
3.	Alexandre Luís	O Protagonismo Da Língua Portuguesa Na Evolução Das Relações Internacionais séc. XVI XXI	UBI (Univ Beira Interior), Covilhã, Portugal	1.4.2
4.	Anabela Mimoso	A Ilha Cabe Dentro De Uma Lágrima	ULHT (Univ Lusófona) Porto Portugal	1.2
5.	Anabela Sardo 1	A Inefável Pureza Da Palavra No Artificio Invulgar Das Imagens Poéticas Eduardo Bettencourt Pinto	Esc. Sup. Turismo E Hotelaria, UDI / IPG Guarda, Portugal	1.2
	Anabela Sardo 2	Afeições E Obsessões Em O Ponto De Vista Dos Demónios De Ana Teresa Pereira	Esc. Sup. Turismo E Hotelaria, UDI / IPG Guarda, Portugal	1.2
6.	Ana Paula Andrade	Cancioneiro Açoriano (Recital)	Convidado Conservatório Música PDL, Açores	5
7.	Ana Paula Silva		INESC, Presencial Porto Portugal	XX
8.	Ângelo Brea		AGLP Presencial Galiza	
9.	Ângelo Cristóvão		Presidente Fundação AGLP Galiza	XX
10.	Artur A Novelhe	Uma Língua Para A Paz	AGLP Galiza	1.4.2
11.	Carla Luís	O Protagonismo Da Língua Portuguesa Na Evolução Das Relações Internacionais séc. XVI A XXI	UBI (Univ Beira Interior), Covilhã, Portugal	1.4.2
12.	Carlos Durão	Apontamentos Gramaticais Sobre O Português Galego	AGLP / Reino Unido	2.2.
13.	Carolina Constância	Cancioneiro Açoriano (Recital)	Convidado Univ Do Porto Portugal	XX



14.	Cícero V Santos		Presencial São Paulo, Brasil	XX
15.	Chrys Chrystello	Literatura Açoriana / Manifesto 2012	Presidente Direção AICL, Sidney, Austrália	1.2
16.	Conceição Casteleiro		Presencial Lisboa Portugal	XX
17.	Concha Rousia	Moderador	AGLP Galiza	XX
18.	Eduardo Bettencourt Pinto	<i>Açores: A Luz Sobre O Rosto</i> . Foto Montagem	Escritor Homenageado Convidado Canadá	1.2
19.	Elisa Branquinho	A Inefável Pureza Da Palavra No Artificio Involgar Das Imagens Poéticas De Eduardo Bettencourt Pinto	Escola Secundária De Seia, Portugal	1.2
20.	Evandro V. Ouriques	Desinsulação De Culturas E Natureza: A Transformação Epistémica Dos Conceitos Juventude E Riqueza Na Tradição Lusófona E Ibero-Americana	Convidado AGLP - Núcleo De Estudos Transdiscipl, Esc. Comun Ufrj Brasil	1.4.2
21.	Evanildo Bechara	Intervenção No Painel Das Academias	ABL AICL, Rio, Brasil	1.4.2
22.	Francisco Madruga	Mostra De Livros	Calendário De Letras V. N. Gaia Portugal	7
23.	Helena Anacleto-Matias	Moderador	Presencial ISCAP IPP Porto Portugal	XX
24.	Helena Chrystello	Antologia De Autores Açorianos Contemporâneos	Vice-Presidente AICL EB 2,3 Maia Açores	7
25.	Isaac Estraviz	Dicionário Estraviz	AGLP	2
26.	João Trillo		AGLP	
27.	João Malaca Cas-teleiro	Intervenção No Painel Das Academias	Patrono AICL Lisboa Portugal	1.4.2
28.	José Manuel Barbosa		Presencial AGLP Galiza	XX
29.	José-Martinho Montero Santalha	Intervenção No Painel Das Academias	Presidente AGLP Galiza	1.4.2
30.	José Nuno Da Câmara Pereira	Exposição De Arte Plástica	Convidado Artista Plástico Santa Maria Açores	6
31.	Luís Blasco Foz	Celso Emílio Ferrero	AGLP Galiza	2.1
32.	Luís Gaivão	Lusofonia: Um Espaço De Ecologia De Saberes, De Sociologia Das Emergências E De Fronteira.	CES FEUC Centro De Estudos Sociais / Univ Coimbra Portugal	1.4.0
33.	Manuel Policarpo	Exposição De Pintura	Convidado , Pintor, Terceira, Açores	6

34.	Mª Helena Ançã	Insularidades Em Contexto Migratório Português: O Papel Da Língua Portuguesa	Dep. Educação, Univ Aveiro, Portugal	1.4.2
35.	Mª Dovigo		AGLP, Presencial Portimão / Galiza	--
36.	Mª Teresa Buonafina		Presencial, S. Paulo Brasil	
37.	Mª Zélia Borges	Memória De Uma Aldeia No Livro Caixão Das Almas	Jubilada UPM, São Paulo, Brasil	1.1
38.	Marlit Bechara		Presencial, Rio, Brasil	XX
39.	Natália Pimenta		Presencial S Paulo Brasil	XX
40.	Noemi Nogueiras		Pró-AGLP Galiza	XX
41.	Perpétua Santos Silva	Património De Origem Portuguesa Em Macau: Algumas Representações De Estudantes Chineses	CIES-IUL; ESE Santarém Portugal	1.4.0
42.	Raul Leal Gaião	Açorianos Em Macau - Áureo Da Costa Nunes – Da Atividade Pastoral À Criação Musical	Lisboa, Portugal	1.2
43.	Rolf Kemmler	Dale Brown: <i>Act Of War</i> 2005 - Possibilidades E Vicissitudes Da Tradução Automática Inglês-Português	CEL-UTAD (Univ Trás-os-Montes E Alto Douro), Alemanha	3.1
44.	Sandra Pérez López	Tradutores De Português, O Acordo Ortográfico E As Comunidades Imaginadas	Univ Brasília, Brasil	3.1
45.	Simona Vermeire	Projeto Internacional Sinfo-Saramago	Univ Minho, Braga, Roménia	1.1
46.	Tiago Anacleto-Matias	Moderador	Presencial, Parlamento Europeu. Bruxelas, Bélgica	Xx
47.	Valentim Façim	Para Uma História Do Lusismo	Convidado , Presidente AGAL Galiza	2.2
48.	Vasco Pereira Da Costa	A <i>Autoescolha Poética</i> De Celso Emílio Ferrero	Convidado Escritor Homenageado , Açores	2.1
49.	Zaida Ferreira Pinto	A Inefável Pureza Da Palavra No Artificio Involgar Das Imagens Poéticas De E. Bettencourt Pinto	Esc. Sup. Turismo E Hotelaria IPG UDI, Guarda Portugal	1.2.

MODERADORES

NOME	SESSÃO Nº	Dia e hora
ANABELA MIMOSO	1	6, 10.00
CHRYS CHRYPELLO	2	6, 11.45
VASCO PEREIRA DA COSTA	3	6, 15.30



ÁLAMO OLIVEIRA	4	6, 17.00
CONCHA ROUSIA	5	7, 10.00
ROSÁRIO GIRÃO / LUÍS GAIVÃO	6	7, 11.00
MANUEL J. SILVA / HELENA CHRYSTELLO	7	7, 12.15
HELENA ANACLETO-MATIAS	8	7, 15.00
ANABELA SARDO / HELENA CHRYSTELLO	9	7, 16.30
MODERADORES		
FRANCISCO MADRUGA	SUPLENTE	
ROLF KEMMLER	SUPLENTE	
TIAGO ANACLETO-MATIAS	SUPLENTE	

5. SESSÕES CULTURAIS (MÚSICA) (TEATRO) (ARTE)

5.1. CANCIONEIRO AÇORIANO: ANA PAULA ANDRADE (PRESIDENTE DO CE DO CONSERVATÓRIO REGIONAL DE PONTA DELGADA) E CAROLINA CONSTÂNCIA

Hino dos Colóquios e Recital "cancioneiro açoriano", em arranjo e execução da pianista professora maestra Ana Paula Andrade

[OUÇA-A no Brasil no 13º Colóquio em Florianópolis.](#)

Ouçã-a em Macau, em Santa Maria e na Lagoa
<http://www.youtube.com/watch?v=CEZDg5FM1MQ>



PIANISTA ANA PAULA ANDRADE – PRESIDENTE CE CONSERVATÓRIO REGIONAL DE PONTA DELGADA

Ana Paula Andrade Constância (1964) – Nasceu em Ponta Delgada onde concluiu o curso geral de música no Conservatório Regional, tendo tido como professora Margarida Magalhães de Sousa (composição) e Natália Silva (piano). Em 1987 terminou o curso Superior de Piano no Conservatório Nacional (Lisboa), na classe da professora Melina Rebelo e no ano seguinte o curso superior de composição, tendo sido aluna dos compositores C. Bochmann, Constança Capedeville, Álvaro Salazar e Joly Braga Santos. Paralelamente estudou órgão na classe do Professor Simões da Hora, tendo realizado o exame do 5º ano. Estudou

três anos no Instituto Gregoriano de Lisboa, frequentando, na classe da Prof.ª Helena Pires de Matos, as disciplinas de Canto Gregoriano e Modalidade.

Em 1989 realizou um concerto de órgão e piano no Conservatório de Toronto, integrado no ciclo de cultura açoriana.

Em 1990, participou num concerto na Universidade S.M.U. (nos estados Unidos), tocando como solista, com orquestra daquela Universidade, o concerto para piano em Dó M de Mozart.

Tem realizado diversos concertos a solo ou como acompanhadora de piano e órgão em várias regiões do continente e nas diversas ilhas do arquipélago. Com a soprano Eulália Mendes realizou um concerto na Expo 98 em Lisboa, integrado no dia comemorativo dos Açores.

Em janeiro e em maio de 2006 acompanhou o grupo vocal “Quatro Oitavas” em duas digressões ao Uruguai e ao Brasil a convite da Direção Regional das Comunidades.

Desde 1989 é professora de Piano e Análise e Técnicas de Composição no Conservatório Regional de P. Delgada, desempenhando nos últimos três anos o cargo de Presidente do Conselho Executivo do Conservatório de Música de Ponta Delgada, Açores.

É presença habitual nos Colóquios da Lusofonia tendo sido nomeada Pianista Residente dos Colóquios e atuado em todos desde 2008, liderando as performances musicais em BRAGANÇA E NA LAGOA (2008, 2009), BRASIL (FLORIANÓPOLIS) E BRAGANÇA (2010), MACAU E VILA DO PORTO (2011), LAGOA E OURENSE – GALIZA (2012).

RECITAL DE MÚSICA (PIANO) DO CANCIONEIRO AÇORIANO, TOCARÁ AINDA UM INÉDITO DO PADRE ÁUREO DA COSTA NUNES, ACOMPANHADA POR CATARINA CONSTÂNCIA (VIOLINO)



CAROLINA CONSTÂNCIA – Nasceu em Ponta Delgada, a 24 de abril de 1993. Desde os seis anos de idade que estuda Violino no Conservatório Regional de Ponta Delgada, iniciando os estudos com a professora Antonella Pincenna. No curso básico de violino ingressou na classe da professora Natália Zhilkina, onde concluiu o 8º grau do curso complementar. Participou em três estágios da OJ.COM – Orquestra de Jovens dos Conservatórios Oficiais de Música, em Workshops de verão sob a direção dos maestros Pedro Neves e César Viana, e nos dois estágios regionais de orquestra, sob a direção do maestro Rui Massena.

Em abril de 2012 participou num estágio de orquestra de jovens na Alemanha (Bayreuth), sob a direção de Nicolas Richer. Atualmente está a frequentar o curso de Matemática da Faculdade de Ciências do Porto, continuando a dedicar-se ao violino.

5.2. Festival ESTOU LÁ - Apresentação de Xurxo Martíns. Ouça aqui

Artistas: Eneida Marta: (<http://www.myspace.com/martaeneida>) (Guiné Bissau);

Najla Shami (<http://www.myspace.com/najlashami>) (Galiza - Palestina);

Couple Coffee (Luanda Cozzetti e Norton Daiello) (<http://www.myspace.com/couplecoffee>) (Brasil);

Xoán Curiel <http://www.myspace.com/xoancuriel> (Galiza); João Afonso

(<http://www.myspace.com/joaoafonsomusic>) (Portugal).

Banda: Serginho Sales (teclado) <http://www.myspace.com/serginhosales> (Brasil),

Paulo Silva (percussão) <http://www.myspace.com/paulosilvasambafunkmantra>

(Brasil), Pablo Vidal (Baixo) (Galiza)

5.3. Mostra de artesanato do Nordeste, S. Miguel, Açores ver <http://members.virtualtourist.com/m/p/m/1ed50d/>

5.4. EXPOSIÇÃO INÉDITA DE ARTE PLÁSTICA POR ZÉ NUNO DA CÂMARA PEREIRA



Nasceu em 1937, na Ilha de Santa Maria, Açores, licenciado em Pintura pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Artista residente no Centro de Arte Moderna em 1985-86 e bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação Luso-Americana (1987-88). Durante este período frequentou o Center for Advanced Visual Studies do M.I.T. - Massachusetts Institute of Technology, Cambridge USA. Além das exposições individuais e coletivas que participou, destacam-se os seguintes prémios:

- **1984** "O Futuro é já hoje?" - Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian. 1ª Bienal dos Açores e Atlântico - Menção Honrosa da SREC.
- **1986** III Exposição de Artes Plástica da Fundação Calouste Gulbenkian. AICA-Philae - 1º Prémio da Associação Internacional de Críticos de Arte. Artista do ano.

- **1987** Prémios SEAT atribuídos às figuras que se destacaram nas diferentes áreas de intervenção social do país.

- **2000** Prémio Domingos Rebelo - Direção Regional da Cultura, Açores.

Está igualmente representado naquilo que se designa como Arte Pública em:

- Paredes descofradas no altar-mor e na entrada da Igreja Matriz de Almada, a convite do Arquiteto Nuno Teotónio Pereira.
- Instalações / Homenagens a Goethe e Fernando Pessoa, Círculo de Leitores, Lisboa.
- Relevos da entrada e envolvente da escadaria da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada e teto do Teatro Faialense, a convite do Arquiteto José Lamas.
- Paineis de Azulejos, Escola Secundária de Lagoa, São Miguel.
- Paineis de Azulejos, Jardim dos Corte-Reais, Angra do Heroísmo.
- Jardim de Pedra para as Vinhas do Pico (candidatas a Património da Humanidade).
- Escultura Pública "Áxis", Pousada do Castelinho de S. Sebastião, 2006





5.5. EXPOSIÇÃO INÉDITA DE PINTURA DE MANUEL POLICARPO (VASCO PEREIRA DA COSTA)

Manuel Policarpo é oriundo da ilha do Pico. Com rápida passagem pela Terceira, desde há muito que vai calcorreando o mundo. Contudo, quando lhe perguntam onde nasceu, responde, mitificando:

*nasci numa ilha
por cima do mundo.*

Alardeia que é circunstância do tempo e dos espaços e que apenas caminha por onde o levam seus próprios passos. Mas reclama a sua condição de intelectual europeu e, por isso, mantém uma ativa distância por tudo o que é localista, regionalista, nacionalista, com pavor por toda a manifestação chauvinista.

Vagamundeou o planeta – a Europa, antes de mais, onde descobre a latinidade e o romanesmo como essência do aprendido; as áfrias, de que não detém nem ao menos os cheiros; as américas que o deslumbram de Norte a Sul; as árias que o inebriam, mas que lhe deixam, apenas, fugazes miradas que, a custo, guarda na memória. Reconhece, no entanto, ser ilhéu do Atlântico, reivindicando a ancestralidade de povoador primeiro dos Açores, reproduzindo, sobretudo, por mor de um tal capitão Thomé Gregório Ramalho, fecundador insaciável da Prainha do Norte, e de um tal João Salinas, escravo dos religiosos de São Francisco de Angra, putativo pai de uma pequena que vem a casar com Manuel de Barcelos, do



Vasco Pereira da Costa

melhor semental do Ramo Grande da Terceira: escravo e senhor, assim organiza o seu código genético.

Aprendeu as capacidades expressivas da cor, primeiramente com a mãe, artista do efêmero, artífice de flores de açúcar, hábil manuseadora dos corantes for *cooking effects* (*special effects...*), que deslumbravam a burguesia angrense. Aliás, em entrevista a um diário português entretanto desaparecido, em 1978, considera que a gastronomia é a mais próxima arte da pintura. Mas também aprendeu as pinceladas infantis com velhas tias, que matavam as tardes húmidas esticando telas, bordando panos, repetindo mortas naturezas, moribundas cenas de caça, ingénuas representações etnográficas.

Depois, partiu, sem bilhete de retorno, à descoberta de sítios, paisagens, museus, mausoléus, poetas, escultores, pintores, gente, cidades com gente dentro, campos infindos com alma pressentida. Correu o Vale de Santarém, Ceca, Meca, a Casa do Diabo, o Cu de Judas, a Canada do Briado... Nunca tirou fotografias, com a presunção de que as pupilas dos olhos

estabeleceriam *free connection* com os infundáveis *rams* da memória, e que guardaria no disco duro os motivos essenciais do que quereria figurar. Enganou-se: reconhece, hoje, que muito jeito lhe daria uma oficina que procedesse a um up grade no disco duro da moleirinha.

Nunca vendeu um quadro, vejam bem.

Afirma, no entanto, ter olhos de cartógrafo, mãos impulsivas, índole de gravador. Experimenta, experimenta sempre, nunca estabelecendo, *a priori*, a técnica que vai utilizar. Deslumbra-se com o exótico, e vai inscrevendo mapas, rotas, mitos, símbolos...crendo, assim simular, em síntese, o que viu em vasos gregos, em *paper-rocks* indo-americanos, nos flamengos prediletos, nos impressionistas afeiçoados, nos contemporâneos ousados. Confuso, portanto.

Por isso dele dizem: é um *poseur!* – alça a sobancelha esquerda por detrás das lentes do estigmatismo com desdenhoso trejeito perante a mediocridade e, tão só porque peregrinou as sete partidas e já tem cãs sobejas e aprendizagens múltiplas, nem sequer reage aos que o sussurram como diletante, cultivando uma ironia que, por vezes, roça o sarcasmo impiedoso.

- 'Tou-me maribando! – proclama do pico do Pico da sua altivez senhoril, do cume da sua libertada escravidão, do topo da sabedoria que lhe concedeu o passado.

Nunca vendeu um quadro, mas tem uma invejada coleção de arte, que foi construindo através de trocas com pintores conhecidos e ignorados – desde o Camboja, Rajastão, franças e aragaças, quase todas as *presque-îles*. E, assim, as suas obras estão dependuradas nos muros dos quintos do mundo.

Afirmam os amigos mais íntimos que do que gosta, mesmo é da blague. E ninguém, como ele, de um modo muito vencidista-esquerdelhista, conforme à sua feição de incorrigível *vieux soixante-buitard*, *négligé soigné*, cultiva a amizade seletiva, libertária, boémia e transgressora.

Donde, custa a entender por que, finalmente, resolve mostrar, em exibição, o que tem feito. Por mim, que o conheço há perto de sessenta anos, creio que é por amor às suas ilhíadas (ao Pico e à Terceira de afeições terrunhas, primacialmente) e também por vínculos de fraternidade a Dimas Simas Lopes, condiscípulo, utópico como ele que resolve sustentar uma galeria no não-lugar, cartografado no Terreiro do Galhardo, Ladeira Branca, freguesia da Feteira, ilha Terceira, Açores, *omphalós*, do planeta.

Vasco Pereira da Costa

5.6. LANÇAMENTO DE LIVROS:

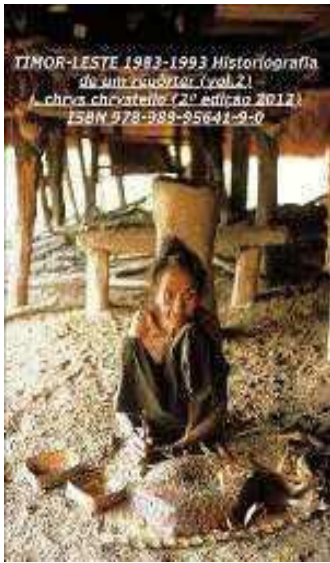
5.6.1. CQI VOLUMES 1-5

Crónica do Quotidiano Inútil (vol. I-V) J Chrys Chrystello
[celebrando em poesia 40 anos de vida literária do autor]

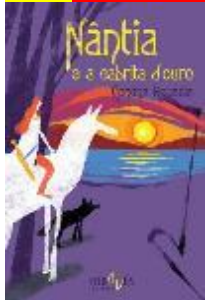


5.6.2. Timor-Leste, 1983-1993, vol. 2 Historiografia de um repórter (2ª edição, mais de 3600 páginas)

(2ª edição inclui vol. 1 O Dossiê Secreto 1973-1975 e vol. 3 As guerras tribais. A história repete-se 1894-2006),



5.6.3. CONCHA ROUSIA APRESENTA NÂNTIA



Através Editora, chancela editorial da AGAL, oferece um romance juvenil ambientado num mundo fantástico e a autora e a fantástica Concha Rousia.

O título: *Nântia e a Cabrita d'Ouro*.

Na contracapa lemos:

"Será que Nântia, filha de Brigam, o ferreiro, conseguirá recuperar a Cabrita d'Ouro que a poderosa Cerne, a Rainha-Loba, arrebatou ao clã de Laroá? Parece uma missão impossível para uma jovem de apenas treze anos, mesmo que ela seja a escolhida; terá que atravessar as Terras Proibidas, cruzar o rio do esquecimento, adentrar-se na lagoa de Lim e enfrentar-se à temível Cobra-das-Sete-Cabeças".

PGL - Um novo título vai passar a incrementar este mesmo mês o fundo próprio da **ATRAVÉS|EDITORA**, o carimbo editorial da **Associação Galega da Língua (AGAL)**. Trata-se de *Nântia e a Cabrita d'Ouro*, da escritora e académica Concha Rousia.

Trata-se da primeira incursão da ATRAVÉS|EDITORA no terreno do romance para o público juvenil, após ter editado já obras para os mais miúdos.

Reproduzimos a seguir o texto da contracapa do volume e que serve de aproximação a esta obra:

"Os olhos de Ébora furaram a névoa que a separava de Nântia, acabava de ver como a pequena dialogava com a parelha de pássaros; sem mover os lábios ela e as duas rolas se comunicaram. Ébora estava observando a cena com muita atenção; sim, aquele tinha sido um momento longamente aguardado pela sábia, mas afinal ali estava; era a confirmação de que Nântia estava pronta..."

Será que Nântia, filha de Brigam, o ferreiro, conseguirá recuperar a Cabrita d'Ouro que a poderosa Cerne, a Rainha-Loba, arrebatou ao clã de Laroá? Parece uma missão impossível para uma jovem de apenas treze anos, mesmo que ela seja a escolhida; terá que atravessar as Terras Proibidas, cruzar o rio do esquecimento, adentrar-se na lagoa de Lim e enfrentar-se à temível Cobra-das-Sete-Cabeças. Mas para além disso, terá que superar as armadilhas da pérfida Cerne, que já submeteu todas as terras e clãs desde as chairas de Lim até os cumios de Croubre, sem que guerreiro nenhum pudesse impedi-lo. Nântia, todavia, contará com a ajuda de Maro, o Cavalo Branco, de Paleug, o lobecão, e Briona, a Espada-que-Vive, e sobretudo, dos seus fiéis acompanhantes, Ila, sua prima, e Brath. Mas antes de tudo isto acontecer, Nântia ainda deverá superar as três provas que mostrarão que ela é a eleita. A aventura de Nântia, dos seus amigos e inimigos, transporta-nos a um mundo antigo, mas próximo, e a um lugar que é o mesmo que habitamos hoje.

A autora

Concha Rousia nasceu em Covas, na raia, entre Ginzo de Límia e Montalegre.

Estudou na Laboral de Vigo e posteriormente nas Universidades de Santiago de Compostela e Maryland.

Começou a sua atividade literária com o relato 'Lobos' em *Vieiros* e continuou-na com numerosas publicações em suporte eletrónico e em papel.

Destacam as suas parcerias nas antologias

"Poesia do Brasil", do XV Congresso Brasileiro de Poesia, Rio Grande do Sul; "Primeira Antologia do Momento Lítero Cultural", em formato digital. 2007, Porto Velho.

"Mulheres" com poetas galegas. 2011, Mulheres Feministas do Condado, Galiza.

O conto "Herança" publicado em 2007 em *Rascunho* (Jornal de literatura do Brasil), Curitiba. Em 2005 editou o seu primeiro romance 'As Sete Fontes' em formato e-book pela editora digital ArcosOnline, Portugal.

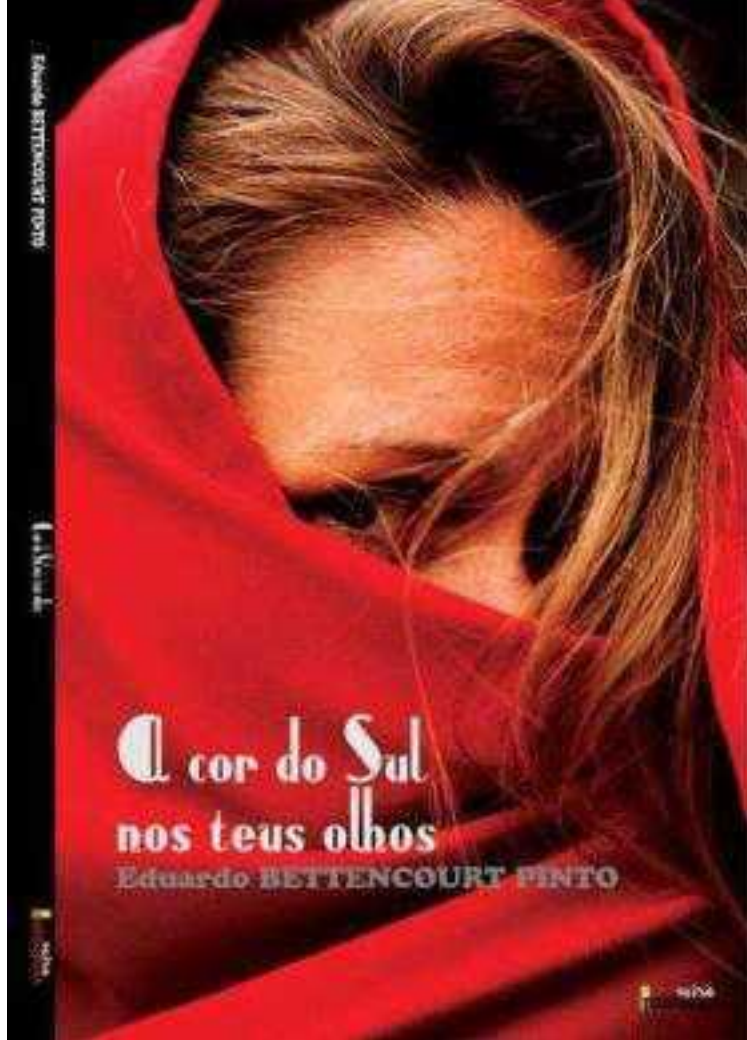
Entre os seus prémios destaca o Prémio de Narrativa do Concelho de Marim, e o Prémio do Certame Literário Feminista do Condado.

É secretária da Fundação Academia Galega da Língua Portuguesa; colaboradora desde 2007 dos Colóquios da Lusofonia.



É a Presidente pola parte galega do Instituto Cultural Brasil-Galiza. Na atualidade mora na comarca de Compostela onde exerce como psicoterapeuta. Administradora do blog 'República da Rousia'.

5.6.4. EDUARDO BETTENCOURT PINTO - A COR DO SUL NOS TEUS OLHOS (POESIA)



Eduardo BETTENCOURT PINTO nasceu em Gabela, Angola, em 1954, donde saiu em 1975. Viveu no Zimbabué e nos Açores até se radicar, em 1983, no Canadá.

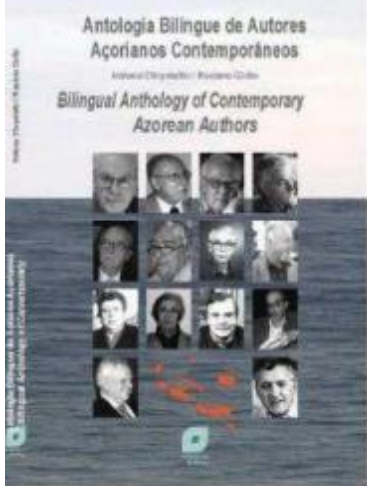
Publicou livros de poesia e de ficção.

As mais recentes antologias de poesia onde se encontra representado:

International Who's who in Poetry, UK, 2005; *Literatura e Inquietude* - Antologia de literatura portuguesa contemporânea, autores do P.E.N Clube Português (org. Teresa Salema / Maria João Cantinho), Lisboa, 2011; *Antologia Bilingue de Autores Açorianos Contemporâneos* (org. Helena Chrystello / Rosário Girão), Calendário de Letras, Vila Nova de Gaia, 2011; e *Luso-American Literature*, (org. Robert Henry Moser e Antonio Luciano Tosta), Rutgers University Press, USA, 2011.

Em ficção, está representado na Antologia de Contos Angolanos: *A Balada dos Homens que Sonham*, (org. António Quino), edição da União dos Escritores Angolanos. (UEA), Luanda, 2011.

Além da literatura, a fotografia é outra das suas paixões. E as viagens.

**5.6.5. VASCO PEREIRA DA COSTA - ILHÍADA, ANTES E DEPOIS (1972-2012, POESIA)****5.6.6. HELENA CHRYSTELLO / ROSÁRIO GIRÃO E AS ANTOLOGIAS AÇORIANAS (BILINGUE COM 15 AUTORES / MONOLINGUE COM 17)**

5.6.7. EDITORA CONVIDADA: **calendário de letras** Esta editora estará presente não só com obras editadas por si como sejam os trabalhos de Anabela Mimoso, Helena Chrystello e Rosário Girão, Chrys Chrystello, Vasco Pereira da Costa como também disponibilizará trabalhos de alguns outros autores presentes....

6. DISCURSO DO PRESIDENTE DA AICL, Da Galícia à Galiza

AGRADEÇO O PATROCÍNIO DO CONCELHO DE OURENSE, E OS APOIOS DA FUNDAÇÃO AGLP, DA ASSOCIAÇÃO PRÓ-AGLP, DA PRESIDENCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES, DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA E DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNIDADES, sem os quais não seria possível termos reunidos aqui académicos e amantes da lusofonia de tantos países e regiões.

Estamos aqui nesta cidade que teve as suas origens no Paleolítico inferior-médio, na Idade do Bronze, e se desenvolveu com os Romanos, com relevo para as águas termais das Burgas e a sua localização na via de Braga a Astorga. Teve algum relevo no tempo dos Suevos quando foi capital e está ligada à lenda de conversão daqueles ao cristianismo. Foi anexada pelos Visigodos em 585 e não sofreu - se não de forma esporádica - a invasão muçulmana antes da invasão normanda (1008-1015).

Em 1122 Dona Teresa (Tareixa) de Portucale concede ao bispo Diego III a jurisdição sobre Ourense que em 1188 passa a ter município. O duque de Lencastre na sua marcha rumo a Babe, Bragança, faz-se coroar em 1386 rei de Castela, firma um pacto com Juan I mas não passa de Leão. Segue-se um período de invasões e guerras, destruições até que os bispos que partilhavam o poder com os senhores o começam a perder entre 1586 e 1628.

Apesar de continuarem a existir mosteiros e conventos em quantidade, os franciscanos cedem terreno aos dominicanos e jesuítas que mantêm a urbe na sua forma medieval com apenas três mil habitantes em 1752. Começa a desenvolver-se em meados do século 19 e a expandir-se num crescimento que se mantém até hoje.

Esta comunicação não é académica. Jamais poderia falar academicamente da Galiza, pois nem amores nem sentimentos se podem dissecar num laboratório. A minha ligação à Galiza data de 1030 AD, segundo me ensinou a minha avó paterna que até era brasileira. Fui lá ver o sítio onde tudo começou, aqui perto, e gostei de imaginar-me celanovês num passado longínquo coevo de Dom Nuno de Cellanova, senhor do condado do mesmo nome, sogro da Infanta Dona Sancha Henriques filha de Henrique de Borgonha, conde de Portucale.

Ao regressar à realidade - já no século 21 - conheci no primeiro colóquio da lusofonia (em 2002) um jovem empresário que sonhava com uma Galiza lusófona, Ângelo Cristóvão, que foi o meu guia da história da Galiza que não aprendemos, dado que Portugal e Galiza são dois povos irmãos que vivem de costas voltadas um para o outro, como se houvesse um imenso mar a separá-los. O desconhecimento mútuo é generalizado e aumenta à medida que a ignorância dos mais jovens se solidifica em pequenos resumos de história que deveríamos estudar em detalhe e minúcia.

Na escola falam-nos da variante galega da língua como quem fala das guerras entre Esparta e Atenas, num passado demasiado longínquo, nesta portuguesa mania de desvalorizar a história, que fez de todos nós o que somos hoje. O problema começa por ser político e sensível, de difícil resolução e menos vontade política de o abordar. Só os poetas e os sonhadores utópicos, essa elite que pode mover nações e gerar a diferença entre a vida e morte das civilizações, acreditam ainda que o futuro da Galiza passa pela unificação da língua escrita de que o Acordo Ortográfico de 1990 é o instrumento a brandir contra o status quo da imutabilidade histórica dos reinos.



Todos sabemos que a história sempre se fez de guerras e de casamentos entre as tribos, hoje faz-se pela globalização económica que desconhece as fronteiras marcadas em tempos imemoriais pelos homens e é aí que a língua comum assume um papel vital de moeda de troca entre os povos. Mesmo aqueles que sempre se insurgiram contra a Lusofonia surgem agora como vocais e aparentes paladinos da mesma, como instrumento de captação de um mercado de mais de 240 milhões de almas.

Se a guerra dos afetos entre povos irmãos parecia exclusiva da coutada dos poetas, eis que agora desponta o interesse económico nessa cruzada da língua comum, como motor capaz de inverter políticas centralistas e nacionalistas de séculos. Nisso reside a grande arma que devemos utilizar, neste nosso longo caminho de sobreviver através da língua e cultura comuns, em vez de ficarmos marginalizados em variantes e dialetos redutores da enorme identidade global que é a Lusofonia sem distinção de nações, credos ou etnias. Não queremos um Quinto Império para reviver glórias de outrora, pretendemos apenas dar voz a todos os que se expressam e trabalham nessa mesma língua.

Foi isso que nos trouxe à Galiza neste 18º colóquio para que juntos possamos fortalecer o que nos une e que é património imaterial de tantos. Fala-se mais Português em Angola hoje do que no tempo da presença portuguesa apesar da forte competição das línguas nativas. Em Goa existe um recrudescimento do interesse pela língua portuguesa e novos livros têm surgido mais de 50 anos após a extinção da presença lusófona. Em Macau a língua portuguesa é mais falada e estudada hoje do que quando os portugueses lá estavam. Em Timor como segunda língua oficial já há mais de 25% de lusofalantes quando há dez anos esse número não chegava a 5%.

Lembro a importância da língua portuguesa em contextos hostis como no caso de Timor-Leste onde sob a ocupação neocolonial indonésia, as novas gerações impedidas de falar Português começaram a usar esta língua como língua de resistência.

Também no Reino de Espanha há quem fale Português como língua de resistência ao domínio cultural que faz sujeitar a escrita do galego às normas ortográficas castelhanas tentando obviar à preservação da identidade cultural do velho reino da Galiza. E a língua galega é sob todos os aspetos (históricos, filológicos e paleolinguísticos) uma variante de português. Português da Galiza, mas Português. No entanto na Extremadura espanhola, onde nunca houve uma língua comum, o Português já é ensinado a milhares de pessoas.

A língua não é só um meio de comunicação nem uma arma económica, ela expressa o sentimento dos povos, permite a preservação das lendas e narrativas, recria as baladas dos bardos, favorece a leitura dos clássicos, aproxima povos e perpetua o ADN nacional. É nossa vontade e desígnio que na Galiza se proceda à reintegração total da língua na Lusofonia como a História o manda e por isso apoiamos desde a primeira hora a criação da AGLP. A dimensão real das diferenças entre o galego e o português são insignificantes e a questão da ortografia é meramente política, sendo um grave erro estratégico não afirmar perentoriamente que “galego e português são a mesma língua”. Tem faltado construir pontes pois os políticos portugueses estão sempre temerosos de ofender Espanha e os políticos galegos temem que depois da autonomia cultural venham outras.

Vários idiomas da Tailândia, Malásia, Índia e Indonésia têm palavras portuguesas / galegas. A própria língua japonesa tem várias palavras portuguesas / galegas como: álcool,

veludo, jaqueta, bolo, bola, botão, frasco, irmão, jarro, capa, capitão, candeia, castela (bolo de pão de ló), copo, vidro, tempero, tabaco, sabão, sábado, choro, tasca, biombo etc..

Há ainda um idioma próprio falado na Malásia, Singapura, Tailândia, Ceilão e Indonésia que se chama Papiá Kristang (língua cristã) ou português de Malaca que é constituído por palavras portuguesas / galegas com formas gramaticais diferentes. Existe também o Pataú de Macau mas em vias de extinção. Os portugueses / galegos falam com estas gentes sem dificuldade.

É fundamental o galego ser atual. Os povos só evoluem bem intelectualmente quando se expressam bem na sua língua materna e não na estrangeira colonizada. Não se consegue expressar bem com um idioma do passado com adulterações neocolonialistas castelhanizadas como o agora inventado “portunhol” para impor a uma Nação milenária. Pelo contrário o galego atual será o encontro dos galegos com as suas origens e ganham em simultâneo um poderoso meio de comunicação quer a nível cultural como comercial, que ajudará a crescer a Nação Galega neste mundo globalizado. Escrever galego / português dentro da norma dá-lhe uma dimensão mundial e é a única forma de salvá-lo da morte. O português / galego não é um idioma de propriedade de Portugal mas dos países que o adotaram como oficial e da zona Autónoma de Macau na China. Além do mais lembremos que Afonso X, rei castelhano trovou em galego-português por ser língua melódica.

Quero recordar em linhas gerais o que já conseguimos alcançar para vos lembrar que os colóquios da lusofonia criados em 2001 passaram a associação cultural e científica sem fins lucrativos em 1 de janeiro de 2011. Os nossos oradores “típicos” não buscam mais uma conferência para juntar aos seus currículos, antes estão interessados em partilhar as suas ideias, projetos, e criar sinergias nos quatro cantos do mundo, irmanados deste nosso ideal de “sociedade civil” capaz e atuante, para – todos juntos – atingirmos aquilo que as burocracias e as hierarquias muitas vezes não podem ou não querem. Acreditamos que somos capazes de fazer a diferença. Os nossos oradores “típicos” juntam-se aos colegas no primeiro dia de trabalhos, partilham as suas refeições, as suas comunicações, os passeios, e despedem-se no último dia como se de amigos se tratasse. É isso que nos torna distintos de qualquer outro colóquio ou simpósio. Pretendemos aproximar povos e culturas no seio da grande nação dos lusofalantes, independentemente da sua nacionalidade, naturalidade ou ponto de residência, todos unidos pela mesma língua.

Quando em 2001 preparámos, no Porto, o início dos COLÓQUIOS ANUAIS da LUSOFONIA - sob a égide do então nosso patrono Embaixador Professor Doutor José Augusto Seabra - queríamos patentear que era possível ser-se INDEPENDENTE, descentralizar a realização destes eventos e levá-los a cabo sem sermos subsídio-dependentes. Nos Açores, os Encontros tiveram início em 2006 trazendo, académicos, estudiosos, escritores e outras pessoas para debater a identidade açoriana, a sua escrita, as suas lendas e tradições. Deste intercâmbio de experiências entre residentes, expatriados e todos aqueles que dedicam a sua pesquisa e investigação à literatura, à linguística, à história dos Açores ou qualquer outro ramo de conhecimento científico, *podemos aspirar a tornar mais conhecida a identidade lusófona açoriana.*

Os Colóquios inovaram logo no seu primeiro encontro em 2002 e introduziram o hábito de entregarem um CD das Atas / Anais no início das sessões.



Em 2004, os Colóquios fizeram a campanha que salvou o Ciberdúvidas;
Em 2005 presidiram ao lançamento do Observatório da Língua Portuguesa, depois integrado na CPLP;

Em 2006 lançámos a primeira pedra para a criação da Academia Galega da Língua Portuguesa.

Em 2007 atribuímos o 1º Prémio Literário da Lusofonia e debatemos (pela primeira vez em Portugal) o Acordo Ortográfico ora em vigor.

Em 2008 assistimos à abertura da Academia Galega da Língua Portuguesa nascida no seio dos colóquios. Esse ano marca o início de parcerias com Universidades e Politécnicos quando o Presidente da Academia de Ciências de Lisboa (Professor Adriano Moreira) se deslocou a Bragança para dar “**o apoio inequívoco da Academia de Ciências aos Colóquios da Lusofonia**”. Na sequência desta vinda acabaria por doar o seu espólio a Bragança onde se encontra na Biblioteca Municipal Adriano Moreira.

De 2007 a 2012, incansáveis prosseguimos a campanha para a execução do novo Acordo Ortográfico, com o laborioso apoio dos seus proponentes: Malaca Casteleiro, Evarildo Bechara, [Carlos Reis] e Ângelo Cristóvão que nos têm assistido a lutar pela língua unificada que propugnamos para as instâncias internacionais.

Em Portugal não há uma política de língua. Enquanto as Letras se mantiverem subalternas como mera Secção da Academia das Ciências é imperioso que esta seja mais atuante na defesa da língua e das suas variantes face aos desafios que os políticos não conseguem afrontar. A vetusta Academia tem de ser pró-ativa em vez de reativa mas não parece ter vitalidade para tanto. O futuro e a preservação da língua não se compadecem com esperas nem vivem de glórias passadas. Portugal está irremediavelmente atrasado. Não pode esperar mais. Por isso sonhámos ainda hoje com a criação de uma Academia das Letras, uma Academia da Língua, independente, sem sujeições a projetos estatais ou outros.

De 2008 a 2010 os colóquios estenderam-se a Santiago de Compostela num apoio aos Seminários de Lexicologia da AGLP.

Em 2009 definimos o projeto do MUSEU DA LUSOFONIA e decidimos levar os colóquios a Santa Catarina, Brasil, e tivemos como convidado o escritor Cristóvão de Aguiar na Homenagem Contra O Esquecimento, que incluía, entre outros, Carolina Michaëllis, Leite De Vasconcellos, Euclides Da Cunha, Agostinho Da Silva, Rosália De Castro. Nesse ano foi firmado um protocolo com a Universidade do Minho para ministrar um Curso Breve de Estudos Açorianos.

Em janeiro de 2010 foram lançados os Cadernos de Estudos Açorianos em pdf na nossa página www.lusofonias.net, estando já disponíveis 16 cadernos, vários suplementos e vídeo-homenagens a autores açorianos. Servem não apenas de iniciação para aqueles que querem ler autores açorianos mas também de suporte aos futuros cursos de AÇORIANIDADES E INSULARIDADES.

Em 2008 e 2009 os colóquios foram a Santiago de Compostela para o 1º Seminário de Lexicologia da AGLP para provar que ela conta com o apoio das outras Academias e dos Colóquios da Lusofonia que a ajudaram a nascer numa época conturbada relativamente à situação da língua portuguesa na Galiza.

Em 2010 mantivemos a homenagem contra o Esquecimento que incluiu os nomes de Vasco Pereira da Costa, Cristóvão de Aguiar, Dias de Melo e Daniel de Sá. Na Sessão de Poesia declamaram-se poemas de Vasco Pereira da Costa incluindo o poema “Ode ao Boeing 747”, em 11 das 14 línguas para que foi traduzido pelos Colóquios (Alemão, Árabe, Búlgaro, Catalão, Castelhanos, Chinês, Flamengo, Francês, Inglês, Italiano, Neerlandês, Polaco, Romeno, Russo).

Malaca Casteleiro sugeriu no XIII Colóquio no Brasil em abril de 2010 que se valorizassem as publicações de trabalhos das Atas / Anais, fazendo-se um Anuário, que foi disponibilizado “online” em 2011, ano em que fomos até Macau com o generoso apoio do Instituto Politécnico de Macau.

Em 2011 seguiu-se a primeira ida à ilha de Santa Maria, onde se lançou *A antologia (bilingue) de autores açorianos contemporâneos* enquanto a AGLP disponibilizava os seus meios técnicos para a página oficial da AICL, numa nova plataforma. Nesse 16º colóquio em Vila do Porto, aprovou-se uma declaração de repúdio pela atitude de PORTUGAL olvidando séculos de história comum da língua, ao excluir a Galiza - representada pela AGLP - do seio das comunidades de fala lusófona. A Galiza esteve sempre representada desde 1986 em todas as reuniões relativas ao novo acordo ortográfico e o seu léxico foi integrado em dicionários e corretores ortográficos. A sua exclusão à última hora do seio da CPLP representa um grave erro histórico, político e linguístico que urge corrigir urgentemente.

A AICL entende que não se pode deixar de fora a região onde nasceu a língua portuguesa há mais de dez séculos. É um crime de lesa língua de todos nós. A Língua que se fala na Galiza, em Portugal, Brasil, Angola, Moçambique e tantos outros países e regiões é a mesma, com a peculiaridade de ter sido o berço da mesma língua comum. Trata-se de uma medida obviamente ditada por preconceitos políticos e contra a qual a AICL se manifesta veementemente encorajando todos os seus associados e participantes nas suas iniciativas a protestarem publicamente contra esta injustiça feita à língua portuguesa e à AGLP.

Em 2012, na Lagoa, na Homenagem contra o Esquecimento 2012 celebraram-se nove autores, tantas quantas as ilhas e num mestrado do curso de tradução da Universidade do Minho, verteram-se para francês, excertos de obras de autores açorianos.

Ali se lançou o MANIFESTO AICL 2012, A LÍNGUA COMO MOTOR ECONÓMICO que aqui divulgaremos, esperando que este evento possa servir de ponte entre duas culturas unidas na sua insularidade entre os elementos que as rodeiam na Galiza e nos Açores.

Hoje, aqui, estão alguns desses autores a partilharem convosco o que há de comum entre a Galiza e os Açores: duas insularidades culturais no seio da Europa.

ESPERA-SE QUE ESTE COLÓQUIO SIRVA DE PONTE ENTRE ESTAS DUAS INSULARIDADES E APROXIME A GALIZA E OS AÇORES.

7. Discurso de aceitação da nomeação como Académico Correspondente da AGLP

Prezados académicos, excelências



Em 30 de agosto de 2002 Timor-Leste tornava-se independente e em 18 de outubro conheci Ângelo Cristóvão que ficou boquiaberto quando lhe disse que “Este 1º Colóquio da Lusofonia deveria chamar-se o **Genocídio da Língua (Portuguesa) na Galiza** mas a entidade patrocinadora não deixou.” Deve ter imaginado que ou era louco ou um agente provocador do reino de Espanha.

Uns anos mais tarde (2007) seria aquele o título de novo colóquio no qual seria proposta oficialmente a criação da AGLP, a que todos assistimos em 2008.

Tive a oportunidade de lhe dizer naquela ocasião e, posteriormente, o que pensava do problema da língua na Galiza, salientando que, por ter porfiado 24 anos pela independência de Timor, poderia tentar transpor para a Galiza alguma da minha experiência e aplicá-la no campo da língua.

Com a enorme capacidade que só os visionários têm, um grupo restrito de galegos e galegas atravessaram o rio Minho em busca do sonho de recuperar a língua de seus antepassados e parte integrante da sua História, tal como fizera a antiga Irmandade das Falas, entre 1916 e 1936, depois renascida na década de 1980 como Irmandade das Falas da Galiza e Portugal.

Aos poucos, começou a falar-se do problema que, infelizmente, continua ignorado pela vasta maioria dos portugueses, mas aquele pequeno grupo, como cavalo de Troia que era, soube conquistar algumas personalidades importantes para a sua luta e desde a sua criação, que a AGLP, a sua Fundação e a Associação Pró-AGLP, não têm parado de aumentar os seus convénios e protocolos com entidades de todo o mundo lusófono.

Falta ser feita justiça no seio da CPLP para que lhe seja reconhecido o direito ao estatuto de Observador, desígnio que tomámos como nosso no 13º Colóquio da Lusofonia em março de 2010, em Santa Catarina no Brasil, e, posteriormente, reiterámos no 14º colóquio em Bragança em outubro de 2010 em Macau e Santa Maria em 2011. Foi por isso com espanto que assistimos dia 22 de julho 2011 ao anúncio pela CPLP da admissão da AGLP sob proposta do país anfitrião (Angola). A mesma admissão surpreendentemente foi retirada da página oficial da CPLP umas horas depois sem qualquer explicação, pelo que as celebrações de júbilo na Galiza e no resto do mundo duraram apenas oito horas.

Veio, posteriormente a saber-se que fora Portugal - que sempre apoiara esta proposta da AGLP integrar a CPLP com o estatuto de observador - quem a vetara no último momento. A AICL em concertação com o MIL - Movimento Internacional Lusófono - de que faz parte, tomou algumas medidas sendo a mais visível a da Petição ao Ministro dos Estrangeiros de Portugal, Dr Paulo Portas, além de entrevistas e publicação que fizemos de um Manifesto de Repúdio da AICL. Como sempre estamos crentes de que o tempo reporá a justiça da admissão da AGLP na CPLP:

Ao tomar conhecimento oficioso de que o meu nome iria constar desta cerimónia, entendi que os Colóquios da Lusofonia mereceriam mais essa honra do que eu, a nível pessoal, dado não ser mais do que um mero facilitador de vontades entre todos os associados da AICL e os projetos e sonhos que temos vindo a construir.

Recordo a propósito que quando em 1962 escrevi um discurso familiar mencionando as auréolas miríficas alguém me incentivou a continuar a escrever. Posteriormente aos 22 anos, em 1972, lancei o meu primeiro livro de poesia, a que outros de crónicas e de ensaio

político se seguiram. Fui sempre jornalista e tradutor e só nestas últimas décadas pude escrever o que queria e sentia. Faço agora 40 anos de vida literária e mais de 47 de jornalismo sem jamais ter acalentado grandes ilusões ou sonhos quanto ao valor dos meus escritos. Ainda considero ter sido uma honra maior do que eu merecia ter tido a oportunidade de ser convidado a proferir uma palestra dia 29 de março de 2010 na Academia Brasileira de Letras.

Hoje, segue-se a segunda maior honra da minha vida, estar aqui a ler estas palavras evitando os meus improvisos emocionais para vos confessar que a AGLP pode continuar a contar com o meu total e dedicado apoio, nesta luta para a reposição da língua galega, aliás língua portuguesa da Galiza, em todas as esferas da vida do povo galego e nos fóruns internacionais. Espero nunca vos desiludir. Citando o embaixador José Augusto Seabra, primeiro patrono dos Colóquios:

... A disseminação de uma língua que, a partir da sua matriz galaico-portuguesa, se tornou primeiro uma língua nacional e depois uma língua de contacto entre civilizações, cumpriu-se de facto, a partir da grande empresa marítima das Descobertas...o nosso idioma apresenta todas as características da universalidade: disperso por todos os continentes, ele não é restrito a um grupo étnico, a uma comunidade religiosa, a um tipo de sociedade ou a um regime político, sendo uma língua de mestiçagem cultural, de contacto e de diálogo entre vários povos. Se a comunicação e o cordão umbilical entre os dialetos galego e português perdurou até hoje, a diversificação tornou-se mais nítida nas rotas do Atlântico, do Índico e do Pacífico, do Norte ao Sul e do Ocidente ao Oriente. Pode dizer-se, em suma, que a diversidade se tornou uma condição da unidade, mas não da unicidade, da língua portuguesa.”

Nesta época de desassossego global, em que o retorno dos fanatismos, dos fundamentalismos e dos terrorismos de toda a ordem impende sobre a nossa condição planetária, saibamos ser de novo, através da nossa “portuguesa língua”, interlocutores de um polígono de civilizações, culturas e religiões. Símbolo de uma língua que se tornou uma pátria de tantas pátrias quantas são as nossas, de tal modo que poderíamos dizer, parafraseando uma vez mais Pessoa “Nossa Pátria é a língua portuguesa”. Mas foi como língua de civilização e cultura que o Português se impôs historicamente, na sua irradiação pelo mundo, como profetizou o poeta-humanista António Ferreira:

*“Floresça, fale, cante, ouça-se e viva
A portuguesa língua e lá onde for
Senhora vá de si, soberba e altiva...”
(fim de citação)*

Termino dizendo que falta apenas concluir a unificação ortográfica desta língua de todos nós, elevando-a a uma maior dimensão. Nisso quer a AICL quer a AGLP estão unidas, pois podemos preservar todas as nossas inúmeras diferenças mas mantendo unificada a escrita da língua. Respeitando a diversidade do Português, que é aliás a sua grande riqueza, impõe-se fazer um esforço no sentido de uma aproximação das suas formas, sim, mas em domínios ligados ao seu uso contemporâneo, como é o caso da terminologia científica e técnica e dos neologismos decorrentes de novos modos de vida e de convivência internacional, sem prejuízo da salvaguarda das especificidades de cada variante, enquanto manifestações que são de identidades e alteridades culturais irreduzíveis.



Obrigado uma vez mais por aceitarem este mero aprendiz de feiticeiro da escrita no vosso seio de académicos bem mais distintos e qualificados do que eu.

Cito Jack Kérouac

“Aqui estão os loucos. Os desajustados. Os rebeldes. Os criadores de casos.

Os pinos redondos em buracos quadrados. Os que fogem ao padrão. Aqueles que veem as coisas de um modo diferente. Não se adaptam às regras, nem respeitam o status quo. Pode citá-los, discordar, glorificá-los ou caluniá-los. Mas a única coisa que não pode fazer é ignorá-los. Porque eles mudam as coisas. Empurram a raça humana para a frente. E enquanto alguns os veem como loucos, nós vemos-os como geniais. Porque as pessoas suficientemente loucas para acreditar que podem mudar o mundo, são as que o mudam.

Como simples artesão da palavra, poeta e sonhador de utopias mantereí a minha saudável loucura ao serviço da língua portuguesa, nem que seja em pequenos poemas como este:

Galiza como Hiroshima mon amour

acordaste e ouviste o teu hino
bandeira desfraldada ao vento
ao intrépido som
das armas de breogán

amor da terra verde,
da rubra terra nossa,
à nobre lusitânia
os braços estendes amigos

desperta do teu sono
pega nos irmãos e irmãs
caminha pelas estradas
ergue bem alto a tua voz
diz a quem te ouvir quem és
orgulhosa, vetusta e altiva
indomada criatura
nenhum poder te subjugará
nenhum exército te conquistará
nenhuma lei te aniquilará

és a Galiza mon amour

8. Discurso de encerramento do colóquio

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Apesar da sua ausência motivada pela campanha eleitoral nos Açores, deveria estar aqui presente o senhor diretor regional da cultura Dr Jorge Paulus Bruno em representação da

Presidência do Governo Regional dos Açores. Na minha modesta opinião a AICL deve aproveitar essa honrosa presença para lhe agradecer, salientar e enaltecer a colaboração iniciada em 2007 com o Governo Regional dos Açores.

Igualmente merecem uma nota pública de agradecimento os apoios recebidos até hoje da CM Lagoa entre 2008 e 2012, da CM Bragança de 2002 a 2010, CM de Vila do Porto 2011, CM Ribeira Grande 2006 e 2007, Estado Federal de Santa Catarina 2010, Instituto Politécnico de Macau 2011, Academia Galega, sua Fundação e Associação Pró-AGLP 2012, Academia Brasileira desde 2007 e à Direção Regional da Cultura / Direção Regional das Comunidades / Direção Regional da Ciência e Tecnologia, em particular, por nos terem permitido fazer a diferença ao trazer autores expatriados que só vieram enriquecer os nossos colóquios, havendo ainda a realçar a Direção Regional de Turismo que há 4 anos nos vem ajudando a dar ofertas representativas dos Açores aos nossos convidados.

Faltarão decerto outras entidades que nos ajudaram ao longo de mais de dez anos e 18 colóquios mas seria injusto não salientar aqui as individualidades que têm sido timoneiras desta nau da Lusofonia, esses dois grandes mestres Bechara e Malaca Casteleiro sem os quais os colóquios não seriam o farol que a todos alumia nesta defesa intransigente da nossa língua e para eles peço um aplauso sentido. A estes juntaria ainda os nomes dos incansáveis Ângelo Cristóvão e Concha Rousia, que têm com enorme sacrifício subido o Gólgota deste nosso sonho comum.

Como tenho vindo a alertar e ainda mais no atual contexto as n / relações com as entidades públicas e ou associativas são fundamentais e sem o apoio destas entidades os colóquios não teriam atingido a projeção internacional de que hoje dispõem. Interessa agora nesta época de convulsão orçamental continuar a demonstrar porque merecemos ser apoiados, pois nós marcamos a diferença para todas as outras realizações do mesmo género. Peço desculpa pela ousadia mas não poderia deixar de dizer isto.

Se a guerra dos afetos entre povos irmãos é exclusiva da coutada dos poetas, agora desponta o interesse económico nessa cruzada da língua comum, como motor capaz de inverter políticas centralistas e nacionalistas de séculos. Nisso reside a grande arma que devemos utilizar, neste nosso longo caminho de sobreviver através da língua e cultura comuns, em vez de ficarmos marginalizados em variantes e dialetos redutores da enorme identidade global que é a Lusofonia sem distinção de nações, credos ou etnias. Não queremos um Quinto Império para reviver glórias de outrora, pretendemos apenas dar voz a todos os que se expressam e trabalham nessa mesma língua.

Foi isso que nos trouxe à Galiza neste 18º colóquio para juntos fortalecermos o que nos une e que é património imaterial de tantos.

Fala-se mais Português em Angola hoje do que no tempo da presença portuguesa apesar da forte competição das línguas nativas.

Em Goa existe um recrudescimento do interesse pela língua portuguesa e novos livros têm surgido mais de 50 anos após a extinção da presença lusófona.

Em Macau a língua portuguesa é mais falada e estudada hoje do que quando os portugueses lá estavam.

Em Timor como segunda língua oficial já há mais de 25% de falantes quando há dez anos nem a 5% chegava o número de falantes.



Apesar das leis e das promessas oficiais o galego é menos falado hoje do que na minha juventude quando aqui vinha de férias, mas felizmente existe uma geração de visionários como a AGLP e a AGAL, entre outras, que querem beneficiar do mercado global da nossa língua única em todas as suas ricas variantes do Brasil a Timor e confiamos neles para que consigam essa revolução das mentes para que as novas gerações se orgulhem desse património imaterial que é a língua portuguesa comum a todos nós.

Os nossos projetos de divulgação de autores açorianos, sua tradução em várias línguas, a divulgação do cancioneiro açoriano, as antologias, os livros que temos editado, os artistas que temos promovido, entre tantos outros projetos que enunciamos na sessão de abertura deste 18º colóquio permitiram já levar os Açores a locais desconhecidos, e sentimo-nos todos embaixadores dessa açorianidade quando os nossos oradores estudam autores açorianos.



Foto: Caroline Marcelina

Com esta vinda à Galiza acreditamos que podemos criar novas pontes culturais entre duas regiões autónomas cercadas por culturas dominantes e que têm um número incalculável de autores que merecem ser estudados, traduzidos e divulgados em todo o mundo lusófono.

Queremos criar intercâmbios entre os Açores e a Galiza para juntos, e com o apoio do Governo Regional dos Açores possamos incrementar as relações comerciais e culturais entre as regiões, porque afinal falamos todos a mesma língua.

A todos os que aqui estão presentes o nosso obrigado e até sempre que nos queiram receber.

9. BIODADOS E SINOPSES

1. AFONSO TEIXEIRA FILHO, USP, SÃO PAULO, BRASIL

AFONSO TEIXEIRA FILHO, Brasileiro, casado, 52 anos.

Formação académica:

1. Bacharel em Letras (Português) pela faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP. Brasil. (2001)

2. Doutor em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês, pela mesma instituição, sob orientação do Prof. Dr. John Milton. (2008)

Título da tese apresentada: *A noite e as vidas de Renato Avelar*. Considerações sobre a tradução do primeiro capítulo de *Finnegans Wake* de James Joyce.

Cursos em andamento:

1. Faculdade de Filosofia, na mesma instituição.

2. Pós-doutoramento em Teoria da tradução, na mesma instituição e com supervisão do Prof. Dr. John Milton.

3. Bolsa de pesquisa concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP): As traduções do *Paradise Lost*, de John Milton, para o Português.

Formação intelectual e profissional:

1. Professor de música e história da música;

2. Tradutor: Do Inglês, Espanhol e Italiano para o Português. Por volta de 40 obras traduzidas, sendo as mais relevantes:

Anderson, Sherwood, *Winesburgo, Ohio*. São Paulo: Ateliê, no prelo.

James, C.R.L., *Os Jacobinos Negros*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

James, Henry, *A lição do mestre*. São Paulo: Paz & Terra, 1997.

London, Jack, *O Tação de Ferro*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

Maquiavel, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Madras, 2009.

3. Lexicógrafo: Tradutor e organizador lexicográfico de:

VanGemeren, Willem A. (Org.), *New International Dictionary of Old Testament Theology and Exegesis*. Grand Rapid, Zondervan, 1997 (cinco volumes, 5771 pp.).

4. Filólogo: estudioso das línguas românicas (sobretudo das faladas na Península Ibérica) e semíticas.

4.1. Atualmente, realizo pesquisa sobre a língua mirandesa.

5. Editor dos *Cadernos de Literatura em Tradução*, São Paulo: Humanitas.

6. Redator do Caderno Cultural do semanário nacional *Causa Operária*.

TEMA 3.1 UMA TRADUÇÃO DESNECESSÁRIA

SUBSÍDIOS DA TEORIA DA TRADUÇÃO PARA OS ESTUDOS LINGUÍSTICOS,

Afonso Teixeira Filho, *Departamento de Línguas Modernas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.*

Publicou-se, no Brasil, em 1966, uma seleção de poemas galegos de Rosalía de Castro. Diz o livro que os poemas são apresentados em tradução para o Português feita por Ecléa Bosi.

Se considerarmos essas duas línguas como coparticipantes de um diassistema (como uma única língua), a tradução entre elas seria trabalho desnecessário, ou mesmo despropositado.

A análise dessas traduções revela que, na maioria dos casos, o que se alterou foram apenas termos regionalistas como nomes de comidas, trajes de dança, bailados, etc. Não se tratou, portanto, de tradução, mas de paráfrase.



Outra obra sobre poesia galega, publicada no Brasil¹, apresenta os poemas em edição anotada.

As notas referem-se apenas a palavras galegas – bem como a sintaxe e expressões – que causariam embaraço ao leitor brasileiro. Apenas cinco por cento das palavras remetem a notas, e muitas dessas notas dizem respeito a termos regionalistas.

Esse tipo de análise comparativa é instrumento da Teoria da Tradução. Os Estudos da Tradução têm meios que podem auxiliar a Filologia no aprimoramento da taxonomia linguística e poderão ser úteis para determinar com maior precisão o parentesco ou desfiliação dos dialetos portugueses.

Com base naquilo que Antoine Berman, teórico da tradução, chama de “tendências deformadoras da tradução” – simplificar estruturas complexas, esclarecer o que no original parece obscuro, alongar a frase, embelezar o texto, evitar a polissemia, alterar o ritmo da sentença, etc. – pretendemos mostrar como essas deformações ou desvios podem auxiliar a determinação do parentesco ou distanciamento linguístico, o que depende da maior ou menor frequência com que aparecem em um texto traduzido.

1. Introdução:

Discute-se, até aos dias de hoje, na Galiza, a identidade da língua galega frente à portuguesa. Uma corrente postula ser o galego uma língua diferente do português; outra corrente, a vê como um dialeto lusitano; outra mais vê as duas línguas como parte de um diassistema, no qual o sistema do português apresenta diferenças parciais em relação ao do galego.

O problema na postulação dessas teses é que elas envolvem dois conceitos que não podem mais ser considerados como científicos: língua e dialeto. E são conceitos que não interessam ao filólogo; a ele só interessa saber de que sistema uma determinada língua deriva. José Leite de Vasconcellos já mostrava, no século XIX, como eram ridículas as teses que postulavam uma linhagem celta para o português. Mostrou, todavia, o eminente filólogo que o português apresentava substratos celtas, mas que, indiscutivelmente, provinha do Latim. Mostrou ele, também, que a língua mirandesa não pertencia ao sistema linguístico galego-português, mas ao asturo-leonês e que se teria desenvolvido diretamente do latim.

Vasconcellos classificava o mirandês como um codialeto português, ao lado do galego, do rionorês e quadramilês. Entretanto, afirmava como dialetos propriamente ditos do português o interamnense, o trasmontano, o beirão e o meridional.

Embora as propostas taxionômicas de Leite de Vasconcellos representem, até hoje, o ponto de partida para o estabelecimento dos diversos falares galego-portugueses, no decorrer dos anos que se lhe seguiram, novas descobertas no campo da linguística e da arqueologia, bem como novas pesquisas de campo, possibilitaram a elaboração de um sistema ligeiramente diferenciado do de Vasconcellos, como o de Paiva Boléo e de Lindley Cintra, este último adotado nas academias.

Paiva Boléo, por sua vez, adotará o termo “falar” para designar aquilo que Vasconcellos denominou “dialeto”, e “dialeto” para o que Vasconcellos denominou codialeto. Ademais, Boléo

acrescentou ao sistema outros dois falares e renomeou alguns. Assim ficou o sistema de Boléo: minhoto, trasmontano, beirão, do Baixo Vouga e Mondego, de Castelo Branco e Portalegre e, por fim, meridional. Elimina o galego de sua classificação dos dialetos e acrescenta o barranquenho, um dialeto português com forte influência castelhana.

Lindley Cintra, em 1971, elaborou um sistema diferente, embora tributário aos de Vasconcellos e de Boléo. Cintra descreve três zonas linguísticas: a dos dialetos galegos, a dos dialetos portugueses setentrionais e a dos centro-meridionais. E desconsidera o mirandês, por pertencer a outro território linguístico.

O trabalho desses dedicados linguistas, que empreenderam as mais desgastantes pesquisas com o propósito de compor um atlas linguístico do português dos territórios do Portugal continental e insular e da Galiza, revela que a importância dada à terminologia era secundária para eles. Termos como línguas, falares, dialetos, codialeto e subdialeto eram, de certa maneira, causadores de embaraço para eles. E, em relação a esses termos, eles não estiveram de acordo. E, como eles, não se entende, entre si, grande número de linguistas e filólogos. Procuremos definir, pois, o sentido de língua e dialeto.

Quaisquer que sejam as definições que dermos aos termos língua e dialeto, não bastarão para descrever precisamente o objeto de que tratam. Se considerarmos dialeto como “modo de falar” – sentido etimológico do termo –, devemos considerar todas as línguas do mundo como dialetos e, portanto, o termo se torna desnecessário. Se considerarmos dialeto como uma variante de uma determinada língua, teremos que mensurar o grau dessa variação; teremos também de determinar de que língua um determinado dialeto se formou e, dessa forma, incorreremos numa questão de hierarquia linguística (o que sempre acaba acontecendo), que nada tem de científica.

Quanto mais distantes estiverem as línguas, maior será o número de palavras não compreendidas na conversação. Dessa forma, um falante do português entende perfeitamente outro falante do português; entende um galego com facilidade; com um pouco mais de dificuldade, entende o castelhano; um pouco mais ainda, o mirandês; e assim por diante. No entanto, mesmo esse critério é precário, pois um falante do espanhol tem mais dificuldade de entender o do português do que um falante do português de entender um do espanhol; alguns brasileiros, por exemplo, sentem ser mais difícil entender a um português do que a um galego.

É praticamente impossível definir-se cientificamente o que seja dialeto. Em outras palavras: não se pode definir o termo com precisão científica. O mesmo acontece com o termo “língua”, o qual, dado o grande número de definições que o termo apresenta, não pode apresentar uma definição científica.

Consideremos, especificamente, a questão do português em relação ao galego. As variações entre essas duas línguas são tão pequenas que permitem que o falante de uma compreenda o falante da outra.² As diferenças entre uma e outra não são maiores do que as diferenças

¹ Vieira, Yara Frateschi (org.), *Antologia de poesia galega*. Campinas: Unicamp, 1996.

❖ ² Devem-se levar em consideração questões fonéticas. Elas, todavia, não impedem que os falantes se comuniquem, bastando para tal que um falante peça ao outro para que se pronuncie mais devagar.



apresentadas entre alguns dialetos portugueses; não são maiores do que as diferenças existentes entre alguns dialetos galegos.

Não cabe aqui apresentar uma comparação entre o português e o galego para defender a tese de que sejam uma só língua. Mas, dada a proximidade entre elas, pode-se suspeitar de que uma delas seja uma variação dialetal da outra, porque é indefensável a ideia de que elas se desenvolveram independentemente a partir do latim, como o fizeram o castelhano e o mirandês, por exemplo. Restaria a tese de que tanto o português como o galego adviessem de uma língua comum da Idade Média, o galaico-português, a língua dos trovadores. Mas, todas as outras variações do português e do galego também vieram daí.

Não temos, portanto, como separar uma língua da outra. Parece que os linguistas que advogam a tese de duas línguas, ou dois sistemas, pautaram suas ideias na localização geográfica do território galego, apartado do português. Mas esse território isola-se de Portugal devido a uma fronteira meramente política. Dessa forma, a única diferença entre o galego e o português seria dada pelo superestrato castelhano, ou seja, pela influência da língua castelhano sobre o galego. O galego, portanto, seria um português de fronteira e nada mais. Essa língua tem, contudo, muitas outras diversidades, idiosincrasias e desenvolvimentos próprios; não bastantes, contudo, para que seja uma língua apartada do português.

2. Fronteiras políticas e fronteiras linguísticas

Um dos grandes problemas com que um estudioso das variantes de uma língua se defronta ao elaborar um mapa linguístico é o do estabelecimento de fronteiras linguísticas, pois elas são móveis e dinâmicas. Mal um estudo acaba de ser formulado, determinando uma fronteira para determinado dialeto, logo tem de ser feito, sobretudo quando essas fronteiras encontram-se próximas de pequenas aldeias. Dessa forma, é difícil determinar-se, com precisão, onde dois dialetos ou duas línguas se separam.

Hoje, devido à criação do bloco da União Europeia, as fronteiras tendem a se tornar cada vez mais tênues. Não é, contudo o que se tem verificado entre Portugal e a Galiza. A região da Galiza encontra-se ainda pouco acessível aos portugueses, da mesma forma que o galego tem dificuldade de dirigir-se ao norte de Portugal. Embora haja muitas estradas e caminhos, não há transporte público entre as regiões. Quem se dirige de Verín, no sul da Galiza, para Chaves, no norte de Portugal, terá de ir em carro próprio ou tomar um táxi. O mesmo acontece em toda a fronteira norte de Portugal, com exceção do Noroeste. O caso de Verín e Chaves é ainda mais sintomático se pensarmos que as duas cidades estabeleceram um acordo formando uma “eurocidade”, ou seja, uma comunidade multinacional, sem fronteiras.

Em 1999, foi extinto o serviço de comboios para o nordeste de Portugal, o que isolou ainda mais as comunidades linguísticas da região. Se isso, por um lado, favorece a preservação das línguas regionais, por outro, dificulta a vida dos habitantes. A fora o problema social, provoca também um isolamento contínuo entre o português e o galego.

A Galiza é uma comunidade política autônoma. Não é, porém, soberana. Às autoridades políticas regionais e espanholas interessa que continue assim. Parece que esse é também o propósito das autoridades linguísticas da Galiza, que estabeleceram para a língua uma ortografia inspirada no “*rexurdimento*”³.

O propósito da Real Academia Galega não foi o de firmar a língua em seu melhor momento literário, mas o de torná-la distinta e distante do português. Contra essa atitude há um grupo de intelectuais (escritores e acadêmicos) que defende a integração do galego ao português; esse movimento é denominado reintegracionismo. E a integração parece ser a melhor solução tanto para a língua galega como para o povo da Galiza, mas deixemos esse assunto para o final.

O que se quis dizer aqui é que a decisão política acaba interferindo na postura do linguista, o qual deixa de considerar a língua como um fenômeno aparte e acaba influenciado por outros critérios meramente especulativos que nada valem para o estudo que ele empreende.

A situação de complexidade em que se encontram os estudos linguísticos não nos permite aceitar mais termos como língua e dialeto e os utilizamos aqui sempre em sentido lato. E mesmo que se pudesse determinar com precisão o que é uma língua e o que é um dialeto, isso só seria possível em um sentido diacrônico, ou seja, determinar a existência de um dialeto em um dado momento da história da língua. No caso do galego, houve um momento na história em que ele e o português eram idênticos. Hoje, apresentam diferenças entre si. Essas diferenças, contudo, não são maiores do que aquelas que separam um ou outro dialeto do português.

O fato é que a taxonomia linguística deveria contar com outros instrumentos para a classificação das línguas. Antes de mais nada, porém, é preciso que se determine o que é e o que não é importante em uma classificação linguística. Se ela servir apenas para determinar que uma língua está hierarquicamente subordinada a outra, tal classificação não terá serventia alguma. O que importa saber é que a língua, considerada como um organismo vivo, nasceu em determinado lugar, foi transportada para outro (ou não), ali se desenvolveu, recebeu influência de outra(s) línguas(s) e, por sua vez, influenciou outras mais. E, a partir daí, se poderá dizer o que ela é.

Valendo-se de outros instrumentos, ainda inéditos, para o estudo da Filologia poderíamos determinar com mais precisão o parentesco entre as línguas. Por exemplo, por meio da Teoria da Tradução.

3. Subsídios

A tradução é a única técnica existente que permite estabelecer contato entre dois sistemas distintos de comunicação. Mesmo quando um estrangeiro faz uso de gestos para ser entendido, ele está envolvido em um processo de tradução. No entanto, tradução é algo bem mais complexo do que o fazer-se entender.

³ Ressurgimento ou renascimento. Movimento político e cultural, iniciado na Galiza, em meados do século XIX, em favor do nacionalismo galego. O marco mais importante desse movimento foi a publicação, em 1863, dos *Cantares Gallegos*, de Rosalía de Castro.



O termo tradução deriva do latim *traductio, onis*, que tem o sentido etimológico de levar de um lugar para outro, transferir, fazer passar por cima. É como se algo saísse de um lugar e, sem tocar o chão, chegasse a outro. O grego utilizava outra palavra, *metaphrasos*, cujo sentido etimológico seria o de exprimir algo para além de, para acima de. As duas aceções comportam a ideia de tirar algo de um lugar e apresentá-lo em outro lugar, como algo desconhecido, como uma surpresa. Não existe tradução se não houver estranhamento. Todavia, diversos tradutores buscam adaptar o texto original em tudo aquilo que ele tem de estranho – o léxico, a frase, a cultura, etc. – para a cultura de chegada. Modificam eles os topônimos, as criaturas, as plantas, as danças, as canções, os tecidos, a comida, transformando-os em coisas da própria cultura da língua para a qual traduzem. Há quem transforme leões em tigres, grous em cegonhas, pegas em pardais, iguarias em alimentos do cotidiano.

Há também os tradutores mais radicais, que procuram adaptar a língua de chegada à língua do original, como o fez Chateaubriand ao traduzir o *Paraíso perdido* de Milton.⁴

Os teóricos da tradução também se perdem quando tratam de discutir sobre qual seria a melhor forma de tradução e que grau de estranhamento uma tradução deveria ter. Deveria haver um ponto de estranhamento em que o leitor reconheceria a existência do estranho sem deixar de compreender a própria língua. Mas tal mensuração é impossível. O que importa, entretanto, é saber que sem o estranhamento não se pode falar em tradução. Se despojarmos o texto de todos os elementos estranhos que contém, teremos, como resultado, uma paráfrase, uma história contada de novo, recriada, reelaborada.

O tradutor honesto busca evitar ao máximo a paráfrase, o que significa, no jargão do tradutor, ser fiel ao original. Nem sempre o consegue e, algumas vezes, é mais fiel à letra, outras, ao sentido. Buscar o equilíbrio parece ser o procedimento correto. Mas não estamos aqui para falar de tradução e sim de que forma a Teoria da Tradução pode contribuir para os estudos linguísticos. Para isso, tomamos como exemplo uma tradução para o português de um poema de Rosalía de Castro, a poetisa galega do “*rexurdimento*”.

No ano de 1966, foi publicada no Brasil uma antologia poética de Rosalía de Castro, cujo título era: *Rosalía de Castro. Poesia. Seleção e versão do galego e do espanhol: Ecléa Bosi*.⁵ A poetisa galega era, até então, pouco conhecida no Brasil. As traduções de Ecléa Bosi foram elogiadas pela imprensa, pela crítica e por acadêmicos. No entanto, não se tratavam de traduções, mas de paráfrases, quando os poemas originais eram escritos em galego.

A língua galega só poderia ser traduzida para o português se português e galego se tratassem de dois sistemas linguísticos distintos.⁶ Um texto, escrito em uma determinada língua, terá tantos mais termos a serem traduzidos para outra, quanto maiores forem as distâncias entre elas. Uma tradução do russo para português implica a transposição da maioria dos termos; uma tradução do castelhano para o português terá, por sua vez, muito menos termos a serem vertidos. Quando um texto não tem necessidade de ser traduzido, bastando

ao leitor a consulta de um termo ou outro, é porque o texto está na própria língua do leitor. Ainda que o termo linguístico para língua tenha várias e controvertidas definições, todas elas entendem a língua como uma unidade de comunicação entre todos os seus falantes.

Dessa forma, o que justificaria uma tradução de Rosalía de Castro para o português? Cremos que nada o justifica. Ao lermos a “tradução” percebemos, em primeiro lugar, tratar-se de uma paráfrase. Poucos termos são efetivamente traduzidos. Outros são traduzidos por motivos poéticos, para acomodar o verso ou por questões de musicalidade. Há palavras que foram trocadas por sinônimos, embora existam no português, ainda que menos frequentes do que no galego. Contudo, o que mais detém a atenção de quem compara o original com a versão é a mudança de termos regionais, como aqueles que designam os trajes da dança e os alimentos da região.

O teórico francês da Tradução, Antoine Berman, em *A tradução e a letra* (Berman, 2007), desenvolveu um método de análise de tradução que consistia em observar que espécies de “desvios” uma tradução continha. Esses desvios podiam ser de ordem ideológica, comercial, linguística, estética, etc., quando se modificava o teor do texto original para não ofender o leitor, por exemplo, ou para embelezar o texto. A esses desvios, Berman chamou de tendências deformadoras da tradução e definiu treze deles.

O primeiro desvio, anotado por Berman, é a racionalização, que “diz respeito em primeiro lugar às estruturas sintáticas do original” (Berman, 2007). Embora essa tendência possa ser observada em qualquer tradução, ela se dará, necessariamente, entre uma língua que apresenta flexão nominal e outra que não apresenta. Mas pode ser frequente entre duas línguas que não apresentam esse tipo de flexão, como, por exemplo, entre o inglês e o português.

O segundo desvio é a clarificação, que implica tornar o texto mais claro para o leitor. Aquilo que o autor, muitas vezes, pretende deixar no terreno da dúvida, acaba no terreno da certeza na tradução.

O terceiro desvio é o alongamento que consiste, como o próprio nome o diz, em alongar as frases na tradução. Deve ser mais frequente quando se traduz de uma língua sintética par uma língua analítica. No entanto, o próprio Berman adverte que essa tendência ocorre entre todas as línguas e que é inerente ao tradutor, carecendo de uma base linguística.

O quarto desvio é o enobrecimento, que consiste em embelezar o original. Além de ser um processo inerente ao tradutor, que sempre será influenciado pelo ritmo de sua própria língua, esse processo deverá ocorrer com mais frequência entre línguas que diferem entre si quanto ao número de sílabas, quanto à posição do acento tônico na palavra, etc.

Em seguida, temos o “empobrecimento qualitativo”, que é a substituição de termos, expressões e modos de dizer por outros que não traduzem a riqueza sonora e significante do que foi substituído.

⁴ René-François de Chateaubriand, poeta romântico francês, dedicou-se, no exílio, a traduzir o *Paraíso Lost* de John Milton. Para isso procurou, em suas próprias palavras, subverter o Francês, violentando-o com estruturas e vocábulos próprios do inglês.

⁵ Dispomos da segunda edição, a de 1987.

⁶ Em sentido vulgar, duas línguas diferentes. Se utilizássemos o termo dialeto, teríamos de considerá-lo aqui como variante de uma língua, pois, da maneira que vem sendo utilizado, serve até mesmo para designar as línguas faladas na Itália. Não faz sentido considerar-se o veneziano, por exemplo, como dialeto do italiano; tampouco o siciliano e o corso.



O empobrecimento quantitativo, por sua vez, diz respeito à substituição dos vários significantes de um mesmo sentido por um menor número de significantes ou por um único significante.

Outro desvio, a homogeneização consiste em unificar o que aparece como diverso.

O oitavo desvio enunciado por Berman é a destruição dos ritmos. Essa tendência deverá ser mais redundante entre línguas que apresentam diferente número de sílabas entre vocábulos semelhantes, bem como acentuação diversa.

O nono desvio é a destruição das redes significantes subjacentes, ou seja, a tendência que o tradutor tem de ignorar termos que formam, entre si, uma rede de significantes ou de significados: uso sistemático de aumentativos, de comparativos, de superlativos, de determinados verbos e não de outros, etc.

A destruição de sistematismos é o próximo desvio. Quando se procura racionalizar, clarificar ou alongar o texto, nele se acabam introduzindo elementos que ele rejeita, o que acaba por destruir o sistema desenvolvido pela mente do autor para a sua obra, tornando-a incoerente.

Depois desse desvio, Berman tratará da destruição ou exotização das redes de linguagens vernaculares, o que, *grosso modo*, significa evitar os termos regionais ou dialetais. Esse tipo de tendência é bastante comum na tradução entre línguas próximas entre si.

O décimo segundo desvio é a destruição das locuções. Como os provérbios transmitem um sentido ou uma experiência que também se encontram em outros provérbios de outras línguas, a tradução não pode simplesmente verter-lhes o sentido, mas buscar, quando possível, um provérbio equivalente ao traduzido.

Por fim, temos o apagamento das superposições de línguas, que ocorre quando se traduz obras que fazem uso de mais de uma língua, é a próxima tendência observada por Berman. Um romance paraguaio, por exemplo, que contenha diálogos em espanhol e em guarani, representa bem a oralidade daquele país bilingue. Traduzir os diálogos para uma única língua destruiria essa oralidade presente no original.

No texto de Ecléa Bosi, reproduzido abaixo, podemos perceber diversos desses desvios. Ela procura sinônimos para substituir termos hoje em desuso no Brasil; busca, dessa forma, tornar o texto mais comercial ou mais fácil de ser entendido. Quando muda o nome dos trajes da dança para termos mais vulgares, tem em mente uma preocupação ideológica e estética, ou seja, reproduzir uma linguagem bem próxima à coloquial, como se encontra no galego. Quando, por outro lado, acrescenta palavras ao verso (palavras que não se encontram no original), está atenta ao ritmo do verso: outra preocupação estética. Há também no texto de Ecléa Bosi uma preocupação comercial: ela imaginava, certamente, que leitores só se interessariam pela poetisa se não encontrassem no livro coisas estranhas, coisas que não entendessem. É também uma deformação facilitadora.

Se prosseguirmos com a análise, encontraremos outros desvios, mas isso iria além de nosso escopo, aqui. O que nos interessa é, pois, mostrar que determinados desvios são mais frequentes quando a tradução se dá entre línguas mais próximas e outros são mais frequentes quando se trata de línguas mais afastadas entre si.

Numa tradução entre o russo e o português, a substituição de um termo por um sinônimo não representará um desvio, uma vez que poucos termos se assemelham entre as

duas línguas. O mesmo não ocorre quando se trata de uma tradução do castelhano para o português. E muito menos se a tradução for do galego para o português.

Já adiantamos que o galego e o português, por serem a mesma língua, não permitem uma tradução entre os dois sistemas, a menos que utilizemos o termo tradução em sentido lato. Nesse caso, uma tradução entre o galego e o português apresentaria outras espécies de desvios, desvios esses que são mais frequentes entre línguas semelhantes.

4. A versão de um poema de Rosalía de Castro:

O poema cuja versão analisaremos é “Hás de cantar”, do livro *Cantares gallegos*.

<p><i>Has de cantar, que che hei de dar zonchos; has de cantar, que che hei de dar moitos.</i></p>	<p>Hás de cantar que te dou castanhas,; hás de cantar que te darei tantas.</p>
<p>- - Has de cantar, meniña gaiteira, has de cantar, que me morro de pena.</p>	<p>- - Hás de cantar, menina <u>travessa</u>, hás de cantar, que morro de pena.</p>
<p>Canta, meniña, na veira da fonte; canta, dareiche boliños do pote.</p>	<p>Canta, menina, na beira da fonte, canta, que dou-te bolinhos do pote.</p>
<p>Canta, meniña, con brando compás, dareiche unha proia da pedra do lar.</p>	<p>Canta, menina, com brando compasso, que dou-te uma broa da pedra do lar.</p>
<p>Papiñas con leite tamén che darei; sopiñas con viño, torrexas con mel.</p>	<p><u>Sopinhas</u> con leite também te darei, manjares com vinho, torradas com mel.</p>
<p>Patacas asadas con sal e vinagre, que saben a nocés, ¡que ricas que saben!</p>	<p>Batatas assadas com sal e vinagre, com gosto de nozes de bom paladar!</p>
<p>¡Que feira, rapaza, si cantas faremos...! Festiña por fóra, festiña por dentro.</p>	<p>Que feira, menina, se cantas faremos...! Festejos por fora, festejos por dentro.</p>
<p>Canta si queres, rapaza do demo; canta si queres,</p>	<p>Canta se queres, menina do demo, canta que dou-te</p>



<p>dareiche un mantelo.</p> <p>Canta si queres, na lingua que eu falo; dareiche un mantelo, dareiche un refaixo.</p> <p>Co son da gaitiña, co son da pandeira, che pido que cantes, rapaza morena.</p> <p>Co son da gaitiña, co son do tambor, che pido que cantes, meniña, por Dios.</p> <p>- II - Así mo pediron na veira do mar, ó pé das ondiñas que veñen e van.</p> <p>Así mo pediron na beira do río que corre entre as herbas do campo frorido.</p> <p>Cantaban os grilos, os galos cantaban, o vento entre as follas runxindo pasaba.</p> <p>Campaban os prados, manaban as fontes entre herbas e viñas, figueiras e robres.</p> <p>Tocaban as gaitas. Ó son das pandeiras, bailaban os mozos cas mozas modestas.</p> <p>¡Que cofias tan brancas! ¡Que panos con fresco! ¡Que dengues de grana! ¡Que sintas! ¡Que adresos!</p> <p>¡Que ricos mandiles!</p>	<p><u>avental</u> como prêmio.</p> <p>Canta se queres na língua que eu falo; que dou-te uma <u>saia</u> e um cinto bordado.</p> <p>Ao som da gaitinha, ao som do pandeiro, mas canta, menina de rosto moreno.</p> <p>Ao som da gaitinha, ao som do tambor, mas peço que cantes menina, onde for.</p> <p>- II - Assim me pediram na beira do mar, ao pé das ondiñas que vêm e que vão.</p> <p>Assim me pediram na beira do rio que corre entre as ervas do campo florido.</p> <p>Cantavam os grilos, os galos cantavam, o vento entre as folhas <u>fremindo</u> passava.</p> <p><u>Abriam</u>-se os prados, manavam as fontes, entre ervas e vinhas, figueiras e robres.</p> <p>Tocavam as gaitas ao som dos pandeiros, bailavam com graça os pares modestos.</p> <p>Que toucas tão brancas, que lenços bordados, que xales tão finos, que cintos, que <u>ornatos</u>!</p> <p>Que <u>aventais</u> floridos,</p>	<p>¡Que verdes refaixos! ¡Que feitos xustillos de cor colorado!</p> <p>Tan vivos colores a vista trubaban; de velos tan váreos o sol se folgaba.</p> <p>De velos bulindo por montes e veigas, coidou que eran rosas garridas e frescas. [...]</p>	<p>que verde rodado, que lindos corpetes de tom variado!</p> <p>Tão vívidas cores a vista turvavam, de vê-las tão várias o sol se <u>alegrava</u>.</p> <p>Ao vê-las bulindo por montes e veigas <u>pensou</u> que eram rosas garridas e frescas. [...]</p>
--	--	--	---

As palavras destacadas em negrito, na coluna da esquerda (texto em galego) são aquelas que um leitor de língua portuguesa estranharia. As palavras em negrito, no texto da direita (português do Brasil) são os únicos que, de fato, foram vertidos do sistema galego para o sistema brasileiro. Os termos destacados em itálico (na coluna da direita) representam alterações semânticas, desnecessárias para o entendimento do falante brasileiro, embora úteis para a acomodação rítmica do verso. Delas, trataremos em seguida.

O termo “gaiteira” também existe em português, embora seja raro no Brasil, razão pela qual a tradutora o substituiu por “travessa”.

O segundo termo assinalado, “sopinhas”, não é um bom substituto para “papiñas”, uma vez que também é frequente, no Brasil, o termo “papiinha”, ainda que seja mais usado para designar a comida dada às crianças, ou a qualquer um que não pode mastigar. Por certo, a tradutora fez uma aproximação semântica entre os dois termos para que o leitor não entendesse as “sopiñas”, que aparecem dois versos abaixo, como “sopas”, mas como guisados ou algo parecido.

O terceiro termo destacado é “avental”. A substituição de “mantel” (equivalente semântico de “mantelo”) por “avental” não representa um ganho semântico; sequer representa uma solução para o verso, pois se tivesse usado “mantel” em vez de “avental”, o verso ficaria com as mesmas cinco sílabas do original. Pouco depois, a tradutora substituirá o mesmo “mantelo” por saia e verterá “dareiche un mantelo” por “que dou-te uma saia”. Se tivesse escrito “que dou-te um mantel”, preservaria o mesmo número de sílaba. Mas, de qualquer forma, o verso continuaria com o problema da colocação pronominal, que deveria ser escrito “que te dou uma saia”, mais correto gramaticalmente e mais apropriado à linguagem coloquial.

Em seguida, temos a palavra “fremindo” em lugar de “rangendo”; “ranger” é o equivalente do verbo “runxir” (ou “rungir”). Depois, substitui-se o verbo “campar” por “abrir”, embora o “campar” tenha o mesmo sentido em português que em galego.

Mais abaixo, percebe-se a substituição de “adresos” por “ornatos”, embora exista, em português, o termo “adereço”; e, na estrofe seguinte, traduz-se “mandiles” por “aventais”, provavelmente, porque o termo “mandil” é pouco corriqueiro no Brasil.

Pouco depois, a tradutora preferiu trocar a palavra portuguesa “folgar” por “alegrar”, pelo fato de “folgar” ter, hoje em dia, o sentido de “abusar” (em jargão). Todavia, o termo “folgar” foi bastante usado no passado com o sentido de “alegrar”; e, da mesma forma, o termo “cuidar”



já é pouco utilizado no Brasil com o sentido de “pensar”. Quis a tradutora, portanto, fazer uso de termos mais atuais e corriqueiros para reproduzir a linguagem popular da poetisa galega. O propósito da tradutora, ao preocupar-se com a frequência dos termos em português do Brasil não foi o de traduzir esses termos, mas de substituí-los por termos mais próximos da linguagem popular. Esses termos não foram, portanto, traduzidos, mas parafraseados.

Das 278 palavras que contém o trecho reproduzido acima, apenas 12 (4%) são estranhas ao português (em negrito no texto original), a maioria delas referindo-se a nomes dos trajes utilizados no baile camponês. Rosalía de Castro fez uso desses termos para que seu poema soasse em galego, para que cantasse na língua que falava. Se o poema fosse escrito por um poeta regionalista português ou brasileiro, ele também utilizaria termos desconhecidos da maioria dos falantes de outros lugares onde o português é a língua falada. Os nomes dos trajes são nomes típicos e não, propriamente, palavras estrangeiras.

Pela análise do texto vertido, percebe-se que o resultado não foi uma tradução, mas uma paródia do texto original em que se perderam os termos tipicamente regionais, bem como a paisagem, os sons e as cores da Galiza. É como se Rosalía de Castro tivesse vivido entre camponeses de alguma localidade do Brasil. Ecléa Bosi empregou diversos processos tradutológicos para adaptar o texto de Rosalía de Castro para o leitor brasileiro contemporâneo, mas apagou, na versão que fez, aquele caráter de estranhamento que uma tradução deve manter quando se propõe a reproduzir costumes de outras terras.

Ademais, nessa versão, muito pouco foi mudado, fenômeno que ocorre quando se traduz textos entre duas línguas semelhantes. Se a versão apresentada acima não fosse feita em versos, mais semelhante ainda estaria do texto original. E tão próxima estaria que bastava colocar uma ou outra nota de rodapé a uma ou outra palavra.

No livro *Antologia de poesia galega* (Vieira, 1996), os poemas são apresentados no original junto com umas poucas notas de rodapé para facilitar a leitura. E isso basta. Bastaria também para qualquer poema regionalista escrito em português, o qual tampouco não poderia carecer de notas de rodapé.

Dessa forma, podemos afirmar que uma análise de textos galegos, feita por meio da Teoria da Tradução, não aponta nenhum indício de que um texto galego não possa ser entendido por um leitor que fale apenas o português. Além disso, a análise coloca em dúvida que o galego e o português sejam línguas distintas em si.

5. Conclusão:

O debate travado em torno da questão de ser ou não ser o galego uma língua apartada do português assume mais um caráter político do que científico. Se a ideia do “rexurdimento” era uma ideia de um nacionalismo galego, os adeptos dessa ideia deveriam apontar as suas armas para a Espanha e não para Portugal.

A Galiza foi sempre uma terra explorada pelo governo central da Espanha. Forneceu mão de obra barata para o resto do país, teve suas matas destruídas pelas indústrias espanholas e sempre foi considerada como terra de campônios pelos espanhóis. A língua galega era desprestigiada e associada a um povo ignorante que não sabia falar o espanhol. Nas poucas escolas que havia na região, ensinava-se o castelhano e os escritores e outros intelectuais galegos escreviam e se expressavam em espanhol.

Portugal, por sua vez, pautou sua autonomia e manteve a soberania graças a uma luta constante contra o castelhano. Luta que envolveu heroísmos – como a deposição de Dona Leonor Teles pelo Mestre de Avis, para que Portugal não se submetesse ao trono de Castela – e tragédias – como a de Inês de Castro que foi morta para que Portugal não perdesse a soberania para a mesma Castela. Mas a morte trágica e desnecessária de D. Sebastião e o curto reinado de Henrique puseram fim à soberania portuguesa em 1581. Mas as tradições se mantiveram, mantiveram-se os costumes, manteve-se a língua. E Portugal recuperou a soberania em 1640.

E o reino sobreviveu porque recusou integrar-se aos reinos espanhóis, mesmo quando isso era necessário, como na luta contra os mouros. Leão uniu-se a Castela para expulsar os mouros da Espanha. Portugal expulsou os mouros sozinho.

A Galiza, no entanto, move-se sem rumo em direção a uma independência abstrata que por certo não terá nenhuma consequência. Enquanto Portugal lutou com armas, a Galiza lutou com sonhos. Se pretende algum dia tornar-se livre, deverá rejeitar a subserviência ao trono espanhol. Então, terá dois caminhos a escolher: ou a independência plena ou a união com Portugal.

A Galiza e Portugal têm a mesma língua, a mesma cultura e expressam os mesmos sentimentos. Nenhuma língua do mundo tem, como no português, um termo para designar a saudade, com a exceção do mirandês, que diz “suidade”. Mas o galego conhece a saudade tão bem quanto o português que, no passado, diziam, a uma só voz, “soidade”.

As minhas grandes saudades
São do que nunca enlacei.
Ai, como eu tenho saudades
Dos sonhos que não sonhei!...
(Mário de Sá Carneiro, “Dispersão”)

6. Bibliografia:

- Bassetto, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*, vol. I. São Paulo: EDUSP, 2005.
- Bassetto, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*, vol. II. São Paulo: EDUSP, 2010.
- Berman, Antoine. *A tradução e a letra – ou o albergue do longínquo*. Rio de Janeiro: 7letras, 2007.
- Boléo, Manuel de Paiva. *Estudos de linguística portuguesa e românica*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1974.
- Castro, Rosalía de. *Cantares gallegos*. Vigo: Imp. de D. Juan Compañel, 1863.
- _____. *Obras completas*. Madrid: Aguilar, 1960.
- _____. *Poesia*. Tradução e versão do galego e do espanhol: Ecléa Bosi. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- Cintra, Luís F. Lindley. *Estudos de dialetologia portuguesa*. Sá da Costa: Lisboa, 1995.
- Cunha, Celso Ferreira. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Fename, 1982.



Dono, Xesús Domínguez (org.). O galego – Aproximacións á súa historia, sistema lingüístico, dialectoloxía e usos. Vigo: Irindo, s / d.

Vieira, Yara Frateschi. *Antologia da poesía galega*. Campinas: Unicamp, 1996.

Iordan, Iorgu e Manoliu, Maria. *Manual de lingüística románica*. Madrid: Gredos, 1972.

Vasconcellos, J. Leite de. *Estudos de philologia mirandesa*. Dois volumes. Lisboa: Imprensa Nacional, 1900.

_____. *Opúsculos*. vol. IV – Filologia (parte II). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1929.

Vicente, Alonso Zamora. *Dialectología española*. Madrid: Gredos,

Cantar o Corpo, 1979 (esgotado)

Eu Fui ao Pico Piquei-me, 1980 (esgotado)

Itinerário das Gaivotas, 1982 – ed. DRAC (esgotado)

Nem Mais Amor que Fogo (em parceria com Emanuel Jorge Botelho), 1983

Triste Vida Leva a Garça (antologia 1967 / 81), 1984 – ed. Ulmeiro

Textos Inocentes, 1986 (esgotado)

Erva-Azeda, 1987 (esgotado)

Impressões de Boca, 1992 – ed. DRAC (esgotado)

António, Porta-te como uma Flor, 1998 – ed. Salamandra

Memórias de Ilha em Sonhos de História (poemas sobre aquarelas de Álvaro Mendes), 2000

Cantigas do Fogo e da Água (quadras sobre aquarelas de Álvaro Mendes), 2001

TEATRO

Um Quixote – 2ª edição, 1974 (esgotado)

Morte ou Vida do Poeta, 1974 (esgotado)

Manuel, Seis Vezes Pensei em Ti, 2ª edição, 1994 – ed. Jornal de Cultura (esgotado)

Uma Hortênsia para Brianda, 1981 – sep. Revista «Atlântida» (esgotado)

Sabeis quem É este João? 1984 – sep. Revista «Atlântida» (esgotado)

Missa Terra Lavrada, 1984 – ed. DRAC (esgotado)

Os Sonhos do Infante, 2ª edição, 1995 – ed. Jornal de Cultura (esgotado)

Morte que Mataste Lira (musical com Carlos Alberto Moniz) – ed. CD, 1999

A Solidão da Casa do Regalo e Almeida Garrett-Ninguém, 2000 – ed. Salamandra

ROMANCE

Burra Preta com uma Lágrima – 2ª edição, 1995 – ed. Salamandra

Até Hoje Memórias de Cão, 1986 – ed. Ulmeiro; 1988 – ed. Signo; 2003 – ed. Salamandra

Pátio d'Alfândega Meia-Noite, 1992 – ed. Vega

Já não Gosto de Chocolates, 1999 – ed. Salamandra;

Versão inglesa, 2006 – ed. Portuguese Heritage Publications of California, Inc.;

Versão japonesa, 2008 – ed. Random House Kodansha

CONTO

Contos com Desconto, 1991 – ed. Instituto Açoriano de Cultura (esgotado)

Com Perfume e com Veneno, 1997 – ed. Salamandra

ENSAIO

Almeida Firmino / Poeta dos Açores, 1978 – ed. DRAC (esgotado)

Olá, Pobreza! 1996 – ed. Jornal de Cultura (esgotado)

TEMA 1.2 LITERATURA AÇORIANA – UM OLHAR DE CONTEMPORANEIDADE, ÁLAMO OLIVEIRA, ESCRITOR AÇORIANO CONVIDADO AICL, ILHA TERCEIRA, AÇORES

A ilha é espaço de múltiplos entendimentos e é espaço privilegiado para a criação artística, nomeadamente, a literária.

Os escritores continuam a fazer leituras da realidade açoriana, relevando a insularidade e a emigração dela decorrente.

2. ÁLAMO OLIVEIRA, ESCRITOR AÇORIANO CONVIDADO AICL, TERCEIRA, AÇORES



ÁLAMO OLIVEIRA (José Henrique do) nasceu na freguesia do Raminho, ilha Terceira, Açores, em 1945. Depois dos estudos no Seminário de Angra, foi funcionário em diversos departamentos governamentais ligados à Cultura. Aposentou-se em 2001. Como escritor, tem 33 livros publicados com poesia, romance, conto, teatro e ensaio. Está representado em mais de uma dezena de antologias de poesia e ficção narrativa, em Portugal e no estrangeiro. Tem poesia e prosa traduzidas para inglês, francês, italiano, espanhol, croata, esloveno e japonês.

O seu romance “Já não gosto de chocolates” foi traduzido e publicado nos Estados Unidos da América e no Japão. Até hoje, “Memórias de cão” (3ª edição) recebeu o prémio «Maré Viva», da Câmara Municipal do Seixal, em 1985; “Solidão da Casa do Regalo (teatro)” recebeu o prémio «Almeida Garrett» em 1999.

Em abril de 2002, a Portuguese Studies Program, da Universidade da Califórnia em Berkeley, convidou-o, na qualidade de «escritor do semestre», para lecionar a sua própria obra aos estudantes de Língua Portuguesa – sendo o primeiro português a receber tal distinção.

POESIA

A Minha Mão Aberta (opúsculo), 1968

Pão Verde, 1971 (esgotado)

Poemas de(s)Amor, 1973 (esgotado)

Fábulas, 1974 (esgotado)

Os Quinze Misteriosos Mistérios, 1976 (esgotado)



1.

Este é já o 18º colóquio da lusofonia e é a primeira vez que tenho o privilégio de estar presente, participando. Foram muitos os motivos que justificam essa ausência. Por isso, deixo o meu profundo agradecimento ao Chrys Chrystello pelo seu persistente convite – agradecimento que estendo a toda a equipa que vem a colaborar com ele.

Apesar da não-presença, tenho procurado estar atento ao desenvolvimento dos temas tratados em cada um dos colóquios, todos eles versando, sob os ângulos mais variados, a lusofonia, analisando uma língua que mantém uma dinâmica muito própria e uma textura que lhe permite sobreviver em espaços habitados por outras línguas.

Mapear a lusofonia é trabalho feito e aceite em áreas dos cinco continentes e a sua grandeza espanta mais do que a sua dispersão. É, porventura, nessa dispersão que estes colóquios têm feito refletir a unidade linguística, ao ponto de nos espantarem os custos socioculturais e financeiros que o recente acordo ortográfico vem a provocar, sem que a sua aplicação seja totalmente consensual.

A definição pessoal de «pátria» alargou-se. Já se vai utilizando, com muita comodidade, a expressão «literatura lusófona», sem mais desconforto linguístico e cultural.

2

Numa aprendizagem escolar de geografia, aliada a um quotidiano redondo de mar à volta, a ilha é um espaço instável, transitório, com múltiplos sentidos. Até há pouco tempo, valia a certeza das outras ilhas que cada açoriano avistava do balcão da sua casa, observando os barcos que iam e vinham e que destruíam qualquer noção de cárcere e de exílio. Foi nos mapas das escolas que muitos se convenceram que nascer numa ilha não era uma fatalidade, antes uma espécie de destino inclassificável, já que todos nascem com um barco nos pés. Depois, há os que defendem que as ilhas são anunciadoras naturais dos continentes e, em muitos casos, suas sentinelas, portas de partidas e de regressos. Mas há os que entendem que uma ilha pode ser um lugar mágico – porventura fantástico –, porque reserva esperanças e cultiva desejos, que acendem e apagam como que tocados por tempestades e bonanças. Nemésio fala da ilha como sendo «esfinge do mar» – esfinge que não devora o homem, antes o agasalha e amamenta.⁽¹⁾ A ilha é também o lugar onde é possível ver crescer a utopia, numa correlação de forças entre o que é a predisposição de sonhar e o que se inventa para ficar além da ilha, através das débeis informações que vão chegando do resto do Mundo. E é ainda o lugar onde sentir a insularidade pode tocar a percepção mítica do que é a fragilidade física da ilha.

Por isso, uma ilha é um espaço de significação plural. Mais do que nunca, voluntária ou involuntariamente, as ilhas são invejadas. Quem não vive nelas procura criá-las. Isto é: cria a sua ilha interior, mantendo-se cioso dela, ocultando-a com nevoeiros enformados por sentimentos muitas vezes contraditórios, mas que não são partilháveis por necessidade de pertença ou por necessidade de proteção uterina. A globalização trouxe este outro conceito de ilha: a ilha interior. Se, informativa e tecnicamente, as ilhas geofísicas encurtaram distâncias entre si e se aproximaram dos continentes, parece notar-se esse outro entendimento de ilha, em que o Mundo se contamina com uma espécie de insularidade global. Daí, que o homem

procure, cada vez mais, a conquista dos espaços extraterrestres, com o mesmo espírito de aventura científica com que, há séculos, andarihou na descoberta das terras de aquém e de além-mar, arrostando a mesma ânsia de romper limites e de conhecer outros espaços de vivência possível. A insularidade será, assim, um efeito de estufa mais universal do que semanticamente se lhe possa atribuir.

3.

Luís Ribeiro aponta, como característica do açoriano, a capacidade de criação artística. Mas há que confinar esta apreciação apenas à área da criação literária. Por isso, importa deixar expresso que a criatividade açoriana engloba escritores (poetas, romancistas, contistas, dramaturgos, ensaístas), artistas plásticos, compositores, músicos, intérpretes, cineastas, encenadores, atores. A par disto, há um vasto, utilitário e imaginativo património etnográfico; um não menos vasto e belo repertório de folclore; um notável recheio de literatura oral nas áreas do romanceiro, cancionero e adagiário.

A escrita de criação e de ensaística tem dado à Literatura portuguesa nomes de açorianos que não podem ser ignorados pela História dessa mesma Literatura. Desde logo, Antero (1842-1891) e logo Roberto de Mesquita (1871-1923), Armando Côrtes-Rodrigues (1891-1971), Vitorino Nemésio (1901-1978), Alfred Lewis (1922-1977), escritor da diáspora com um romance – *Home Is an Island* – publicado em 1955, na prestigiada editora de Nova Iorque, a Random House. E mais: Almeida Firmino (1934-1977), Natália Correia (1923-1993), Pedro da Silveira (1922-2003), José Martins Garcia (1941-2002), Emanuel Félix (1936-2004).

Irreportáveis, porque a lista ficaria longa demais, são os nomes dos escritores dos Açores e dos espaços da diáspora. São às dezenas e tocam todas as áreas da escrita, repartidos por épocas, agregados por gerações, por confluências temáticas e estilísticas, que tornam os Açores na região portuguesa com maior atividade editorial, apoiada por um suplementarismo cultural que os jornais promovem e desenvolvem.

Atendendo a esta realidade, enformada por especificidades temáticas, qualidade e quantidade, foi de forma quase inocente que se começou a falar de Literatura açoriana. A designação caiu mal nos meios académicos do continente português, que a entenderam mais como uma afirmação política do que como mera arrumação cultural. E pensava-se que, com a revolução de abril, se processava também uma revolução de mentalidades nas universidades portuguesas. No entanto, o apego à intocabilidade das teses académicas acabou por se tornar em hostilidade declarada e, depois, em indiferença sobranceira. Quando em 1983, foi instituída, na Brown University (Providence, Estados Unidos da América), a cadeira de Literatura açoriana, os meios académicos portugueses bombardearam a iniciativa com tiros de prestígio mofento, conservados no bafio do seu próprio conservadorismo. Alguns anos depois, a Universidade dos Açores resolveu criar também a cadeira de Literatura açoriana. A verdade é que só pecou pela demora.

Esta referência ao isolacionismo, que os académicos portugueses (salvo honrosas exceções) têm dedicado à Literatura açoriana, serve para relevar a atenção que algumas universidades estrangeiras, com destaque para o Brasil, Estados Unidos da América e Canadá, vêm a dar à produção literária dos Açores.



4.

Das especificidades temáticas da Literatura açoriana, salienta-se a insularidade – tema predominante ao longo dos tempos, se bem que expressa com colorações diferentes: impressionistas, expressionistas, realistas, neorealistas, sobejando franjas surrealistas. Daí, resultaram livros de poesia, ficção narrativa, teatro e ensaio. E ficaram retratos e relatos de tempos e de factos que nos revelam a vivência social, económica, política e cultural dos açorianos. E são retratos e relatos deixados, não na perspectiva isolacionista e insociável de mundo à parte, mas naquela que, reconhecendo a especificidade, a coloca como complemento natural do próprio universo.

Por isso, é fácil entender que a emigração seja o tema decorrente da insularidade, não só como atitude emergente da situação económica, mas também como forma de afirmar uma ancestral vocação universalista. A escrita açoriana sobre emigração não se fica pela saudade grafada «numa pedrinha do cais». Ela revela, em parceria com os testemunhos dados pelos escritores da diáspora, situações vividas e comoventes, que dão conta da evolução dessa mesma emigração, Como tema declinado que agora é, já faz parte da memória coletiva, dando azo a um outro entendimento de se ser açoriano. Mais do que nascer e permanecer numa ilha, ser açoriano é uma raiz que se desenvolve em qualquer parte do Mundo, mas que não adultera a matriz de origem.

A emigração continua a ser um filão que, literariamente, persiste em ser explorado. A diluição das comunidades nos dois países de preferência emigrante (Estados Unidos da América e Canadá), mais os novos surtos emigratórios ditados pela crise e o que vem emergindo da contaminação pela aculturação, ainda constituem apetências reais para qualquer escritor criativo ou ensaísta. Os meios literários dos dois países citados estão já a dar uma atenção especial àquilo que designam por «literatura étnica».

Na década de 60, o governo português defrontou-se com a guerra colonial. Durante 14 longos anos, Angola, Moçambique e Guiné lutaram pela sua independência. A revolução de abril de 74 trouxe, a Portugal, o regime democrático. A guerra colonial acabou e seguiram-se as independências e as autonomias.

Enquanto a guerra prevaleceu, o governo português lembrou-se dos Açores. Os seus jovens foram convocados para combater nas linhas da frente em nome duma portugalidade que a necessidade acendeu.

É por esta altura que surge, num simples suplemento literário de um jornal angrense (2), uma novíssima geração de escritores, quase todos escolhendo a poesia como forma de expressão. Eles escolheram ser irreverentes, politicamente incorretos, denunciantes. Apesar da sua juventude, mostraram estar animados por sentimentos inalienáveis de justiça social e de grande capacidade de serem solidários: solidários com os povos que lutavam pela sua liberdade e com o povo a que pertenciam – povo que viam posto no limiar da pobreza e sob a mordida da prepotência. Quatro dos romances publicados em Portugal, que refletem a problemática da guerra colonial, foram escritos por açorianos. (3).

Atualmente, os escritores açorianos, sem deixarem de ter em consideração a sua condição de ilhéus, envolvem-se numa escrita liderada por ideais sem fronteiras, denunciando as faltas de solidariedade e a existência de flagelos como o racismo, a xenofobia e o ditatorialismo – enfim, autoritarismos velhos vestidos de comportamentos novos.

5.

Apesar das mudanças ditadas pela evolução das sociedades, os criativos açorianos continuam a testificar a afirmação nemesiana: «Como as sereias, temos uma dupla natureza: somos de carne e pedra. Os nossos ossos mergulham no mar.» (4). É esta vivência anfíbia que dá, ao ilhéu, uma forma peculiar de partilhar os seus afetos. Ele ama a ilha sem se ater nas razões da Razão. Este amor não tem paralelo com os denominados amores pátrios. E é este entendimento de amor pela terra onde nasceu ou de que descende que o predispõe a desenvolver o seu poder criativo, para cumprir uma escrita emocionada pela teluricidade da ilha e, sobretudo, por aquilo que ele tem de mais íntimo: o imaginário fantástico de um povo que tem, pelo mar, um fascínio de caminho a percorrer e onde lhe é permitido ousar a palavra liberdade. Na ilha, até a solidão se curva perante um cantar de melro. A alma como que se desbarreta perante a ara sagrada que a ilha é. A dispersão dos açorianos reforça a corrente dos seus afetos.

Os escritores açorianos, ao assumirem a sua açorianidade, abrem desafios para a redescoberta das ilhas, através de viagens no mar das intuições, rumadas, com atenção e persistência, na pesquisa do real e do poético, desfibrando cada ângulo e cada imagem por dentro. O saber olhar os Açores obedece a fruições que captam e fixam o mítico e o prosaico, o inefável e o violento, o poético e o supérfluo, o pitoresco e o folclórico, o fantástico e o comezinho. Os Açores não são a reserva do paraíso, mas também não são o sepulcro da inocência. Por isso, são ilhas que devolvem a capacidade de sonhar com os espaços da utopia, subvertendo os nevoeiros do fantástico e desvendando os segredos dos homens que as manhãs declinam na linha do horizonte.

É desta realidade que os escritores açorianos se alimentam e falam. A sua contemporaneidade é o seu saber do Mundo e dos mundos, usando o seu poder criativo no fazer duma literatura que, paulatinamente, mas de forma indelével, se manifesta eivada de especificidades e de diferenças. Só é pena que o ser diferente seja um direito que ainda incomoda e assusta.

Álamo Oliveira

Notas:

- NEMÉSIO, Vitorino – «Da Universal Inquietude». In *Sob os Signos de Agora*, pp. 162 / 178, ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1995
- Suplemento «Glacial», coordenado por Carlos Faria e que foi publicado no jornal *A União*, de 1967 a 1973
- São os seguintes romances: *Lugar de Massacre*, de José Martins Garcia, 1ª ed. 1975; *Autópsia de um Mar de Ruínas*, de João de Melo, 1ª ed. 1984; *Ciclone de setembro*, de Cristóvão de Aguiar, 1ª ed. 1985. Em 1990, o autor autonomizou, em edição própria, a parte referente à guerra colonial, com o título de *Braço Tatuado. Até Hoje Memórias de Cão*, de Álamo Oliveira, 1ª ed. 1987
- NEMÉSIO, Vitorino – «Açorianidade». In *Ínsula* (revista), nºs 7 / 8 – julho e agosto de 1932, Ponta Delgada

**3. ALEXANDRE LUÍS, UBI, COVILHÃ, PORTUGAL****4. CARLA SOFIA LUÍS, UBI, COVILHÃ, PORTUGAL**

Carla Sofia Gomes Xavier Luís nasceu em Lamego, em 1977. É licenciada em Português e Inglês (ensino de) pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. É mestre em Língua, Cultura Portuguesa e Didática pela Universidade da Beira Interior e doutorada em Letras (Linguística Literária Portuguesa) pela mesma instituição.

É investigadora do Centro de Estudos em Letras da UTAD, Professora Auxiliar no Departamento de Letras da UBI e Membro da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia. Tem lecionado variadas cadeiras, nas áreas da Linguística (Sintaxe e Semântica do Português I e II, Lexicologia e Lexicografia do Português, Fonética e Morfologia do Português, História da Língua Portuguesa I e II), da Língua Portuguesa (Técnicas de Expressão do Português, Práticas de Expressão), da Cultura Portuguesa (Cultura Portuguesa Contemporânea, no mestrado de Estudos Ibéricos), do inglês (Literatura Inglesa até à Renascença, no curso de Português-Inglês; Inglês I, II, III, no curso de CPRI e Inglês Avançado I e II, no mestrado de Relações Internacionais) e é supervisora de estágios pedagógicos, nas vertentes do português e do inglês.

É membro do Conselho Editorial da *Revista...à Beira* (Departamento de Letras da UBI) e do Conselho Editorial da *UBILETRAS* (Revista Online do Departamento de Letras da UBI).

Da sua obra, destacam-se o livro *Língua e Estilo: um Estudo da Obra Narrativa de Mário Cláudio*, Vila Real, Centro de Estudos em Letras e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, (com o apoio da FCT), 2011 (445 pp.), os capítulos de livro “Mário Cláudio: Nauta e Guardiã da Portugalidade” in *Representações da Portugalidade*, Alfragide, Editorial Caminho, 2011, “Espelhos de África na Obra Narrativa de Mário Cláudio: os casos de *Tocata para Dois Clarins* e *Peregrinação de Barnabé das Índias*” in *Portugal-África: Mitos e Realidades Artísticas e Vivenciais*, coord. Cristina Costa Vieira, Alexandre Costa Luís, Domingos Ndele Nzau, José Henrique Manso e Carla Sofia Luís, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2012 (com o apoio da FCT), bem como os artigos “José Inês Louro e Mário Cláudio: devotos promotores da Língua e Cultura Portuguesas” in *Revista de Letras*, Vila Real, Centro de Estudos em Letras, Departamento de Letras, Artes e Comunicação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2011, “Património Cultural, Língua Portuguesa e Relações Internacionais” in *Praça Velha*, Guarda, Núcleo de Animação Cultural / Câmara Municipal da Guarda, 2010.

[É SÓCIO DA AICL.](#)

Alexandre António da Costa Luís nasceu no Canadá. Licenciou-se em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Bom com Distinção, 17 valores), onde arrecadou os prémios *Curricular Feijó* e *Geraldes Freire*. Nesta mesma universidade, obteve igualmente os graus de mestre em História Moderna (Muito Bom, por unanimidade) e de doutor em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (Aprovado com Distinção e Louvor, por unanimidade).

É Professor Auxiliar na Universidade da Beira Interior, lecionando nos cursos de Ciência Política e Relações Internacionais (1.º Ciclo), Ciências da Comunicação (1.º Ciclo), Estudos Ibéricos (2.º Ciclo) e Ciência Política (2.º Ciclo). Exerce também os cargos de Diretor do Mestrado em Estudos Ibéricos, de membro do Conselho Científico da Faculdade de Artes e Letras e de representante do C.C. na Comissão de Qualidade da F.A.L.

É membro do Conselho Editorial da *Revista...à Beira* (Departamento de Letras da Universidade da Beira Interior), do Conselho Editorial da *UBILETRAS* (Revista Online do Departamento de Letras da Universidade da Beira Interior) e do Corpo de Redação do *Boletim da Diocese da Guarda*. Integra o Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, a Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa (Secção de História) e a Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia.

O seu principal trabalho de investigação corresponde à sua tese de doutoramento intitulada *Na Rota do Império Português (da Formação da Nacionalidade ao Apogeu Imperial Manuelino)*, Coimbra, FLUC, 2008, 828 páginas.

Da lista das suas últimas publicações, destacamos o capítulo de livro intitulado “Uma Potência em Ascensão: Portugal à luz do discurso proferido por D. Garcia de Meneses perante o Papa Sisto IV (1481)”, in *Representações da Portugalidade*, org. André Barata, António Santos Pereira e José Ricardo Carvalheiro, Alfragide, Caminho, dezembro de 2011, pp. 243-264. Encontra-se no prelo a obra *Portugal-África: mitos e realidades vivenciais e artísticas*, coord. de Cristina Costa Vieira, Alexandre António da Costa Luís, Domingos Ndele Nzau, Henrique Manso e Carla Sofia Gomes Xavier Luís, Covilhã, Universidade da Beira Interior (com o apoio da FCT), 2012.

[É SÓCIO DA AICL.](#)

TEMA: 1.4.2. O PROTAGONISMO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS (séculos XV a XXI),

Alexandre António da Costa Luís, UNIV. DA BEIRA INTERIOR E CENTRO DE HISTÓRIA DA SOCIEDADE E DA CULTURA DA UNIV. DE COIMBRA (aluis@ubi.pt),

Carla Sofia Gomes Xavier Luís, UNIV. DA BEIRA INTERIOR E CENTRO DE ESTUDOS EM LETRAS DA UTAD, (cxavier@ubi.pt)

Palavras-chave: Língua Portuguesa, Lusofonia, Relações Internacionais, CPLP, Descobrimentos e Expansão Ultramarina.

Com a presente comunicação pretendemos, de olhos postos no passado, interpretando o presente e projetando o futuro, refletir sobre o protagonismo da língua portuguesa na evolução das relações internacionais desde o século XV, não deixando de trazer à colação os



principais quadros históricos em que esteve envolvida. Como é sabido, a sua prosperidade transformou-a efetivamente numa peça angular da independência nacional, até porque ajudou a consubstanciar e a elevar a um patamar superior a influência portuguesa no Mundo, fruto, em larga escala, da sua difusão por via de fenómenos como os Descobrimentos e a Expansão Ultramarina, que fizeram inclusivamente de Portugal o país pioneiro da globalização. Afinal, não é despidendo afirmar que o bem cultural mais valioso e duradouro que os Portugueses legaram a outros povos, situados em diferentes continentes e mares, foi a sua língua. Na realidade, difundindo-se largamente através das (novas) rotas marítimas, daí a sua vocação transoceânica, ou talássica, esta “mercadoria espiritual” e instrumento de comunicação não tardou a assumir um papel preponderante no âmbito dos contactos entre diversos povos, assim como em matéria de interpenetração de culturas e civilizações diferenciadas, favorecendo o processo de crescimento da comunidade internacional e de incremento das relações internacionais. Sublinhe-se, assim, o seu antigo trajeto de “língua companheira do império”, de língua franca, de língua de comércio e, não menos importante, de língua de evangelização. E os Açores, que ajudaram a conceder funcionalidade aos impérios ibéricos, sobretudo durante o período reinante da navegação à vela e graças fundamentalmente à sua posição geográfica e estratégica, não deixaram de contribuir para toda esta dinâmica de proliferação e mundialização da língua portuguesa, bem como da espanhola.

Desaparecido o Império Luso na segunda metade do século XX, é indubitável que, entre Portugal e as suas ex-colónias, continua a sobreviver um relevante sentimento de proximidade e de comunhão em redor de um extenso leque de valores e padrões culturais, de velhas experiências históricas vividas em comum, fruto de numerosos séculos de convivência e de miscigenação - daí a constituição, em 1996, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que almeja a preservação e expansão do português pelo mundo, bem como a cooperação política, social, económica e cultural entre os países envolvidos. No fundo, a língua portuguesa tem incontestavelmente vingado como o principal baluarte ou laço de união, inclusive afetiva, entre Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor. Desta lista de países, facilmente se depreende que, no que diz respeito à afirmação territorial da Lusofonia, o Atlântico Sul, nas suas duas margens, emerge como um espaço estrategicamente marcante e decisivo. Por outro lado, as últimas décadas têm permitido esclarecer que a valorização da língua de Camões decorre profundamente do seu poder de criar e difundir cultura, da sua variedade, da sua vivacidade, do orgulho e prazer que se sente em manejá-la, quer em termos orais quer escritos, em estudá-la e em ensiná-la. Por consequência, a sua força reside expressivamente na literatura, nos versos das canções, nos jornais, nas revistas, no cinema, entre outros destacados campos de desenvoltura.

Pretendemos, de olhos postos no passado, interpretando o presente e projetando o futuro, refletir sobre o protagonismo da língua portuguesa na evolução das relações internacionais desde o século XV. Como é sabido, a sua prosperidade transformou-a, efetivamente, numa peça angular da independência nacional, até porque ajudou a consubstanciar e a elevar a um patamar superior a influência portuguesa no Mundo, fruto, em larga escala, da sua difusão por via de fenómenos como os Descobrimentos e a Expansão Ultramarina, que fizeram inclusivamente de Portugal o país pioneiro da globalização.

Desde logo, devemos sublinhar que este reconhecido pilar da soberania nacional constitui, indubitavelmente, uma peça charneira do património cultural lusitano, tratando-se, no fundo, do principal tesouro que os Portugueses legaram a outros povos situados em diferentes continentes (Luís e Luís, 2010: 215). Aliás, se recuarmos ao século XVI, verificamos que já o humanista João de Barros, ao refletir sobre o futuro do legado português, adverte para o facto de que, mesmo após a extinção dos vestígios materiais da presença lusitana nos espaços ultramarinos, a língua e a cultura portuguesas continuariam, inexoravelmente, gravadas no espírito das populações autóctones, senão vejamos este trecho retirado do afamado Diálogo em Louvor da nossa Linguagem: “As armas e padrões portugueses, póstos em África e em Ásia, e em tantas mil ilhas fóra da repartição das três partes da terra, materiais sam, e póde-ás o tempo gastár, però nam gastará doutrina, costumes, linguágem, que os Portugueses nestas terras leixárem” (Buescu, 1978: 90). Tomemos também como fonte do reconhecimento da relevância histórico-cultural da língua portuguesa outro inolvidável vulto de Quinhentos, Fernão de Oliveira, o qual fundamentava a sua posição de paladino do aperfeiçoamento e do nacionalismo linguísticos na perenidade, afetividade e parença que a língua lusa podia despertar nos territórios ondeurgia expandi-la. Anotemos, por conseguinte, o contexto a isso atinente:

“[...] e com tudo apliquemos nosso trabalho a nossa lingua e gente e ficara com mayor eternidade a memoria delle: e nam trabalhemos em lingua estrangeira, mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas que a possamos ensinar a muytas outras gentes e sempre seremos dellas louuados e amados porque a semelhança é causa do amor e mays em as linguas.” (1988: quinto capítulo)

Todavia, é bom lembrar que não seria possível encontrarmos a nossa marca espalhada pelos quatro cantos do Mundo sem o engenho criativo e a aguerrida determinação com que o povo português, localizado no extremo ocidental da Europa, enfrentou os perigosos mares do Orbe, vencendo, consequentemente, a barreira milenar da distância, sobretudo graças ao árduo labor realizado, e assente na experiência e em técnicas decisivas (navegação astronómica, cartografia moderna...), em torno da elevação do bravo e mecânico Oceano Atlântico à função de principal autoestrada do fenómeno de desencravamento relacionador à escala mundial (Luís e Luís, 2010: 215). Assim, e como já havíamos mencionado, os Descobrimentos e a Expansão Ultramarina tornaram Portugal o país pioneiro da globalização e contribuíram para fomentar significativamente o alastramento geográfico e humano da comunidade internacional (com os seus limites a excederem largamente o ancestral universo mediterrânico), promovendo, por conseguinte, a multiplicação das relações internacionais (Fernandes, 2008: 297-303). Em suma, os dois fatores anteriormente enunciados, aos quais devemos ainda aditar o da emigração, até porque pertencemos a um país fortemente ligado a este fenómeno, que, de resto, tem vindo de novo a aumentar significativamente nos últimos anos, fruto da degradação das condições de trabalho e das elevadas taxas de desemprego, auxiliam e perpetuam a difusão da língua e cultura portuguesas pelo Mundo, numa dimensão pluriocceânica e pluricontinental.

De facto, o português, expandindo-se quer através de canais oficiais quer de ordem mais informal e espontânea, por assim dizer, prestou um assinalável contributo ao incremento das



crescentes e regulares relações comerciais e diplomáticas, mas também possibilitou a circulação de modos de pensar, sentir, agir e criar. A bem dizer, a língua lusa revelou-se, inclusive, um útil instrumento de evangelização, de salvação das almas, logo a religião transfigurou-se num poderoso veículo de propagação linguística (Alonso Romo, 1998: 113-126). Conforme nota Rui Manuel Loureiro, reportando-se, neste caso concreto, ao Oriente, “na prática verificou-se frequentemente uma associação estreita entre a missão cristã e o ensino da língua portuguesa, uma vez que os principais difusores oficiais da língua eram precisamente os religiosos do Padroado português” (d.l. 1992: 110).

Como facilmente se percebe, a extraordinária irradiação do nosso idioma por variadas e insólitas paragens é inseparável do percurso histórico trilhado pelo pequeno país de onde é originário. A língua portuguesa, transitando primeiramente através das (novas) rotas marítimas exploradas pelas armadas nacionais, daí a sua vocação transoceânica, ou talássica, não tardou a ocupar um papel preponderante no âmbito do desenvolvimento dos contactos entre povos assaz diversos, assim como em matéria de interpenetração de culturas e civilizações diferenciadas (Luís e Luís, 2010: 216). Em relação ao passado, importa obrigatoriamente frisar o seu antigo estatuto de “língua companheira do império” (Asensio, 1960: 399-413; Curto, d.l. 1993: 357-373; Curto, 1998: 414-433; Almeida, 2004: 901-905; Luís, 2008: 82-83, 718 e ss.), manifestando-se, inequivocamente, como um dos elementos mais determinantes no que concerne à afirmação e preservação do nosso edifício imperial.

E os Açores, que ajudaram a conceder funcionalidade aos impérios ibéricos, sobretudo durante o período reinante da navegação à vela e graças fundamentalmente à sua posição geográfica e estratégica, não deixaram de contribuir para toda esta dinâmica de proliferação e mundialização da língua portuguesa, bem como da espanhola.

Mas concretizando um pouco mais, assinala-se, entre outras situações, o exercício de construção cultural do Império Luso no Oriente, ocupando este processo algum espaço no inventário das intenções quer do gabinete real quer do próprio magistrado delegado na Índia. Por exemplo, é sabido que em 1512, na primitiva escola de Cochim, fundada por Afonso de Albuquerque, o famoso Leão dos Mares, 100 meninos aprendiam portugueses por cartinhas despatchadas pelo rei D. Manuel I para essa finalidade (Luís e Luís, 2010: 216):

“Em cochim achey hũa arca de cartinhas por omde imsynam os meninos, e pareceo me que voss alteza as nam mandara pera apodrecerem estamdo n arca, e ordeney huum homem casado aquy, que imsynase os moços a ler e esprever, e averá na escolla perto de cem moços, e sam deles filhos de panicaees e d omeens honrrados; sam muito agudos e tomam bem o que lh emsynam e em pouco tempo, e sam todos cristãos.” (Cartas de Affonso de Albuquerque..., 1884: 44-45; cf., ainda, Barbosa, 1969: 108; Loureiro, d.l. 1992: 110)

Perante o acervo de vantagens decorrentes do ensino da língua portuguesa, somos, por razões óbvias, levados a destacar o fortalecimento simbólico da nossa hegemonia e, com ela, de projeção do poder da Europa no exterior. Podemos mesmo referir que, por vezes, o prestígio associado ao seu estatuto de língua de comunicação do povo dominador desenvolvia no seio das elites nativas locais o desejo, e até a necessidade, de a aprender, no sentido, por exemplo, de ampliar as oportunidades de progressão social. Ademais, a adoção da polí-

tica de casamentos mistos auxiliava grandemente a penetração do nosso idioma no quotidiano, na linguagem doméstica dos “casados”. Para além disso, a população indígena que prestava os mais variados serviços aos Portugueses via-se igualmente contagiada pela língua de Camões (Luís e Luís, 2010: 216). Não obstante, importa mencionar que, durante o seu espantoso processo de difusão, a língua portuguesa esteve longe de conservar a sua pureza primacial, até porque foi, inevitavelmente, integrando influências das línguas “exóticas” locais. Destes empréstimos linguísticos resultaram, compreensivelmente, o enriquecimento e a ampliação do seu vocabulário.

À semelhança de Malaca Casteleiro, nunca nos cansaremos de recordar a transformação do português em “língua hegemónica da comunicação internacional” (Casteleiro, d.l. 2001: 24; Luís e Luís, 2010: 216), no tempo em que os nossos lideravam o movimento de abertura dos mundos. Sem dúvida, retenha-se o seu prestígio e ativo manuseamento em jeito de “língua franca” (ou português simplificado) ao longo dos litorais africano e asiático, sobretudo nos séculos XVI, XVII e XVIII, assim como o seu retumbante triunfo nas terras da Vera Cruz, suplantando o tupi, língua dos tupi-guarani (Lopes, 1969; Ferreira, 1990: 13-17; Ferronha, d.l. 1992; Oliveira, 1994: 243-250; Ferro, 1998: 349-430; Kerkhof, 2003: 15-26).

Também o investigador Charles Boxer, referindo-se à Época Moderna, não deixou de assinalar a relevância da língua em questão, explicando que os Ingleses e Holandeses, quando viajavam da Europa para as terras do Oriente, sentiam necessidade de trazer a bordo um português professor da língua, sendo que o domínio desta última impunha-se como uma espécie de pré-requisito indispensável ao sucesso da prática das trocas comerciais (Boxer, 1989: 69). De igual modo, um missionário protestante alemão, a caminho da Índia, dizia, no início do século XVIII, que para espalhar o Evangelho naquelas paragens urgia conhecer a língua portuguesa (Oliveira, 1994: 247). Escusado será dizer que muitos outros testemunhos expressam a mesma ilação. No entanto, este cenário privilegiado sofreu algumas alterações. Efetivamente,

“o peso económico, a agressividade comercial, política e militar de outras potências, aliadas à nossa incapacidade para enfrentar eficazmente desafios adversos, vão contribuir para que, a partir do século XIX, século da afirmação britânica no Oriente e no Extremo Oriente, a língua franca dê lugar ao uso de outros idiomas, onde sobressai, como dominante, o inglês.” (Oliveira, 1994: 248)

Seja como for, é incontestável que o português assumiu, ainda antes de outras línguas europeias, a roupagem de língua mundial (Luís e Luís, 2010: 21), feito histórico irrefutável e gerador de um enorme motivo de orgulho nacional.

Hoje em dia, sabendo que apenas um número muito reduzido de línguas possui, pelas mais variadas vicissitudes e constrangimentos, que vão desde questões demográficas, geopolíticas ou de outra natureza, uma projeção mundial, apraz-nos constatar que o português não só faz parte do grupo de idiomas, uma dúzia, com essa dimensão (Observatório de Relações Exteriores: 1999: 208), como também, ao que tudo indica, continuará a prosperar, ao passo que centenas de outros vão declinando, quando não passam inclusivamente à qualidade de línguas mortas. Com efeito, a prova viva da sua vitalidade consiste no facto de ser já a terceira mais falada no espaço da civilização ocidental, a seguir ao espanhol e ao inglês, e a



sexta mais falada no mundo inteiro, deixando inclusive para trás o francês e o alemão (Fernandes, 2008: 301). Enfim, se tivermos em mente o conjunto de países que a manejam como língua oficial e a diáspora, constatamos que o número de falantes ultrapassa já os 244 milhões (Meireles, 2008: 2).

Mas, como é evidente, esta posição confortável e o futuro risonho que se augura não seriam possíveis sem o contributo de todos. E referimo-nos não só à enorme comunidade de emigrantes portugueses, anónimos e famosos, espalhados por diversas paragens, que conservam acesa a chama, neste particular, da portugalidade, religiosamente enfatizada a cada 10 de junho, como também ao mediatismo de certas figuras com dimensão internacional nos mais variados quadrantes. E são imensos os setores e nomes que poderíamos citar, contudo selecionámos, para o caso de Portugal, apenas alguns que, de uma maneira ou de outra, se tornaram muito conhecidos e, em alguns casos, até bastante mediáticos. Estamos a pensar em figuras do mundo do futebol (Luís Figo, Cristiano Ronaldo, José Mourinho...), da música, (Amália Rodrigues, Mariza, Dulce Pontes, Carlos do Carmo...), do cinema (António de Oliveira, Maria de Medeiros...), da literatura (Luís Vaz de Camões, Padre António Vieira, Eça de Queirós, Fernando Pessoa, José Saramago, António Lobo Antunes, Mário Cláudio, Álvaro de Oliveira...), cujo magnetismo que geram conduz ao desejo e até, em alguns casos, em abono de uma cabal compreensão dos conteúdos veiculados, à necessidade de aprender o idioma que professam. Naturalmente, trata-se de uma forma privilegiada de exportação da língua e cultura portuguesas e, em última análise, até da imagem do país de onde são oriundos, Portugal. Escusado será dizer que este exercício poderia ser feito com muitos outros sonantes nomes do mundo lusófono oriundos de diferentes nacionalidades.

É indubitável que as últimas décadas nos têm ensinado que a valorização da língua de Camões decorre profundamente do seu poder de criar e difundir cultura, da sua variedade, da sua vivacidade, do orgulho e prazer que se sente em manejá-la, quer em termos orais quer escritos, em estudá-la e em ensiná-la (Luís e Luís, 2010: 219), não só como língua materna mas também como língua estrangeira. Com efeito, a sua força reside expressivamente na literatura, nos versos das canções, nos jornais, nas revistas, no cinema, entre outros destacados campos de desenvolvimento, de resto, amplamente trabalhados e divulgados na AICL. Prova viva disso mesmo é também este 18.º Colóquio da Lusofonia, intitulado “Galiza e Açores: duas insularidades culturais (europeias)”. Como tal, não poderíamos deixar de destacar o relevante papel que esta Associação tem vindo a desempenhar, a título exemplificativo, no meio académico de Portugal, Brasil, Galiza, apadrinhando, ao longo de vários anos, a arte e a ciência, através do veículo privilegiado de comunicação, o português, e renovando as esperanças em torno do projeto comum rubricado no mundo lusófono.

Reitere-se que não é despidendo afirmar que a língua representa, efetivamente, o bem cultural mais precioso, duradouro, unificador e, diríamos mesmo, estratégico que uma sociedade pode transmitir ao longo do seu trajeto histórico, isto porque constitui também um excelente aperitivo, instigador do apetite e da curiosidade do “Outro” em relação ao “Nós”, ao que por cá se vai fazendo e dizendo, abrindo as portas a uma panóplia de oportunidades, inclusive ao mundo dos negócios e, por arrastamento, ao eventual e, de resto, desejável impulso da economia. No entanto, é bom lembrar que ninguém é, na verdade, proprietário absoluto da língua; contudo, todos aqueles que a utilizam devem ser seus fiéis promotores.

Com o intuito de indagarmos mais algumas marcas e protagonistas que operam no âmbito da projeção do português na cena internacional, não podemos deixar de referir que, mesmo que após o fim do Império Luso, na segunda metade do século XX, tenham, por vezes, medrado certos descentendimentos entre Portugal e as suas antigas colónias, continua a persistir, entre os povos envolvidos, o sentimento de proximidade e de comunhão em torno de um vasto leque de valores e padrões culturais, de velhas experiências históricas vividas em comum, fruto de vários séculos de convivência e de miscigenação. E, na realidade, os novos países nascidos da descolonização portuguesa da década de 70, que passaram a figurar como sujeitos das relações internacionais, imiscuindo-se rapidamente em variados organismos e instituições que compõem a estrutura da comunidade mundial, ajudam a firmar a divulgação e visibilidade do português na cena internacional. Repare-se, nomeadamente, que os seus representantes, tal como fazem os do Brasil, de Portugal e de Timor Leste (desde 2002), se expressam, usualmente, na língua de Camões (Fernandes, 2008: 301; Luís e Luís, 2010: 217-218).

Para além do exposto, muitos outros aspetos foram ou vão contribuindo para a propagação do idioma em causa, como, por exemplo, a circunstância da língua portuguesa facilitar, em territórios como o Brasil, Moçambique, Angola, etc., a necessária intercompreensão das populações, alimentadora, por certo, da unificação nacional, de resto, desejável em cenários tão complexos e repletos de assimetrias. No fundo, tomou-se consciência de que o português, língua de comunicação do colonizador, não constituía forçosamente uma língua colonizadora.

Enfim, os fatores atrás mencionados dão-nos conta do aumento da falange dos que usam oficialmente a língua portuguesa, a qual é constantemente enriquecida pela produção de várias oralidades e literaturas. São também prova viva desse mesmo dinamismo, por exemplo, os esforços movidos por países como a Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Angola, etc., no sentido de engrossar o número e a consistência de certas ferramentas e infraestruturas, tais como universidades, centros de pesquisa, academias; locais de trabalho imprescindíveis à produção e transmissão da ciência, do conhecimento, logo peças inestimáveis no que concerne à capacidade de intervenção no domínio da língua.

Apesar da relevância dos aspetos atrás mencionados, um dos pontos altos da luta pela afirmação da lusofonia, e, no fundo, o corolário dos já referidos laços afetivos e culturais que remontam ao passado, é a constituição, em 1996, da CPLP, onde se incluem os países de língua portuguesa, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e, mais recentemente, Timor Lorosae. Não poderíamos, contudo, deixar de assinalar, desde logo pelas suas afinidades histórico-linguísticas, a perda que representa a ausência, por certo decorrente de decisões de natureza política, da Galiza neste conjunto. Seja como for, e polémicas à parte, a verdade é que, procurando vingar fraternalmente como plataforma de diálogo, de cooperação e de proteção dos interesses convergentes e dos valores culturais comuns que aproximam os seus variados membros, a CPLP intenta dar resposta aos múltiplos e complexos desafios provenientes de uma era marcada pela globalização, isto num cenário em que, note-se, o Atlântico Sul, nas suas duas margens, figura como palco estratégico cada vez mais marcante e decisivo para a afirmação da língua portuguesa, jogando-se nele muito do seu futuro. Em rigor, o peso do português, no quadro das relações



internacionais vindouras, está bastante dependente do que forem capazes de fazer os países lusófonos, não isoladamente, mas como um todo coeso, organizado e solidário (Fernandes, 2008: 303).

E como “não há bela sem senão”, infelizmente, a escassez de certos recursos e a não invulgar falta de uma concertação política devidamente amadurecida, ambiciosa e prática, de um planeamento a longo prazo, constituem algumas das dificuldades a superar a fim da eficiente consecução de tão vital e exigente missão de expandir o português pelo Mundo, bem como em favor da crescente promoção da cooperação política, social, económica e cultural entre os vários países em causa. Tal como é referido numa entrevista feita por Luísa Meireles a Carlos Reis, o coordenador do estudo sobre a internacionalização da língua portuguesa, “o português está em expansão mas, para se lhe dar uma verdadeira internacionalização, é preciso mais do que boa vontade. É preciso uma política da língua consistente e continuada, que lhe atribua meios e concerte esforços” (2008: 2). Ou seja, é necessário que todos os países-membros remem na mesma direção e não cedam a interesses fúteis, efémeros e paroquiais, muitas vezes decorrentes de pressões políticas, evitando, deste modo, concorrências e desentendimentos desnecessários. Vejamos o caso do acordo ortográfico. Na opinião de Carlos Reis, “o acordo é um instrumento ao lado de outros, que vale o que vale, não vai descaracterizar a língua, como se diz, mas vai significar alianças estratégicas, concentração de esforços” (2008: 5). Este consagrado professor catedrático da Universidade de Coimbra reconhece que “é muito importante, e sem ele temos sempre uma fragilidade, vista do exterior, que é o facto de termos duas normas ortográficas oficiais. O que não acontece com o espanhol ou o inglês, que têm apenas variantes ortográficas” (2008: 5). Como se compreende, por ação de diferentes fatores, trata-se de uma questão que tem gerado grande polémica e feito correr muita tinta. Todavia, retomando as palavras de Carlos Reis (2008: 6), “... o acordo ortográfico é indispensável do ponto de vista de política de língua, por muitas reservas que se coloquem e eu próprio coloco algumas de ordem técnica”.

Mas, para formarmos uma perspetiva mais completa dos resultados do citado estudo, em diferentes matérias, atentemos, em seguida, nesta breve súmula das principais conclusões dele retiradas por Carlos Reis:

“Primeiro que tudo, há que dar continuidade a uma política de língua. Não se espere que um ministro crie um instituto e nomeie um presidente e daí a três anos dê frutos. Uma década é pouco. Segundo: é preciso ter em conta as boas práticas dos outros países e fazer análise comparativa mais afinada. Terceiro: atenção às condições locais. A política da língua não é única, nem rígida, nem igual para todos e para toda a parte. Quarto: apostar nos recursos humanos, formar professores para ensinar no estrangeiro, que é diferente de ensinar em Portugal - uma banalidade mas por vezes é preciso afirmar o óbvio. Quinto: as alianças, convocar outros esforços e outros países. A ação diplomática é fundamental para mostrar a Moçambique, Angola, Brasil que, no fundo, esta causa comum é de todos e todos beneficiamos dela. E, finalmente, é preciso esperar que a árvore cresça.” (Meireles, 2008: 13)

Perante o exposto, cumpre-nos afirmar que temos consciência de que a batalha pela difusão do português, travada em várias frentes, com o auxílio quer da enorme quantidade de luso-

falantes, anónimos e famosos, quer da exportação do idioma como língua estrangeira, constitui, até pelos impedimentos e dificuldades apontadas, um enorme desafio, não isento de certos dissabores e frustrações, mas também de muitas alegrias e conquistas valiosas. Seja como for, ao longo deste artigo fomos dando conta de vários indicadores bastante positivos que correm a seu favor, mas que, como é compreensível, necessitam de ser devidamente canalizados. Com efeito, sabendo que beneficiamos de uma conjuntura no âmbito da evolução do sistema mundial assaz favorável à área do Atlântico Sul (sobretudo fruto do posicionamento do Brasil, país-continente, como potência emergente, e até com justas aspirações a integrar permanentemente o Conselho de Segurança da ONU, assim como de uma nação angolana em franca ascensão), resta-nos, deixando de lado guerras ou rivalidades insignificantes e infrutíferas, unir esforços no sentido de tirarmos partido dessa situação e, em prol da defesa dos interesses convergentes, lutar concertada e solidariamente pela constante valorização do português no citado espaço, naturalmente sem prejuízo de outros recintos. Para tal, devemos contar com uma CPLP ativa, atenta às reais necessidades e aos novos desafios do século XXI e capaz de incutir, com eficiência, no seio do mundo lusófono, o espírito de união e de coesão, de resto, indispensáveis à sua própria sobrevivência. Enfim, estas são apenas breves reflexões que podemos partilhar acerca de alguns trajetos rubricados e projetos debuxados em prol da defesa de tão ilustre “mercadoria espiritual”, a língua portuguesa.

Referências Bibliográficas

- Almeida, Justino Mendes de (2004), “A Língua, Companheira do Império”, D. João III e o Império. Atas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento. Lisboa e Tomar, 4 a 8 de junho de 2002. Lisboa: Centro de História de Além-Mar e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 901-905.
- Alonso Romo, Eduardo Javier (1998), “La Lengua Portuguesa como Instrumento de Evangelización: un Análisis a partir de los Textos de San Francisco Javier”, Archivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, vol. XXXVII, Homenagem a Maria de Lourdes Belchior. Lisboa, Paris: Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 113-126.
- Asensio, Eugenio (1960), “La Lengua Compañera del Imperio”. Revista de Filología Española, XLIII, 399-413.
- Barbosa, Jorge Morais (1969), A Língua Portuguesa no Mundo, 2.ª ed. revista. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar.
- Buescu, Maria Leonor Carvalhão (1978), Gramáticos Portugueses do Século XVI. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa.
- Boxer, Charles R. (1989), “Alguns Aspectos da Influência Portuguesa no Japão, 1542-1640”. Boletim do Centro de Estudos Marítimos de Macau, número especial. Macau: Fundação Oriente e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 47-78.
- Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam (1884), direção de Raymundo Antonio Bulhão Pato, tomo I. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- Casteleiro, João Malaca (d.l. 2001), “Oração de Sapiência: a Vocaçao Transoceânica da Língua Portuguesa”. Jornadas do Mar 2000. Dos Mares de Cabral ao Oceano da



Língua Portuguesa. Atas do Colóquio, comunicações apresentadas na Escola Naval de 20 a 24 de novembro de 2000. Lisboa: Escola Naval, 24-25.

- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Página consultada a 1 de agosto de 2012, <<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=241>>.
- Curto, Diogo Ramada (d.l. 1993), “Língua e Memória”, História de Portugal, direção de José Mattoso, vol. III, No Alvorecer da Modernidade (1480-1620), coordenação de Joaquim Romero Magalhães. Lisboa: Editorial Estampa, 357-373.
- Curto, Diogo Ramada (1998), “A Língua e o Império”, História da Expansão Portuguesa, direção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, vol. I, A Formação do Império (1415-1570). Lisboa: Temas e Debates, 414-433.
- Dias, Jorge (1995), O Essencial sobre os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa, reimpressão. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Fernandes, António José (2008), As Relações Internacionais e Portugal. Da Europa do Mundo ao Mundo da Europa. Lisboa: Prefácio.
- Ferreira, Manuel (1990), “Quando o Português foi a Língua Mundial”, Revista Internacional de Língua Portuguesa, 3. Lisboa: Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 13-17.
- Ferro, João Pedro (1998), “Os Contactos Linguísticos e a Expansão da Língua Portuguesa”, História dos Portugueses no Extremo Oriente, 1.º volume, tomo I, Em torno de Macau. Séculos XVI-XVII, direção de A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Fundação Oriente, 349-430.
- Ferronha, António Luís (coord.), (d.l. 1992), Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Kerkhof, Maxim (2003), “Le ‘Trade-Pidgin’ Afro-Portugais pendant l’Expansion Portugaise”, Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, vol. XLVI, Lusophonie et Multiculturalisme. Lisboa, Paris: Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 15-26.
- Lopes, David (1969), A Expansão da Língua Portuguesa no Oriente durante os Séculos XVI, XVII e XVIII, 2.ª ed., revista, prefaciada e anotada por Luís de Matos. Porto: Portucalense.
- Loureiro, Rui Manuel (d.l. 1992), “A Língua Portuguesa no Oriente (Séculos XVI-XVII)”, in António Luís Ferronha (coord.), Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 105-118.
- Luís, Alexandre António da Costa (2008), Na Rota do Império Português (da Formação da Nacionalidade ao Apogeu Imperial Manuelino), tese de doutoramento na área de História, especialidade de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Luís, Alexandre António da Costa e Luís, Carla Sofia Gomes Xavier (2010), “Património Cultural, Língua Portuguesa e Relações Internacionais”, Praça Velha, Revista Cultural da Cidade da Guarda, 28. Guarda: Núcleo de Animação Cultural / Câmara Municipal da Guarda, 210-224.
- Magalhães, Fernando (2005), Museus Património e Identidade. Ritualidade, Educação, Conservação, Pesquisa, Exposição. Porto: Profedições, Lda. / Jornal a Página.

- Martins, Guilherme d’Oliveira (2009), Património, Herança e Memória. A Cultura como Criação. Lisboa: Gradiva.
- Meireles, Luísa (2008), “Está na moda aprender português”. Expresso, 5 de julho (entrevista a Carlos Reis). Página consultada a 18 de julho de 2012, <<http://expresso.sapo.pt/esta-na-moda-aprender-portugues=f359202>>.
- Mendes, José M. Amado (1996), Características da Cultura Portuguesa: Alguns Aspectos e sua Interpretação, separata da Revista Portuguesa de História, t. XXXI, vol. I. Coimbra, 47-65.
- Observatório de Relações Exteriores (1999), “Situação da Língua Portuguesa no Mundo”, JANUS 99-2000. Anuário de Relações Exteriores. Lisboa: Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 208-209.
- Oliveira, Celina Veiga de (1994), “O Português como Língua Franca no Oriente nos Séculos XVI, XVII e XVIII”, Le Portugais, Langue Internationale / O Português, Língua Internacional. Actes du Colloque tenu les 4,5 et 6 juin 1993. Montréal: Confederação dos Organismos Portugueses do Québec e Centre de Langues Patrimoniales de l’Université de Montréal, 243-250.
- Oliveira, Fernão de (1988), Gramática da Linguagem Portuguesa, edição fac-similada. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Saraiva, António José (1996), A Cultura em Portugal. Teoria e História, vol. I, Introdução Geral à Cultura Portuguesa, 2.ª ed. Lisboa: Gradiva.

5. ANABELA MIMOSO, Cei-Ef ULHT, v. N. DE GAIA, PORTUGAL



ANABELA BRITO FREITAS MIMOSO, Cei-Ef ULHT, nasceu em Lisboa, licenciou-se em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde também obteve os graus de mestre e de doutora em Cultura.

É investigadora do Cei-EF da Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologia onde trabalha num projeto financiado pela FCT, no campo do associativismo docente. Tem também desenvolvido estudos na área da literatura, sobretudo da tradicional e da literatura infantil, bem como da história do corpo.

Tem uma vasta obra escrita que vai desde a literatura infantojuvenil (obras como: *D. Bruxa Gorducha*, *Foz Coa – entre céu e rio*; *As férias do caracol*; *Aquela palavra mar...*), à literatura



tradicional (*Contos tradicionais do povo açoriano de Teófilo Braga*: introdução, seleção e notas) e a estudos sobre a Geração de 70 (*S. Cristóvão de Eça de Queirós* – introdução), além de inúmeros artigos de revistas, participações em congressos nacionais e internacionais, conferências, manuais para o ensino da Língua Portuguesa para os 2º e 3º ciclos, e livros de literatura infantojuvenil:

História de um rio contada por um castanheiro (Porto Ed., 1986);

Era um azul tão verde... (Porto Ed., 1993);

O tesouro da moura (Porto Ed., 1994);

D. Bruxa Gorducha (Porto Editora, 1995 e Gailivro, 2006);

O último período (Âmbar, 2002);

Um sonho à procura de uma bailarina (Âmbar, 2002);

Parabéns, caloirá! (Âmbar, 2003);

Quando nos matam os sonhos (Âmbar, 2005);

O Tesouro do Castelo do Rei (Âmbar, 2006);

Foz Coa: entre céu e rio (Gailivro, 2007);

Traz os olhos cheios de palavras (Âmbar, 2007);

A vida pela metade (Gailivro, 2007);

O cavalo negro (Câmara M. de Gaia, 2008);

As férias do caracol (Novagaia, 2009), entre outros em coautoria.

Aquela palavra mar (Calendário, 2010)

Contos Tradicionais Açorianos De Teófilo Braga (Calendário de Letras 2010),

Búzios (infantojuvenil, Calendário de Letras, 2011)

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL. E VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA-GERAL

TEMA 1.2 «A ILHA CABE NUMA LÁGRIMA» OU EDUARDO BETTENCOURT PINTO, ESCRITOR DA SAUDADE ANABELA MIMOSO, CEI-EF ULHT

Na poesia, no conto, na novela e na crónica, Eduardo Bettencourt Pinto tem abordado recorrentemente a temática da saudade.

Mas é sobretudo na poesia que mais se faz sentir a nostalgia geográfica. Tal como noutros escritores açorianos na diáspora, também nele a saudade da partida está ligada à perda da idade de ouro que é a perda da infância.

No entanto, em Eduardo Bettencourt Pinto essa ligação não serve de contraponto à dureza da realidade vivida depois da partida. O facto de não ter nascido nos Açores torna-o num caso *sui generis* da literatura de temática açoriana. É que, para EBP, S. Miguel, antes de ser a terra de partida, fora a terra de acolhimento, a terra da chegada. Terra-mãe, até porque era a terra da mãe. Terra que lhe abriu os braços aquando do regresso de uma outra diáspora, talvez ainda mais dolorosa, porque tinha significado um despatriamento.

Ora, esta ligação entre a ilha e a infância / juventude não é, para o autor, um *topos* recorrente das literaturas da diáspora, pelo que não é despidianda. Ela corresponde, precisamente ao tempo da fixação do poeta por S. Miguel nessas duas fases bem marcantes na vida.

E é deste modo que a ilha se identifica com as memórias desses tempos, logo, com a mãe, com os lugares da infância, os cheiros, a realidade social vivenciada. Mas é também a evocação dos amores juvenis, logo, a ilha tornada mulher.

A saudade da ilha é também a certeza de haver um regresso sempre possível ao regaço da ilha tornada mãe. Assim, cada visita à ilha é um ciclo de chegada / partida, de encontro, logo a âncora da sua identidade pessoal. Mas é também uma visita nostálgica porque é sempre breve, transitória, e acarreta sempre a percepção da inevitável perda.

1. Contextualização teórica

Como obra aberta que é, o texto literário possibilita múltiplas interpretações. Na impossibilidade de abarcar todos os seus sentidos, interessa-nos utilizar um modelo teórico que possibilite atribuir um sentido, ou sentidos, possível(-veis), válido(s), à obra poética de Eduardo Bettencourt Pinto, mais concretamente ao seu mais recente livro *A cor do sul nos teu olhos*. Socorremo-nos da autoridade de Carlos Reis, quando diz que toda a interpretação se dirige «de modo prioritário, à descoberta de sentidos coerentes – e não de **todos** os sentidos» (1981: 43 – sublinhado nosso).

Pelas características dos textos em análise – a poesia lírica – julgamos mais interessante focar a sua estrutura profunda, o genotexto (Júlia Kristeva), ou seja, os códigos simbólicos, os fatores e impulsos, que pertencem ao domínio do inconsciente e do determinismo histórico-sociológico, já que, preexistindo à elaboração do discurso literário, afetam o código retórico-estilístico, e permitem-nos perceber a distribuição e escolha dos lexemas, das metáforas, das comparações, das imagens, das repetições, no texto poético.

Recordemos, como V.A e Silva, que «o texto literário não é uma espécie ou subdivisão do texto linguístico, suscetível de ser descrita na sua integralidade – e, por conseguinte, na sua especificidade – por uma gramática textual apta a explicar o funcionamento dum texto pertencente à “língua normal”» (1979: 24). Daí que o código linguístico seja manifestamente redutor para a compreensão do texto poético.

Assim, perceber a articulação e a interação deste código ideológico com o código retórico-estilístico apresenta-se como fundamental para o entendimento do texto poético, nomeadamente do lírico. Permitem-nos também compreender a influência dos fatores socioculturais que se manifestam na obra. No caso concreto do livro em análise, tentaremos mostrar como se patenteia aí a insularidade e como se manifesta nele a saudade. Teremos apenas em conta, dada a exiguidade do espaço, o binómio ilha / mar, símbolos que mostram bem a singularidade da visão do mundo do autor e a marca da originalidade da sua poesia.

A Psicocrítica e a Poética do Imaginário vieram-nos abrir caminho para este tipo de interpretações. Estes métodos desenvolveram-se partir dos anos 80, quando o medo do biografismo foi superado, graças aos conhecimentos proporcionados pela psicologia. Tem-se em conta o autor, sim, mas para se analisar como se refletem na sua obra os conflitos, pessoais ou coletivos, como funciona a imaginação, que aspetos do subconsciente nela se fazem sentir, ou seja, procurando na obra a voz do autor e do contexto intelectual e social em que ele se insere. Obviamente que o que importa não é inventariar os factos exteriores da sua vida, tão valorizados pelo biografismo, mas perceber a forma como ele, consciente ou inconscientemente, projeta os seus conflitos, as suas pulsões, na obra que produziu.

Segundo Freud, o subconsciente manifesta-se nos sonhos ou na obra literária, através, por exemplo, da repetição de imagens poéticas. Tanto Jean-Paul Weber (análise temática) como



Mauron (psicocrítica) tiveram em mente essa ligação e aplicaram a psicanálise freudiana à literatura.

Jung viria acrescentar a ideia de que essas imagens são manifestações do inconsciente coletivo - os arquétipos. Ora, os arquétipos «manifestam-se como estruturas psíquicas quase universais, inatas ou herdadas, uma espécie de consciência coletiva; exprimem-se por símbolos particulares carregados de um grande poder energético» diria Chevalier (1994: 14). Pertencem à memória genérica do ser humano e são comuns a todas as civilizações.

A metáfora, o símbolo, a imagem são projeções metamorfoseadas do inconsciente que, deste modo, emerge à superfície do texto. A verdade é que o «símbolo exprime o mundo percebido e vivido tal como o sujeito o sente e não segundo a sua razão crítica e ao nível da sua consciência, mas sim do seu psiquismo, afetivo e representativo, principalmente ao nível do inconsciente», esclarece Chevalier (1994: 21).

É a esta segunda teoria, que parte dos trabalhos de Jung, que se chama poética do imaginário. O símbolo deixa de ser «segundo a escola freudiana, o objeto de um recalçamento, mas sim, de acordo com o pensamento de Jung, o sentido de uma procura e a resposta de uma intuição incontável», acrescenta Chevalier (1994: 21).

Encararemos, pois, o espaço subtextual não exclusivamente numa perspetiva individual, mas também coletiva, não perdendo, pois, de vista o contexto sociológico em que o autor forjou a sua identidade. Aos nomes já citados juntaremos também os de Philippe Malrieu, de Paul Ricoeur, de Gaston Bachelard e de Gilbert Durand, seu discípulo, como referências na análise que aqui esboçamos.

2. Viajar com sombras

A geografia, «a serpenteante geografia da existência» (*Sentir*), só importa nas nossas vidas quando estamos de mal com ela. Quando queremos estar num lugar e ele foge de nós. É desta maneira que ela se torna determinante na vida e, logo, na escrita de Eduardo Bettencourt Pinto, sempre «perdido em geografias estrangeiras» (*Não sei dizer que te amo quando estou triste*).

Na verdade, a partida forçada de Angola, em 1976, seria o início da longa viagem em busca do Lugar de estar. Não era, no entanto, a sua primeira viagem. Essa datava de 1958 e tivera como destino S. Miguel. Iniciava assim a sua *Bildungreise*, a (des)construção da sua identidade pessoal. A estadia não seria longa (3 anos, apenas), mas marcaria indelevelmente o autor. Por isso mesmo, os Açores, S. Miguel, aparecem tantas vezes associados à sua infância.

Depois de Angola e de uma breve passagem pela Rodésia (Zimbabwe), S. Miguel seria novamente o local de acolhimento da família, entre 1976 e até 1983, ou seja, em plena juventude. Daí a associação, também frequente, com os amores juvenis, com a consciência das injustiças sociais, da pobreza, do sofrimento das crianças, da minoridade social e doméstica a que a mulher era votada.

Quando em 1983 parte para o Canadá, S. Miguel passou a configurar-se como um porta-aviões, um abrigo entre África e Pitt Meadows, ali, ancorado no meio do mar, o mesmo mar que abraça a ilha. O mar que, doravante, passaria a ser a sua estrada. Por isso mesmo, a

sua importância, a sua presença constante no imaginário do autor, associado ou não à ilha, literal ou metafórico.

Talvez mais do que Angola, onde o poeta nasceu, os Açores tornar-se-iam a terra de pertença, de segurança, de identificação. De facto, apesar do amor que dedica à sua terra natal e que, não raras vezes, canta, Angola tornara-se uma outra terra. As mudanças políticas, económicas e sociais provocadas, primeiro pela independência, depois pela guerra civil e pela insegurança daí resultante, haveriam de condicionar e dificultar uma identificação pacífica com a terra africana.

No nosso jeito lusitano de ser, a distância geográfica implica a saudade. Saudade essa que é, para EBP, a saudade da ilha – S. Miguel –, da ilha que há em nós, da ilha / mulher, a saudade do mar, mas também a saudade da segurança, da infância, do amor e da presença da família alargada, mesmo sendo só da família materna.

Obviamente que a sua criatividade que, de resto, ele caracteriza na epígrafe pedida emprestada a Rui Knopfli «Porque eu teimo, / recuso e não alinho. Sou só. / Não parcialmente, mas rigorosamente.», a sua criatividade, dizíamos, não se esgota nesta temática, antes tem um lugar muito determinante no seu imaginário. Por isso a abordaremos aqui. Ela implica ainda, de uma maneira evidente, a escolha dos tropos, a “substantivação” da sua poesia.

Queremos, no entanto, deixar claro que não podemos englobar estes poemas numa literatura típica de emigração, porquanto eles não refletem a não-integração do autor noutra cultura, noutra sociedade mas sim e sobretudo, a ausência geográfica e temporal. De um modo especial, como veremos.

3. Não sei de que ilha da memória olhas o mar

3.1. A ilha

«As criações, por mais originais que sejam, retiram os elementos que as compõem das experiências percetivas do sujeito», diria Philippe Malrieu (1996: 7).

Ora, o sujeito quando se refugia, em busca de segurança, proteção, apaziguamento, procura sempre na memória os lugares da sua preferência, os que lhe foram benéficos. Não é, pois, de estranhar que haja em EBP especificidades no modo de (re)ver a ilha, decorrentes da sua história de vida. Desde logo porque a ilha nunca é para o autor essa «solidão rochosa» de que fala Vamberto Freitas em relação a um possível cânone literário da literatura açoriana e, portanto, também não encontramos nele vestígios dessa tal «geografia cercada» a que o mesmo crítico alude (2012: 24- 25). Depois porque a ausência da ilha é também dominada pelo Tempo, maiusculizado pelo autor. Não apenas a expressão da passagem inexorável de Cronos, mas também o tempo cíclico, agrário que, para o autor, é sobretudo o tempo do regresso (e logo da partida) – é setembro – «Quero setembro na ilha da minha mãe», declara em *Intermitência*. setembro, outono, metáfora também da idade da vida.

Ora, simbolicamente, a ilha é um elemento feminino por excelência, logo, frequentemente associado ao corpo da mulher Como espaço circular que é, ela fecha-se ao exterior, tornando-se assim o espaço da interioridade, por isso, o refúgio, o centro primordial, o lugar sagrado, o ventre materno (1). Como espaço limitado, finito que, obviamente, também é, assume-se como um lugar pacífico face ao caos. Mas, como é ainda o lugar perfeito, ela



representa a harmonização entre o princípio e o fim, logo, o lugar do retorno. Por isso mesmo, «as ilhas tornaram-se um dos mitos fundamentais, entre as lendas da idade de ouro» (*Dic* 1994: 375).

Por outro lado, devemos notar que aquilo que, em EBP, é a sua quota-parte de identidade açoriana não resulta tanto da busca do encontro com o outro, mas mais da solidão do encontro consigo próprio, da procura de referentes interiores para a construção da sua identidade. Na verdade, o encontro com o(s) Outro(s) dera-se muito antes da saída da ilha. Dera-se ainda em África, ao confrontar-se, fora de casa, com uma cultura diferente da familiar. Dera-se também na sua breve passagem por Lisboa, na primeira viagem para os Açores. A ilha fora, ela própria, um local de encontro com o Outro. Logo, a ilha não é, como para a maioria dos escritores açorianos, o ponto de partida, mas um ponto de chegada na vida do poeta. Mais um ponto de chegada e, não obstante, muito determinante.

Assim, a ilha, espaço real, é revisitada amiúde nas páginas da sua obra. Não é ela a «companheira de todas as águas» (*Ilha*)? Mas é também assumida como uma metáfora recorrente («no inverno sento-me numa ilha», lê-se em *Procura-me* ou «Levas contigo a ilha», em *Divagações*), o que podemos entender, já que é espaço circular, como expressão da marca do intimismo da sua poesia. De facto, é a metáfora perfeita, é o símbolo perfeito. Perfeito, porque é o reflexo do processo de construção da sua identidade que exigia, nas partidas repetidas, na ausência, a demanda, dentro de si, de um mundo redondo, fechado e, por isso, seguro como um ventre materno – é a «ilha da mãe», lembramos -, e com o qual pudesse estabelecer um diálogo apaziguador, tornando-se assim o passado de referência. Passado não raras vezes mitificado, porque a ilha é também construída. Construída pela imaginação poética, pela associação à figura feminina, pela memória, («ilha da memória», assumirá em *Fim do dia*). Na ausência, ela é essa outra ilha, mais viva sim, porque os olhos da memória veem sempre melhor do que os nossos olhos. Por isso, dói mais o afastamento.

E, como a memória nem sempre satisfaz a urgência de refúgio, a necessidade de um sólido ponto de referência, nessas alturas, há que buscar outros amparos: até um pedaço de terra perdido no rio Pitt assume a função de substituto: «A ilha, cujo nome desconheço, acolhe-me entre a mansidão das águas / ainda frias de julho» (*O Silêncio* – sublinhado nosso).

A ilha, onde «toda a beleza era possível» (*Manhã na ilha*), porque feminina, não é só a mãe, não é só Maria, a casa da infância, o país. Ela é também Eva, tornando, mesmo difícil perceber quando esse corpo feminino é o de ilha ou o de mulher:

«Deixaste-me partir descalço / sobre as minhas feridas. / Onde estás, companheira de todas as águas? / A noite é uma janela aberta sobre o mar. / Os vasos das gardêniais mais sombrias quebram-se / de encontro ao silêncio. (...) / Já não vejo o teu rosto / nos pingos de chuva que cobrem o para-brisas (...) Tens, sei, a natureza das florestas no outono, / e são bravos os teus cabelos como os pinheiros da costa. / Escondo-me agora na minha cama de pedra, / nos meus sonhos de vidro, nos lençóis de luar com que cubro / agora os momentos mais fundos sem ti».

Dúbio, não obstante o poema chamar-se *Ilha*.

Por isso, a ausência da ilha, é também a ausência da amada: «Levas a ilha contigo, estes dias todos, belos e tão breves, o mar ao / fundo, a tua face beijada pelo vento» (*Divagações*). E dói. A brevidade do encontro, a ausência prolongada.

Não admira também que, como lugar privilegiado de refúgio, a evocação da ilha seja frequentemente associada à casa, elemento também feminino: «Estava na ilha. Uma casa crescia entre as ervas e os primeiros passos no corredor do hotel» (*Manhã na ilha*). Aliás, a casa é outro símbolo feminino, um microcosmos que simboliza a intimidade repousante, a paragem, o centro. O país de um despatriado: «Uma casa é o país de um homem» (*As palavras cantam no mar*), diria o poeta, talvez motivado pela ambivalência do termo anglo-saxónico: *home*: pátria e casa. Aliás, a morada, a casa, está em estreita articulação com a geografia: a casa inscreve-se num território. A casa, a casa da infância, é também a ilha.

A psicanálise explica ainda que «A ilha é um refúgio onde a consciência e a vontade se unem para fugirem aos assaltos do inconsciente: contra as vagas do Oceano procura-se o socorro da rocha» (1994: 374). Segundo Jung, na sua função de refúgio contra o mar, ela torna-se o símbolo de estabilidade. Logo, um local seguro, mesmo quando ausente, porque ela está lá, estará sempre lá para acolher o poeta nos seus naufrágios ou apenas nas suas viagens.

Não admira, pois, que ela seja o cais, oferecendo a segurança dos seus braços sempre abertos: «Um dia todos nós partimos. / Mas eu regresso sempre a este cais» (*Casi Cielo*). De facto, viajante continuado, sempre em trânsito, sujeito às vicissitudes do mar intranquilo, é o porto que procura, porque, afinal «o nosso destino é a terra» (*Sentir*).

Daí a sua articulação constante com o mar. Como contraponto, como a outra face do binómio homem / mulher. É que sendo a ilha feminina, apesar disso, ou por isso mesmo, ela é forjada na rocha vulcânica, sólida e resistente à inconstância e à fluidez do mar que a cerca. Ela fica, ele flui, parte, mas num movimento de eterno retorno.

3.2 O mar

O mar, *topos* recorrente da literatura portuguesa de todos os tempos e não só da açoriana, exerce uma atração bem evidente na obra de EBP, sobretudo na obra poética. O mar, omnipresente na ilha, pelo abraço constante que ele lhe dá, é, para a maioria dos açorianos, demasiado estreito, asfíxiante, não para EBP, para quem esse abraço é visceral, logo, irresistível, porém doce e apaixonado.

Mas essa atração estende-se também a essa outra característica, essa sim, comum a outros autores, que é a vocação que o mar tem de ser a estrada, o caminho de ligação / separação com o resto do mundo. Para os que sonham com as Américas a haver.

De facto, ao contrário da ilha, estável, passiva, expectante, o mar movimenta-se, passa. Livre para fluir, porém, não se separa da praia que o espera: «O que sobra da noite quando adormecemos dentro de nós? / A praia longe, o mar que nos cai dos dedos, a impregnação da pedra / enquanto o sol deflagra sobre a nossa pele como uma onda de lume?» (*Génesis*). Logo, nesse seu fluir no tempo, o mar é o «símbolo dinâmico da vida. Tudo sai do mar e a ele regressa. Por isso, é o lugar de nascimento, transformações e renascimentos. Águas em movimento, o mar simboliza um estado transitório entre as possibilidades ainda informais e



as realidades formais, uma situação de ambivalência, que é a de incerteza, da dúvida, da indecisão, e que pode terminar bem ou mal.» (*Dic* 1994: 439).

E esta característica, assumida por EBP, é intrinsecamente portuguesa. J.P. Coelho notou-o, quando afirmava, a partir de uma leitura de Teófilo Braga, que, «ao invés do que sucede na cultura da Galiza, o mar em Portugal é menos motivo de elegia que motivo de epopeia, “caminho de ação”» (1992: 22).

Estrada de partidas, mas também de regressos, imperiosos, cíclicos. Viagens no tempo ou em espaços ínvios: «Os campos ardem, os pássaros / atravessam os teus olhos até ao mar.» (*Escureço*) ou «Observava o mar antes do crepúsculo cair / nas areias quentes da minha juventude.» (*Viagem interior*) e ainda «o rumor das palmeiras / é um deus de silêncio / que espera por ti / no alto mar / do verão.» (*verão*) ou «Quero ouvir-te porque trazes o mar contigo.» (domingo).

Como tal, ele está omnipresente na obra poética do autor, mesmo quando fisicamente ausente do seu horizonte visual, quando é «o mar, esse que não tenho, tropical e morno», lê-se em *Meditação de sábado*.

Como elemento masculino que é, torna-se a própria essência do poeta: «Escondo-me num poema impossível / à procura do mar» (*Peregrinação*). Esta busca é também a busca de si próprio, da sua identidade. Por isso, a sua presença é uma urgência, uma necessidade: «Onde está o mar?», pergunta ansioso o sujeito poético em *Não sei dizer que te amo quando estou triste*.

Mas, mesmo fazendo parte da sua substância, tornando-se um imperativo, como não pode estar constantemente presente, ele torna-se então o mar da memória, sempre benfazejo e belo: «Tomar um café e pensar como o mar é lindo em setembro» (*Peregrinação*). O mar cíclico, portanto. Mar ou oceano, como às vezes aparece – «o mais longo oceano do outono» (*Nos campos onde moram os ventos dos teus olhos*) ou «O meu peito é um oceano.» (*Sentir*). Mas, como elemento masculino que é, necessariamente que tem de buscar incessantemente o seu contraponto feminino, pois só nele se realiza. E esse contraponto é a terra, a casa, o corpo feminino (da ilha, da mulher amada?): «Imagino o mar. / Assim escuto o rumor / do teu corpo / entre as casas brancas do litoral» (*O rumor das tuas margens*). É a voz do mar ansiando pela terra: «O mar chama-te deste lado / onde me deito.», lê-se também em *Per tença*.

No seu movimento de busca da companheira, mar e amor realizam a ligação inevitável: «O amor é uma viagem sem bússola. / Perde-te comigo no horizonte desse mar.» (*Outros rios*). Na verdade, a companheira, ilha, barca, porto, vela pela segurança da navegação. Por isso, «Só no amor podemos caminhar sobre o mar.», constata-se em *Pois*.

É também no mar que as palavras acontecem. Aí nasce o poema. *As palavras cantam no mar*, chama-se um deles. E é aí que recebem a sua energia. Porque o mar está inextricavelmente ligado à condição de poeta e de homem: «Como fugir do mar, ó bardo!», pergunta-se no mesmo poema.

Então não admira que a presença do mar convoque o amor. Diz o poeta: «Um odor de alegria [o cheiro das goiabas] tão breve como um pingo de água. / Penso num beijo perto do mar porque escrevo. Penso e sinto os rios de / ser homem. Todos os estranhos do mundo bebem café ao meu redor / até se afastarem devagar na chuva tropical das minhas palavras» (*Café*).

Este texto poético, particularmente rico do ponto de vista simbólico, manifesta ainda a presença lógica de mais dois elementos relacionados com o mar: os rios (sua continuação e seu símile no seu fluir constante) e a chuva (como projeção vertical, fechando o ciclo da água). Elementos masculinos, claro. Os rios. Os rios, que representam «o curso da existência humana e as flutuações dos desejos e dos sentimentos» (*Dic.*: 1994: 46) – «Os primeiros rios foram morrendo / dentro de ti.» (*Tão longe o sul*), «Não tinhas um nome para recolher os meus rios» (*Casi Cielo*) –, também correm nas veias e rumam, igualmente, a um mar. Também eles a necessitar da companhia de um corpo / ilha «Abre os braços e acolhe os rios do meu corpo.» (*Outros rios*). Rios, também eles, às vezes, metafóricos: «Como se ama uma mulher junto aos rios / da nostalgia?» (*Momento*). O amor não realizado? Adiado?

E depois há a chuva. A chuva que, simbolicamente, é «o sêmen uraniano que vem fecundar a terra» (*Dic.*: 1994: 43). Masculina, pois, como, aliás, outros elementos líquidos verticais, que encontramos em *As palavras cantam no mar* (sublinhado nosso): «Bebes nos mitos os lábios húmidos de uma mulher, **o vinho que sangra / de canecas** de barro, a cintilante loucura de um corpo sob o **chuveiro** / entre palmeiras altas e esguias, tanto sol a dançar no pátio que entretanto escureceu», a jorrarem sobre o elemento horizontal feminino (os lábios húmidos de uma mulher).

A chuva, na realidade, tão necessária à fecundidade da ilha, está muitas vezes presente nos poemas, como seria inevitável: «Chovia hoje e eu senti-te entre as árvores» (*Divagações*).

Mas a urgência da chuva, logo de ser homem, projeta-se nas palavras: «Chove nas últimas palavras», dirá o poeta em *Um Caminho para o Sul*. Às vezes são mesmo as palavras que chovem, veementemente, numa «chuva tropical», como se diz no poema *Café*, porque ser poeta é também fazer amor com as palavras.

No entanto, ao contrário do mar, a chuva nem sempre é benfazeja: «Às vezes chove na janela dos anos que correram adiante de mim» (*Estações brancas*) ou «Choveu tanto hoje! A terra parecia afogar-se sob uma intransigente / sensação de vazio. / Que floresta de água fria!», lamenta em *Intermitências* ou «a água aprisiona-me», como no poema em baixo transcrito. O homem aprisionado nas suas pulsões, só senhor das palavras para as demonstrar, porque, conforme confessa, «Só com elas navego ao teu encontro»:

«A chuva é um espelho na janela. / São duras as sombras como pedras. / Onde mora a luz? / A água aprisiona-me. / Pequenas cinzas da alegria / volteiam, imparáveis, / cercando-me. / Amo-te devagar sobre um lençol / de silêncio, penso. / Amo-te para que todos os milagres aconteçam / na música que és. / Dentro de mim a vida são todos os momentos: tu, / a memória das vertigens mais belas, as montanhas / e os rios das palavras. / Só com elas navego ao teu encontro. / Chove eternamente / nesta manhã tão rente ao chão. / Nas estátuas húmidas do vento / poisam, agora e sempre, / as pombas e os pensamentos. / O cântico da água. (*A chuva de abril*)

Frutos do coração, as palavras ganham uma dimensão extraconfessional, porque o poeta ama realmente no poema, assim o confessa, embora sempre rente ao mar: «Uma palavra às vezes chega como um pássaro. / Voa em redor da mão e canta. / Ama-te mais e para sempre / como a luz que arde no mar» (*Sinopse*).



Rente ao mar, sim, que o mar está omnipresente no seu imaginário, acompanhando a ilha, a casa, ambas femininas, como vimos, a mulher: «A casa branca, os passos leves de um gato sobre o muro. O mar ao fundo» (*As palavras cantam no mar*) «(Gostava que) Estivesse comigo ao pé do mar, / a ouvi-lo, / a ouvir-te.» (*Mulher com mar ao fundo*).

A estes símbolos masculinos junta-se um outro, lógico, inevitável – o barco: «Fica o silêncio, macio, profundo, a dançar sobre a corrente fluvial do / Pitt River, uma nuvem branca ao fundo. De vez em quando, ao longe, / passa um barco. / Este silêncio é um rio dentro de mim, um sussurro, o reflexo de um / olhar sobrenatural. Comove-me. Quase choro sentindo a melancolia de / Deus passar com a brisa» (*Silêncio*).

Porque o barco, símbolo polivalente, adquire, para EBP, significados ambivalentes: por um lado, barco, barca, jangada, ilha miniatura, onde Cronos fica suspenso («Prefiro viver numa jangada nas correntes doces de um rio, esquecer-me, esquecer», dirá em *Meditação de sábado*), é feminino, portanto, configura a proteção e segurança na viagem; porém, por outro, prefigura a ação, a partida, logo, é masculino: «O mar de abril, um barco / e uma gaivota, / os teus olhos.» (*As cores dos teus olhos*) ou «Encho as mãos com a terra por onde passaste. / Guardo nela os teus passos, o rumor do mar / e do verão que levavas nos pés como um barco.» (*verão*) ou ainda «Um século cresceu dentro de mim, todos os rios do mar. Estou naquele barco ao longe de onde te aceno para que vás ao meu encontro.» (*Um lenço branco*). Mais explícito ainda em: «O teu corpo ondula numa viagem / que me leva num barco de água branca / como se em cada setembro / dos teus murmúrios voltasses / com todas as rosas da madrugada / e uma gota de chuva / em cada unha» (*Viagem sobre um corpo*), ou em: «Se for [o teu nome] um barco quero viajar nele / pelo mar dos teus olhos» (*Pequeno romance de abril*).

No seu fluir, o mar assume ainda a forma de rio, rio de água, mas também de sangue, onde se navega num barco que pode ser também um berço: «Os meus passos são escuros e os meus pensamentos partem como aves / das minhas veias. Vivo no berço de cada impulso de sangue e nalgumas / sílabas que atravessam o teu nome desde a primeira aurora do mundo» (*Génesis*). As veias onde circula o sangue, rubro da paixão mútua: «Navego, com a voz, as tuas veias.» (*Viagem interior*).

O mar pode aparecer ainda ligado a outros símbolos, marítimos eles também. Ora, porque estes têm uma forte conotação sexual masculina, acabam por reiterar o seu simbolismo. São os corcéis de Poseídon: «um bravo cavalo de água / galopa sobre o mar.» (*Casi Cielo*) «marinheiro de terra enlouquecida, / potro de água a galope no esplendor / da pele.» (*Amor*).

O simbolismo geral do mar está muitas vezes associado ao da água. Mas de uma maneira especial, num dualismo complementar. A simbologia explica: «a água plasma, feminina, a água doce, a água lacunar, a água estagnada, e a água do oceano escumante, fecundante, masculina» (*Dic.*; 1994: 45). De facto, a água feminina é um símbolo de pureza passiva, é também a água nascente. Já «a ribeira, o rio e o mar representam o curso da existência humana e as flutuações dos desejos e dos sentimentos» (*Dic.*; 1994: 46), símbolo também «das energias inconscientes, das motivações secretas e desconhecidas» (*Dic.*; 1994: 46). O elemento água é, pois, ambivalente, o que levou Bachelard a denunciar o seu maniqueísmo, (cit. por: Durand; 1989: 120).

Essa ambivalência é notória no poema *As mãos de um homem*. Aí, a água que se espalha «pelos tecidos da terra», funcionaria como elemento masculino, na medida em que a alimenta, se o sujeito poético não estivesse a apelar: «Passa pelos meus dedos / como a água pelos tecidos da terra.», pelo que acaba por ser elemento feminino. Como tal caber-lhe-á a função de apagar «o incêndio de África / e esta agonia de homem a correr». A água assume aqui o papel de lenitivo, papel feminino, claro.

Às vezes, porém, a ambivalência não é óbvia: «Por entre os dedos passam os ventos do mar. / Fecho-os para recolher areia. / Levanto as mãos, o peso da noite. / Tenho tão pouco: um coração de **água** / rente ao **lunar**» (*Tão pouco* – sublinhado nosso). A água aqui é associada a um elemento feminino – o luar. Assim, “coração de água” alude à sensibilidade do poeta. De facto, nem na literatura nem nos sentimentos se pode considerar apenas a existência do preto e do branco.

O mar como água feminina, convoca Eva, o amor – Afrodite a nascer das águas, da espuma do mar. Isso acontece porque a água é também o veículo, a origem, a fonte da vida e o mar o símbolo universal da fecundidade e da fertilidade. É a água lustral aquela que acolhe Afrodite e, portanto, «junto dela o amor nasce» (*Dic.*; 1994: 43), explicam os símbolos. O poeta traduz desta maneira: «assim te amo: / encostado ao mais alto trigo / da água.» (*Junto ao mar que anoitece*). Numa feliz sinestesia explicará: «uma mulher é toda a música da água» (*Momento*); ou nestas associações com a terra: «na terra que és, na água que deixas em mim com a maciez das tuas mãos que beijo com a minha saudade, comovido e agradecido por existires.» (*Divagações*); e ainda: «Vê como cantam ainda as aves de todas as águas / sobre o céu e a terra das tuas mãos abertas.» (*Harmonia*).

Essa ambivalência permite que se jogue com outras associações. Assim, tomando-a como elemento masculino, fluindo e refluindo, com o tempo, como o tempo, ela permite falar dessa outra distância, que não a do espaço: «Os vultos passaram com o tempo / e caíram na distância como frutos maduros. / Os primeiros rios foram morrendo / dentro de ti» (*Tão longe o sul*). O fluir das águas, prefigurando o fluir do tempo, associa-se, assim, à memória: «Tiveram [as mãos] sempre a cor da memória, a da água, / e as fronteiras todas da claridade. / Quando as tuas mãos recebiam as minhas, / entrávamos numa inebriante navegação de sentidos». Cronos a impor-se a Eros, portanto.

Feminino é também o cabelo da mulher amada. O cabelo em conjugação com o Tempo. O movimento de ir e vir. A duração. G. Durand diria que «na poesia, a onda da cabeleira está ligada ao tempo, a esse tempo irrevocável que é o passado», (1989: 72). A onda da cabeleira permite a analogia com a onda do mar, daí que seja um elemento feminino. Feminino e muito sensual: «Tão doces os seus cabelos que bailam sob a brisa / e deixam um perfume de desejo nesta sombra que passa por entre as / minhas mãos a caminho do mar.» (*Breves esplendores da música*) ou em analogia com a corrente do rio, o desejo / rio também é feminino: «eram cabelos húmidos sob as costas nuas, o ondear / de um rio onde o corpo, navegante, viajava enlouquecido / num ritual de águas».

A oscilação lógica e permanente entre elementos masculinos e femininos (e não só pertencentes ao binómio ilha / mar) vêm reforçar esta ideia da comunhão dos dois elementos básicos do universo: «No sono, no chuveiro, nas imensas escadas da madrugada. O voo. Um



trajeto de luz entre trevas. Pensei num barco, como se dança na água» (*Silêncio*). O barco a sulcar as águas femininas: Zeus e Danae.

Mas o amor também dói, sobretudo quando a distância (no espaço, no tempo) separa. Mesmo, nessas alturas, também recorre à água (afogo-me, lágrimas) para exprimir esses estados de alma: «Canto e afogo-me em recordações», confessa em *Na floresta, quem diria!* ou, lastima «*Oh, quante lacrimae per te versai*», num título que pede emprestado a uma ária de Rossini (*La donna del Lago*). Lágrimas em espelho, nos olhos femininos, íntimas, rente à mulher: «Vejo como chove de repente nos teus olhos» (*Depois de ti*).

O mar e a água ainda se desdobram num riquíssimo campo lexical: «Puras são, minúsculas **conchas** / dando à **costa** da fala / a chama entontecida e fulminante da claridade.»; «o velho **navegante** das estações» (*Fim de Festa* – sublinhado nosso). Essa riqueza, transplanta-se, às vezes, para campos lexicais vizinhos: «**Ondula** comigo entre as **tempestades brancas** / dos lençóis, / **atravessando** a noite, o dia, / o fulgor de irremediáveis **marés**. / O amor é uma **viagem** sem **bússola**. / Perde-te comigo no **horizonte** desse mar.» (*Outros rios* – sublinhado nosso). O convite à viagem a dois, à segurança da barca e do ancoradouro que é a mulher, logo, ao amor. Daí que esse mar de segurança seja aqui o mar fechado do leito, tornado, assim, símbolo masculino, enquanto os lençóis, prefigurando as ondas, são o seu complemento feminino. A cama / barca dá ao amor a segurança que a impetuosidade do mar afeta.

Não é esporádico o recurso à metáfora lençol / onda, já que a voltamos a encontrar, por exemplo, em *Monólogo com o desejo*: «Esconde as mãos por trás / da chuva, curva os braços. / Abrem-se os últimos botões / da blusa: o verão começa aí. / As canas-da-índia escondem / os murmúrios, setembro / corre entre os teus braços. / Afundo-me na terra do teu corpo / e apertas-me / entre as dunas e as árvores / até sermos a única maré / sobre o branco do lençol.» É um *topos*, portanto.

Os lençóis inspiram ainda outra metáfora também ela ligada à água: «A cama, mar branco de nuvens» (em *A fala do romântico*). A nuvem foi e será água líquida, em ambas as fases masculina, foi do mar / rio, será chuva, mas, na fase em que está, é feminina: estática, suave, em repouso. Os dois princípios não a oporem-se, mas a complementarem-se. E mar e céu a espelharem-se, numa doce cumplicidade, porque no amor também se ascende ao céu.

3.3. A saudade / memória

Decorrente dessa inefável condição de ser português (o português é uma criatura saudosa, constatava Pascoaes), ou, como diz V. Freitas, «sempre um pé no futuro e outro no passado» (2012: 42), nasce o imperativo de se construir uma ponte entre ambos. E essa ponte é a saudade que nos serve para atormentar, mas também salvar, o presente, nem sempre nascido à medida do sonho.

É a saudade a ausência no espaço, mas também no tempo, e dói de diferentes maneiras: «Um frio glacial faz recordar-te uma casa / no meio do Tempo. E envelheces.» (*Lágrimas de Água*), ou «Fui-me embora como as aves da tarde.(...) / O crepúsculo caía / e uma ferida do tamanho do mundo crescia / no meu olhar para sempre.» (*África*) e também «Perdeste-te

no mapa da tua idade. / Ninguém te conhece nas casas da memória» (*Tão longe o Sul*). Dilo, recorrentemente tanto na obra poética como na ficcional, com a força de um *topos*.

No lugar da memória, a saudade convoca imagens de outros tempos, de invernos aquecidos com a lenha húmida, de roupa a secar nos muros. Da ilha. E é então que «a ilha cabe numa lágrima», que a visão de uma ou outra fotografia ajuda a secar: «Agora restam as fotografias, pequenas nuvens / que rumorejam nos teus dedos. / De vez em quando vais buscá-las às gavetas da melancolia. / » (*As lágrimas da água*).

É consensual aceitar, como faz J.P. Coelho (1992: 45), que o lirismo saudoso marca indelevelmente a nossa literatura. A saudade que se evola da poesia de EBP, a maioria das vezes referida como memória, materializa-se nas lágrimas. E como as lágrimas são de água, saudade e água tornam-se sinónimas. As lágrimas vêm mitigar a dor da ausência e sublimá-la. São *As lágrimas da água*, nome de um dos poemas. Assim pleonasticamente derramado na página. Um poema em que a água que cai dos céus (chuva e neblina), ou dos olhos, se espalha pela terra / ilha. O eco responde: «A ilha cabe numa lágrima». Não são as lágrimas salgadas, não prefiguram elas o mar? É que os poetas também choram. Choram a distância geográfica e temporal. Para sobreviver recorda que os mapas estão cheios de cidades: «Para trás ficam as ruínas de Alebag. Sacode o pó das sandálias e não leves nos olhos as últimas lágrimas. Em cada esquina do mundo há um barco que nos leva até outra cidade.» (*Enunciação*).

Usa-se pouco, pois, a palavra saudade neste livro e, de um modo geral, em toda a obra de EBP. Mas ela está lá, dói na sensação de não pertença a esse espaço / tempo que é o do país do trabalho: «Não sou daqui, parti há muitos anos. Vivo um tempo emprestado», lê-se em *Homem a fugir do poema*. Dói quando, no inverno, não se pode estar junto ao corpo / ilha amado, e aí figura mesmo com o seu nome próprio – a exceção vem confirmar a regra – a reiterar a dor imensa da ausência: «é mais um dia em que o mundo / é grande, / em que a saudade é imensa / e o inverno longo» (*Mulher com mar ao fundo*).

Na viagem incessante que é vida do poeta, ou é a vida, sendo o mar a estrada e a ilha a meta, a saudade é sempre a saudade do objeto amado, ilha ou mulher (Eva ou Maria), de um tempo passado (infância ou juventude), derramada num espaço adverso, num tempo a escoar-se. Sem revolta, nem mágoa. Como quem faz contas à vida: «O que é isto se não a memória / a correr como uma criança» (*Depois de ti*) ou «Estou num parque, no fim de novembro. O inverno aproxima-se. / Sou um homem com a memória de um menino.» (*Estações brancas*). O menino que espreita por entre os poemas.

4. Conclusão

Não pretendemos considerar estas divagações como taxativas. Como diria, Durand: «No domínio tão complexo da antropologia, é preciso desconfiar das sistematizações fáceis da tipologia que alinha a obra de arte, ou o esboço de obra de arte que é a imagem, pelo comportamento pragmático» e exemplifica: «A música de um misticismo sereno de J.S. Bach foi escrita por um funcionário *bon vivant*, colérico, amante da boa mesa, e as obras mais terríficas de Goya foram gravadas ou pintadas no próprio momento em que o artista tinha vendido a angústia neurasténica» (1989: 262). Não é o poeta um fingidor?



Mas a imaginação não é, como Freud pretendia, uma pura compensação com um papel limitado ao biológico. Como diria Durand: «O símbolo não tem por missão “impedir” uma ideia de chegar à consciência clara mas resulta muito mais da impossibilidade da consciência semiológica, do signo, em exprimir a parte da felicidade ou de angústia que a consciência total sente face à inelutável instância da temporalidade» (1989: 270). De facto, a imagem simbólica é semântica.

Como é a função fantástica que rege toda a criação humana, a retórica, ao transcrever um significado por meio de um processo signifiante, desvirtua o semantismo do símbolo. Por isso, recorremos ao Imaginário para esta análise, explorando a riqueza metafórica dos poemas de EBP, conscientes de que a metáfora é também um desvio da objetividade, renova a terminologia e arranca-a «ao seu destino etimológico» (Durand; 1989: 285).

Bachelard localiza na infância a origem do devaneio, não na infância traumática, mas na infância maravilhosa. É essa capacidade de deslumbramento, de ver a beleza das coisas com os olhos lavados, que perpassa nos poemas de EBP, porque nele haverá sempre «uma criança a correr», se bem que «no coração de um velho.» (*Meditação de sábado*), de um adulto, entenda-se. De ver e de no-lo saber dizer, substantivando-se rente à simplicidade, à elegância e à beleza formal.

É verdade que a obra de arte é, para o seu criador, tanto a resolução dos múltiplos conflitos que o mantém aprisionado, logo, um processo de projeção, com também um processo de descoberta da realidade. Diria Paul Ricoeur: «le rêve, dira-t-on, regarde en arrière, vers l'enfance, vers le passé; l'œuvre d'art est un avance sur l'artiste lui-Même; c'est un symbole prospectif de la synthèse personnelle et l'avenir de l'homme, plutôt qu'un symptôme régressif de ses conflits non résolus» (1969: 141). A imitação do passado (individual ou coletivo) que o imaginário, em certa medida, é, será sempre uma imitação deformada pelo mecanismo de projeção, «obriga-nos a abandonar os lugares-comuns, daí a metáfora. É também acompanhado do sentimento, mais ou menos intenso, de uma perda do eu» (Malrieu; 1996: 130).

Mas o criador, diz Malrieu (1996: 170), tenta atribuir ao imaginário as formas que traduzem os problemas que o preocupam, as contradições em que vive(u) e o meio de superá-las num sentido simbólico.

A imaginação funciona assim «como a reinvenção do eu através das relações de parentesco que mantém com o mundo» (1996: 173). Para tal, procede à reconstrução do passado, não ao seu prolongamento, e fá-lo numa interrogação sobre a sua experiência de vida, mas conservando o distanciamento em relação a ela. EBP fá-lo de uma maneira que lhe é própria: «Para quê a memória? / Trago-a para que estejas agora e sempre comigo» (*Memória*). A memória / saudade é, pois, a forma de manter o seu amor vivo. A sua forma de se manter vivo.

Este subjetivismo que povoa o universo da sua poesia e que, de resto, é comumente apontado como intrínseco à literatura portuguesa, é em *A cor do sul nos teus olhos* marcado por um erotismo nem sempre explícito e que não se esgota nos símbolos aqui abordados.

A riqueza imagética da obra de EBP, cremos, não é alheia à utilização desse canal de comunicação por ele privilegiado – o computador. Aliás, o computador permitiu-lhe ainda a materialização da sua expressão poética através da fotografia, abrindo-lhe as portas para subtis jogos de interação de palavras com imagens, o que é visível nas fotografias divulgadas

em vários *sítios* na *rede* e está clara na preocupação com o arranjo gráfico do livro (fotografia / palavras), bem como na decisão da sua apresentação em duplo suporte, eletrónico e papel. O leitor excede-se e torna-se, pois, o feliz espetador da materialização das imagens poéticas.

5. Notas

(1) O autor recorre também a outros símbolos femininos, como por exemplo, o jardim, que partilha da mesma natureza feminina da terra, arquétipo da mãe, espaço circular, fechado, logo seguro, mas também espaço paradisíaco, íntimo, de doçura.

6. Referências bibliográficas

- Pinto, E. B. (2012). *A cor do sul nos teus olhos*. Pitt Meadows: Seixo Publ.
- Chevalier, J. & Gheerbrandt, A. (1994). *Dicionário de Símbolos*. Lisboa: Teorema.
- Coelho, J.P. (1992). *A Originalidade da Cultura Portuguesa*. Lisboa: ICALP.
- Durand, G. (1989). *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*. Lisboa: Presença.
- Freitas, V. (2012). *Border Crossings. Leituras transatlânticas*. Ponta Delgada: Publiçor.
- Malrieu, Ph. (1996). *A Construção do Imaginário*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Reis, C. (1981). *Técnicas de Análise Textual*. Coimbra: Almedina
- Reis, C. (2001). *O Conhecimento da Literatura*. Coimbra: Almedina.
- Ricoeur, P. (1969). *Le conflit des interprétations*. Paris: Seuil.
- Silva, V.A. (1979). “O Texto Literário e os seus Códigos”. *Colóquio Letras*, nº 21, pp. 23-32.

6. ANABELA NAIÁ SARDO, IPG, GUARDA PORTUGAL

Anabela Oliveira da Naia Sarde é doutoranda em Literatura Portuguesa na Universidade de



Aveiro, mestre em Estudos Portugueses e licenciada em Ensino de Português e Francês.



Docente do Ensino Superior Politécnico desde 1991, começou a lecionar na Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto do Instituto Politécnico da Guarda.

É, desde 2009, Diretora da Escola Superior de Turismo e Hotelaria, onde lecionava desde o ano 2000 e foi, também, durante quatro anos, Presidente do Conselho Técnico-científico.

Para além da investigação que está a realizar acerca da obra da escritora Ana Teresa Pereira, também faz alguma pesquisa ao nível da área do Turismo, especificamente do chamado Turismo Literário.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.



TEMA 1.2 AFEIÇÕES E OBSESSÕES EM O PONTO DE VISTA DOS DEMÓNIOS DE ANA TERESA PEREIRA, ANABELA NAIJA SARDO, IPG, UDI / UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR GUARDA Portugal

O Ponto de Vista dos Demónios e *O Sentido da Neve* são duas obras de Ana Teresa Pereira que compilam textos que escreveu, entre dezembro de 2000 e abril de 2004, para o jornal *Público*, suplemento *Mil Folhas*, coluna “A Quatro Mãos”.

O Ponto de Vista dos Demónios é constituído por uma seleção de textos que retomam, com algumas alterações, as “crónicas” saídas entre outubro de 2000 e julho de 2002. Os textos deste volume são: “Água e o fogo”, “O tempo dos fantasmas”, “O anjo caído”, “Mar de sargaços”; “Nostalgia”; “O menino e o boomerang”; “Dança nas trevas”; “Pequeno-almoço com diamantes”; “O ponto de vista dos demónios”; “O medo do escuro”; “O amor”; “Os quarsas”; “O silêncio”; “I desired dragons...”; “Com mil raios e coriscos!”; “My Lady”, “O tigre”; “Porque só eu vou morrer”; “O primeiro amor”; “O sonho de Caliban”; “Recorda-me ao morrer”; “És a terra e a morte”; “As montanhas e os rios.”

O Sentido da Neve agrupa uma seleção de outros textos saídos entre setembro de 2002 e outubro de 2004. Os textos de *O Sentido da Neve* são: “O vaso quebrado” (“O outono”, no original); “O castelo em ruínas”; “A dança”; “Se nos encontrarmos de novo”; “Você, você”; “O que viram os meus olhos”; “Just a perfect day”; “Os fantasmas”; “A regra do jogo”; “A sombra do passado”; “O sentido da neve”; “The art of fiction”; “novembro em Paris”; “O desejo”; “Nossa Senhora da Árvore Seca”; “O santuário dos pensamentos” e “Os lilases”. Não aparecem, neste livro, as crónicas “De que cor são os meus olhos” e “Titan Blue”. Surgem, neste livro, dois novos textos: “A Rosa” e “Os fiordes”.

Ambas as coletâneas revelam incursões pelos temas e episódios que já tinham sido ou iriam ser abordados nas narrativas pereirianas numa constância obsessiva e circular. En-

contramos frases que se repetem, ideias e cenários criados fugidamente, como uma anotação, e que são, posteriormente, amadurecidos. Normalmente, são textos que evocam os livros, os filmes, as músicas, os poemas e os quadros que povoam o imaginário da autora e ajudam a dar consistência às personagens e à(s) história(s) que subjaz(em) aos seus textos desde a obra inicial.

Nestes escritos, a autora espelha, reiteradamente, as suas pessoalíssimas fascinações; revela-nos as intensas cogitações desencadeadas por outras obras de Arte, do passado ou contemporâneas, reflexões e considerações sobre Literatura, Cinema, Música e Pintura. Por vezes, reconta essas criações pelas suas próprias palavras, através do seu olhar peculiar, numa espécie de camuflada éctrase⁷. Noutros casos, ainda, oferece ao leitor uma versão diferente do original, ou seja, a forma como, segundo a escritora, poderia ou deveria ter sido a obra a que se refere. Faz, ainda, homenagens onde se entrecruzam as temáticas de outros livros.

No eterno retorno aos seus temas de eleição e, essencialmente, aos escritores que mais admira, Ana Teresa Pereira regressa, em “O medo do escuro” (páginas 47 a 49 de *O Ponto de Vista dos Demónios*), a Henry James, iniciando o texto com uma frase do autor americano numerosas vezes repetida nos livros, nas “crónicas” e nas entrevistas dadas pela escritora: “No conto «The Middle Years», Henry James escreve «We work in the dark – we do what we can – we give what we have. Our doubt is our passion and our passion is our task. The rest is the madness of the art»” (Pereira, 2002: 47). Sintetiza, brevemente, o livro de James e realça a impossibilidade da existência de uma segunda ocasião para o escritor: “Mas não há uma segunda oportunidade. Nunca. Só a consciência de que fazemos o que podemos... e o resto é a loucura da arte” (Pereira, 2002: 47).

A propósito de Henry James que foi, como se pode ler no *Website* dedicado ao autor, “one of the foremost literary figures of his time, leaving us an enormous body of novels, ‘tales’ (short stories), literary and art criticism, autobiography and travel writing. Throughout the twentieth century, and on into our own, different generations of scholars have found in his work points of reference for the preoccupations of their own time, and numbers of ‘ordinary’ readers dreamed of by James but never achieved in his lifetime have been enthralled by the rich texture of his writing” (<http://www.henryjames.org.uk/>, 14 / 04 / 2012), Ana Teresa Pereira refere um ensaio que a escritora britânica Virginia Woolf (1882 – 1942) escreveu sobre “os fantasmas na obra de Henry James” (Pereira, 2002: 47), publicado na obra póstuma *The Death of the Moth and Other Essays*, em 1942, e volta a aludir a mais algumas das obras de Henry James, especificamente a *Os Amigos dos Amigos*, e à incontornável referência, na obra pereiriana, *The Turn of the Screw*. Neste momento, deve salientar-se uma afirmação da escritora que, assomando discreta no texto em análise, se revela importantíssima no contexto da obra e do pensamento pereirianos sobre a literatura e a ficção, essencialmente porque logo a relaciona com um fundamental princípio jamesiano (e pereiriano?):

⁷ Éctrase, do grego *ekphrasis* (em inglês, *ecphrasis*). Para um esclarecimento completo acerca do termo, que no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* é definido, muito sucintamente, como “descrição minuciosa de uma pessoa ou objeto”, pode ler-se um texto de Ryan Welsh (2007), no *Keywords Glossary* da Universidade de Chicago, acerca dos diversos sentidos do termo ao longo dos tempos.

Outras obras podem ser consultadas sobre o assunto: GOODMAN, Nelson (1976), *Languages of Art*. Indianapolis: Hackett Publishing Co; WAGNER, Peter ed. (1996), *Icons-Text-Iconotexts: Essays on Ekphrasis and Intermediary*. New York: de Gruyter. (Informação disponível em <http://csmt.uchicago.edu/glossary2004/ekphrasis.htm>, consulta a 16 de março de 2012).



“estamos num lugar onde tudo é possível, e o princípio de Henry James era «Never explain»” (Pereira, 2002: 47).

Em “O medo do escuro” ressurge a manifestação de apreço extremo de Ana Teresa Pereira por Henry James, quando a escritora:

1. alude ao livro *The Portrait of a Lady*, de 1881: “O meu «The Portrait of a Lady» («O Retrato de uma Senhora») (...). É um romance que li muitas vezes, gosto de Isabel Archer (...)” (Pereira, 2002: 48);
2. se refere às personagens desta narrativa;
3. tece considerações sobre a mesma;
4. cita frases e considera as últimas páginas do livro “de uma beleza quase assustadora” (Pereira, 2002: 48).

Inevitavelmente, e como também é comum na obra da escritora portuguesa nascida na Ilha da Madeira, Ana Teresa Pereira relaciona o livro mencionado com o filme protagonizado por Nicole Kidman: “No cinema Nicole Kidman foi uma bela Isabel Archer, e no final, na neve, deixa no ar um pouco de esperança” (Pereira, 2002: 47). Trata-se do belíssimo filme realizado por Jane Campion, em 1996, em que Nicole Kidman desempenha o papel de Isabel Archer e contracena com John Malkovich e Barbara Hershey (<http://www.imdb.com/title/tt0117364/>, 14 / 04 / 2012).

Nas suas eternas deambulações e interligações, a escritora confronta o livro de James com o da autora norte-americana Edith Wharton (1862-1937), *The House of Mirthe / A Casa da Felicidade*, publicado em 1905: “é também «o retrato de uma senhora»” (Pereira, 2002: 48), declara. Na sequência do que havia feito nos parágrafos precedentes, Ana Teresa Pereira fala desta obra de Whorton, essencialmente do lado “escuro” da mesma, comparando Isabel Archer a Lily Bart, que é “como uma rosa ou um pássaro, só existe para ser bela” (Pereira, 2002: 48). E aproxima o livro ao filme, com título homónimo, realizado por Terence Davies, no ano 2000 (<http://www.imdb.pt/title/tt0200720/>, 14 / 04 / 2012), que considera “muito intenso” e no qual Gillian Anderson “tem uma interpretação assombrosa, não é a Lily do livro, é outra pessoa, não é uma flor ou um pássaro mas uma tempestade, e traz dentro de si, desde o início, quase visível, a escuridão” (Pereira, 2002: 49).

Cada novo texto de Ana Teresa Pereira, na coletânea *O Ponto de Vista dos Demónios*, é uma declaração da mais profunda afeição àquelas que são as grandes referências

da vida e obra pereirianas, sendo, ainda, em nossa opinião, uma profunda reflexão existencial. O texto “O amor” (páginas 51 a 53) começa com uma extensa citação do livro de Truman Capote, *A Harpa das Ervas*⁸, cujo tema fulcral é o amor: “Nunca ameie um homem... (...) ... um homem. Só o meu pai. (...) Mas tive amor a todo o resto” (Pereira, 2002: 51).

A escritora recorda Dolly de *A Harpa das Ervas* ao ler “um poema de Rupert Brooke, «The Great Lover», em que o poeta evoca o que amou” (Pereira, 2002: 52) e do qual Ana Teresa Pereira transcreve alguns excertos da tradução portuguesa: “a côdea do pão amigo; o arco-íris; (...) as poças da água na erva” (Pereira, 2002: 52)⁹.

Ana Teresa Pereira sugere que o universo do poeta inglês, precocemente desaparecido, se aproxima do de Irish Murdoch, de quem este era um dos poetas preferidos. Ambos os universos e cosmovisões se cotejam, assemelhando-se ao da escritora portuguesa. O poema de Brooke termina, como se transcreve: “say, «He loved»”(Pereira, 2002: 52)¹⁰ e Ana Teresa Pereira conclui que aquele que poderia ser um bom epítáfio para Rupert Brooke e Iris Murdoch “«He loved» (...) Ele (ela) amou” (Pereira, 2002: 52), gostava a escritora portuguesa que fosse também o dela, porque, como a própria refere no texto, só amou dois homens, mas teve amor a todo o resto.

O último parágrafo do texto “O amor” percorre aquelas que são algumas das mais profundas afeições / obsessões de Ana Teresa Pereira e que podem ser confirmadas através da análise da obra pereiriana na sua globalidade:

1. os livros e os seus mais amados escritores e poetas (com destaque, neste texto, para Iris Murdoch, Henry James, Jorge Luis Borges, Rainer Maria Rilke, John Dickson Carr, Silver Kane, Rupert Brooke e Truman Capote);
2. os quadros (enfatizando Mark Rotko);
3. os filmes (Nicholas Ray em evidência);
4. as histórias de amor vividas por alguns atores a que alude (note-se a reiterada não distinção entre o ator e a personagem);
5. a música (de Bach ou de Patti Smith);
6. e a natureza, as flores, os frutos, os animais, as pedras, o mar e a neve, o crepúsculo e o silêncio, os museus e tantas outras realidades banais e simples que amou e ama: “tive amor a todo o resto” (Pereira, 2002: 52).

Em “Os quasares” (páginas 55 a 57), é retomada outra das questões essenciais da obra pereiriana: os “contos de fadas”. Estes são, como a própria Ana Teresa Pereira revela

⁸ Este livro já havia sido referido no texto “Pequeno-almoço com diamantes”, páginas 39 a 41 de *O Ponto de Vista dos Demónios*, e num outro texto de Ana Teresa Pereira, publicado no jornal *Público*, a 01 de novembro de 2003, intitulado “Preces Atendidas.”

⁹ Rupert Brooke (1914), *The Collected Poems of Rupert Brook*. New York: Dodd, Mead and Company. (e-livro)

Excerto do poema “The Great Lover”: “ (...) Of friendly bread; and many-tasting food; / Rainbows; and the blue bitter smoke of wood; / And radiant raindrops couching in cool flowers; / And flowers themselves, that sway through sunny hours, / Dreaming of moths that drink them under the moon; / Then, the cool kindness of sheets, that soon / Smooth away trouble; and the rough male kiss / Of blankets; grainy wood; live hair that is / Shining and free; blue-massing clouds; the keen / Unpassioned beauty of a great machine; / The benison of hot water; furs to touch; / The good smell of old

clothes; and other such - / The comfortable smell of friendly fingers, / Hair's fragrance, and the musty reek that lingers / About dead leaves and last year's ferns.... / Dear names, / And thousand other throng to me! Royal flames; / Sweet water's dimpling laugh from tap or spring; / Holes in the ground; and voices that do sing; / Voices in laughter, too; and body's pain, / Soon turned to peace; and the deep-panting train; / Firm sands; the little dulling edge of foam / That browns and dwindles as the wave goes home; / And washen stones, gay for an hour; the cold / Graveness of iron; moist black earthen mould; / Sleep; and high places; footprints in the dew; / And oaks; and brown horse-chestnuts, glossy-new; / And new-peeled sticks; and shining pools on grass; (...)” (s.p.)

¹⁰ “O dear my loves, O faithless, once again / This one last gift I give: that after men / Shall know, and later lovers, far-removed, / Praise you, 'All these were lovely'; say, 'He loved.'” (Excerto do poema.



e a obra confirma, histórias que marcaram indelevelmente a vida e obra da escritora e aos quais incontáveis vezes se refere.

O texto que agora analisamos foi despoletado pela leitura de um belo texto da escritora catalã, nascida em 1925, Ana María Matute, que afirmava: «los cuentos son en prosa lo más parecido a la poesía» (Pereira, 2002: 55). A este propósito, Ana Teresa Pereira afirma que esta opinião é particularmente verdade no caso de Hans Christian Andersen (1805-1875), asseverando que “Os seus contos podem ser lidos inúmeras vezes, como poemas” (Pereira, 2002: 55). Consecutivamente, é sobre os contos de Andersen que tece considerações que revelam as suas emoções face a esses textos e as inter-relações que estabelece com outros temas: “os mundos aquáticos de Monet (...) os enigmáticos palácios de gelo que surgiram na Rússia no século XVIII” (Pereira, 2002: 55).

E porque, como declara neste e em outros textos, “neste mundo tudo está ligado” (Pereira, 2002: 56), recorda aquele que considera ser um dos contos mais impressionantes que já leu, “em que a morte toma a forma de um pássaro negro” (Pereira, 2002: 56), um texto redigido pelo escritor, poeta e realizador italiano Tonino Guerra (1920-2012), intitulado *Il Cacciatore Cieco*. A autora de *O Ponto de Vista dos Demónios* dedica uma “crónica”, como apareciam classificados estes textos, aquando da sua publicação no jornal *Público*, a Tonino Guerra. Intitula-se “O Santuário dos Pensamentos” e faz parte do livro *O Sentido da Neve*. Aí, faz referência ao conto que agora nomeia:

No livro "Il vecchio con un piede in Oriente", Tonino Guerra fala-nos de uma das suas viagens à Rússia, de um passeio com Paradjanov, à procura de igrejas abandonadas. (...) É nesse livro que está "Il cacciatore cieco", um dos contos mais belos que já li, e a história daquele conde que se enamorou de uma princesa representada num fresco do seu castelo, e por causa desse amor encontrou a morte. (Pereira, 2005: 71-72)¹¹

Também na “crónica” “Os homens, os animais e os anjos”, saída na coluna *A Quatro Mãos*, suplemento *Mil Folhas* do jornal *Público*, a 9 de março de 2004, que era uma recensão do livro de Mário Rui de Oliveira, *O Bairro Judaico*, a escritora se refere a Tonino Guerra:

Lembro-me de uma entrevista em que Tonino Guerra pedia a Tarkovski para lhe contar a última cena de "Stalker", como se ele fosse cego. E às vezes é tão difícil encontrar as palavras para falar de algo que existe com muita força. Como "Bairro Judaico", que pode facilmente tornar-se um dos livros da vida de alguém. No final de "Nostalgia", pouco antes de imolar-se pelo fogo (a paixão pelo fogo encontra-se em Tarkovski, em Giacometti, em Tonino Guerra, em Mário Rui de Oliveira), Domenico diz: "ouve, é a voz da natureza, é a voz de Deus". E por algum motivo me lembro dessas palavras quando folheio este livro. [sic] (Pereira 2004: 13)

¹¹ Este conto é reeditado no último livro de Tonino Guerra (2012), *Polvere di sole*. Salvatore Giannella Bompiani. ISBN 9788845269424. O conto foi lido, através do e-livro,

Repare-se que o universo de Tonino Guerra parece ter diversos pontos de contacto com o de Ana Teresa Pereira, nomeadamente, e para usar os exemplos dos excertos citados, o gosto pelas igrejas antigas, o interesse pelo cineasta russo Andrei Tarkovski, a referência ao filme *Nostalgia*, entre outros.

De imediato, Ana Teresa Pereira (que tal como a escritora dinamarquesa Karen Blixen, 1885-1962, sobre quem escreve a seguir, também encontra histórias em tudo o que existe à sua volta) faz despontar no texto a cena romântica do filme *África Minha* (*Out of Africa*), uma das obras cinematográficas mais aclamadas em 1985, que contou com as excelentes interpretações de Robert Redford e de Meryl Streep. Baseada na obra de Karen Blixen, *Den afrikansk Farm* (título original - 1937), *África Minha* foi realizada por Sydney Pollack e galardoada com sete Óscares

Na obra de Blixen, identicamente ao que sucede com as de Ana Teresa Pereira,

As histórias vão surgindo de dentro das histórias, como máscaras que se vão retirando sucessivamente para revelar as diferentes camadas do real e da verdade. Blixen encena num contexto histórico do passado os impulsos contraditórios do ser humano contemporâneo, dividido entre a superfície e a profundidade, a estabilidade / estagnação e a viagem, o natural e o sobrenatural, a realidade e o sonho.)

E, perante o leitor do texto pereiriano, surge a imagem de Robert Redford que “lavava o cabelo de Meryl Streep: He prayeth well who loveth well / Both man and bird and beast” (Pereira, 2002: 56)¹², alusão à cena em que Denys Finch Hatton (Robert Redford) lava o cabelo de Karen Blixen (Meryl Streep) no safari. No artigo “Out of Africa Movie Poems”¹³, pode ler-se um excerto que interliga a cena e o poema de Coleridge:

Scene: Denys Finch Hatton (Robert Redford) washing Karen Blixen's (Meryl Streep's) hair on safari.

From THE RIME OF THE ANCIENT MARINER by Samuel Taylor Coleridge (1772-1834)

(Note: Denys Finch Hatton loved this poem. The lines "He prayeth well, who loveth well / Both man and bird and beast" appear on commemorative brass plaques, once placed by Denys Finch Hatton's brother Toby on the obelisk at Denys's tomb in the Ngong Hills, and still found in Ewerby Church, Lincolnshire, England. In the flyleaf of the copy of the poem owned by Karen Blixen, Denys drew a picture of a rhinoceros. This drawing is reproduced in Isak Dinesen's Letters from Africa, page 140)

"...Laughed loud and long, and all the while / His eyes went to and fro. / Ha, ha, quoth he, full plain I see / The Devil knows how to row.

Farewell, farewell, but this I tell / To thee, thou Wedding Guest: / He prayeth well, who loveth well / Both man and bird and beast."

¹² Uma vez mais a não-distinção entre os atores e as personagens e a citação de versos de um poema, desta vez de Samuel Taylor Coleridge (1772-1834).

¹³ A este respeito pode consultar-se também o livro de Linda G Donelson (1998), *Out of Isak Dinesen, Karen Blixen's untold story*. Penfield Books.



Inesperadamente, surge o título de uma das narrativas da segunda coletânea de contos de Karen Blixen, *Contos de Inverno*, que foi publicada, na Dinamarca, em 1942¹⁴: “«A Criança Sonhadora»: um menino que é adotado por um casal muito rico (...)” (Pereira, 2002: 56), assim como a menção ao conto “Tempestades” do livro *A Festa de Babette e Outras Histórias do Destino*¹⁵. Há quem considere o conto referido como uma das narrativas mais interessantes do livro, na qual Blixen interliga o teatro e a vida. Ana Teresa Pereira revela-nos o que pensa sobre o conto e a personagem Ariel: “os seres como ela e o velho encenador têm de fugir sempre, de ficar sozinhos” (Pereira, 2002: 56). E, logo de seguida, a referência ao “mundo insondável de «As Cariátides», um conto que faz parte do livro, de 1958, *Last Tales / Sidste Fortoellinger*.¹⁶

E o penúltimo parágrafo deste texto pereiriano é, uma vez mais, o elencar daqueles que são alguns dos gostos e afeições da escritora, já conhecidos do leitor familiarizado com a obra de Ana Teresa Pereira: a noite; o cheiro a beladonas; “A Música: «Catalogue d’oiseaux»” (Pereira, 2002: 57), do compositor, organista e ornitologista francês Olivier Messiaen (1908-1992); a sua novela¹⁷ “para se certificar de que eles existem mesmo” (Pereira, 2002: 57); os seus ícones: o “do Arcanjo Miguel e uma pedra da Lua (a cada um a sua magia)” (Pereira, 2002: 57). E continuar a acreditar, tal como aprendeu com Iris Murdoch, “que mesmo que Deus não exista, a oração é muito importante” (Pereira, 2002: 57).

O texto termina de forma enigmática com a referência ao Universo e às realidades cósmicas, das quais destacamos a que dá título ao texto: “quasar”, uma quase estrela: “os planetas, as estrelas, os quasares; e os buracos negros” (Pereira, 2002: 57).

Eduardo Prado Coelho, num texto denominado “O que morrerá comigo quando eu morrer” delimita o espaço muito particular que ocupa a obra de Ana Teresa Pereira face a outros grandes nomes da literatura nacional e internacional:

Todos os escritores se inscrevem no território que eles próprios vão criando ao se inscreverem. Como Faulkner ou Juan Rulfo, em casos mais extremos. Mas muitas vezes isso é meramente secundário, não passa de obra para obra de um mesmo autor, não ganha espessura. É apenas uma questão de moldura. Noutros casos, não é assim: Ana Teresa Pereira é um exemplo privilegiado desta segunda hipótese. (Prado Coelho, 2005)

Há, na obra pereiriana, aspetos marcantes e recorrentes, como a questão do género, a retorno das personagens, a referência obsessiva às artes, à Arte.

A escritora partiu de um esquema vagamente policial para enveredar por uma ficção “fantástica” em que a paixão e a destruição andam de mãos dadas. As personagens atravessam os livros, com os mesmos nomes ou outros. As referências literárias ou filmicas, aliás insistentes, andam quase sempre em torno das mesmas personagens. O mais importante, aquilo que constitui a força mais exuberante e fecunda, encontramos em Iris Murdoch.

Mas encontramos, também, Julio Cortázar. Jorge de Sena ou Dylan Thomas e William Irish, entre muitos outros. Como nos deparamos com realizadores de cinema: Nicholas Ray, por exemplo; ou argumentistas, como Tonino Guerra. Ou atores: Katherine Hepburn, Gabriel Byrne, Robert Redford ou Meryl Streep.

O que é interessante é que estas figuras acabam por ganhar todas o mesmo estatuto: são seres mágicos que se localizam neste território pereiriano muito próprio.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS E ARTIGOS DE ANA TERESA PEREIRA

(2002), *O Ponto de Vista dos Demónios*. Lisboa, Relógio d’Água Editores, (101 pp.). Depósito Legal n.º: 187546 / 02.

(2003), “Preces Atendidas.” *Jornal Público*, suplemento *Mil Folhas*, coluna *A Quatro Mãos*, 01 / 11, p. 5.

(2005), *O Sentido da Neve*. Lisboa, Relógio d’Água Editores, (85 pp.). Depósito Legal n.º: 227445 / 05.

BIBLIOGRAFIA SOBRE ANA TERESA PEREIRA

CATALÃO, Rui (2010), “Sou capaz de qualquer coisa pelos meus livros”. *Público*, *Ípsilon* de 02 / 07 (disponível em <http://ipsilon.publico.pt/livros/entrevista.aspx?id=260267>; consulta a 18 / 07 / 2010).

COELHO, Eduardo Prado, (2005) “O que morrerá comigo quando eu morrer”. *Jornal Público*, suplemento *Mil Folhas*, coluna *A Quatro Mãos*, 10 / 09.

COSTA, Raquel, “Ana Teresa Pereira: o ponto de vista dos demónios”. *Orgia literária*. (

FREITAS, Patrícia Ferreira Mota (2011), *Do Escritor como Predador: Mistério e (Re)visões na obra de Ana Teresa Pereira*. Dissertação de Mestrado, Porto: Universidade do Porto.

GOUVEIA, Odília (2006), “Ana Teresa Pereira vence o prémio Eduardo Bettencourt”. *Jornal da Madeira*, 02 / 05.

LUZA, Vera,

(2002), “Ana Teresa Pereira com novos livros”. *Jornal da Madeira*, 18 / 12.

(2006), “A escrita é uma aventura apaixonante”. *Jornal da Madeira, Revista Olhar*, 06 / 05.

(2007), “Ana Teresa Pereira confessa-se”, *Jornal da Madeira, Revista Olhar*, 30 / 06.

NEVES, Pedro Teixeira

(2002), “O Universo Mágico de Ana Teresa Pereira”. *Agenda Cultural*, fevereiro.

PINHEIRO, Duarte

(2009), “O fantástico em Ana Teresa Pereira”. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* da Universidade Fernando Pessoa, n.º 6, pp. 10 – 16. ISSN 1646-0502.6.

¹⁴ No livro *Contos de Inverno*, Karen Blixen regressa aos ambientes e paisagens dinamarqueses e a um estilo mais próximo da tradição literária do seu país de origem. A tradução portuguesa deste livro está disponível, por exemplo, numa publicação, de 1988, da Relógio d’Água Editores, Lisboa.

¹⁵ Karen Blixen (1958), *Anecdotes of Destiny*; (1994), *A Festa de Babette e Outras Histórias do Destino*, Edições Asa.

¹⁶ Karen Blixen (2005), *As Cariátides*. Lisboa: Relógio D’Água Editores.

¹⁷ Pressupomos que a escritora se refere à novela *A Linguagem dos Pássaros*, que saiu em novembro de 2001, pelas referências que faz à casa, aos penhascos, aos pássaros, aos anjos, aos astros, aos ícones (ver por exemplo, nas páginas 10 a 13 desse livro).



(2009), “A linguagem dos pássaros: o turbamento de Villalilla”. *Atas do VI Congresso Nacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada / X Colóquio de outono Comemorativo das Vanguardas*, (

(2010) *Além-Sombras: Ana Teresa Pereira*. Tese de Doutoramento, Porto: Universidade Fernando Pessoa.

(2011) *Além-Sombras: Ana Teresa Pereira*. Fonte da Palavra. ISBN: 9789896670849.

SARDO, Anabela,

(2002), “Quando a ficção vive na e da ficção”. Ensaio acerca da obra de Ana Teresa Pereira, publicado na revista *CIBERKIOSK 2002*, Livros, Artes, Espetáculos, Sociedade.

(2005), “Ana Teresa Pereira: uma ‘geografia interior’ de sombras e cores”. *Românica, Revista de Literatura, Cores*, n.º 14, Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Edições Colibri, pp. 89-105.

(2010), “A obra de Ana Teresa Pereira: “velhas histórias, contos de fadas ou pesadelos?”. *Atas / Anais*, abril 2010, 13º Colóquio da lusofonia – 5º encontro Açoriano, Florianópolis, BRASIL, pp. 51-64. ISBN: 978-989-95891-4-8.

(2010), “Os anjos e outras temáticas recorrentes na obra de Ana Teresa Pereira”. *Atas finais*, outubro 2010, IX Colóquio da lusofonia, Bragança, PORTUGAL, pp. 25-34. ISBN: 978-989-95891-5-5.

(2011), “Intimidades e ambientes literários e artísticos na obra de Ana Teresa Pereira”. *Atas Edição Associação dos Colóquios da lusofonia e IP Macau*, abril 2011, 15º COLÓQUIO DA LUSOFONIA – MACAU: QUATRO SÉCULOS DE LUSOFONIA: PASSADO, PRESENTE E FUTURO, Macau, CHINA. ISBN: 978-989-95891-7-9.

(2011), “A ilha, ‘território privilegiado onde as leis são abolidas, onde o tempo se detém’, em *Matar a Imagem* de Ana Teresa Pereira”. *Atas finais da ASSOCIAÇÃO DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA*, outubro 2011, 16º COLÓQUIO DA LUSOFONIA - 7º ENCONTRO AÇORIANO DA LUSOFONIA, Santa Maria, AÇORES. ISBN: 978-989-95891-8-6.

XAVIER, Leonor, “Histórias submersas”. *Máxima*, Ano 20, N.º 232, janeiro de 2008, pp. 28-30.

OUTRAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOODMAN, Nelson (1976), *Languages of Art*. Indianapolis: Hackett Publishing C.

WAGNER, Peter ed. (1996), *Icons-Text-Iconotexts: Essays on Ekphrasis and Intermediary*. New York: de Gruyter; (disponível em

<http://csmt.uchicago.edu/glossary2004/ekphrasis.htm> ; consulta a 16 de março de 2012).

ANABELA NAIÁ SARDO IPG, GUARDA, PORTUGAL



7. ZAIDA FERREIRA, IPG, GUARDA, PORTUGAL

8. ELISA BRANQUINHO, ESC SEC SEIA, PORTUGAL

ANABELA SARDO e ZAIDA FERREIRA, Instituto Politécnico Da Guarda – Unidade De Investigação E Desenvolvimento Do Interior



ELISA BRANQUINHO Agrupamento De Escolas De Seia -Escola Secundária De Seia
Anabela Oliveira da Naia Sarde é licenciada em Ensino de Português e Francês, mestre em Estudos Portugueses e doutoranda em Literatura Portuguesa na Universidade de Aveiro. Docente do Ensino Superior Politécnico desde 1991, começou a lecionar na Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto. É, desde 2009, Diretora da Escola Superior de Turismo e Hotelaria do Instituto Politécnico da Guarda, onde lecionava desde o ano 2000 e foi, também, durante quatro anos, Presidente do Conselho Técnico-Científico. Para além da investigação que está a realizar acerca da obra da escritora Ana Teresa Pereira, também faz alguma pesquisa ao nível do Turismo.

Maria Elisa Gomes Branquinho é licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, mestre em Supervisão e Pós-graduada em Supervisão Pedagógica no Ensino das Línguas. Atualmente, é professora de Português do Quadro da Escola Secundária de Seia e exerce funções de Avaliadora do Desempenho Docente, tendo acumulado larga experiência como Orientadora de Estágio pela Universidade Católica de Viseu.

Zaida Pinto Ferreira é licenciada em Estudos Anglo-Americanos, mestre em Estudos Americanos e doutoranda em Literatura Americana na Universidade Aberta de Lisboa. Docente do Ensino Superior Politécnico desde 1989, começou a lecionar no Instituto Politécnico da Guarda, na Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto. Atualmente, leciona na Escola Superior de Turismo e Hotelaria deste Instituto, desde o ano de 2000 e é Presidente do Conselho Técnico-Científico. Foi Presidente do Conselho Pedagógico durante quatro anos, assim como Presidente do Conselho Científico de 2000 a 2004.



TEMA 1.2 A INEFÁVEL PUREZA DA PALAVRA NO ARTIFÍCIO INVULGAR DAS IMAGENS POÉTICAS DE EDUARDO BETTENCOURT PINTO, ANABELA NAIÁ SARDO IPG, GUARDA, PORTUGAL, ZAIDA FERREIRA, IPG, GUARDA, PORTUGAL, ELISA BRANQUINHO, ESC SEC SEIA, PORTUGAL

O artigo, que está na base da comunicação que se pretende apresentar, tem como objetivo partilhar uma leitura possível das obras, de Eduardo Bettencourt Pinto, *Tangos nos pátios do sul* (1999) e *Travelling with Shadows / Viajar com Sombras* (2008).

A análise percorrerá os caminhos que conduzirão a um sujeito poético invulgar cujos poemas são sinfonias de elegância, de suaves aromas e de nostalgias quentes. As palavras macias deixam ouvir o murmúrio do silêncio e das memórias num exercício de sublimação que cria belíssimas metáforas, perfeitas como garças, perfumadas como as flores que atravessam a sua poesia, leves e subtis como as aves, com ritmos de melancolia que elevam o poeta à leveza e ao encantamento quase irrespiráveis da criação poética.

O universo imagético de Bettencourt Pinto alimenta-se, com uma requintada simplicidade, no paraíso perdido da infância, nesses “pátios” de nostalgia serena e de utopias onde tangem violinos e guitarras e onde se ouvem tangos. E, assim, o poeta / sujeito lírico é feliz “entre os rios” porque ama “o que tem e o que se foi”.

Este poeta invulgar na doçura e beleza das imagens, escolhidas com severa exigência, revela, ainda, uma levíssima sensualidade, indelével e não tangível, em que a pureza das palavras ressoa, num leito de serenidade e de recriação, de matriz eugeniana (Eugénio de Andrade).

Escrevo para que oiças um piano.

Mas as palavras ardem mudas

A caminho do verão ouvindo o mar. (Pinto, 2008: 144)

O presente artigo tem como objetivo partilhar uma leitura possível das obras, de Eduardo Bettencourt Pinto, *Tango nos pátios do sul* (2001) e *Travelling with Shadows / Viajar com Sombras* (2008).

A análise percorre os caminhos que conduzem a um sujeito poético invulgar cujos poemas são sinfonias de elegância, de suaves aromas e de nostalgias quentes. As palavras macias deixam ouvir o murmúrio do silêncio e das memórias num exercício de sublimação que cria belíssimas metáforas, perfeitas como garças, perfumadas como as flores que atravessam a sua poesia, leves e subtis como as aves, com ritmos de melancolia e saudade que elevam o poeta à leveza e ao encantamento quase irrespiráveis da criação poética.

O universo imagético de Bettencourt Pinto alimenta-se, com uma requintada simplicidade, no paraíso perdido da infância, em Angola, (e nas ilhas), nesses “pátios” de nostalgia serena e de utopias onde tangem violinos e guitarras e onde se ouvem tangos. Ainda assim, o poeta / criador afirma: “Sou um estrangeiro. Perdi os meus sapatos no deserto. Dormi em

tendas de Sol e areia. A pele secou-se-me com a aridez dos ventos. Mas amo o que tenho e o que se foi. E sou feliz entre os rios”.

Este poeta invulgar na doçura e beleza das imagens, escolhidas com severa exigência, revela, ainda, uma levíssima sensualidade, indelével e não tangível, em que a pureza das palavras ressoa, num leito de serenidade e de recriação, de matriz eugeniana.¹⁸

Deste modo, a poesia de Bettencourt Pinto é tecida com palavras cuja combinação semântica e fónica convoca as notas musicais para um concerto instrumental verbal de uma harmonia nostálgica em que as metáforas se vestem de cores, de perfumes e de formas, numa sublimação poética em constante busca da perfeição. As palavras espalham-se como folhas, vestidas de música para dançar na doçura do verso, e exalam perfumes a ondear nos terraços / pátios do sul / sombras do passado onde permanecem fragmentos de alma do sujeito poético: “Levarás para sempre a ilha escondida / no silêncio / da voz” (Pinto, 2008: 130).

A este propósito, Eugénio Lisboa, ainda que focado no livro *Um dia qualquer em junho*, e referindo-se à extraordinária capacidade de criação do poeta, afirma:

Poeta senhor do seu ofício, Eduardo Bettencourt Pinto sabe muito bem — como Mallarmé e muitos outros antes dele, como todos os verdadeiros poetas — que a poesia se faz com palavras, diz ele, que “são a chuva nos olhos / do poeta, / a primeira sombra / da haste fascinada.” Só com elas, por elas, deslocando-as, provocando-as, tentando-as, conseguirá convir-se “todo o fulgor solitário das chuvas.” Quando nos surpreende — nos apanha — com um “assombro de inquietude”, dá-nos um sentido de revelação pelo exercício certo de um glossário sábio e de uso reinventado. Não são palavras esdrúxulas, “entre o arcaico e o difuso”, a que ironicamente aludia Reinaldo Ferreira, são antes palavras simples, de todos os dias, mas que, contudo, como dizia Claudel, já não são as palavras de todos os dias. Ser poeta é reinventar a fresca duas vezes: no modo como se vê o mundo e no modo como se entrega àquilo que se vê como se fosse a primeira vez. (Prefácio do livro *Um dia qualquer em junho*, 23 de julho de 2012)

A escrita de Bettencourt Pinto é “*lírica e narrativa*” como alega, muito claramente, João de Melo no prefácio “O livro da distância e do regresso” da obra *Tango nos pátios do sul*:

Múltipla de si mesma, esta poética da palavra em duplo ora impõe a poesia à prosa, ora as assume a ambas como forma e modo de narrar. A breve trecho, o leitor ergue dentro de si, como se outrossim lhe pertencessem estes poemas sensíveis, feitos de versos essenciais e por vezes aforísticos, saídos da voz de um poeta ao mesmo tempo nítido e embrumado nas suas memórias. O mesmo acontece ao lermos as prosas que abrem sobre nós o pórtico de uma «infância eterna» e à medida do homem que a viveu, nos seus lugares mais distantes, nos caminhos do regresso ao desejo e às saudades do Mundo - de Angola aos Açores e das ilhas para o Mundo. (Pinto, 2001: 8)

¹⁸ Referimo-nos ao poeta Eugénio de Andrade.



Armandina Maia, a propósito da faceta do poeta viajante na poesia de Bettencourt Pinto, declara: “São muitos os passos do autor, que atravessam o lugar em que edificam os textos, passos de errâncias, de retorno, de migrações, ou tão-só passos em volta, até alisar a pedra, a pedra antiquíssima, para apaziguar a cicatriz instalada na memória de quem os escreveu”.

Também João de Melo, novamente no prefácio “O livro da distância e do regresso” da obra *Tango nos pátios do sul* reforça essa vertente da viagem ao passado como lastro e alimento da criação poética em que “«o tempo só regressa às palavras»” (Pinto, 2001: 8):

A toda uma literatura (a nossa, a portuguesa) de viagem, partida e perdição no espaço exterior (ao qual se chegava saindo pelo mar), vem pois Eduardo Bettencourt Pinto contrapor esta «narrativa» de um regresso às gratidões e aos afetos da memória. E a memória é o fio condutor desse regresso à terra africana da infância, ao tempo da primeira casa e da sua rua, aos segredos mágicos da família, aos dias da grande aventura do verbo viver, sobretudo a essa espécie de retorno aos passos perdidos do nada, daquilo que já não volta, do que nunca chegou a cumprir-se, nem como destino nem como sonho. (Pinto, 2001: 8)

Em “O cão”, na viagem de regresso ao passado, ao som da música de Rossini¹⁹, o poeta recorda o som da guitarra dos tempos idos do sul:

Do pequeno rádio sobre a cadeira brune uma nostalgia de Rossini. Atravessa as rosas. Um rumor emerge as cinzas das emoções. Para, braço no ar. No seu movimento, suspenso, há uma guitarra que insiste, a euforia de campos brancos, os despidos galhos do lume. Ele quer trazer da infância as primeiras palavras, as que vêm dos rios do sul. Mas em si há um homem deitado numa rede, entre duas palmeiras, e o cão velho da melancolia a lambê-lhe as mãos. (Pinto, 2001: 29)

Em “O rio”, o poeta corre o fio das suas memórias, desvelando: “Caminhas / nos cânticos do sul.” Pinto, 2001: 51) e “A infância foi uma casa / nos braços da tua mãe” (Pinto, 2001: 35). É o regresso às origens, aos primeiros anos de vida na longínqua terra africana, e à proteção maternal associada à ideia de casa, porto de abrigo e de segurança.

Abre, então, a primeira janela na sua poesia que permite o olhar para o passado, para o mundo circundante e para si próprio: “Nos dias, que são as janelas / abertas às andorinhas, / crescem as sebes e nelas roseiras de água / brava.” (Pinto, 2001: 39). Mais adiante, declara: “Tremem-te nas mãos as raízes da memória” (Pinto, 2001: 39) e, seguindo o fio do tempo, prende as lembranças nas palavras: “Atravessavas a infância / de triciclo, / corria um cão à tua frente, / borboletas de água.” (Pinto, 2001: 42) e “Os sons de África são toda a tua infância, / ou quase. / Há uma ilha na voz da tua mãe e chama-te / para nela ouvires o mar” (Pinto, 2001: 47).

Em “Biografia das sombras”, as janelas abrem-se de novo para cantar a inocência e o poeta, em belíssimas e musicais palavras, referindo-se à casa solitária da Dona Glória, revela:

Seus pátios cintilavam com o ardor
de minúsculas flores selvagens.

Cânticos africanos, impregnados
de segredos líricos desciam os degraus
de pedra
com a harmonia
dum lago imemorial. (Pinto, 2001: 55)

Na memória do sujeito poético hibernam as recordações e as emoções que vestem o poema e cujo coração jamais será reduzido a cinzas:

Uma canoa de clamores voga nas águas
do crepúsculo.

Nos baús
cresce o pó sobre a hibernação das vozes.
Ninguém ouvirá de ti o ressoar dos peregrinos,
ardilosas bicicletas de fumo cobrindo
as heras.

Os demónios,
com suas vestes de metal e pistolas de morte
escondidas na retórica,
não arrastarão pelas cinzas o coração da memória,
teu jarro de rosas.

Saudade é o dia das coisas que se amam. (Pinto, 2001: 71)

Em “*Incêndios*”, o poeta derrama uma enorme melancolia como pode ler-se no poema:

Foi-se das acácias
o perfil da manhã.
Emudecida,
e ainda nua a idade da tua vida
nos pátios vazios.
esperada era a festa,
os exímios músicos
da ausência,
esperando de ti o sinal
para o primeiro tango,
já iam alto os pombos,
os raros soluços
das pedras.” (Pinto, 2001: 74)

Na obra de Bettencourt Pinto, encontramos a recorrência de palavras / representações que asseguram uma espécie de coesão imagética e uma paisagem textual que concorre para uma rede identitária no panorama semântico do poeta, de que são exemplos vocábulos como janelas, casa, luar, sol, música, luz, sombra e mãos: “A primavera chegou nas suas mãos / e correu para um espelho de luz.” (Pinto, 2008: 20). E outros como olhar, estátuas e anjos:

Sou dum país de vento: numerosas são as estátuas

¹⁹ Compositor italiano do Século XIX.



tombadas ao longo dos rios.
Venho aqui buscar
o meu pranto, os frutos e as vestes
do meu regresso
(...)
essa música de anjos descalços
enlouquecendo
sobre a água. (Pinto, 2001: 83-84)

Como uma gaivota soubeste ouvir no sonho
o crepitar melódico das ausências,
a cabeça apoiada

na imaculada túnica dos anjos. (Pinto, 2008: 90)

Ainda retomando a presença reiterada da palavra janela, diz-nos o sujeito poético “A tua sombra descia da janela / como uma trepadeira / de fascínios” (Pinto, 2008: 76).

Também as palavras sandálias, cão (Nero), casa, portas, “Um porta antiga abre-se. Entras. / Acordas no silêncio a memória / da tua voz” (Pinto, 2008: 82); mar, rio, chuva (nas suas várias formas), pedra, janela, árvores de fruto, flores e pássaros (estas últimas nos seus variadíssimos hipónimos) compõem a pauta da música dos poemas de Bettencourt Pinto. Na belíssima composição que se segue podem ver-se alguns desses exemplos:

O dia, escuro, tomba
sobre a relva húmida do olhar.
A mão que tensa escreve
torna-se numa pedra.
O que resta à viola das palavras
senão o último dedilhar,
a acácia apertada entre os dedos,
Setembro ao fundo, o Nero a ladrar no quintal,
tu a fechares a porta do último dia.
Chove hoje na janela onde nasce
o outro lado do mundo.
As sombras dos pinheiros dançam
sob os pássaros, aninhados num crepúsculo de águas.
Estrangeiro em quatro estações
de esquecimento, deixa cair na terra os joelhos
das tuas preces.
E volta, volta sempre à casa onde Nero,
eterno, ladra à tua espera.
Entre as altas e brancas figueiras da chuva. (Pinto, 2008: 30)

Em “Amor”, poema de grande pureza e de levíssima sensualidade, quase não tangível, na claridade azul desse sentimento, o poeta, que perdeu as sandálias, através de palavras reinventadas pelas metáforas, confessa:

(...)

Já não posso regressar ao outono:
perdi as minhas sandálias quando corria
nas dunas do teu nome.

A tua claridade cega-me
e um barco é azul

nas ondas destas sílabas. [sic] (Pinto, 2008: 46)

As palavras silêncio e espelhos destacam-se igualmente no universo semântico do poeta: “Nunca se regressa do tempo mas dos espelhos, / lagos onde te debruças e espreitas o silêncio do teu rosto (...) No fundo dos olhos perderam-se as garças, / a clara e pueril sombra das olaias” (Pinto, 2008: 40) ou, ainda, “A tarde desfaz-se num universo de água. / Existo / no aroma de pequenas coisas. / À esquerda, ou no espelho da tua memória, / passo ainda. Olha. / Trago os teus passos escondidos nos meus versos” (Pinto, 2008: 44).

No poema “Chego às colinas”, veja-se a beleza inusitada dos artifícios poéticos:

No orvalho que resvala do silêncio ouve-se o rumor de um vestido de hortênsias roçando os joelhos. “Quando olhava em redor” disse,
“sentia nos olhos a sombra de Chopin passear em volta da ribeira,
suspensa no monótono cantar de cisnes imaginários.” (Pinto, 2008: 58)

O sopro de música que se ouve na poesia de Bettencourt pode ilustrar-se com este curto, mas melodioso poema:

Sobre os teus ombros voam as borboletas
todas de Chopin.²⁰

O naufrágio da voz errante.

A ilha que conheço na sede e nos olhos do silêncio.

Regressemos aos trigais suspensos

na memória,

às cantigas ardendo entre as folhas azuis da tarde.

Dois ou três melros

beberão nas tuas mãos o primeiro outono

da água. [sic] (Pinto, 2008: 112)

A beleza fragrante do poema “Nas folhas dos jarros” sustenta-se nos pilares dos quatro elementos: terra, água, fogo e ar, num alvoroço de sinestésias em que os sentidos se delectam:

Nas folhas dos jarros ouve-se o silêncio da ilha.

Sente-se a humidade das mãos dos anjos

cortando frutos, o sibilar da primavera

na respiração dos eucaliptos.

Poroso, o ar liberta odor a sonhos passados, insónias,

²⁰ Compositor e pianista polaco do Século XIX.



momentos junto ao fogo.

Por aqui, nesta íngreme enseada de palavras
alcanço o ardor destas terras.

Mas num alvoroço os pombos elevam-se
entre o azul e ravinas crespas, deixam nas rochas
um véu escuro e itinerante.

Amo-os, esguios no seu fulgor cego e solitário,
peregrinos no mistério das partidas, altas sementes
de melancolia.

Ouvirei passos de água
virem ao seu encontro, guitarras chorosas,
o ardente e talhado rosto de setembro
cobrindo-se com o doce néctar das maçãs
- um sino tocará, cansado, no tremor da tarde.

Venho a esta no regresso de uma saudade.

Trago no amor um jacinto fresco para o nome
duma criança. (Pinto, 2008: 56)

Também os tópicos da brancura e da primavera atravessam a poesia do poeta: “Eram muros brancos, as primaveras. (...) essa idade tão inocente de plantar no vento / amoras brancas / e selvagens” (Pinto, 2008: 68) ou “Sobre esses muros agitam-se as pombas brancas / das tuas palavras; / tão quietas ouvem o mar / entre as nuvens do vento” (Pinto, 2008: 70).

No poema de abertura de *Viajar com Sombras*, o sujeito poético, com a alma submersa em ausências, sentindo a falta da casa e dos pombos, inicia a sua viagem aos pátios do passado. Em “Cântico”, “sentado na cadeira branca do verão”, revela que ouvir Schubert²¹ o faz morrer de saudade e que “[l]he] Doía (...) um nome a sangrar sobre as rosas” (Pinto, 2008: 16)

O sujeito lírico revela ainda que
Os seus pensamentos viajavam para muito longe,
chegavam aos vibrantes pátios do passado,
ao imperturbável movimento das fronteiras
onde ressoaram guitarras noturnas, ao odor
do jasmim, à curva do dedo onde o vento
apontou outros sinais no horizonte do poema.
As andorinhas regressavam aos telhados, iluminadas
pelo espanto da tarde.

Ouvia Schubert, já disse.

O adeus do verão cantava com o sol nas suas costas.

A árdua brisa do destino era uma pulseira de agitações nos seus pulsos.

Chorava, juro,

encostado a um basáltico muro de sombras. (Pinto, 2008: 16)

As sombras não são infernos nem abismos, são somente “pátios” de nostalgia e de saudade perfumados na doçura das ausências e onde ressoam guitarras, “pátios” também dentro do poema nos quais o sujeito lírico se derrama:

Eu existia na ausência do teu nome, buscando-te
nos poemas de Neruda²² como um náufrago,
na branca raiz da claridade,
até construir nas colinas do tempo
uma varanda sobre o mar.

(...)

Molhado, o silêncio da ilha
cheirava a hortelã. (Pinto, 2008: 94)

Em algumas composições destas obras de Bettencourt Pinto, pressente-se uma atmosfera de sagrado, associada à presença de alguns rituais bíblicos, como é o caso dos versos seguintes: “Lavarei os pés nesses degraus, íntimas feridas. / Fatigado pelo nevoeiro de errâncias, / descanso por fim no regresso inicial.” (Pinto, 2008: 62). Também o universo poético das palavras de Bettencourt Pinto aponta para um nível de sublimação que confere essa mesma sagração, tal é o caso de branco, pomba, pombos, pão, cânticos, sementes, maçã e anjos, de fortíssima conotação bíblica.

Tal como em Eugénio de Andrade, a poesia de Bettencourt Pinto está inundada de luz, de pássaros, de anjos, de flores e de frutos (diversificados) que convocam a ideia mágica de paraíso perdido do homem. Esta luminosidade e generosa abundância, no poeta em análise, nascem das sombras que configuram as memórias presas ao paraíso da infância em Angola.

À semelhança da obra eugeniana, a presença dos quatro elementos primordiais (terra, água, ar e fogo), já anteriormente mencionados, atravessam a poesia de Bettencourt Pinto e configuram um universo integrador no qual o sujeito lírico se movimenta.

As palavras, zelosamente escolhidas, e as metáforas banhadas de luz e de fragrâncias produzem efeitos de cor e exalam perfumes que tocam o leitor e o transportam para dentro da emoção frásica permitindo-lhe, generosa e subtilmente, a entrada no universo imagético do poeta onde se respira a profunda, mas serena nostalgia da voz do sujeito lírico.

Em “Ofício”, revela-se esse rigor e exigência num poema que pode muito bem falar da imprevisibilidade da criação e do labor na rejeição de palavras “daninhas”:

Apagas uma palavra como o vento árido a pegada.

Sem piedade, limpas do branco o balbucio ténue
como quem arranca do chão a erva daninha.

Fica entre os dedos um cheiro a terra fresca, húmida
e fértil.

Lavrador de música, pegas noutra.

Esperas que nessa passe um barco, os cântaros se encham
de vinho para a festa, ou uma maçã amadureça
nos tristes galhos do inverno.

Nunca sabes: as palavras são bailarinas imprevisíveis;

²¹ Compositor austríaco do Século XIX.

²² Poeta chileno do Século XX.



ou te levam para um campo de águas bravas,
ou fogem de ti rindo, por seres tão pobre. [sic] (Pinto: 2008: 36)

As palavras ganham contornos transfiguradores, como em Eugénio de Andrade, e, quando atingem o auge da sua significação, mergulham no silêncio, nessa forma de perfeição que encerra a ideia de totalidade, apenas repassada pela corrente musical de fundo que embala suavemente as composições poéticas adensando a nostalgia que as percorre.

A infância é um paraíso obsessivo em Eugénio de Andrade, assim como em Eduardo Bettencourt Pinto. As criações poéticas do autor de *Tango nos pátios do sul* e de *Viajar com sombras*, como constatámos, inspiram-se nas memórias desse tempo ido, dessa primavera longínqua, desse paraíso perdido que se ilumina trazido das sombras, em delicados andamentos de uma leveza perturbadora.

Como ocorre na obra eugeniana, o olhar é um tópico recorrente na poesia de Bettencourt Pinto. O olhar permite a captação da imagem, algumas vezes através da “janela” que se abre sobre o mundo e sobre as sombras do passado “com o olhar se retorna à ilha, dizes” (Pinto, 2008: 90). O olhar faculta o exercício do fascínio, o deslumbramento (intelectual ou emotivo) que alimenta a criação imagética, esse momento único em que o real e o fantástico se conjugam e se sublimam numa espécie de aura do sagrado do ato de criação em que as palavras se erguem, renascidas, limpas do seu cansado rasto semântico, e constituem um universo poético outro, com novos e frescos referentes, bem na linha da serena pureza e “cristalinidade” da poesia eugeniana: “Levas no olhar tudo isso / e o branco poder da água.” (Pinto, 2001: 81) ou “os teus olhos guardam o azul dos rios; estão húmidos / e neles navegam as canoas da infância” (Pinto, 2008: 50).

Encontramos igualmente uma curiosa familiaridade com a poética eugeniana na presença de frutos (sobretudo a maçã) que se vestem de halos simbólicos diferenciados: “- o sabor a maçã que sinto na boca quando penso / em palavras inocentes e frágeis” (Pinto, 2008: 44) ou, então, “É isso que busco: a aridez felina das maçãs (...)” (Pinto, 2008: 68).

As mãos, tópico presente em Bettencourt Pinto, constituem também uma referência temática comum aos dois poetas: “O silêncio cresce como uma rosa de fascínios / nas mãos abandonadas” (Pinto, 2008: 90); “Não posso dar-te a mão: cheguei tarde / aos anos do trigo” (Pinto, 2008: 108); “Dou-te a mão entre a névoa das harpas” (Pinto, 2008: 110).

Nestas obras do poeta, podemos constatar a referência repetida às flores, à alma das flores, predominantemente das rosas, e também às estações do ano, sobretudo ao verão, (verão da vida, símbolo da maturidade, e que, em alguns poemas, morre) e a referência aos meses do ano, a abril, a junho e a outubro e, muito particularmente, ao mês de setembro, que remete para a ideia de mudança, passagem de estação, fim de um ciclo vital: “A tarde morre / em abril, / nas súbitas marés dos adivinhos” [sic] (Pinto, 2001: 81); “setembro, costumavas dizer, vem no voo / de pássaros brancos” (Pinto, 2008: 124); “É setembro no traço áspero do silêncio” (Pinto, 2008: 132). A vida do sujeito poético passa e encosta-se já ao fim do verão, quase rente ao outono.

Os poemas de Bettencourt Pinto revelam uma alma serena, de profunda sensibilidade e lucidez, tocada por grandes emoções. Como já sugerimos, o poeta é emotivamente cerebral, convocando a ideia de um criador de construções artísticas, belas e sublimadas, procurando efeitos musicais para a orquestração da sua obra, com um toque de matriz simbolista. Ouve-

se o murmúrio do silêncio na suave claridade de “um céu de utopias” onde “no pó dançam estrelas breves” (Pinto, 2008: 80). Não obstante, no fundo dos seus poemas, corre também um lado mais obscuro, menos iluminado, menos tangível, que se afoga nas sombras.

Em alguns poemas, marcadamente narrativos, canta a gesta diária da mulher africana, recortada no cenário lírico das memórias onde corre um sopro de nostalgias quentes e adocicadas que gritam a voz da terra, dos “pátios” do sul:

Que dizer de uma mulher pobre,
lavando o cansaço dos outros num tanque de cimento?
Sempre a viste ali, mesmo agora,
trinta e tal anos depois.
Pensas nas suas mãos com espuma de sabão,
o suor de vidro a cair-lhe do rosto,
(...)
dia após dia, enrugando a água suja entre os dedos
numa quietação de rio adormecido
no seu próprio silêncio. (Pinto, 2008: 22)

É o poeta da simplicidade subtil, mas profunda, da leveza, da elegância, da suavidade, do amor ao outro, revelando a sua humanidade, da nostalgia depurada e serena, da ausência, o poeta da brancura e das sombras, que afagam o inteiro silêncio, numa atmosfera de ternura. Deste modo, a sinfonia e a dança encantatórias presentes na poesia de Eduardo Bettencourt Pinto convocam palavras deliciosamente macias, de forte traço simbólico, como é o caso de pomba, anjo, rosa, maçã, brancura e verão, entre muitas outras.

Nestes textos, há um distanciamento especular entre o sujeito lírico e a respetiva voz que enuncia como se aquele se olhasse do lado de fora num exercício de intelectualização que não deixa dúvida em relação ao papel que as memórias desempenham na criação poética do autor. Assim, as palavras, para Bettencourt Pinto, não são arremessos de alma sofrida, são antes fragmentos de utopias, lembranças, sombras, perfumes e sons, material essencial ao artifício poético e que, desde a infância, percorrem o poeta como a seiva das rosas, do jasmim ou das buganvílias.

Também a propósito do posicionamento distanciado, Eugénio Lisboa, embora fazendo referência a outra obra do poeta, sustenta a ideia de um certo pudor do eu que se esconde num “tu” e, por vezes, também num “ele”:

Outra característica que nos impressiona nesta lírica de Eduardo Bettencourt Pinto é o modo de pudor como esconde o eu do poema num tu ou num ele mais velados e menos indiscretos. Dizia Pasternak que o poeta “encara o mundo na primeira pessoa.” Cheio de um nobre pudor, o autor de *Um dia qualquer em junho* transfere a primeira pessoa (profundamente implicada) para uma discreta segunda (tu) ou mesmo remota terceira (ele). (Prefácio do livro *Um dia qualquer em junho*)

As palavras de Urbano Bettencourt, acerca do livro *Menina de Água*, podem muito bem aplicar-se às duas 9. obras que são objeto de reflexão no nosso artigo e onde ocorre, claramente, a



(...) à celebração dos grandes mitos da Luz e da Música (também dos seus contrários, a sombra e o silêncio), da Água e do Ar, e onde um insistente diálogo e a convocação da voz de um «Tu» trazem ao interior do poema os dados da contingência e de uma certa circunstancialidade que, em último caso, conduzirão sempre à verificação de uma ausência irremediável: (...).

Para coroar a suave elegância e nostalgia da poética de Bettencourt Pinto, ouçamos o doce, mas sempre renovado, murmúrio do silêncio, “uma lágrima / na relva de abril”:

Senta-te neste banco de pedra:
ouve o meu silêncio, uma lágrima
na relva de abril.
Quando te lembrares de mim
sob o entardecer dum rumor
de palmeiras,
sê uma pomba branca
na tua sombra. (Pinto, 2008: 134)

Em “Adeus”, derradeiro poema de *Viajar com Sombras*, o poeta anuncia que o “silêncio nasce / no momento em que fechas a janela / e o teu olhar se enrola / no último rumor das cortinas.” (Pinto, 2008: 182).

Luísa Ribeiro, no texto “O poeta das sandálias cambadas”, referindo-se a Eduardo Bettencourt Pinto, escreve: “enquanto este poeta se rende à paz, passando sem ruído entre os pássaros, as flores abrem-se enfeitadas pelo rio de lágrimas que as palavras provocam e nada na paisagem se mexe, ou se desfaz ao toque branco dos dedos com que ele afaga o mundo, tão só para o confirmar”.

Terminamos, concordando com Urbano Tavares Rodrigues que, destacando a perfeição da escrita de Bettencourt Pinto, embora referindo-se unicamente à obra *Tango nos pátios do sul*, mas que consideramos poder expandir, incluindo as duas obras em reflexão neste artigo, afirma que “Há um halo romântico, quase esotérico, a iluminar o concreto das coisas, magnificando-as sem pompa oratória. Um livro de amor a memórias reconstruídas de sublimação do quase inexistente, com uma muito viva e sóbria gama de referências metafóricas” e, acrescentamos, nós, de antíteses, que concorrem para a afirmação de um poeta que, das brumas do silêncio e da sombra, de forma alquímica, atinge a luz num sereno encantamento que desvela a sua profunda sensibilidade criadora.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia de Eduardo Bettencourt Pinto Poesia

- (1978), *Emoção*. Edição do Autor: Ponta Delgada, Açores.
- (1979), *Razões*. Edição do Autor: Ponta Delgada, Açores.
- (1979) *Poemas*, (c / Jorge Arrimar). Edição do Autor: Ponta Delgada, Açores; (1993), 2ª edição, Tipografia Martinho, Macau.
- (1981), *Mão Tardia*. Gaivota, SREC: Angra, Açores. (Prémio Revelação do suplemento cultural Contexto do jornal Açoriano Oriental).

(1985), *Emersos vestígios*. Sete-Estrela: Mira; (1994); 2ª edição, Seixo Publishers: Pitt Meadows: Canada.

(1991), *A Deusa da Chuva*. Gaivota, SREC, Angra, Açores. (Prémio Mário de Sá-Carneiro da Association Portuguese Culture et Promotion, St. Dennis: France, 1988, para o original, então intitulado *Retorno do olhar*).

(1997), *Menina da Água*. Éter / Jornal da Cultura: Ponta Delgada, Açores.

(1999), *Tango nos pátios do sul*. Seixo Publishers: Pitt Meadows;

(2001), 2ª edição, revista e aumentada; Campo das Letras: Porto.

(2000), *Um dia qualquer em junho*. Instituto Camões, Coleção Lusófona: Lisboa.

(2008), *Travelling with Shadows / Viajar com sombras*. Libros Libertad Publishing Ltd: Surrey.

Ficção

(1988), *As Brancas Passagens do Silêncio*. Signo: Ponta Delgada.

(1998), *Sombra duma rosa*. Edições Salamandra: Lisboa.

(1999), *O príncipe dos regressos*. Edições Salamandra: Lisboa.

(2004), *A casa das rugas*. Campo das Letras: Porto.

Antologias

(1996), *Os Nove Rumores do Mar - Antologia da Poesia Açoriana Contemporânea*. Seixo Publishers: Pitt Meadows; (1999), 2ª edição, Instituto Camões, Coleção Insularidades: Lisboa. (2000), 3ª edição, Instituto Camões, Coleção Insularidades: Lisboa. (organizador)

(2012), *Balada dos Homens que Sonham*. Clube do Autor: Lisboa, ISBN 9789897240003.

Tradução

(1985), *Oito poemas de J. Michael Yates*. Apresentação e tradução com Rosa Pinto, Sete-Estrela, Mira.

* O autor está representado em várias publicações em Portugal, Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Canadá, Angola e Letónia.

Bibliografia sobre o autor

- ALMEIDA, Onésimo Teotónio, *A palavra e a distância em E. (de Exílio) Bettencourt Pinto*. >.
- BAPTISTA, Aida, *Poeiras de Poesia*.
- BETTENCOURT, Urbano, *Menina da Água – de Eduardo Bettencourt Pinto*.
- HOFFMAN, Nelson, *Letras que vêm de longe*.
- LISBOA, Eugénio (2000), *O poeta, a vida presa às palavras?*
- MAIA, Armandina, *Um voo entre ilhas: a audácia de conquistar um espaço*.
- PINTO, Eduardo Bettencourt (2006), *Biografia*.
- RIBEIRO, Luísa, *O Poeta das Sandálias Cambadas*.
- RODRIGUES, Urbano Tavares (2001), *Infância*.

**10. ANA PAULA ANDRADE, CONVIDADA AICL, PRESIDENTE CONSELHO EXECUTIVO, CONSERVATÓRIO REGIONAL DE PONTA DELGADA, AÇORES**

ANA PAULA ANDRADE [CONSTÂNCIA] 1964 – Nasceu em P. Delgada onde concluiu o curso geral de música no Conservatório Regional, tendo tido como professora Margarida Magalhães de Sousa (composição) e Natália Silva (piano).

Em 1987 terminou o curso Superior de Piano no Conservatório Nacional (Lisboa), na classe da professora Melina Rebelo e no ano seguinte o curso superior de composição, tendo sido aluna dos compositores C. Bochmann, Constança Capedeville, Álvaro Salazar e Joly Braga Santos.

Paralelamente estudou órgão na classe do Professor Simões da Hora, tendo realizado o exame do 5º ano.

Estudou três anos no Instituto Gregoriano de Lisboa, frequentando, na classe da Prof.ª Helena Pires de Matos, as disciplinas de Canto Gregoriano e Modalidade.

Em 1989 realizou um concerto de órgão e piano no Conservatório de Toronto, integrado no ciclo de cultura açoriana.

Em 1990, participou num concerto na Universidade S.M.U. (nos estados Unidos), tocando como solista, com orquestra daquela Universidade, o concerto para piano em DóM de Mozart. Tem realizado diversos concertos a solo ou como acompanhadora de piano e órgão em várias regiões do continente e nas diversas ilhas do arquipélago.

Com a soprano Eulália Mendes realizou um concerto na Expo 98 em Lisboa, integrado no dia comemorativo dos Açores.

Em janeiro e em maio de 2006 acompanhou o grupo vocal Quatro Oitavas em duas digressões ao Uruguai e ao Brasil a convite da Direção Regional das Comunidades. Desde 1989 é professora de Piano e Análise e Técnicas de Composição no Conservatório Regional, desempenhando nos últimos anos o cargo de Presidente do Conselho Executivo do Conservatório de Regional de Música de Ponta Delgada.

Em 2010 foi a pianista convidada dos colóquios para o XIII Colóquio Anual da Lusofonia em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, onde deu um concerto acompanhada da Orquestra (de cordas) da UDESC.

Em 2011 acompanhou os Colóquios a Macau onde atuou com artistas chineses em execução de obras açorianas, e no 16º colóquio atuou em Vila do Porto com Raquel Machado e Henrique Constância.

No 17º na Lagoa – 2012 - atuou com alunas do Conservatório de PONTA DELGADA, em flauta e viola da terra.

Presença habitual nos Colóquios foi nomeada Pianista Residente dos Colóquios da Lusofonia e tem atuado em todos desde 2008, liderando as performances musicais em BRAGANÇA E NA LAGOA (2008, 2009), BRASIL (FLORIANÓPOLIS) E BRAGANÇA (2010), MACAU E VILA DO PORTO (2011), LAGOA E OURENSE – GALIZA (2012).

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL - SECRETÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL

DARÁ UM RECITAL DE MÚSICA (PIANO) DO CANCIONEIRO AÇORIANO E TOCARÁ UM INÉDITO DO PADRE ÁUREO DA COSTA NUNES, ACOMPANHADA POR CATARINA CONSTÂNCIA (VIOLINO)

11. ANA PAULA SILVA, INESC, PORTO, PORTUGAL - ASSISTENTE PRESENCIAL

É SÓCIO DA AICL.

12. ÂNGELO CRISTÓVÃO, AGLP, GALIZA

ÂNGELO CRISTÓVÃO, Empresário, licenciado em Psicologia, nasceu em Santiago de Compostela em 1965. Responsável pela página web «www.lusografia.org».

Desde 1994 secretário da Associação de Amizade Galiza-Portugal, tendo organizado os Seminários de Políticas Linguísticas (2003, 2004, 2006).



Presidiu à Associação Cultural Pró Academia Galega da Língua Portuguesa, em cujo nome interveio na Conferência Internacional / Audição Parlamentar sobre o Acordo Ortográfico, realizada na Assembleia da República em 7 de abril de 2008. Alguns artigos e comunicações:

1984: «Estudo antropológico da aldeia de Bustelo, Concelho de Dodro». Inédito.

1987: «Uma escala de atitudes perante o uso da língua», comunicação ao III Congreso Español de Psicología Social (Valência) In *Agália* #14 (1988) pp. 157-177.

1989: «Aspetos sociolinguísticos da problemática linguística e nacional na Galiza Espanhola», II Congresso da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. Atas, 1989, Ourense, pp. 237-254.

1990a: «Bibliografia de Sociolinguística lusófona», in *Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística*, vol. VI, n.º 21-26, pp. 71-99; in *Noves de Sociolinguística*, n.º 9, Institut de Sociolinguística Catalana. Barcelona, pp. 3-33.

1990b: «Medição de variáveis: competência e uso linguístico». Comunicação ao III Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, Ourense, outubro. Publicada em *Cadernos do Instituto de Estudos Luso-Galaicos "Manuel Rodrigues Lapa - Ricardo Carvalho Calero"*. Ass. de Amizade Galiza-Portugal, Série "Investigação" vol. I, 1994, Comunicações suprimidas, n.º 2.

1991a: «A eficácia da goma de mascar (Nicorette®) no abandono do tabagismo». Estudo com técnicas de meta-análise apresentada no Curso de Doutoramento em Psicologia Social. Programa: "Perceção, Representação e Conhecimento Social". Faculdade de Psicologia. Univ. de Santiago. Inédito. 83

1992a: «Language Planning: Atitudes», in Atas do «I Congreso de Planificación Lingüística», Santiago de Compostela, pp. 383-400.

1992b: «Análise causal da Teoria do Comportamento Planeado com dados supostos». 21 pp. Trabalho apresentado no Curso de Doutoramento em Psicologia Social. Programa: "Perceção, Representação e Conhecimento Social". 16 junho. Faculdade de Psicologia. Univ. de Santiago. Inédito.

2003: «Sociolinguística e cientificidade na Galiza», comunicação apresentada ao II Colóquio Anual da Lusofonia, Bragança, outubro. In Atas dos Colóquios

2004a: «Questione della língua: introdução e bibliografia», comunicação apresentada ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Univ. de Coimbra, 17 de Set.º, em: <http://www.lusografia.org/cristovao-questione.htm>

2004b (org) Lluís V. Aracil: Do latim às línguas nacionais: introdução à história social das línguas europeias. Associação de Amizade Galiza-Portugal, Braga.

2004c: «O contributo de António Gil à sociolinguística galega», comunicação ao III Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança, outubro. In Atas dos Colóquios

2005: «A República Literária e a Lusofonia - Semelhanças, diferenças e exemplos», comunicação ao IV Colóquio da Lusofonia. Bragança, In Atas

2006: «A lusofonia galega: processos e modelos desde 1980», comunicação apresentada ao V Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança, In Atas dos Colóquios

2007: «A posição galega ante os acordos ortográficos da língua portuguesa», comunicação apresentada ao VI Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança, outubro

2008: «O processo de criação da Academia Galega da Língua Portuguesa "apresentada ao VII Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança, outubro

2009 «Os Discursos Sobre A Língua Na Galiza: Entre O Modelo Nacional e o Patoá" apresentada ao VIII Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança, outubro

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.-

PRESIDE À FUNDAÇÃO DA AGLP

13. ARTUR ALONSO NOVELHE, AGLP, GALIZA

ARTUR ALONSO NOVELHE. - Nascido no México, D.F. o 21 / 06 / 1964. Veio a residir definitivamente a Galiza aos 18 anos. De Pai e Mãe galegos, e avós também galegos.

Cursou estudos de Perito Mercantil

Participou na mocidade em Associações culturais e de trabalho social como "Meendinho", de solidariedade como COSAL (Comité de Solidariedade como América Latina) e desportivas e vizinhais como "Arranjar", onde durante 4 anos treinou equipas inferiores de futebol infantil. Na atualidade e Funcionário do Serviço Galego de Saúde (SERGAS).

Enquanto escritor e poeta tem publicado três livros: "Entre os teus olhos", "Uma Meixela depois a outra" e "Filhos da Brêtema", o mais recente apenas acabado de sair do prédio, em edição bilingue galego e catalão, e que será apresentado por distintas cidades e localidades da Galiza, norte de Portugal e Catalunha. Assim como livro coletivo *Dez x Dez*, da editora Abrente. Foi Ganhador do XVIII Prémio de Poesia "Feliciano Rolán", celebrado no ano 2004 na cidade galega da Guarda. Participou em vários certames poéticos como o Festival do Condado, que todos os anos se celebra na vila fronteiriça de Salvaterra do Minho, no Festival da Terra e a Língua, organizado pela Fundação Artabria da cidade do Ferrol, no Festival da Mocidade da Baixa Limia, organizado pela Associação Aguilhoar, no Festival Poético da vila de Quiroga e outros... Sublinhando também as distintas participações em distintas vilas galegas em eventos organizados com motivo do Dia das Letras Galegas.

Colabora pela internet com os jornais e revistas digitais Portal Galego da Língua, pertencente a Associação Galega da Língua; na página web do Coletivo MIL (Movimento Internacional Lusófono). Assim como nos portais poéticos Recanto das Letras, Banco de Poesia e Sociedade dos Poetas Advogados de Santa Catarina onde regulamente envia poemas, relatos, ou contos, num espaço livre onde partilhar cultura e pensamento.

Colabora como o jornal escrito "Novas da Galiza", e a Revista Nova Águia, onde publica artigos de opinião de diversa temática política, linguística e cultural.

É Membro do Clube dos Poetas Vivos, onde a poesia a música e a pintura criam espaços conjuntos para levar a rua o espírito vivo do ser universal, começando desde um novo marco inovador embora muito simples, que tenta fazer ao povo participe da arte, a cultura e o pensamento libertador dum ser humano rodeado dum mundo vivo, com o qual interage e deve de conviver em harmonia e colaboração... Com este grupo tem participado em inúmeros atos e recitados poético-musicais, às vezes mesmo abertos a outros coletivos, e também participado em recitados abertos de outros coletivos como "A Porta Verde do Sétimo Andar", em diversos locais de todo o País e Norte de Portugal.

Desde 2008 é membro numerário da AGLP



É SÓCIO DA AICL.

Tema 1.4.2. UMA LÍNGUA PARA A PAZ, ARTUR ALONSO, AGLP

As línguas com capacidade e poder de comunicação global, tem experimentado nestes últimos anos – graças à revolução das telecomunicações – um impulso sem precedentes, que tem a sua vez provocado uma mudança radical, tanto na sua forma de relacionamento, como nas possibilidades de compartilhar amplos espaços de diferentes espectros sociais e culturais, assim como no seu relacionamento com outras línguas. No entanto no passado – e mesmo na atualidade – a maior parte destas línguas tem assentado sua posição privilegiada no mundo, graças ao poder de conquista militar, económico ou comercial. Acharmos que essa estratégia em pleno séc. XXI é um caminho que o português não deve trilhar, mesmo tendo em consideração que na atualidade países como emergentes como Brasil ou Angola, cuja tendência expansiva a nível regional e mesmo internacional, podem ajudar a concretizar a presença do português a nível internacional. O motivo, pois deste estudo é demonstrar que uma estratégia de paz, baseada no mútuo respeito e mútuo enriquecimento é melhor forma de compartilhar espaços, complementando-se e auxiliando-se mutuamente, no intuito do crescimento mútuo...

Trabalho final não recebido dentro dos prazos

14. CAROLINA ANDRADE CONSTÂNCIA, UP, AÇORES

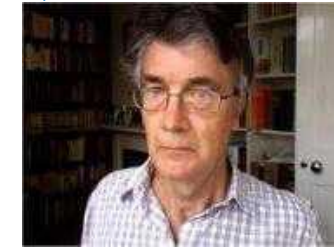
CAROLINA CONSTÂNCIA – Nasceu em Ponta Delgada, a 24 de abril de 1993. Desde os seis anos de idade que estuda Violino no Conservatório Regional de Ponta Delgada, iniciando os estudos com a professora Antonella Pincenna. No curso básico de violino ingressou na classe da professora Natália Zhilkina, onde concluiu o 8º grau do curso complementar. Participou em três estágios da OJ.COM – Orquestra de Jovens dos Conservatórios Oficiais de Música, em Workshops de verão sob a direção dos maestros Pedro Neves e César Viana, e nos dois estágios regionais de orquestra, sob a direção do maestro Rui Massena. Em abril de 2012 participou num estágio de orquestra de jovens na Alemanha (Bayreuth), sob a direção de Nicolas Richer.

Atualmente está a frequentar o curso de Matemática da Faculdade de Ciências do Porto,



continuando a dedicar-se ao violino.

15. CARLOS DURÃO, AGLP, LONDRES, REINO UNIDO



CARLOS DURÃO (1943); estudou bacharelato em Vigo, fez estudos universitários em Santiago e Madrid (até à Licenciatura em Filologia Inglesa), donde partiu para a Inglaterra em regime de intercâmbio universitário; foi professor de idiomas em colégios ingleses, redator radiofónico no Serviço Espanhol e Português da BBC, e tradutor técnico em organismos britânicos e do sistema da ONU; no 1970 foi cofundador de Grupo de Trabalho Galego de Londres, em cujo Boletim se fizeram uns primeiros ensaios de adaptação de textos galegos à ortografia internacional; manteve uma relação assídua com E. Guerra da Cal quando este residiu em Londres; foi também cofundador da Associação Galega da Língua, das Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, e da Academia Galega da Língua Portuguesa; tem ampla obra publicada, de jornalismo, ensaio, poesia, romance e linguística;

TEMA 2.2: "APONTAMENTOS GRAMATICAIS SOBRE O PORTUGUÊS GALEGO"; CARLOS DURÃO, AGLP / LONDRES

São focados, dum posto de vista prático, alguns aspetos gramaticais formais do português galego, na ortografia e na ortofonia, baseados nos trabalhos, feitos ou em curso, das Comissões, de Gramática, e de Lexicologia e Lexicografia, da Academia Galega da Língua Portuguesa, das suas edições dos Clássicos Galegos, do dicionário eletrónico Estraviz, e de outros trabalhos, com o intuito de concretizar a norma da variante galega da língua.



Palavras-chave: aspetos gramaticais do português galego, ortografia, orfonia, Clássicos Galegos, dicionário eletrónico, variante galega.

Desde a participação da Galiza, como observadora, nas sessões de trabalho das negociações dos Acordos Ortográficos, de 1986, no Rio de Janeiro, e de 1990, em Lisboa, ficou patente a desejabilidade de se elaborar diversos instrumentos linguísticos, comuns a todas as variantes da língua portuguesa, entre eles um vocabulário ortográfico, um dicionário, e uma gramática, para refletir formalmente a unidade dentro da diversidade da língua.

A Comissão de Lexicologia e Lexicografia da Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP) já elaborou um *Léxico Galego*, que partilhou com academias e empresas culturais da Lusofonia; por sua vez, a Comissão de Gramática da AGLP iniciou uns primeiros *Apostamentos Gramaticais*, com o mesmo intuito, de vir a integrar formalmente a língua da Galiza na Lusofonia.

Nos falares ao norte da Raia do Minho, e da Raia seca, como também ao sul da Raia, quer dizer no que é o berço da língua, subsiste um *continuum* nortenho da língua portuguesa, foneticamente reconhecível, entre outros, por alguns traços característicos, como a neutralização da labiodental *v* em *b* (assim *binho* por *vinho*), a pronúncia de *ch* como africada palatal *tx* (*txamar* por *chamar*), a clara ditongação e não-monotongação de *ou*, *ei*, *ai* (assim por exemplo *ouro*, *ferreiro*, *peixe*, *baixo*, *faixa*), a não palatalização do *l* final (diferenciando p.ex. *abril* / *abriu* ou *pardal* / *pardau*), a clara distinção também de p. ex. *coelho* / *coalho*, *senha* / *sanha*, *fecho* / *facho*, o *r* vibrante e não uvular, etc.

Embora o ensurdecimento das sonoras (sibilante *z* e fricativa palatal *j*) seja geral entre o rio Návia e o Minho, elas conservam-se em zonas circunscritas ao norte da Raia: por muito minoritárias que sejam, são a testemunha de que nós somos ainda o que fomos; e podemos acrescentar também como peculiares do N em geral formas como *dous*, *cousa*, *moucho*, *pousar*, *apousentar*, *apouquentar*, *fruta*, *luta*, *truita*, *entruído*, *carqueija*, *cereija*, *teixugo*, *aspeito*, *teito*, *ola*, *arrolar*, *repolo*, *repoludo*, *tomelo*, *friame*, *fiuncho*, *perixel*, ou a pronúncia de *uma* como *ũa* ou a de *-ção* como *-çom*, que também não é insólita ao S do Minho, mas talvez com um ressaibo arcaizante.

Assim a nossa língua, que nasceu na Galécia (*Gallaecia*), originariamente galega, veio a ser internacionalmente conhecida como português: na Galiza galego, português galego, ou português se quisermos, enfim a variante ou norma galega do português; é a falada na Comunidade Autónoma da Galiza e também nas comarcas limítrofes a leste: o denominado galego oriental, das Comunidades Autónomas das Astúrias e de Castela-Leão. São falas, variedades ou dialetos galegos, componentes dessa modalidade nortenha, dentro do sistema galego-português, e com usos próprios.

Podemos conceber então a nossa língua como um conjunto de falas, ou falares, que cabem dentro duma pronúncia culta padrão da língua portuguesa, na sua forma nortenha, quer dizer independente das normas ortoépicas de Lisboa ou do Rio, e em pé de igualdade com as outras pronúncias cultas, dentro do sistema linguístico que hoje abrange amplamente o Acordo Ortográfico de 1990.

Falamos pois dum português nortenho, compreendido dentro dos “dialetos galegos e dialetos portugueses setentrionais”, na terminologia de Celso Cunha e Lindley Cintra, da sua “Nova Gramática do Português Contemporâneo” (Eds. Sá da Costa, Lisboa, 1984 [antes em: Luís

F. Lindley Cintra, 1971 “Nova proposta de classificação dos dialetos galego-portugueses”, *Boletim de Filologia* XXII, 81-116]).

Por estar a nossa língua muito interferida pelo castelhano peninsular nortenho, uma norma galega culta, “cuidada”, que mereça a aceitação geral, deverá basear-se nas formas e nas pronúncias galegas mais próximas das portuguesas nortenhas: neste caso as mais afastadas do avanço do thetacismo castelhano (o fonema *θ*, impropriamente chamado às vezes *ceceo*), como também do ensurdecimento geral das vozeadas.

Mas é doutros aspetos práticos que quero tratar agora, os que se apresentam p. ex. na adaptação dos Clássicos Galegos para o padrão internacional, graficamente recolhido hoje no Acordo Ortográfico de 1990. E saliento que trato aqui de considerações práticas, como falante da minha língua, tentando “levar a vias de facto”, como dizia o saudoso E. Guerra da Cal, uma reintegração prática e contemporânea, não teórica nem erudita, como ainda é muito do escrito sobre a nossa língua a N da Raia, talvez por não se querer admitir certo medo, tanto no ortográfico quanto no fonético, um medo muito geral ao galego francamente des-castelhanizado.

Se, com Eugenio Coseriu, consideramos o sistema, não só como um conjunto de “imposições”, mas também como um conjunto de liberdades, digamos assim, de imposições e liberdades que são sociais e culturais, mas que variam segundo a comunidade, e encham de vida a virtualidade total da língua, podemos então rever com novos olhos o padrão dos paradigmas verbais, começando aqui pelos verbos regulares, p.ex. *falar*, *bater* e *partir*, nos que paga a pena nos demorarmos um pouco.

Assim, no indicativo presente de *falar*, temos a série regular *falo*, *falas*, *fala*, *falamos*, *falais*, *falamos*, só anotando que, na segunda pessoa do plural, nós temos tb a forma *falades*, variante popular em grande parte da Galiza, ao lado da forma *falais*, tb popular em parte da Galiza, além de ser a forma padrão geral em toda a Lusofonia; mas qual o critério a seguir na modernização dos textos? eu diria que, nos populares ou de criação poética que tenham essa forma, *falades*, deixá-la estar, até sem nota, conservando assim o seu sabor local nuns casos, ou arcaizante noutros.

No pretérito perfeito temos *falei*, *falaste*, *falou*, *falamos*, *falastes*, *falaram*, anotando aqui que, na segunda pessoa do singular, existe a variante popular *falache*, que cabe deixar nos textos cumprindo o critério anterior, ao lado da forma padrão nos gerais; na terceira pessoa do plural temos duas opções: deixar a forma *falaram*, se pronunciada como nos dialetos portugueses nortenhos que fazem *falárum* ou *falárom*, ou então grafar *falárom*: seguindo o critério anterior, pode-se deixar então *falárom* nos textos referidos, e nos gerais escrever *falaram*.

Lembremos que a facultatividade gráfica está consagrada no Acordo Ortográfico, na *BASE IX, 4º*, que diz: *É facultativo assinalar com acento agudo as formas verbais de pretérito perfeito do indicativo, do tipo amámos, louvámos, para as distinguir das correspondentes formas do presente do indicativo (amamos, louvamos), já que o timbre da vogal tónica / tónica é aberto naquele caso em certas variantes do português.*

E em 6º, que diz: *Assinalam-se com acento circunflexo...] b) Facultativamente, dêmos (1ª pessoa do plural do presente do conjuntivo), para se distinguir da correspondente forma do pretérito perfeito do indicativo (demos); fôrma (substantivo), distinta de forma (substantivo);*



3ª pessoa do singular do presente do indicativo ou 2ª pessoa do singular do imperativo do verbo formar)..

Portanto, seguindo este critério de facultatividade, podemos considerar também facultativo assinalar com acento agudo ou circunflexo as formas verbais da 3ª pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo, do tipo *faláram / falárom, batêram / batêrom, partíram / partírom* (mas não as do tipo *caíram, construíram*, que já o têm), para as distinguir das correspondentes formas do pretérito mais-que-perfeito do indicativo, *falaram, bateram, partiram*, quando houver risco de anfibologia.

Anotemos ainda que, embora a forma *falárom* é geral em toda a Galiza para o pretérito perfeito, conserva-se ainda a forma *falaram* para o mesmo tempo e nas mesmas zonas que tb mantém ainda as sibilantes e palatais sonoras: portanto não é forma alheia a nós, e paga a pena recuperá-la plenamente para os textos gerais.

No pretérito imperfeito temos o padrão *falava, falavas, falava, falávamos, faláveis, falavam*; na primeira pessoa do plural, existe a variante popular paroxítona *falavamos*, cuja aceitação nos textos deverá reger-se pelo critério exposto, deixando nos demais casos a forma padrão proparoxítona *falávamos*, igualmente popular na Galiza; mas na segunda pessoa do plural, é recomendável grafar *falávais* em todos os textos, deixando *faláveis* para as citações e os textos de fontes lusófonas originalmente assim grafados.

No pretérito mais-que-perfeito temos o padrão *falara, falaras, falara, faláramos, faláreis, falaram*; com o mesmo critério anterior, na segunda pessoa do plural, é recomendável grafar *falárais* em todos os textos, deixando *faláreis* para as citações e os textos originalmente assim grafados.

No futuro *falarei, falarás, falará, falaremos, falareis, falarão*, pode-se escrever a variante popular *falaredes* nos mesmos casos referidos, e *falareis* nos gerais; quanto à pronúncia da sílaba final da terceira pessoa do plural, *falarão*, assim sempre grafada, cabe mencionar que na Galiza é a mesma que em *tão, vão* ou *capitão*.

O condicional tem as formas padrão *falaria, falaria, falaríamos, falaríeis, falariam*; com o mesmo critério anterior, na segunda pessoa do plural, é recomendável grafar *falariais* em todos os textos, deixando *falaríeis* para as citações e os textos originalmente assim grafados.

O conjuntivo presente *fale, fale, fale, falemos, faleis, falem*, tem a forma popular *faledes*, cuja aceitação nos textos deverá reger-se pelo critério exposto, deixando nos demais casos a forma padrão *faleis*, igualmente popular na Galiza.

No pretérito imperfeito *falasse, falasses, falasse, falássemos, falásseis, falassem*, não há nada de especial que assinalar para a grafia dos textos.

No futuro *falar, falares, falar, falarmos, falardes, falarem*, igualmente não há nada de especial que assinalar, outro tanto se aplicando ao infinitivo pessoal, que neste caso é idêntico.

Quanto ao imperativo *fala, fale, falemos, falai, falem*, na segunda pessoa do plural existe a forma popular *falade*, cuja aceitação nos textos deverá reger-se pelo critério exposto, deixando nos demais casos a forma padrão *falai*, igualmente popular na Galiza.

No gerúndio, *falando*, e o particípio, *falado*, também não há nada mais que assinalar.

Na segunda conjugação regular, seguindo o modelo *bater*, aplicam-se os mesmos critérios para a anterior, só sinalando, a título ilustrativo, as seguintes alternativas, sempre, naturalmente, com preferência gráfica para a primeira: *bateis / batedes, bateste / bateche, batíamos / batiamos, bateram / batêrom* (no perfeito), *batiais / batíeis, batêrais / batêreis, bateréis / bateredes, bateriais / bateríeis, batais / batades, batei / batede*.

Na terceira conjugação regular, com o modelo *partir*, e seguindo os critérios ditos, teríamos *partis / partides, partiste / partiche, partíamos / partiamos, partiram / partírom, partiais / partíeis, partírais / partíreis, partireis / partiredes, partírais / partíreis, partais / partades, parti / partide*.

Revistando agora alguns verbos com irregularidades, comecemos pelo verbo *dizer*; e assim temos, no presente de indicativo, *digo, dizes, diz, dizemos, dizeis, dizem*, observando que na pronúncia popular ouve-se *dí's* por *dizes*, *dí'* por *diz*, e *dí'm* por *dizem*, mas não é preciso refletir na escrita; nos tempos a seguir, valem as mesmas observações que para os regulares; mas, para o pretérito perfeito *disse, disseste, disse, dissemos, dissestes, disseram* (ou *dissêrom*), cumpre observar, além da pronúncia geral palatalizada de *ss (=x)*, a popular nasalada da primeira pessoa *dissem*, por *disse*, que não se deve refletir na escrita, porque existe tb popularmente a forma padrão; e também a forma dita do "perfeito forte", *disso*, ou *dixo*, que não é preciso refletir na escrita, salvo nalgum caso da poesia, talvez.

No verbo *fazer*, notar que as formas com *ç* (indicativo e conjuntivo) costumam seguir popularmente a conjugação do verbo dialetal *faguer*: e assim temos *fago, por faço, faga, por faça*, etc., o que não se deve refletir na escrita, por ser as com *ç* autóctones, e as com *g* suspeitas de castelhanismo; além disso, na pronúncia popular ouve-se *fa's* por *fazes*, *fai* por *faz*, e *fa'm* por *fazem*, o qual tampouco se deve refletir na escrita, salvo p.ex. em poesia ou ditados populares.

As formas com *iz* palatalizam geralmente na pronúncia popular em *ix*; no pretérito perfeito de indicativo, *fiz* tem as variantes populares *fize* e *fizem*, e *fez* tem *fizo*, tb em geral palatalizadas, mas a se refletir na escrita só em poesia ou ditados populares.

No verbo *haver* é muito popular a forma *hai*, por *há* (em realidade a aglutinação *ha+*), por forte pressão do castelhano, pelo que não se deve refletir na escrita formal, salvo nalgum possível caso de rima em poesia; na primeira pessoa do perfeito, *houve*, valem as mesmas observações mencionadas para a nasalização popular, *houvem*, a não refletir na escrita, como tb para a terceira pessoa forte, *houvo* por *houve*, igualmente a não refletir na escrita, por ser a pressão castelhana que deslocou a forma autóctone, *houve*.

No presente de indicativo de *ir, vou, vais, vai, imos* (ou *vamos*), *ides, vão*, devemos notar a variante popular *vás* (por *vais*), uma forma própria do conjuntivo que passou ao indicativo, e que cabe admitir em textos poéticos, e a geral na Galiza *imos*, tb conhecida no resto da Lusofonia, por *vamos* (neste caso foi a forma padrão *vamos*, própria do conjuntivo, que se estendeu ao indicativo, mas o resto do paradigma indica claramente a origem de ambas formas: a conjuntiva *vamos, vades*, do latim *vadamus, vadatis*, do vb. *vadere*, e a indicativa *imos, ides*, do lat. *imus, itis*, do vb. *ire*); considero que a forma *imos* deve ter preferência nos textos galegos para o indicativo, sem banir a outra, *vamos*, tb popular entre nós, mas que é originariamente própria do conjuntivo.



A primeira pessoa do perfeito de indicativo, *fui*, realiza popularmente o ditongo com nasalação, *fum* (como p.ex. no passo de *muito* ao dialetal *munto*), mas a não refletir na escrita; nas formas do presente de conjuntivo, o *a* tónico alonga-se popularmente em *aa* ou *aia*: assim *vaa*, *vaia*, *vaíamos*, etc., a não refletir na escrita, não sendo talvez em poesia.

Em *pedir*, as formas com *ç*, *peço*, *peça*, etc., autóctones, foram popularmente suplantadas pelos correspondentes castelhanismos *pido*, *pida*, etc., considerados analógicos por alguns, mas que de maneira nenhuma se devem admitir para a escrita formal galega.

Caso parecido acontece com *perder*, onde são as autóctones formas com *c*, *perco*, *perca*, etc., as popularmente suplantadas pelas correspondentes formas supostamente analógicas *perdo*, *perda*, etc., em realidade devidas ao castelhanismo, e portanto de nenhuma maneira se devem admitir na nossa escrita.

Mutatis mutandis, para o vb. *poder*, cujas formas autóctones com *ss*, *posso*, *possa*, etc., foram popularmente suplantadas pelas correspondentes formas tb supostamente analógicas *podo*, *poda*, etc., em realidade devidas igualmente a castelhanismo, e que em puridade seriam formas do vb *podar*: por conseguinte a não se admitir na nossa escrita; na terceira pessoa do perfeito de indicativo, a forma autóctone *pôde* tb foi deslocada popularmente pela castelhana *pudo*, que só cabe admitir talvez em textos em casos de rima.

No verbo *pôr*, as formas dos tempos com *s* soam popularmente palatalizadas; a primeira pessoa do pretérito perfeito do indicativo, *pus*, tem popularmente nasalação, *pusem* / *puxem*, mas a não refletir na escrita; e a terceira pessoa, *pôs*, foi popularmente deslocada para *puso* / *puxo* por pressão castelhana, a não refletir na escrita, salvo talvez em poesia (até por se evitar a anfibologia com o vb *puxar*).

As formas com *s* do vb. *querer* são popularmente palatalizadas; a primeira pessoa do pretérito perfeito do indicativo, *quis*, tem popularmente nasalação, *quisem* / *quixem*, mas a não refletir na escrita; e a terceira pessoa, tb *quis*, foi popularmente deslocada para *quiso* / *quixo* por pressão castelhana, igualmente a não refletir na escrita salvo talvez em poesia.

No verbo *ser*, a primeira pessoa do presente de indicativo, a padrão *sou*, é pronunciada de regra *som*, forma então admissível na escrita; na segunda de plural, *sois*, recupera-se popularmente a tradicional *sodes*, admissível em textos literários; e a terceira de plural, *são*, é tb pronunciada *som*, mas não assim indicada na escrita.

O padrão *trazer* tem a variante dialetal *trager*, que fornece a primeira pessoa do presente de indicativo e todo o presente de conjuntivo, *trago*, *traga*, etc., e reduzido a *traer* fornece popularmente as formas destes mesmos tempos com *g* ou *z* substituídos por *i*: *traio*, *traí*, *traia*, etc., como tb no pretérito imperfeito, *traía*, etc., mas na escrita cumpre evitá-las, por haver anfibologia com o vb *traír*, e são só admissíveis na poesia ou no refraneiro.

No verbo *ver*, a primeira pessoa do presente de indicativo, padrão *vi*, é popularmente nasalada em *vim*, confundindo-se com a correspondente de *vir*, pelo que não é recomendável grafá-la assim.

Na conjugação pronominal pode haver ou não mesóclise, embora seja popular a sua ausência: assim p.ex. *cantarei-te*, ou *cantar-te-ei* (forma que tb tem tradição entre nós, e que foi utilizada por Rosalia de Castro).

Quando nestes casos resulta entrar em contato uma vogal com um ditongo crescente tónico, *ei*, *eu*, *ou*, *iu*, etc., há alternância: *lavei-o* ou *lavei-no*, *levou-a* ou *levou-na*, *sentiu-a* ou *sentiu-*

na, *colheu-o* ou *colheu-no*, *sei-o* ou *sei-no*, *partiu-o* ou *partiu-no*, por eufonia da pronúncia, ou por analogia com a terceira pessoa do plural (p.ex. *lavaram-no*, *levaram-na*), ou ainda por estes ditongos crescentes serem nasalados nalguns casos, p.ex. *canteim*, *tapeim*, *voum*, *seim*, que logicamente resultam em *cantei-no*, *tapei-na*, *vou-no*, *sei-no*; cabe, portanto, grafar ou não, neste caso sendo facultativa a sua pronúncia na leitura, e ambas formas igualmente aceitáveis. As mesmas considerações para casos como *colhi-o* ou *colhim-no*, isto é, segundo a zona e o contexto.

Continuando com os critérios de editoração de p. ex. a poesia, mencionemos que palavras como *ele*, *pele*, *vale*, *mole*, *fole*, consideradas geralmente como bissilábicas, pronunciam-se entre nós monossilábicas no singular, ou então hesitam, como testemunham p.ex. os derivados de *fole*, *fôlego* e *folgo*, ou de *mole*, *amolegar* e *amolgar*, quer dizer com mais ou menos uma sílaba; por conseguinte, para a contagem silábica dos versos galegos não é preciso fazer uma elisão do *e* final com um apóstrofo, mas pode-se deixar a forma plena, sabendo que se elide na leitura.

Ainda outra peculiaridade nortenha é a forma *che* de objeto direto do pronome pessoal, empregada no diálogo nalgumas zonas da Galiza, p. ex. *vou-che dar*, por *vou-te dar*, que cabe deixar nos textos poéticos ou de diálogo popular, por funcionar nesses casos como forma alomórfica local de *te*, que é igualmente popular nas outras zonas da Galiza. Anotemos que esta forma tem longa tradição escrita entre nós: assim p. ex. *dar-ch-ei*, nas *Cantigas de Santa Maria*, ou igualmente *dizerte ey* e *dizerche ey* na mesma *Crónica Troiana*.

Carlos Durão, agosto 2012

16. CÍCERO SANTOS, S. PAULO, BRASIL, ASSISTENTE PRESENCIAL



É SÓCIO DA AICL.

**17. CHRYS CHRYSTELLO, AICL - AÇORES, AUSTRÁLIA**

Chrys CHRYSTELLO (n. 1949) não só acredita em multiculturalismo. Nasceu no seio duma família mesclada de Alemão, Galego-Português (942 AD) e Brasileiro do lado paterno e Português e marrano do materno. Publicou aos 23 anos o livro “Crónicas do Quotidiano Inútil, vol. 1 poesia”.

Foi Editor-Chefe do jornal A Voz de Timor, Díli (73-75). Depois, radicar-se-ia em Sydney (mais tarde, Melbourne) como cidadão australiano onde viveu até 1996.

Começou a interessar-se pela linguística ao ser confrontado com mais de 30 dialetos em Timor. Depois de 1967 dedicou-se ao jornalismo (rádio, televisão e imprensa escrita). Durante décadas escreveu sobre o drama de Timor Leste enquanto o mundo se recusava a ver essa saga. De 1967 a 1996, dedicou-se sempre ao jornalismo (rádio, televisão e imprensa escrita).

De 1976 a 1982 desempenhou funções executivas como Economista, Chefe de Serviços Administrativos da Companhia de Eletricidade de Macau. Ali, foi Redator, Apresentador e Produtor de Programas para a ERM / Rádio 7 / Rádio Macau / TDM e RTP Macau.

Durante os anos na Austrália esteve envolvido nas instâncias oficiais que definiram a política multicultural daquele país.

Foi Jornalista no Ministério do Emprego, Educação e Formação Profissional e Ministério da Saúde, Habitação e Serviços Comunitários; tendo sido Tradutor e Intérprete no Ministério da Imigração e no de Saúde (Nova Gales do Sul).

Divulgou a descoberta na Austrália de vestígios da chegada dos Portugueses (1521-1525, mais de 250 anos antes do capitão Cook). Igualmente difundiu a existência de tribos aborígenes falando Crioulo Português (há quatro séculos).

Membro Fundador do AUSIT (Australian Institute for Translators & Interpreters), Chrys lecionou em Sidney na Universidade UTS, Linguística e Estudos Multiculturais a candidatos a tradutores e intérpretes. Durante mais de vinte anos, foi responsável pelos exames dos candidatos a Tradutores e Intérpretes na Austrália (NAATI National Authority for the Accreditation of Translators & Interpreters).

Foi Assessor de Literatura Portuguesa do Australia Council (UTS Universidade de Tecnologia de Sidney), *Mentor* dos finalistas de Literatura da ACL (Association for Computational Linguistics, Information Technology Research Institute) da University of Brighton no Reino Unido e *Revisor* (Translation Studies Department) da Universidade de Helsinquia, Consultor do Programa REMA da Universidade dos Açores.

É Membro do Conselho Consultivo do MIL e foi nomeado em 2012 Académico Correspondente da AGLP.

Apresentou temas de linguística e literatura em conferências (Austrália, Portugal, Espanha, Brasil, Canadá, Macau).

Entre 2006 e 2012, traduziu, entre outras obras de autores açorianos para Inglês, Daniel de Sá (“Santa Maria ilha-mãe”, “O Pastor das Casas Mortas”, “São Miguel: A Ilha esculpida” e a “Ilha Terceira, terra de bravos”), Manuel Serpa (As Vinhas do Pico), Victor Rui Soares (“Ilhas do Triângulo, coração dos Açores, numa viagem com Jacques Brel”); e Caetano Valadão Serpa (“Um homem só é pouca gente”) além de 15 autores na Antologia Bilingue de Autores Açorianos Contemporâneos.

Considera como momento marcante uma Palestra proferida na Academia Brasileira de Letras (29 março 2010) juntamente com Malaca Casteleiro, Evanildo Bechara e Concha Rousia, presidida pelo então Presidente da ABL, Marcos Vilaça. Mantém o interesse no ensino de tradução, multiculturalismo e Inglês. Organiza desde 2001-2002, os Colóquios Anuais da Lusofonia.

É Editor dos Cadernos de Estudos Açorianos. Lançará dois livros.

Em 2012, 40 anos da sua vida literária.

BIBLIOGRAFIA (ver e-livros)

<http://www.scribd.com/cchrystell/shelf>

1. Crónica do quotidiano inútil vol. 1 (poesia) Porto 1972, ed. do autor (esgotada)
2. Crónica do quotidiano inútil vol. 2 (poesia) Díli, Timor Português, abril 1974 ed. do autor (esgotada)
3. Crónica do quotidiano inútil vol. 3&4 1973-81 (poesia)
4. Crónicas Austrais - 1978-1998 (monografia) – 1ª ed. 2000
5. Crónicas Austrais (1978-1998 monografia) 2ª ed. 2012
6. Timor Leste O Dossier Secreto 1973-1975, Porto, 1999, ed. Contemporânea (Esgotado) ISBN 10: 972-8305-75-3 / 9728305753 / ISBN 13 / EAN: 9789728305758
7. Timor Leste O Dossier Secreto 1973-1975, 2ª ed. 2000 <http://www.ebooksbrasil.org/nacionais/ebookpro.html> /
8. Timor-Leste: 1973-1975 - O Dossier Secreto - Para as Lendas e Memórias de Timor-Leste 3ª Ed. 2012 <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timorp.pdf>
9. East Timor - The Secret Files 1973-1975, 2ª edição 2000 <http://www.ebooksbrasil.org/importados/index.html>
10. East Timor: The Secret File 1973-1975, 2ª Ed. 2012 <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timore.pdf>
11. Cancioneiro Transmontano 2005, ed. Santa Casa da Misericórdia de Bragança, dep. legal PT-227638 / 05
12. Timor-Leste 1983-1992 vol. 2 Historiografia de um repórter DVD-livro, 1ª ed. 2005 ISBN: 978-989-95641-9-0 editor: Colóquios Anuais da Lusofonia <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timor2.pdf>
13. Crónica Açores: uma circum-navegação, vol. 1, 2009 ISBN 989-8123-12-1 VerAçor editores 2009



14. *Crónica Açores: uma circum-navegação*, vol. 1, 2010 online em: <http://www.scribd.com/cchrystello/shelf>
15. *Crónica Açores uma circum-navegação*, (vol. 2) 2011 ISBN 978-9728-9855-47 Editora *Calendário de Letras*
16. *Timor Leste vol. 3 - As Guerras Tribais, A História Repete-se (1894-2006)* 1ª Edição 2012 <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timor3.pdf>
17. *Timor Leste vol. 2 - Historiografia dum Repórter (1983-1992)* CD-livro (mais de 3670 páginas inclui os 3 volumes da trilogia), 2ª edição 2012 ISBN: 978-989-95641-9-0

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL E DA AGLP, PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA AICL

TEMA 1.2. AÇORIANIDADE

Este painel que se chama HOMENAGEM CONTRA O ESQUECIMENTO E AÇORIANIDADES visa divulgar a obra de autores dos Açores para que se libertem das leis do esquecimento a que Portugal e o resto do mundo os vota. Como este colóquio se chama GALIZA E AÇORES, DUAS INSULARIDADES CULTURAIS e como da Galiza sabem vocês, deixem-me dar-vos a conhecer um pouco do arquipélago tal como o descrevi em *Crónica Açores: uma circum-navegação*.

A ilha para **Natália Correia** é Mãe-Ilha, para **Cristóvão de Aguiar**, Marilha, para **Daniel de Sá**, Ilha-Mãe, para **Vasco Pereira da Costa**, Ilha Menina mas para mim nem mãe, nem madrastra, nem Marília nem menina, mas Ilha-Filha, que nunca enteada. Para amar e ver engrandecer nas dores da adolescência que são sempre partos difíceis. Sempre fui ilhéu, perdi o sotaque sem malbaratar as Ilhas-Filhas. Trago-as a reboque, corrente multifacetada de vivências, mundos e culturas distantes. Nasci em Portugal, ilhota perdida da Europa durante o Estado Novo, seguidamente vivi um capítulo naufragado da História Trágico-marítima nas ilhas de Timor e de Bali, seguido da então (pen)ínsula de Macau (fechada da China pelas Portas do Cerco), encontrei a pátria na imensa ilha-continente da Austrália, e a mátria na esquecida ilha de Bragança no nordeste transmontano, antes de navegar à deriva para arribar à Atlântida Açores.

Quase todos desconhecem o arquipélago mas alguns já ouviram o sotaque micaelense “de uma falsa sonoridade afrancesada” tão difícil de entender. As ilhas são cumes de montanhas submersas que assomam, a intervalos, no meio do Grande Mar Oceano povoadas por gente orgulhosa e ciosa das suas tradições e costumes, concêntricas na sua família nuclear que começa a ser dizimada pelo chamado progresso. Os políticos ocupados na sua sobrevivência sempre se olvidaram da presença mágica destas ilhas. Têm reduzidas proporções e populações, uma espécie de triângulo das Bermudas, onde tudo desaparece dos telejornais. Foi assim durante o feudalismo imposto aos seus povoadores e assim se manteve durante o Estado Novo. São evocadas pelos terremotos e vulcões ou pelo anticiclone do bom ou mau tempo. Deste isolamento surgiu um forte Açorianidade definida de mil e um modos.

Pessoalmente, acolho o conceito de **José Martins Garcia** que, «por envolver domínios muito mais vastos que o da simples literatura», admite a existência de uma literatura açoriana «enquanto superestrutura emanada dum habitat, dum vivência e dum mundividência»

Onésimo de Almeida escreveu dois livros e coordenou outro sobre o tema: A “*Questão da Literatura Açoriana*” (1983), “*Da Literatura Açoriana – Subsídios para Um Balanço*” (1986) e “*Açores, Açorianos, Açorianidade*” (1989). Antes, **Eduíno Borges Garcia** escrevera artigos sobre literatura açoriana, no semanário “*A Ilha*”, reunidos em opúsculo, nos quais não utilizava a expressão separada do contexto nacional.

Em “*Constantes da insularidade numa definição de literatura açoriana*”, 1988, **J. Almeida Pavão** afirmava

“...a existência de uma Literatura Açoriana...assume-se com o estatuto de uma autonomia, consentânea com uma essencialidade que a diferencia da Literatura Portuguesa Continental. Literatura Açoriana sê-lo-ia, se porventura os Açores se tornassem num território ou numa nação independente. E, aí, haveria que inscrevê-la dentro de novas premissas.”

Pedro da Silveira (1922-2003) autor de “*A Ilha e o Mundo (1953)*” foi perentório:

«... O que custava era aceitar que os escritores açorianos estivessem a desenvolver uma escrita que se diferenciava da de outros autores de Língua portuguesa. É que, nessa escrita, eram visíveis as especificidades que identificavam o açoriano como ser moldado por elementos atmosféricos e sociológicos diferentes, adaptado a vivências e comportamentos que, ao longo dos séculos, foi assimilando, pois viver numa ilha implica(va) uma outra noção de mundividência. A literatura açoriana não precisa de que se aduzam argumentos a favor da sua existência. Precisa de sair do gueto que lhe tem sido a sina²³».

Falava-se em artesanato, folclore e cultura açoriana mas era embaraçoso falar em literatura açoriana, por razões políticas. Em 1975, Vitorino Nemésio deixara-se utilizar pela Frente de Libertação dos Açores (FLA), movimento independentista já extinto, como candidato a Presidente da futura República. Contra a vontade da maioria, os separatistas insistiram em usar a literatura como sinal de identidade nacional.

J. Almeida Pavão (1988) diria de Onésimo Almeida

“o seu critério, assente na idiosincrasia do homem nado e criado das Ilhas, levanta a dificuldade de englobarmos no mesmo conteúdo da Literatura Açoriana os autores que as habitaram, como o **Almeida Firmino de Narcose** ou as visitaram, descartinando as suas peculiaridades pelo impacto de estruturas temperamentais forjadas em ambientes diversos, como é o caso de **Raul Brandão** de “*As Ilhas Desconhecidas*”. Entendemos que deverão ser abrangidos num rótulo comum de **insularidade e açorianidade** três extratos diversos de idiosincrasias:

— Um de formação endógena, dos que nasceram e viveram nas Ilhas, independentemente do facto de se terem ou não terem ausentado;

²³ (“Açores”, Grande Dicionário de Literatura Portuguesa e Teoria Literária, coordenado por João José Cochofel Iniciativas Editoriais 1977)



— *O dos insularizados ou «ilhanizados», adotando a designação feliz utilizada por Álvaro Oliveira, a propósito do já referido poeta Almeida Firmino;*

— *E ainda o dos estranhos, como o também já mencionado Raul Brandão e este autor.*”

Há ainda quem prefira o termo “*matriz açoriana*”. Considere-se que há vários tipos de autores, os residentes no arquipélago, os emigrados e descendentes, e os estrangeiros que escrevem sobre os Açores. Falta destrinçar quais incluir nessa designação açórica.

Machado Pires diz “*há autores açorianos que estando fora dos Açores, deles se ocupam sistematicamente de modo direto e indireto*” (p. 57)” sugerindo “*literatura de significação açoriana*” para acentuar a existência da literatura ligada à peculiaridade açoriana”²⁴

No 11º colóquio da Lusofonia (abril 2009), **Cristóvão de Aguiar** rejeitou (mais uma vez) o rótulo de literatura açoriana, por considerar que “*é equívoco, porque pode parecer que é uma literatura separada da literatura portuguesa*”.

Mas, adianta **Eduardo Bettencourt Pinto**, angolano, «*escritor açoriano*» por escolha própria «*É, pelo menos, um ramo único no contexto da literatura portuguesa*».

Um escritor açoriano injustamente esquecido, **José Martins Garcia** nasceu no Pico (1941). Foi assistente na Faculdade de Letras de Lisboa (1971-77) e lecionou na Brown University, (1979-84), ingressando na Universidade dos Açores, onde permaneceu até à sua morte, novembro 2002. Ali introduziu a cadeira de Literatura e Cultura Açorianas, doutorou-se com uma tese sobre Fernando Pessoa e atingiu a cátedra. Foi Vice-reitor e dirigiu a revista Arquipélago, do Departamento de Línguas e Literaturas Modernas. A sua obra apresenta uma diversidade de intervenções desde o ensaísmo, à poesia, passando pelo romance, pelo conto e pela crítica jornalística.

David Mourão-Ferreira, um dos maiores críticos literários, dele disse (1987):

“Se não vivéssemos, vicentinamente, num País em que a “barca do purgatório” anda sempre mais carregada que as outras duas / ... / o nome de José Martins Garcia deveria ser hoje unanimemente saudado como o do escritor mais completo e mais complexo que no último decénio entre nós se revelou; / ... / com igual mestria tanto abrange os registos da mitificação narrativa como os da exegese crítica, tanto os da desmistificação satírica como os da transfiguração telúrica, e que sem dúvida não encontra paralelo, pela convergência e concentração de todos estes vetores, na produção de qualquer outro seu coetâneo.”

Lentamente, os escritores foram encontrando o seu espaço. Não há minguagem de quantidade mas tem sido limitada a sua projeção além-ilhas, com exceções como **João de Melo, Cristóvão de Aguiar, Álvaro Oliveira, Eduino de Jesus, Fernando Aires, Vasco Pereira da Costa, Eduardo Bettencourt Pinto, Norberto Ávila, Urbano Bettencourt e Dias de Melo**, para citar alguns.

Os Colóquios com estas homenagens contra o esquecimento pretendem ir além, levar os Açores ao mundo, em especial aos que não têm vínculos familiares nem conhecimento desta realidade. Independentemente da Açorianidade, mas por via dela, pretende-se

²⁴ (p. 59 – “Para um conceito de literatura açoriana” in Raul Brandão e Vitorino Nemésio. Ensaios. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, col. “Temas Portugueses”, 1987).

que mais lusofalantes e lusófilos fiquem a conhecer a realidade insular e as suas peculiaridades, que no fundo por motivos e entornos diferentes acolhem tantas semelhanças com os autores galegos.

É preciso manter as portas abertas, construir pontes e encontrar os nossos irmãos perdidos, tal como escreveu em julho passado, Concha Rousia

*É noite, e meus irmãos andam perdidos
meus irmãos e irmãs andam longe de casa
dessa casa nossa que não tem portas
Manterei o lume aceso para seu regresso
juntarei mais e mais e mais lenha
e mesmo se eles nunca mais regressem
eu ficarei sempre a esperar por eles*

Ou como escreveu PEDRO DA SILVEIRA²⁵ no castelo de Vila Nova De Cerveira, setembro 1959

INSCRITO SOBRE A ÁGUA D'UM RIO

(a Ernesto Guerra da Cal e também em memória de Rosália de Castro e de João Verde)

Há um cais no outro lado;

Atrás do cais, árvores;

Além das árvores, uma casa.

Montes ao longe:

Mais perto, verdes,

Azulados os outros.

Com uma espingarda em cada olho

E nas mãos uma espingarda,

Um fantasma assombra o cais.

A água olha-o, calada.

Calada, foge.

Desgostosa.

Mas feliz.

TEMA 1.1 MANIFESTO AICL 2012, A LÍNGUA PORTUGUESA EM TEMPO DE CRISE

Em minha opinião, a crise do país é mais do que tudo uma crise de ideias, de líderes, de pensadores e intelectuais, aliada ao capitalismo selvagem, dito neoliberalismo, que desde os anos 90 vem tomando dos meios de produção globais e manipulando os governos do mundo ocidental. O país precisa de mais de se servir dos seus “sages” para usar um termo francês em vez do mais habitual pensadores ou filósofos que não incluiria todos os que pretendo incluir. Um conselho de sábios, por assim dizer seria aquilo que o país necessita para

²⁵ Pedro Laureano Mendonça da Silveira (Fajã Grande, 5 de Setembro de 1922 — Lisboa, 2003), mais conhecido por *Pedro da Silveira*



vencer a crise e sairmos da podridão da partidarite viciada em cunhas, nepotismo e esquemas. Teríamos depois, de estabelecer consensos alargados e um plano de mudança e ação a muito longo prazo e buscar a força e iniciativa dos mais jovens para as levar a cabo. Não devemos deixar que Portugal se perca na sua atual insignificância quando grande parte da sua história foi feita de grandes homens que se sobrepuseram, pela sua visão, a gerações de séculos de Velhos do Restelo. São estes que hoje guiam os nossos filhos e netos para uma subserviência e dependência total ao grande capital internacional sem esperanças de uma vida melhor. Trata-se de um retrocesso ao pior da Grande Revolução Industrial ou rumo a uma criação de novos servos da gleba, automatizados, controlados e vigiados, mas sobretudo intelectualmente deficientes.

Gostava de vos dizer que, em minha opinião, a crise do país é mais do que tudo uma crise de ideias, de líderes, de pensadores e intelectuais, aliada ao capitalismo selvagem, dito neoliberalismo, que desde os anos 90 vem tomando dos meios de produção globais e manipulando os governos do mundo ocidental.

O país precisa de mais de se servir dos seus “sages” para usar um termo francês em vez do mais habitual pensadores ou filósofos que não incluiria todos os que pretendo incluir. Um conselho de sábios, por assim dizer seria aquilo que o país necessita para vencer a crise e sairmos da podridão da partidarite viciada em cunhas, nepotismo e esquemas. Teríamos depois, de estabelecer consensos alargados e um plano de mudança e ação a muito longo prazo e buscar a força e iniciativa dos mais jovens para as levar a cabo.

Não devemos deixar que Portugal se perca na sua atual insignificância quando grande parte da sua história foi feita de grandes homens que se sobrepuseram, pela sua visão, a gerações de séculos de Velhos do Restelo. São estes que hoje guiam os nossos filhos e netos para uma subserviência e dependência total ao grande capital internacional sem esperanças de uma vida melhor. Trata-se de um retrocesso ao pior da Grande Revolução Industrial ou rumo a uma criação de novos servos da gleba, automatizados, controlados e vigiados, mas sobretudo intelectualmente deficientes.

A receita universalmente seguida é a da ignorância, em que quase todos hoje vivem, aliviada com um voyeurismo exacerbado em Big Brother e quejandos, e outras telenovelas da vida real que a TV projeta incessantemente nas horas poucas de lazer. Acrescentemos a esta fórmula mágica o entorpecimento futebolístico que ajuda a exacerbar paixões e ventilar frustrações recalçadas e temos o caldo mágico para as gerações futuras.

Um sistema educacional e cultural forte seria a base para partirmos para o futuro em que ainda acreditamos. Temos alguns exemplos de gente excepcional, mas infelizmente a grande maioria emigrou e faz carreira no estrangeiro porque este país só apoia a mediocridade. Tratou-se de alunos que se não contentaram com a mediocridade do ensino e brilharam sem se deixarem enredar na modorra anquilosante dos que os governam. É esta situação de exceção que nos traz algumas esperanças. A minha geração e, antes dela, a dos nossos patronos foi criada na certeza de que nada era fácil nem havia almoços grátis. Havia trabalho, muito e mal pago, e a réstia de esperança de que este fosse reconhecido pois todas as promoções eram a pulso na longa escalada que encetámos. Assim, essa geração subiu a novos patamares à custa de trabalho, esforço, estudo e aprendizagem contínua. Tínhamos coisas sagradas a que chamávamos princípios e ética. Líamos, debatíamos, estudávamos e

continuávamos a aprender toda a vida. Nada era fácil. Hoje constata-se o que foi feito nas últimas duas décadas para destruir o tecido escolar, com a facilitação extrema apenas para falsificar estatísticas, programas especialmente elaborados para ninguém ficar para trás, uma redução substancial da quantidade e conteúdo de matérias a aprender, o lento esquecimento a que a História foi votada porque os nossos antepassados eram politicamente incorretos, a marginalização da Filosofia porque poderia levar os jovens a pensar e os maus tratos dados à Língua Portuguesa.

Temos hoje uma vasta gama de professores incultos, e a maioria dos alunos analfabetos funcionais incapazes de compreender ou debater o que leem. Os autores que estudamos foram substituídos para que hoje fosse quase impossível criar uma geração filológica-linguística como a do Cenáculo ou até mesmo compreender esse fenomenal, extraordinária e inexplicável centro de espírito e de estudo, de fantasia, de ideias numa sociedade banal como era a de Lisboa naquela época. O Cenáculo era uma reunião permanente de jovens em casa de Antero, dia e noite, todos tinham ali os seus melhores livros, notas, provisões de princípios e de tabaco. Cada um deles possuía conhecimentos profundos sobre, pelo menos, uma das ciências base que são a matriz do conhecimento: física, química, matemáticas, filosofia, direito, história e linguística.

Quando Antero regressa do estrangeiro pleno de ideias e leituras novas é como que a vinda do Rei Artur à Corte de Camelot e daí nasceram as Conferências do Casino, cheias de cultura europeia, de fervor revolucionário, da romanesca efervescência intelectual e sentimental. Essa geração de jovens tentou trazer algo de novo e bom à nossa cultura, debatendo o Estado da Nação. As Conferências do Casino podem considerar-se um manifesto de geração. Perdoem esta curta digressão para vos explicar o que pretendo. Denominam-se assim por terem tido lugar numa sala alugada do Casino Lisbonense e foram uma série de cinco palestras realizadas em Lisboa no ano de 1871 pelo grupo do Cenáculo formado, por sua vez, pelas mesmas pessoas, que constituem a Geração de 70. Antero é o grande impulsor desde 1868, iniciando os outros membros do grupo em Proudhon. A 18 de maio 1871 foi divulgado o manifesto, já anteriormente distribuído em prospectos, e que foi assinado pelos doze nomes que tinham intenções organizadoras destas Conferências Democráticas.

22 de maio de 1871

A 1ª Conferência: "O Espírito das Conferências", proferida por Antero de Quental consistiu num desenvolvimento do programa previamente apresentado. Antero referiu-se à ignorância e indiferença que caracterizava a sociedade portuguesa, falando da repulsa do povo português pelas ideias novas e na missão de que eram incumbidos os "grandes espíritos" e que consistia na preparação das consciências e inteligências para o progresso das sociedades e resultados da ciência. Para Antero o ponto fulcral seria a Revolução, o seu conceito, que define como um conceito nobre e elevado. A conclusão da palestra termina com o apelo às "almas de boa vontade" para meditarem nos problemas que iriam ser apresentados e para as suas possíveis soluções.

27 de maio de 1871

2ª Conferência: "Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos" também proferida por Antero. Em primeiro lugar Antero julga a História,



como uma entidade, o juízo moral, social e político. Em seguida enumera e discute as causas da decadência. Aponta o Absolutismo, a Monarquia Absoluta que constituía a "ruína das liberdades sociais", o centralismo imperialista que coartara as liberdades nacionais, rumo a uma cega submissão; por fim, o desenvolvimento de hábitos prejudiciais de grandeza e ociosidade que conduziram ao esvaziamento de população de uma nação pequena, substituindo o trabalho agrícola pela procura incerta de riqueza, a disciplina pelo risco, o trabalho pela aventura. Para Antero a solução destes problemas seria:

" (...) a ardente afirmação da alma nova, a consciência livre, (...), a filosofia, a ciência, e a crença no progresso, na renovação incessante da humanidade pelos recursos inesgotáveis do seu pensamento, sempre inspirado. (...) a federação republicana de todos os grupos autonómicos, de todas as vontades soberanas, alargando e renovando a vida municipal (...) à inércia industrial oponhamos a iniciativa do trabalho livre, a indústria do povo, pelo povo, e para o povo, não dirigida e protegida pelo Estado, mas espontânea (...), organizada de uma maneira solidária e equitativa..."²⁶ A conclusão insere uma dimensão progressista, a instauração de uma revolução, a ação pacífica, a crença no progresso inspirado na moralização social (Proudhon), num tom idealista e retórico.

5 de junho de 1871

3ª Conferência: "A Literatura Portuguesa" proferida por Augusto Soromenho, professor do Curso Superior de Letras que faz uma crítica aos valores da literatura nacional. Cita a negação sistemática dos valores literários nacionais, excetuando escritores como Luís de Camões, Gil Vicente e poucos mais. Tem a sua vertente revolucionária ao inculcar a ideia de que a literatura portuguesa deverá ter caráter nacional mas pautada por valores universais. O modelo e guia desta renovação salvadora da literatura nacional seria Chateaubriand, com o conceito de Belo absoluto como ideal da literatura, constituindo esta um retrato da Humanidade na sua totalidade.

12 de junho de 1871

4ª Conferência: "A Literatura Nova ou o Realismo como Nova Expressão de Arte" por Eça de Queirós salientou a necessidade de se operar uma revolução na literatura. A revolução é um facto permanente, porque manifestação concreta da lei natural de transformação constante, e uma teoria jurídica, pois obedece a um ideal, a uma ideia. É uma influência proudhoniana. O espírito revolucionário tem tendência a invadir todas as sociedades modernas, afirmando-se nas áreas científica, política e social. A revolução constitui uma forma, um mecanismo, um sistema, que também se preocupa com o princípio estético. O espírito da revolução procura o verdadeiro na ciência, o justo na consciência e o belo na arte. A arte, nas sociedades, encontra-se ligada ao seu progresso e decadência e o artista sob a influência do meio, dos

costumes do tempo, do estado dos espíritos, do movimento geral... Foca ainda as relações da literatura, da moral e da sociedade. A arte deve visar um fim moral, auxiliando o desenvolvimento da ideia de justiça nas sociedades. Fazendo a crítica dos temperamentos e dos costumes, a arte auxilia a ciência e a consciência.

19 de junho de 1871

5ª Conferência: "A Questão do Ensino" proferida por Adolfo Coelho traça o quadro desolador do ensino em Portugal, mesmo o superior, através da História. A solução proposta passa por uma mais ampla liberdade de consciência. Para Adolfo Coelho do Estado nada havia a esperar. Tomando isto em consideração, o remédio seria apelar para a iniciativa privada, para que esta difundisse o verdadeiro espírito científico, o único que beneficiaria o ensino.

26 de junho de 1871

Quando Salomão Saragga se preparava para realizar a sua Conferência "História Crítica de Jesus", o Governo, mandou encerrar a sala do Casino Lisbonense e proibir as Conferências. No mesmo dia Antero redige um protesto no café Central, hoje Livraria Sá da Costa.

Vivemos hoje uma encruzilhada como a da Geração de 1870 e das Conferências do Casino, sendo a enumeração de problemas bem semelhante à de então. Embora maioritariamente preocupados com os aspetos mais vastos da Língua Portuguesa, linguística, literatura, história, também nós constituímos um grupo heterogêneo unidos apenas naquilo que nos é comum, a língua de todos nós. A nossa língua configura o mundo, sem esquecer porém que Wittgenstein disse que o limite da nossa nacionalidade é o limite do nosso alcance linguístico. Os Colóquios são uma prova insofismável de que tudo é possível com custos mínimos desde que se dê liberdade às pessoas para criarem no seio da nossa associação projetos com os quais se identifiquem e que se destinam a pensar e debater amplamente, de forma científica, a nossa fala comum: a Língua Portuguesa de forma conducente ao reforço dos laços entre os lusofalantes – no plano linguístico, cultural, social, económico e político – na defesa, preservação, ensino e divulgação da língua portuguesa e todas as suas variantes. Em defesa da Lusofonia, defendemos a nossa identidade como pessoas e povos, e em prol da variada língua comum com todas as suas variantes e idiossincrasias, impedindo que outras culturas e outros povos nos dominem cultural, económica ou politicamente, como alguns, ostensiva e claramente, defendem.

É aqui no nosso seio de oradores, patronos e patronos especiais como os que aqui temos hoje, que nos podemos afirmar como plataforma de arranque de uma congregação de um Conselho de Sábios e de jovens cultos e dinâmicos para pensar e agir rumo ao futuro sem nos deixarmos abater pelo negativismo da crise que visa embotar a nossa capacidade de realização.

²⁶ QUENTAL, Antero de, 2ª Conferência: *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, Casino Lisbonense, 27 de maio de 1871 in MEDINA, João, *Eça de Queiroz e a Geração de 70*, Lisboa, Ed. Moraes, 1980, 1ª ed., pp. 157-158.



Resumidamente foi isto que os colóquios fizeram ao longo de uma década, numa prova da vitalidade que a sociedade civil atuante pode ter quando se congregam vontades e esforços de tantos académicos e investigadores como aqueles que hoje dão vida aos nossos projetos. Resta apenas que todos os que aqui estão se juntem à AICL – Colóquios da Lusofonia para fazermos chegar o nosso MANIFESTO a toda a gente e aos governos dos países de expressão portuguesa e que este sirva de ponto de partida para o futuro que ambicionamos e sonhamos. Com a vossa ajuda e dedicação muito mais podemos conseguir como motor pensante da sociedade civil.

PARA TERMINAR INTERROGUE-SE Quanto vale um idioma? Se a língua portuguesa estivesse numa prateleira de supermercado, estaria num nicho de luxo ou esquecida em um canto, para promoção de minimercado? Estamos acostumados a medir o valor económico dos objetos a que um idioma dá nome, e não do idioma em si. Um recente estudo solicitado pelo Instituto Camões ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em Portugal, encarou o desafio de medir essa grandeza, e revela que 17% do PIB do país equivale a atividades ligadas direta ou indiretamente à língua portuguesa. -É um percentual interessante e até conveniente, por ter ficado ligeiramente acima do que se apurou na Espanha relativamente ao espanhol (15%) - analisa Carlos Reis, da Universidade de Coimbra, professor visitante da PUC-RS e um dos fundadores da Universidade Aberta em Portugal, da qual foi reitor até julho passado.

O índice leva em conta a importância relativa da comunicação e da compreensão em campos de atividades económicas. Privilegia, assim, relações económicas que exigem uma dada língua. E descarta atividades que podem ser executadas por trabalhador de outra nacionalidade ou competência linguística. Por essa lógica, ramos como ensino, cultura e telecomunicações seriam celeiros automáticos de atividades em que a língua é fulcral. Além das "indústrias da língua", há as ligadas a fornecedores de produtos em português, como a administração pública, e as que têm forte conteúdo de língua, como o setor de serviços, ou a que induz maior conteúdo de língua para a economia como um todo, da indústria de papel à de eletrodomésticos. Por último, o peso de processos em que o conteúdo de uma língua tem domínio menor ou só relativo, ainda assim enquanto fazem brotar impérios no próprio circuito de trocas de um idioma. No Brasil, é o que ocorreria, por exemplo, à extração de petróleo e de minérios, ou ao agronegócio. Apesar de o estudo não visar o Brasil, a pesquisa indica que o fenómeno se repete em coeficientes aplicáveis aos países lusófonos. Línguas com muitos utilizadores fornecem mercado maior para bens culturais. O crescimento sustentado da última década fez o gigante da língua portuguesa saltar aos olhos globais. O Brasil virou protagonista das relações comerciais mantidas entre países lusófonos, mercado que movimentou um Produto Interno Bruto que passou de US\$ 1,9 mil milhões em 2009 para US\$ 2,3 mil milhões em 2010, diz o Banco Mundial. Já o PIB dos imigrantes de língua portuguesa em outros países gira em US\$ 107 mil milhões (2009).

A diferença entre os países pobres e os ricos não é a idade do país. Isto está demonstrado por países como o Egito, que têm mais de 5.000 anos, e são pobres. Por outro lado, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia, que há 200 anos eram inexpressivos, hoje são países desenvolvidos e ricos. A diferença entre países pobres e ricos também não reside nos recur-

sos naturais disponíveis. O Japão, possui um território limitado, 80% montanhoso, inadequado para a agricultura e para a criação de gado, mas é a segunda economia mundial. O Japão é uma imensa fábrica flutuante, que importa matéria-prima do mundo inteiro e exporta produtos manufacturados. Outro exemplo é a Suíça, que não planta cacau, mas tem o melhor chocolate do mundo. No seu pequeno território, cria animais, e cultiva o solo apenas durante quatro meses ao ano. No entanto, fabrica laticínios da melhor qualidade. É um país pequeno que passa uma imagem de segurança, ordem e trabalho, pelo que se transformou no cofre-forte do mundo. No relacionamento entre gestores dos países ricos e os seus homólogos dos países pobres, fica demonstrado que não há qualquer diferença intelectual.

A raça, ou a cor da pele, também não são importantes: os imigrantes rotulados como preguiçosos nos seus países de origem, são a força produtiva dos países europeus ricos. Onde está então a diferença? Está no nível de consciência do povo, no seu espírito. A evolução da consciência deve constituir o objetivo primordial do Estado, em todos os níveis do poder. Os bens e os serviços, são apenas meios...

A educação (para a vida) e a cultura ao longo dos anos, deve plasmar consciências coletivas, estruturadas nos valores eternos da sociedade: moralidade, espiritualidade, e ética.

Solução-síntese: transformar a consciência do Português. O processo deve começar na comunidade onde vive e convive o cidadão. A comunidade, quando está politicamente organizada em Associação de Moradores, Clube de Mães, Clube de Idosos, etc., torna-se um micro estado. As transformações desejadas pela Nação para Portugal, serão efetuadas nesses microestados, que são os átomos do organismo nacional – confirma a Física Quântica. Ao analisarmos a conduta das pessoas nos países ricos e desenvolvidos, constatamos que a grande maioria segue o paradigma quântico, isto é, a prevalência do espírito sobre a matéria, ao adotarem os seguintes princípios de vida:

1. *A ética, como base;*
2. *A integridade;*
3. *A responsabilidade*
4. *O respeito às leis e aos regulamentos;*
5. *O respeito pelos direitos dos outros cidadãos;*
6. *O amor ao trabalho;*
7. *O esforço pela poupança e pelo investimento;*
8. *O desejo de superação;*
9. *A pontualidade;*

Somos como somos, porque vemos os erros e só encolhemos os ombros e dizemos: "não interessa!..."

A preocupação de todos, deve ser com a sociedade, que é a causa, e não com a classe política, que é o triste efeito. Só assim conseguiremos mudar o Portugal de hoje. Vamos agir! Reflitamos sobre o que disse Martin Luther King: " O que é mais preocupante, não é o grito dos violentos, dos corruptos, dos desonestos, ou dos sem ética. O que é mais preocupante, é o silêncio dos que são bons..."



**18. CONCEIÇÃO CASTELEIRO, LISBOA, PORTUGAL** ASSISTENTE PRESENCIALÉ SÓCIO DA AICL.**19. CONCHA ROUSIA, AGLP, GALIZA**

CONCHA Rodríguez PÉREZ, Nascida o 04-10-1962, em Covas (Os Brancos, Galiza). **Psicoterapeuta**. Licenciada em 1995 em psicologia **pola Universidade de Santiago de Compostela, especialidade em psicologia clínica. Master in Science**, Marriage and Family Therapy, Universidade de Maryland, USA, 1999. Tese de graduação intitulada “**Multilingualism and psychotherapy**”.

Secretária da Fundação Academia Galega da Língua Portuguesa e cofundadora da Academia Galega da Língua Portuguesa em 2008.

Membro da Associação Galega da Língua desde 2004.

Membro da associação Cultural Pró Academia Galega da Língua Portuguesa.

Presidente pela parte galega do Instituto Cultural Brasil Galiza, fundado em 2009, apresentado publicamente em Santa Catarina em março de 2010 e em Madrid em outubro deste mesmo ano.

Membro da Junta Diretiva da Ordem dos Psicólogos da Galiza, e Coordenadora da Comissão Cultural, desde onde, entre outras atividades criou o Prémio Literário ‘Rosa de Cem folhas’ que vai pela sua quarta edição.

PUBLICAÇÕES:

- **As Sete Fontes**, Romance publicado em 2005, formato e-book pela editora digital portuguesa ArcosOnline (Arcos de Valdevez, Portugal).
- “**Dez x Dez**” 2006, Antologia poética, Abrente Editora (Galiza).
- “**Cem Vaga-lumes**” Obra composta por 16 haikus premiados e publicados pelo Concelho de Ames, ano 2006.
- **Herança**, Conto publicado em 2007 em *Rascunho* (Jornal de literatura do Brasil), Curitiba, Brasil.
- **Primeira Antologia do Momento Lítero Cultural**, em formato digital. 2007, Porto Velho, Brasil.
- **Nas Águas do Verso**. Antologia. 2008, Porto, Portugal.
- **Antologia do XXII Festival de Poesia do Condado**. 2008, Gráficas Juvia.
- **Poeta, Mostra a tua Cara**. Antologia. 2008, RG, Brasil.
- **Mulheres**. Antologia poética. 2011, Mulheres Feministas do Condado, Galiza.
- **IV Antologia de poesia lusófona**. 2012. Folheto, Leiria, Portugal.
- Volume 7 da Coleção “**Poesia do Brasil**”, XV Congresso Brasileiro de Poesia, em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Tem publicado **poemas, contos, crónicas, e outros textos** em revistas galegas como Agália ou A Folha da Fouce; e em jornais como o Novas da Galiza, Galicia Hoxe, A Nosa Terra, Portal Galego da Língua, Vieiros, e em brasileiras como Momento Lítero Cultural.
- **Agora Já Não é Nada: Narrativa da desfeita**, Lethes 2007. É uma análise do significado da perda das funções que mantinham os espaços comunitários que desapareceram com a desarticulação da cultura tradicional.
- **Um dia**, Publicado em A Nossa Terra; 2006. Análise da violência de género.
- **Mudança de Narrativa Linguística**, Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa 2008.

Prémios

- Prémio de Narrativa do Concelho de **Marim**, 2004, Galiza.
- Prémio de poesia do Concelho **Ames**, 2005, Galiza.
- Ganhadora do **Certame Literário Feminista do Condado**, 2006, Galiza. Com o romance “A Língua de Joana C”

Em março de 2010 fez parte da Comitativa Oficial à Academia Brasileira de Letras, onde proferiu uma palestra sobre a participação da Galiza nos Acordos Ortográficos da Língua Portuguesa. Em 2011 fez parte da comitativa oficial do 15º Colóquio a Macau. Foi nomeada Patrona da AICL no 16º Colóquio, outº 2011.

Administradora do blogue ‘República da Rousia’: republicadarousia.blogspot.com

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

APRESENTA O LIVRO NÂNTIA

**20. EDUARDO BETTENCOURT PINTO, ESCRITOR CONVIDADO AICL, VANCOUVER, CANADÁ,**

EDUARDO BETTENCOURT PINTO nasceu em Gabela, Angola, em 1954. Tem ascendência açoriana pelo lado materno. Cresceu em Luanda e saiu do país em setembro de 1975. Fixou residência no Zimbabué e depois em Ponta Delgada, Açores. Vive no Canadá desde 1983. Publicou vários livros de poesia e ficção. Alguns deles: *Menina da Água* (1997), *Tango nos Pátios do Sul* (1999), *Casa das Rugas* (2004) e *Travelling with Shadows / Viajar com Sombras* (2008 POESIA) edição bilingue (português e inglês). Tem presentemente no prelo o livro de poesia *A cor do Sul nos teus olhos*, a sair em setembro. Está representado em várias antologias e livros coletivos em Portugal, Brasil, Angola, Inglaterra, Estados Unidos, Canadá e Letónia. É editor da revista *online* de artes e letras *Seixo review*, presentemente com a edição suspensa.

A sua poesia está traduzida para Inglês, Castelhana, Galego, Catalão e Letão. Organizou e publicou *Nove Rumores do Mar - Antologia de Poesia Açoriana Contemporânea* (1996). É membro do P. E. N Clube Português. (página pessoal (<http://www.eduardobpinto.com>)). Recebeu o Prémio Nacional Biental Copa 2008, instituído pelo Congresso Luso-Canadiano.

BIBLIOGRAFIA:**POESIA:**

Emoção; Ponta Delgada, Açores, 1978.

Razões, Ponta Delgada, Açores, 1979.

Poemas, (c/ Jorge Arrimar); Ponta Delgada, 1979. 2ª Ed., Tipografia Martinho, Macau, 1993

Mão Tardia; Gaivota, SREC, Angra, Açores, 1981. (**Prémio Revelação do suplemento cultural Contexto do jornal Açoriano Oriental**).

Emersos vestígios; Sete Estrelo, Mira, 1985. 2ª Edição, Seixo Publishers, Pitt Meadows, Canada, 1994.

A Deusa da Chuva; Gaivota, SREC, Angra, Açores, 1991. (**Prémio Mário de Sá-Carneiro da Association Portugaise Culture et Promotion, St. Dennis, France, 1988**; para o original «Regresso do olhar»).

Menina da Água; Éter / Jornal da Cultura, Ponta Delgada, Açores, 1997.

Tango nos pátios do sul; Seixo Publishers, Pitt Meadows, 1999.

2ª Edição, revista e aumentada; Campo das Letras, Porto, 2001.

Um dia qualquer em junho; Instituto Camões, Col. Lusófona, Lisboa, 2000.

Travelling with Shadows / Viajar com Sombras, 2008

Ficção:

As Brancas Passagens do Silêncio; Signo, Ponta Delgada, 1988.

Sombra duma rosa - contos; Edições Salamandra, Lisboa, 1998.

O príncipe dos regressos - narrativas; Edições Salamandra, 1999.

A casa das rugas - romance; Campo das Letras, Porto, 2004.

Antologia (organização):

Os Nove Rumores do Mar - Antologia da Poesia Açoriana Contemporânea; Seixo Publishers, Pitt Meadows, 1996.

2ª Edição, Instituto Camões, Coleção Insularidades, Lisboa, 1999.

3ª Edição, Instituto Camões, Coleção Insularidades, Lisboa, 2000.

Antologia (Bilingue) Autores Açorianos Contemporâneos, ed. *Calendário de Letras / AICL, VN de Gaia*, 2011

TRADUÇÃO:

Oito poemas de J. Michael Yates; apresentação e tradução com Rosa Pinto, Sete-Estrelo, Mira, 1985.

É SÓCIO DA AICL.

TEMA 2.2. RESUMO DE AÇORES: A LUZ SOBRE O ROSTO. FOTO MONTAGEM DE EDUARDO BETTENCOURT PINTO

A luz sobre o rosto é uma incursão visual e sonora de momentos vivos nos bastidores dos Colóquios da Lusofonia em Santa Maria e Lagoa, S. Miguel, Açores. Uma visão, em suma, de uma geografia emocional no contacto com o seu quotidiano, os seus rituais de luz e sombra, a pique sobre os mitos e o itinerário da memória em cada um de nós.

Trabalho final não recebido dentro dos prazos



21. EVANDRO V. OURIQUES, CONVIDADO AGLP, UFRJ, RIO DE JANEIRO, BRASIL



Evandro Vieira Ouriques, Coordenador do NETCCON. Núcleo de Estudos Transdisciplinares de Comunicação e Consciência. ECO. UFRJ, é Supervisor de Pesquisas de Pós-Doutorado em Estudos Culturais, PACC.UFRJ, e Vice-coordenador do GT Comunicación y Estudios Socioculturales, da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación. É Pesquisador de 4 Grupos no Brasil e quatro no Exterior: Chile, Portugal, UK e EUA. Recebeu do Reputation Institute, NY, o Prêmio de Melhor Acadêmico do Mundo, o Best Scholar 2010, e o título de Guerreiro Zulu, da Universal Zulu Nation.

Dentre suas publicações está *Diálogo entre as Civilizações: a experiência brasileira*, que organizou em 2002 para a ONU e a UNESCO. É Acadêmico Correspondente da Academia Galega da Língua Portuguesa.

TEMA 1.4.2. Desinsulação Psicopolítica de Culturas e Natureza: a mutação epistêmica dos conceitos Juventude e Riqueza na tradição lusófona e ibero-americana, EVANDRO V. OURIQUES, UFRJ, BRASIL

Pensar sem raiva nem ódio é a base da mutação epistêmica que desinsula culturas em meio à atual mutação social: (1) a insulação contra e na Juventude acaba quando a Cultura se religa à Natureza e sua "cosmologia negra", à relação mágica das culturas ancestrais, populares e jovens com o mundo natural e o mundo dos objetos; (2) e a insulação em geral acaba quando a Riqueza, mais do que a redução ativista ao mesmo dos *shoppings*, é a experiência do vigor da Diversidade, na qual o "pensamento da pele" e o "pensamento respiratório" são centrais.

Desinsulação de Culturas: o caso dos conceitos Juventude e Riqueza nas tradições lusófona e ibero-americana, Evandro Vieira Ouriques²⁷

²⁷ Evandro Vieira Ouriques é Acadêmico Correspondente da AGLP, coordenador do NETCCON - Núcleo de Estudos Transdisciplinares de Comunicação e Consciência. ECO. Universidade Federal do Rio de Janeiro, supervisor de pesquisas de Pós-doutorado em Estudos Culturais no Programa Avançado de Cultura Contemporânea. UFRJ, vice-coordenador do GT Comunicación y Estudios Socioculturales da ALAIC- Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación e professor-pesquisador convidado do Programa de Doctorado en Comunicación en Contextos Interculturales, da Universidad de La Frontera, Chile. Transdisciplinar e não-dualista, dedica-se à *Psicopolítica da Comunicação e da Cultura*, e à sua metodologia, a *Gestão da Mente*, com a qual potencializa mudanças de

RESUMO

O autor traz três ideias-chaves e as articula sob a perspectiva psicopolítica da comunicação e da cultura: (1) insulação, entendida como a operação psicopolítica (operações psicológicas para efeitos políticos) do *epistemocídio*; (2) *juventude*, entendida como o mito do herói do *crescimento ilimitado*; e (3) *riqueza*, entendida como o conjunto de bens e serviços para o qual está comprovado não existirem recursos naturais suficientes para produzi-la para todos. É assim que o artigo trata de como o *sujeito do autocontrole e dos balanços anuais* insula culturas organizadas pela *dádiva*, para as quais a Natureza é viva, e de que porque *desinsular* é operação epistêmica, fundada na *generosidade*.

PALAVRAS-CHAVE

Comunicação intercultural; desenvolvimentismo; psicopolítica; dádiva; generosidade

1. Opção

O tema é complexo. Circunscrevo-me a trazer aqui três ideias-chaves e a articulá-las sob minha perspectiva, a da *psicopolítica da comunicação e da cultura*, e de sua metodologia operacional, a *gestão da mente*, que tem apresentado resultados positivos em movimento:

1. *Insulação*, entendida como a operação psicopolítica (operações psicológicas para efeitos políticos) do *epistemocídio* (Boaventura, 2004);
2. *Juventude*, entendida como o mito do herói do *crescimento ilimitado* (Ouriques, 2012b); e
3. *Riqueza*, entendida como o conjunto de bens e serviços para o qual está comprovado não existirem recursos naturais suficientes para produzi-la para todos (The Worldwatch Institute, 2010).

Faço isto, de maneira sintética, para mostrar a necessidade do aprofundamento de trabalho conjunto sobre como a *insulação* é resultado da cartilha do "sujeito do autocontrole contínuo e dos balanços anuais" (Vogl, *apud* Welzer, 2012:17), dedicado ao crescimento que jamais se completa; o *crescimento ilimitado*. Vale dizer, o *desenvolvimentismo*, que interrompe a fala da *dádiva* (Godbout, 1999), a fala dos *desinsulados*, e instaura o *regime de servidão* (Birman, 2006), o regime dos *insulados*.

2. Ganância e Insulação

Quando falamos em *desinsulação de culturas* é decisivo lembrar que estamos diante de um *sintoma*, na medida em que o próprio da *Cultura* é a *Comunicação*, e, portanto, *insular* é *matar*, e, por mais que seja óbvio, que *des-insular* é *viver*. Como anunciam as primeiras lições, a *Cultura* é a maneira como os humanos fazem vigorar em rede, cada um em

mentalidade em indivíduos, casais, redes, organizações, projetos, produtos e planejamentos estratégicos. Tem publicações no Chile, Dinamarca, Estados Unidos, Portugal, Colômbia, Reino Unido e Brasil. Dentre elas *Diálogo entre as Civilizações: a experiência brasileira*, que organizou para a ONU e a UNESCO em 2002 em função do 11 de Setembro. Recebeu do Reputation Institute o prêmio de Melhor Acadêmico do Mundo, o *Best Scholar 2010*, da Propeg / Academia Brasileira de Letras a Menção Honrosa do Prêmio Jeca Tatu e da Universal Zulu Nation o título de Guerreiro Zulu.



acordo com sua *Diferença*, os valores *societais*, o que demanda-lhes lidar epistemicamente de maneira não-dualista com a *Semelhança*.

De que então a insulação de culturas é *sintoma*? Minha caminhada mostra-me que insular culturas é a tarefa central do rereido “sujeito do controle contínuo e dos balanços anuais” (Welzer: 2012:17), que controla, mede e observa como fazer do *outro* devedor e manter-se na posição de credor. É este *estado mental* (este complexo de pensamentos, afetos e percepções) que fez e faz com que hoje cerca 8% da população mundial controle aproximadamente 80% do que se entende como “riqueza”, o que interrompe o fluxo de *reciprocidade*, o *princípio da dádiva* (Godbout, 1999), o constante receber e retribuir, no sentido de Marcel Mauss, e que funda a *rede*, o *biológico*, o *psíquico*, a *língua* e o *social*:

“O moderno, pseudo-emancipado do dever da reciprocidade, desmorona sob o peso da acumulação do que ele recebe sem retribuir, torna-se um doente, e sua sensibilidade o torna incapaz de suportar as relações humanas²⁸. Um ser humano vulnerável, que perdeu seu sistema de defesa imunitária contra as relações negativas, fugindo do ciclo dar-receber-retribuir por medo de se deixar enganar, ‘asseptizando’ o ciclo em relações unilaterais, objetivas, precisas, calculáveis, mecânicas, predeterminadas, contabilizáveis, explícitas, objetivadas, frias... ao passo que (...) retribuir é dar, dar é receber e retribuir, receber é dar; dar, receber, retribuir é estar sempre fazendo existir a sociedade, toda sociedade.” (id.:252-253)

Portanto estamos tratando da mudança civilizatória, a do fim do referido “sujeito do autocontrole contínuo e dos balanços anuais”, tarefa psicopolítica imensa de mudança que vem sendo feita de forma gradativa há séculos e a qual se dedicam aqueles que são gratos à *dádiva* de estarem vivos, e as celebram em suas ações, que a consagram, chamadas de saúde mental, justiça social, equidade econômica, segurança ambiental, direitos humanos, direitos da Terra.

O abandono da *dádiva* é, exatamente, a raiz do movimento que *insula* e que é preciso investigarmos sob todas as formas para aumentar nosso poder de *desinsular*. Neste sentido há que se fazer a pergunta seminal: entendemos ou não o que é a *vida*?

Há que se decidir antes de prosseguir, pois a disputa pelo *sentido* e sobretudo pela sua impossibilidade pós-moderna é severa: (1) ou vemos a vida como um *caos*, e nos entregamos por exemplo à tristeza, desesperança, ódio e / ou vingança (Ouriques, 2012b); (2) ou a vemos como *autopoiesis*, como *Natureza*, no sentido de Spinoza (não há nada fora dela, fora deste fluxo de aparecer e desaparecer) e nos entregamos ao “desprendimento, perdão, renúncia, amor, respeito, dignidade, redenção, salvação, reparação, compaixão, tudo que está no cerne das relações entre os seres e que é alimentado pela *dádiva*” (Godbout, 1999:253), na qual fala o *inefável* e a qual nossa civilização helenicamente insiste em temer, com o emblemático caráter temível dos presentes gregos (id.:16):

“Por medo (frequentemente legítimo, é claro) de se deixar enganar, o moderno não consegue mais abandonar-se à corrente cósmica, ‘prender-se’. Ele reduz todo o universo a objetos aparentemente não ameaçadores porque não prendem, não

comprometem, objetos dos quais ele pode desligar-se instantaneamente. E ele gera a poluição, sufoca naquilo que ele rejeita e que acaba por rejeitá-lo.” (id.:252)

Há que se perguntar portanto, como Jacques Godbout e Alain Caillé o fazem no magnífico e aqui fartamente citado livro *O Espírito da Dádiva*, em virtude de qual proeza as ciências sociais conseguem falar dos vínculos sociais, portanto, digo eu, de culturas desinsuladas, sem designar os estados mentais da *dádiva*?

“É a grande rutura com o cosmo, com o ato de pertencer a um mundo mais vasto (...). É a introversão pela transformação do resto do mundo em objeto suscetível de se tornar uma mercadoria e de obedecer a leis inelutáveis -as da física e as do mercado. Lembremos uma última vez esse tema frequentemente afirmado por Mauss: ‘Originariamente, as próprias coisas tinham frequentemente uma personalidade e uma virtude’. (...) ‘Esse vaivém das almas e das coisas que se confundem entre si’ (...) é essencial à dádiva -moderna e primitiva”. (id.:247)

Quem está em situação de *insulação* precisa saber que é alvo do epistemocídio voltado contra o que os galegos chamam de *sentimento da terra*, vale dizer, da paisagem e da terra como vivas, da Natureza como *viva*, como *Mãe*, como *dádiva*, “pura gratuidade germinativa do mundo material” (Eagleton, 2005:287-288). É este esquecimento da face *Mãe* da Natureza que cria o estado mental *Império*, que suspende a *reciprocidade*, substituindo-a pelo *regime de servidão* e, assim, *insula*, inclusive as tradições lusófona e ibero-americana.

Como lembrei no livro que organizei para a ONU e a UNESCO em 2002 como resposta ao 11 de setembro, a respeito de qual seria uma experiência brasileira que possa ajudar ao *Diálogo entre as Civilizações*,

“A dificuldade do ser humano em lidar com a ambiguidade da Mãe Natureza faz com ele esteja preso entre uma infância mutilada e uma adolescência que não passa, em um quadro traumatizado de personalidade psíquica e sócio-político-econômica que quer tudo a qualquer preço.” (Ouriques, 2002:257)

Ou seja, este “querer tudo” é tentativa de evitar o *desaparecer*. Por isto o *consumismo*, que demanda insular culturas para que elas deixem de ser elas mesmas e trabalhem para o “sujeito do autocontrole contínuo e dos balanços anuais” produzindo mais e mais objetos submetidos ao esvaziamento de suas personalidades e virtudes, o que os des-anima, ao contrário do que vigora nas epistemes que se quer insular: o fato de a Natureza ser viva, como disse.

Esta fetichização dos objetos os insula em relação à morte e alimenta-se da angústia de encontrar o *objeto eterno*, o “tampão perfeito”, formado, como na ilusão dos 24 quadros / segundo do cinema, pela superposição contínua de objetos disponibilizados pela obsolescência programada. Supõe-se assim eliminar a *morte*, o primeiro movimento de *insulação*, quando na *dádiva*

“ (...) as coisas aparecem e desaparecem. A dádiva é o aparecimento de alguma coisa, de um talento, de um nada. A dádiva é um nascimento. A dádiva é o que

²⁸ Godbout lembra a incapacidade de assistir ao espetáculo do abate de um animal, mas suportando perfeitamente o tratamento que é dado a eles pelos métodos de criação moderna desde que tal seja

feito às escondidas e visto apenas insulado no plástico da proteção epistemológico e físico da proteção comercial.



aparece e não estava previsto nem pelo gesto, nem pela lei, nem mesmo a da dádiva. É todo o paradoxo da gratuidade. Essa graça que aparece a mais”. (Godbout, 1999:251)

3. Juventude não heroica

Da complexidade do histórico do conceito *Juventude* retenho aqui que o primeiro adolescente moderno típico talvez tenha sido Siegfried, de Richard Wagner, que sintetizava o conjunto de características que viriam a fazer do conceito adolescente / jovem²⁹ o herói do século XX, o “século da adolescência”, que, vemos, está a se desdobrar para o século XXI com as intervenções no corpo no sentido de eliminar deles os sinais naturais do envelhecimento, vale dizer, de retirar dele a presença da *dádiva*, com seu referido aparecer e desaparecer.

É assim que a desconstrução e ressignificação psicopolítica do conceito de *Juventude* é duplamente importante para o exercício da *desinsulação*, pois:

1. Ele é o lugar da consolidação da produção do esquecimento da *dádiva*. Isto é feito com o treinamento escolar e mediático do indivíduo para que ele se entenda como um *projeto de futuro* (“o que você vai ser quando você crescer?”). A complexidade do *aprender a conhecer*, apontado pela UNESCO como o primeiro fundamento da Educação (mesmo sob intenso ataque das forças insuladoras ela adverte que é preciso voltar à questão do *conhecer*, portanto à questão epistêmica), é reduzida ao *controlar, medir e observar* (Welzer, 2012:16). Através de macabros *rituais de esquecimento*, como o ensino da matemática (nenhuma ligação dela com a vida é apresentada), da competitividade e da mensuração do desempenho individual através dos sistemas de notação, tornam verdade supostamente absoluta um futuro de autocontrole contínuo para a positivação dos balanços anuais.

“Os alunos de hoje em dia mal conseguem imaginar que possam existir conteúdos informativos de alguma função ou associados a algum valor além da competição ou de provas de desempenho. O aprendizado surge como mera acumulação e armazenamento de ‘mais’ conhecimento e informação.” (*id.*:21)

2. E, ao mesmo tempo, *juventude* como se compreende hoje, é o lugar do esquecimento da *origem*, uma vez que *juventude* é o lugar para onde todos querem faustianamente ir e ficar: o da *juventude eterna*, que tenta suspender, através da venda da alma e do ganho da *tekné*, a morte, o que faz desaparecer a *origem*, a *dádiva* e, assim, ao mesmo tempo, a possibilidade de chegar-se à idade adulta, aquela na qual o indivíduo é capaz de mudar o mundo. É pela generalização da repulsa a ser adulto que a Oxford University, através de sua editora, dicionarizou na entrada do século XXI a palavra *adultescent* (origin 1990s: blend of adult+adolescent). É assim que avança o crescimento da tendência brutal de fazer desaparecer as culturas que não sejam movidas epistemicamente pelo *crescimento ilimitado*.

²⁹ “(...) embora existam coincidências de sentidos entre adolescência e juventude, na nossa sociedade se trabalha com dois conceitos distintos para cada grupo. A ideia de adolescência está mais associada ao processo de desenvolvimento, e juventude é considerada como uma fase de preparação, do

Como bem mostram Humberto Maturana e Gerda Verden-Zoller (2004) a democracia como uma forma de convivência só pode existir entre adultos que tenham vivido, na infância, relações de total aceitação materna. Ora, se o projeto da escola e da mídia é o abandono da *Mãe*, consolidado na juventude a busca do futuro dos rendimentos, para o qual o *afetivo* e o *lúdico* são perda de tempo e fontes de *desconfiança*, já que fazem parte da *dádiva*, o que temos é renovação geracional da cultura insuladora do patriarcado europeu, que nos trouxe à atual situação de autoritarismo, dominação, competição predatória, desrespeito à diversidade biológica e cultural e profunda ignorância do que são os direitos humanos, culturais e os da Terra.

4. Riqueza da Dádiva

Da mesma forma, da complexidade do conceito *riqueza* retenho aqui o fato já referido de que os bens e serviços entendidos como *riqueza* são impossíveis de produzir para todos por absoluta falta de recursos naturais, o que está comprovado cientificamente, malgrado a maioria os desejarem e as políticas públicas da direita, do centro e da esquerda igualmente o anunciarem como possíveis, no *futuro*, desde que se cresça “infinidamente”.

Como diz Welzer,

“O princípio do infinito não domina apenas externamente, mas também dentro de nós. Hegel já caracterizara o trabalho como um deleite constantemente prorrogado e um desejo refreado (...), e Max Weber descrevera o homem correspondente como ‘especialista sem espírito, hedonista sem coração’, resumindo amargamente: ‘Esse ‘nada’ imagina ter galgado um degrau jamais atingido da Humanidade.’” (*id.*:22-23)

É por isto, como disse em outro lugar, que “o drama deste século é romper com o modelo de produção de riqueza historicamente construído e ratificado, com a cultura do hiperconsumo que se enraizou com o capitalismo e que desde o século 19 tem a mesma lógica” (Silva & Ouriques, 2010).

5. Generosidade e Desinsulação

Penso ter deixado claro que o “aparecer a mais” da *dádiva* é o oposto da *ganância*, o estado mental que insula, originado pela *ignorância* e pelo *ódio* (Ouriques, 2012b), pois ao tentar fazer desaparecer a morte a *ganância* torna escassa a vida, que em verdade, é *abundância*, diversidade cultural na unidade humana. Daí a *generosidade*, este aparecer a mais sem interesse nem propósito, ser a atitude fundamental para a desinsulação de culturas. É *generoso* vivenciar que tudo é vivo, que tudo e todos, animados que são, têm direito à vida, pois são um modo da Natureza.

Por isto é a *generosidade* o antídoto da *ignorância*, do *ódio* e da *ganância*, estes outros nomes do *princípio insulador*:

“Na generosidade existe criação, e o dicionário Petit Robert define generosidade como a disposição de dar mais do que se é obrigado a fazer, indo pois além das

ponto de vista social, para a vida adulta” (ANDI, 2006:16). Para uma boa síntese dos conceitos adolescência e juventude, ver *id.*:14-28.



regras da própria dádiva. Essa generosidade traz o reconhecimento, um novo nascimento conjunto, uma nova dádiva não prevista, e assim por diante, infinitamente.” (Godbout, 1999:251)

Sabemos faz tempo que os sistemas de pensamento *Filosofia* e *História*, de natureza cognitiva, e os quais nos acostumados a usar como referência para as decisões que qualificam nossa ação no mundo, foram duramente abalados ao ponto de terem suas mortes anunciadas no século passado, uma vez que *cognição* e *informação* indiferenciaram-se na “cultura” tecno-lógica, aqui com hífen, como o faz Marcio Tavares d’Amaral, para lembrar que no estado mental do sujeito do autocontrole contínuo e dos balanços anuais a *tekné* tornou-se o próprio *logos*.

É assim que estes tempos de trabalho pós-fordista é marcado pela subsunção do indivíduo, no sentido de Cornelius Castoriadis (1999), de seu *território mental* (Ouriques, 2009), através do “sensível não-empírico (o *outro* da linguagem e do pensamento)” (Lazzarato & Negri, 2001:97;105) domesticado, como vimos rapidamente, pelos aparelhos de captura comunicativo-financeiros que avançam sua onipresença e onisciência, pois se

“(…) na Sibéria, vai-se morrer na floresta para alimentar os animais (…) [e assim retribuir-se] aquilo que se recebeu deles (…) com o mercado, ao contrário, mata-se até extinguir a espécie. Visto desse ângulo, o mercado não é, pois, uma generalização da troca. Representa, ao contrário, uma perversão, uma exacerbação até a extinção dos protagonistas, também progressivamente metamorfoseados em objetos”. (Godbout, 1999:246)

Ora, assim, desinsular culturas implica em uma revisão complexa, profunda, transdisciplinar e coletiva da maneira como se pensa hoje. Por exemplo, a ênfase teoricista na incomensurabilidade, incompatibilidade e intradutibilidade das culturas que nos afasta das delicadas negociações epistêmicas e morais que sucedem, como mostrou Néstor Canclini, entre culturas, dentro das culturas, entre indivíduos e dentro deles mesmos ao lidar com a discrepância, a ambiguidade e o conflito.

Como venho procurando esclarecer de maneira sistemática em todo o meu trabalho, a desinsulação de culturas depende da recuperação do caráter psicopolítico das práticas linguísticas (Ouriques, 2010) o que permite re-conhecer a efetiva força *objetiva* do que chamamos *subjetividade*, deixarmos de fazer o jogo epistêmico de reforçar a *economia da escassez* como se ela fosse “objetiva”, e assim desestabilizarmos conceitos centrais deste estado mental, como os de *juventude* e *riqueza*.

Ora, quando reconhece-se que é o *conhecimento*, e portanto a *consciência*, a principal força produtiva do que os franceses chamam de *capitalismo cognitivo* e *sociedade do conhecimento*, os anglo-saxões de *knowledge society*, os alemães de *Wissensgesellschaft* (Gorz, 2005:15), os italianos de *trabalho imaterial* (Lazzarato & Negri, 1991) e determinados autores de *sociedade da sabedoria* (Covey, 2005), é mais que hora de reconhecer que *insular* e, portanto, *desinsular*, é uma operação sempre e apenas psicopolítica, o que Galiza conhece bem e da maneira mais triste, por ter sido e ainda ser objeto de operação histórica e extrema de substituição linguística.

“A dádiva é a alternativa à dialética do senhor e do escravo. Não se trata de dominar os outros, nem de ser dominado; nem de domar a natureza, nem de ser esmagado

por ela; mas de pertencer a um conjunto mais amplo, de restabelecer a relação, de tornar-se membro.” (Godbout, 1999:252)

Para desinsular precisamos voltar às epistemes que movem as tradições culturais que são insuladas: as *animistas*, para as quais não há espiritualidade, misticismo, esoterismo, magia. Há simplesmente as personalidades e as virtudes das almas e das coisas, todas juntas e misturadas.

“Dar é entrar na corrente, no circuito, sair do pensamento linear, conetar-se horizontalmente, mas também verticalmente, no tempo, encontrando os ancestrais. A extensão espacial do mercado encurta o tempo e faz com que os ancestrais se tornem cadáveres transformados em pó. Inversamente, o que une os parceiros da dádiva não é seu *status* nem seu interesse comercial, e sim sua história, o que se passou anteriormente entre eles (...) É aliás a própria definição da vida. A dádiva é o gesto concreto e cotidiano que nos liga ao cosmo, que rompe com o dualismo e nos conecta com o mundo”. (*id.*)

6. Bibliografia

- Andi (2006). Na sala de espera: a cobertura jornalística sobre promoção de saúde e direitos reprodutivos na adolescência. Organizado pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância [coordenação Veet Vivarta; pesquisa Guilherme Canela]. Editora Cortez, São Paulo.
- Birman, Joel (2006). Arquivos do mal-estar e da resistência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Castoriadis, Cornelius (1999). Figures du pensable. Éditions du Seuil, Paris.
- Covey, Stephen (2005). O oitavo hábito: da eficácia à grandeza. Editora Campus, São Paulo.
- Dowbor, Ladislau (2010a). Um modelo mundial insustentável. *in* A nova política econômica, a sustentabilidade ambiental: 2003-2010, o Brasil em transformação, vol. 1. Fundação Perseu Abramo, São Paulo. pp. 147-156.
- _____ (2010b). Organizar a base da sociedade. *in* A nova política econômica, a sustentabilidade ambiental: 2003-2010, o Brasil em transformação, vol. 1. Fundação Perseu Abramo, São Paulo. pp. 183-199.
- Eagleton, Terry (2005). Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- Godbout, Jacques (1999). O Espírito da Dádiva. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- Gorz, André (2005). O imaterial: conhecimento, valor e capital. Annablume Editora, São Paulo.
- Lazzarato, Maurizio & Negri, Antonio (2001). Trabalho imaterial. DP&A Editora, Rio de Janeiro.
- Maturana, Humberto & Verden-zoller, Gerda (2004). Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano. Editora Palas Athena, São Paulo.
- Ouriques, Evandro Vieira (*org.*) (2002). Diálogo entre as civilizações: a experiência brasileira. ONU - Organização das Nações Unidas e UNESCO, Brasil.



- Ouriques, Evandro Vieira (2010). O conceito envolvimento e o caráter político das práticas linguísticas. *in* Resende, Viviane de Melo & Pereira, Fábio Henrique (orgs.). Práticas socioculturais e discurso: debates transdisciplinares. Labcom - Universidade de Beira Interior, Covilhã, Portugal. pp. 175-196.
- _____ (2012a). Psychopolitics and Mind Management: the way for the responsible decision-making of multi-actors at multilevel on a territorial scope. *in* Ashley, Patricia & Crowther, David. Territories of Social Responsibility: Opening the Research and Policy Agenda. Gower, United Kingdom.
- _____ (2012b). Psicopolítica e emancipação intercultural: a questão Galiza, Brasil e Lusofonia. *in* Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa, Vol. 5 Academia Galega da Língua Portuguesa, Santiago de Compostela. No prelo.
- _____ (2009). Território mental: o nó górdio da democracia. *Revista Democracia Viva*, IBASE. nº 46, maio de 2009. pp. 76-81.
- Santos, Boaventura de Sousa *et al.* (2004), "Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo", *in* Boaventura de Sousa Santos (org), *Semear outras soluções: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Afrontamento, Porto. pp. 19-101
- Sheldrake, Rupert (1003). O renascimento da natureza: o reflorescimento da Ciência e de Deus. Cultrix, São Paulo.
- Silva, Edinho & Ouriques, Evandro Vieira (2010). Desafios à Sustentabilidade. *Folha de São Paulo*, Tendências / Debates, p. 3. 21 de dezembro.
- The Worldwatch Institute (2010). 2010, Estado do mundo: transformando culturas, do consumismo à sustentabilidade. The Worldwatch Institute, Brasil.
- Welzer, Harald (2012). Infraestruturas mentais: como o crescimento se instalou no mundo e nas nossas almas. Heinrich Boll Stiftung, Rio de Janeiro.
- Winnicott, D. W (2005). Privação e delinquência. Mastins Fontes, São Paulo.

22. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA, ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, AICL, PATRONO DOS COLÓQUIOS DESDE 2007



EVANILDO CAVALCANTE BECHARA nasceu no Recife, a 26 de fevereiro de 1928. Quinto ocupante a Cadeira nº 33, eleito em 11 de dezembro de 2000, na sucessão de Afrânio Coutinho e recebido em 25 de maio de 2001 pelo Acadêmico Sérgio Corrêa da Costa.

Evânildo Cavalcante Bechara nasceu no Recife (PE), em 26 de fevereiro de 1928. Aos onze para doze anos, órfão de pai, transferiu-se para o Rio de Janeiro, a fim de completar sua educação em casa de um tio-avô. Desde cedo mostrou vocação para o magistério, vocação que o levou a fazer o curso de Letras, modalidade Neolatinas, na Faculdade do Instituto La-Fayette, hoje UERJ, Bacharel em 1948 e Licenciado em 1949.

Aos quinze anos conheceu o Prof. Manuel Said Ali, um dos mais fecundos estudiosos da língua portuguesa, que na época contava entre 81 e 82 anos. Essa experiência permitiu a Evânildo Bechara trilhar caminhos no campo dos estudos linguísticos.

Aos dezassete, escreve seu primeiro ensaio, intitulado Fenômenos de Intonação, publicado em 1948, com prefácio do filólogo Lindolfo Gomes.

Em 1954, é aprovado em concurso público para a cátedra de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II e reúne no livro Primeiros Ensaios de Língua Portuguesa artigos escritos entre os dezoito e vinte e cinco anos, saídos em jornais e revistas especializadas. Concluído o curso universitário, vieram-lhe as oportunidades de concursos públicos, que fez com brilho, num total de onze inscritos e dez realizados. Aperfeiçoou-se em Filologia Românica em Madri, com Dámaso Alonso, nos anos de 1961 e 1962, com bolsa oferecida pelo Governo espanhol. Doutor em Letras pela UEG (atual UERJ), em 1964.

Convidado pelo Prof. Antenor Nascentes para seu assistente, chega à cátedra de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UEG (atual UERJ) em 1964.

Professor de Filologia Românica do Instituto de Letras da UERJ, de 1962 a 1992.

Professor de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UFF, de 1976 a 1994.

Professor titular de Língua Portuguesa, Linguística e Filologia Românica da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, de 1968 a 1988.

Professor de Língua Portuguesa e Filologia Românica em IES nacionais (citem-se: PUC-RJ, UFSE, UFPB, UFAL, UFRN, UFAC) e estrangeiras (Alemanha, Holanda e Portugal).

Em 1971-72 exerceu o cargo de Professor Titular Visitante da Universidade de Colônia (Alemanha) e de 1987 a 1989 igual cargo na Universidade de Coimbra (Portugal).

Professor Emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1994) e da Universidade Federal Fluminense (1998).

Doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra (2000).

Distinguido com as medalhas José de Anchieta e de Honra ao Mérito Educacional (da Secretaria de Educação e Cultura do Rio de Janeiro), e medalha Oskar Nobiling (da Sociedade Brasileira de Língua e Literatura).

Foi convidado por acadêmicos amigos para candidatar-se à Academia Brasileira de Letras, na vaga do grande Mestre Afrânio Coutinho, na alegação de que a instituição precisava de um filólogo para prosseguir seus deveres estatutários no âmbito da língua portuguesa.

É o quinto ocupante da Cadeira nº 33 da Academia Brasileira de Letras, eleito em 11 de dezembro de 2000, na sucessão de Afrânio Coutinho e recebido em 25 de maio de 2001 pelo Acadêmico Sérgio Corrêa da Costa.

Foi Diretor Tesoureiro da Instituição (2002-2003) e Secretário-Geral (2004-2005).



Criou a Coleção Antônio de Morais Silva, para publicação de estudos de língua portuguesa, e é membro da Comissão de Lexicologia e Lexicografia e da Comissão de Seleção da Biblioteca Rodolfo Garcia.

Entre centenas de artigos, comunicações a congressos nacionais e internacionais, Bechara escreveu livros que já se tornaram clássicos, pelas suas sucessivas edições. Diretor da revista *Littera* (1971-1976) – 16 volumes publicados; da revista *Confluência* (1990-2005) – até agora com 30 volumes publicados.

Orientador de dissertações de Mestrado e de teses de Doutorado no Departamento de Letras da PUC-RJ, no Instituto de Letras da UFF e no Instituto de Letras da UERJ, desde 1973.

Membro de bancas examinadoras de dissertações de Mestrado, de teses de Doutorado e de Livre-Docência na Faculdade de Letras da UFRJ, no Instituto de Letras da UERJ e em outras IES do país, desde 1973.

Membro de bancas examinadoras de concursos públicos para o magistério superior no Instituto de Letras da UFF, no Instituto de Letras da UERJ e no Departamento de Letras da USP, desde 1978.

Foi Diretor do Instituto de Filosofia e Letras da UERJ, de 1974 a 1980 e de 1984 a 1988; Secretário-Geral do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, de 1965 a 1975;



Diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, de 1976 a 1977;
Membro do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, de 1978 a 1984;
Chefe do Departamento de Filologia e Linguística do Instituto de Filosofia e Letras da UERJ, de 1981 a 1984;
Chefe do Departamento de Letras da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, de 1968 a 1988.

Membro titular da Academia Brasileira de Filologia, da Sociedade Brasileira de Romanistas, do Círculo Linguístico do Rio de Janeiro. Membro da Société de Linguistique Romane (de que foi membro do Comité Scientifique, para o quadriênio 1996-1999) e do PEN Clube do Brasil.

Sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Foi eleito por um colegiado de educadores do Rio de Janeiro, uma das dez personalidades educacionais de 2004 e 2005.

A convite da Nova Fronteira integra o Conselho Editorial dos diversos volumes do Dicionário *Caldas Aulete*.

Em 2005 foi nomeado membro do Conselho Estadual de Leitura do Rio de Janeiro e da Comissão para a Definição da Política de Ensino, Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa, iniciativa do Ministério da Educação.

Dentre suas teses universitárias contam-se os seguintes títulos:

- A Evolução do Pensamento Concessivo no Português (1954),
- O Futuro em Românico (1962),
- A Sintaxe Nominal na Peregrinatio Aetheriae ad Loca Sancta (1964),
- A Contribuição de M. Said Ali para a Filologia Portuguesa (1964),
- Os Estudos sobre Os Lusíadas de José Maria Rodrigues (1980),
- As Fases Históricas da Língua Portuguesa: Tentativa de Proposta de Nova Periodização (1985).

Autor de duas dezenas de livros, entre os quais a *Moderna Gramática Portuguesa*, amplamente utilizada em escolas e meios acadêmicos, e diretor da equipe de estudantes de Letras da PUC-RJ que, em 1972, levantou o corpus lexical do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, sob a direção geral de Antônio Houaiss. *É professor da UERJ e da UFF e membro da ABL e patrono dos Colóquios da Lusofonia desde 2007.*

[É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.](#)

23. FRANCISCO MADRUGA, editora calendário das letras www.calendario.pt



FRANCISCO FERNANDES MADRUGA, Nascido em Mogadouro, Distrito de Bragança a 6 de maio de 1957, vive em Vila Nova de Gaia desde os 4 anos, foi sócio fundador das Editoras



Campo das Letras, Campo da Comunicação, do Jornal *Le Monde Diplomatique* edição portuguesa e da Empresa de Comércio Livreiro, distribuidora da Editorial Caminho.

Foi membro da Comissão Organizadora do III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro. Trabalhou no Jornal Norte Popular e foi colaborador permanente do jornal A Voz do Nordeste. Teve colaboração regular nos Jornais Nordeste, Mensageiro de Bragança e Informativo. Editou em colaboração com a Revista BITÓRÓ a Antologia Novos Tempos Velhas Culturas. Foi fundador do Fórum Terras de Mogadouro e responsável pela respetiva revista.

Foi membro da Direção da APEL - Associação Portuguesa de Editores e Livreiros durante 2 mandatos. Foi Fundador da Calendário de Letras, projeto Cultural onde desenvolve a sua atividade profissional.

Convidado a estar presente no colóquio de 2009 foi selecionado em 2010 para ir ao Brasil, e em 2011 a Macau, divulgar e buscar parcerias editoriais, e apresentar uma pequena mostra com exemplares de autores contemporâneos portugueses (e dos Açores, como Anabela Mimoso, Cristóvão de Aguiar, Chrys Chrystello, Vasco Pereira da Costa, etc.)

É o editor da Antologia de Autores Açorianos Contemporâneos de Helena Chrystello e Rosário Girão, e da sua versão BILINGUE (Português-Inglês).

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL E PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL

24. HELENA ANACLETO-MATIAS, ISCAP, PORTO, PORTUGAL, ASSISTENTE PRESENCIAL



É SÓCIO FUNDADOR DA AICL. E SECRETÁRIA DO CONSELHO FISCAL

25. HELENA CHRYSTELLO, EB 2,3 MAIA & AICL



HELENA CHRYSTELLO, Vice-presidente da direção, membro dos comités científico e executivo dos colóquios desde o primeiro, preside ao secretariado e é moderadora de sessões. Helena Chrystello tem uma licenciatura em Ensino, variante de Português – Francês e mestrado em Relações Interculturais, subordinado ao tema Da Língua à Interculturalidade: um estudo de caso pela Universidade Aberta; curso superior de secretariado do Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA), Lisboa; Certificat Pratique de la Langue Française, Université de Toulouse – Le Mirail e Certificado de Aptidão Profissional – Bolsa Nacional de Formadores, Instituto do Emprego e Formação Profissional. Lecionou, desde 1976 / 1977 e durante vários anos no ensino básico, secundário e profissional (coordenadora de cursos e da PAP – Prova de Aptidão Profissional).

Foi Professora Assistente na Escola Superior de Educação de Bragança, na área científica de Língua Francesa (2002 / 2005) e supervisora de estágios.

Foi tradutora da PNN-LUSA, Sydney, proporcionando serviços de apoio de tradução, interpretação e comunicação social, nos campos linguístico, literário e técnico em congressos (1995-2005).

Foi tradutora de Francês Técnico de programas para cursos técnico-profissionais da CI-COPN (1986 / 1988).

Participou e foi oradora em vários congressos nacionais e internacionais, com trabalhos publicados em atas e revistas científicas da especialidade.

Pertence à ACT / CATS 'Association Canadienne de Traductologie' e à SLP.

Membro nomeado do júri do Prémio Literário da Lusofonia (anual) de 2007 a 2009.

É coautora com a Professora Doutora Maria Rosário Girão dos Santos (Universidade do Minho) da Antologia de (17) autores açorianos contemporâneos (originalmente destinada ao currículo regional) cuja edição bilingue (PT-EN) de 15 autores, foi lançada no 16º colóquio.

Na EB 2,3 da Maia é Coordenadora do Departamento de Línguas e exerce funções de Avaliadora do Desempenho Docente

Prepara nova obra sobre dramaturgia açoriana.



É SÓCIO FUNDADOR DA AICL. E VICE-PRESIDENTE DA DIREÇÃO

APRESENTA A ANTOLOGIA DE AUTORES AÇORIANOS CONTEMPORÂNEOS.

26. ISAAC ALONSO ESTRAVIZ, AGLP

TEMA "Santos Júnior e os intelectuais galegos".

27. JOÃO MALACA CASTELEIRO, ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. PATRONO DOS COLÓQUIOS DESDE 2007



JOÃO MALACA CASTELEIRO licenciou-se em Filologia Românica em 1961, e doutorou-se em 1979, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com uma dissertação em Sintaxe da Língua Portuguesa.

É, desde 1981, professor catedrático na mesma faculdade. Tem lecionado e coordenado a cadeira de Sintaxe e Semântica do Português, no âmbito da licenciatura, e vários seminários nas áreas da Sintaxe, Léxico e Didática, no âmbito do mestrado.

Foi diretor de investigação do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, conselheiro científico do Instituto Nacional de Investigação Científica e presidiu ao Conselho Científico da Faculdade entre 1984 e 1987.

Tem coordenado e colaborado em diversos projetos de investigação e de edição, em Portugal e no estrangeiro, em articulação com organismos como o Conselho da Europa, os Serviços de Educação do Governo de Macau e o Ministério da Educação, entre outros.

É professor convidado na Universidade da Beira Interior, no Departamento de Artes e Letras. É membro da Academia das Ciências de Lisboa, desde 1979, e foi até 2009 presidente do seu Instituto de Lexicologia e Lexicografia. Ao longo da sua carreira de professor orientou já mais de meia centena de teses de doutoramento e de mestrado.

Ganhou o Grande Prémio Internacional de Linguística Lindley Cintra, da Sociedade de Língua Portuguesa, em 1981, agraciado pelo Governo Francês com o grau de Cavaleiro das Palmas Académicas, em 1986.

A sua bibliografia, iniciada com a tese de licenciatura em 1961, é constituída por muitas dezenas de estudos dedicados à linguística e à lexicologia. Editou obras como *A Língua e a Sua Estrutura*, *A Língua Portuguesa e a Expansão do Saber*, *Nouvelles perspectives pour l'enseignement du portugais en tant que langue étrangère*, *A Língua Portuguesa em África* e *A Língua Portuguesa no Oriente: do séc. XVI à Atualidade*.

Foi o coordenador do Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea e o responsável pela versão portuguesa do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Tem participado em congressos e conferências, dentro e fora do país, apresentando e publicando textos científicos. Assumiu funções institucionais:

Conselheiro Científico do Instituto Nacional de Investigação Científica, ao longo de 20 anos, Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa ou Presidente da Academia das Ciências de Lisboa desde 1991.

Para além da sua intensa e produtiva atividade docente, tem dedicado a sua carreira ao estudo da sua língua, e a sua extensa obra de investigação inclui inúmeros livros e artigos científicos. Assumiu também a responsabilidade por Projetos de Investigação de grande importância, como *Português Fundamental*, *Estruturas Lexo-Gramaticais do Português Contemporâneo*, o *Dicionário eletrónico do Português Contemporâneo* ou o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Tem colaborado na qualidade de Professor Visitante ou de Professor Convidado com diversas instituições, nomeadamente a Universidade de Macau, e dirigido várias Teses de Mestrado e Doutoramento. O reconhecimento dos seus méritos e do seu trabalho traduz-se em especial no respeito que académicos de todo o mundo têm demonstrado pela sua obra, pelos inúmeros convites para que participe em Conferências e Seminários Internacionais, recebeu do governo Francês o Grau de Cavaleiro da Ordem das Palmas Académicas, julho de 1998. A 26 de abril de 2001 foi agraciado pelo Senhor Presidente da República Portuguesa com o Grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique. É patrono dos Colóquios da Lusofonia desde 2007 e um convicto defensor da adoção do Acordo Ortográfico de 1990 em cuja conceção participou.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL. E PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA-GERAL

28. JOSÉ-MARTINHO MONTERO SANTALHA, PRESIDENTE AGLP, GALIZA





JOSÉ-MARTINHO MONTERO SANTALHA, Professor Catedrático da Universidade de Vigo. Nasceu em Cerdido (Galiza) em 1941 e frequentou o Seminário de Mondonhede (1957) e, em Itália, realizou estudos de Teologia e Filosofia (Universidade Gregoriana de Roma).

Doutorou-se em Filologia com uma tese sobre as rimas da poesia trovadoresca (em 2000, Universidade da Corunha).

Muito cedo aderiu aos movimentos a prol da reintegração linguística, convertendo-se num dos seus principais promotores.

Durante a sua estadia em Roma (1965-1974) participou no grupo "Os Irmandinhos", preocupados pela recuperação do galego na liturgia e na sociedade em geral. Nessa altura foi um dos assinantes do "Manifesto para a supervivência da cultura galega", publicado na revista Seara Nova (dirigida por Rodrigues Lapa) em setembro de 1974. A começar da década de 80 participou na fundação de diversas associações culturais galegas, como as Irmandades da Fala, Associação Galega da Língua e Associação de Amizade Galiza-Portugal.

A obra de Montero Santalha organiza-se por volta de dois grandes blocos: o religioso, com contributos tão importantes como a tradução do Novo Testamento da Bíblia ao galego, e o linguístico. E, dentro do âmbito da língua, a sua produção e a sua vivência estarão intimamente ligadas à corrente reintegracionista. Redigiu, com efeito, a primeira formulação ortográfica deste movimento cultural e científico, que aparece publicada em 1976 na revista galega *Grial* e que recolhe a proposta de Manuel Rodrigues Lapa de adotar a língua portuguesa como forma culta para as falas galegas, matizada para, por enquanto, defender apenas uma aproximação ortográfica. Ainda mais, em 1977 recebe o Prémio Fernández Latorre de Jornalismo pelo seu artigo "Integración linguística galego-portuguesa". Depois desta, aparecem outros artigos em revistas especializadas e também monografias como *Directrices para a reintegración linguística galego-portuguesa*, publicada em Ferrol em 1979. Consequentemente, em 1981 está entre os primeiros membros da Associação Galega da Língua (AGaL), que em 1983 publicará uma norma ortográfica oposta ao programa normativizador denominado "isolacionista" levado em frente pelo Instituto da Língua Galega (ILG) e pela Real Academia Galega (RAG).

Como no caso da AGAL, participará também na fundação das Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, e continua produzindo obra favorável ao reintegracionismo em diversas revistas como *Agália*, da AGAL, onde é publicado "Na morte de Rodrigues Lapa" (1989), entre outros. Ademais, publica novas monografias, como *Método práctico de língua galego-portuguesa* ou *Carvalho Calero e a sua obra*, ambas em 1983.

Já em 1994, num artigo que sai publicado na revista *Temas do Ensino*^[2], defende a criação de uma Academia Galega da Língua Portuguesa que, porém, não será concretizada até 2008.

Contudo, é no marco dessa nova instituição, a AGLP, que será nomeado Presidente da instituição e subdiretor do seu órgão de expressão, o *Boletim da AGLP*, e onde, ademais, trabalha também na comissão de Lexicologia e Lexicografia que, em 2009, publica o *Léxico da Galiza para ser integrado no Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa*

Tem publicado numerosos estudos em diversas revistas e congressos internacionais, sendo um dos autores mais prolíficos e respeitados da Galiza lusófona.

Atualmente é catedrático de Língua e Literatura galega na Universidade de Vigo (Campus de Ponte Vedra).

Alguns dos seus textos mais representativos:

- *Directrices para a reintegración linguística galego-portuguesa*. Ferrol, 1979.
- *Método Prático de Língua Galego-Portuguesa*. Ourense: Galiza Editora, 1983.
- *Carvalho Calero e a sua obra*. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento, 1993.
- «A lusofonia e a língua portuguesa da Galiza: dificuldades do presente e tarefas para o futuro». *Temas de O Ensino de Linguística, Sociolinguística e Literatura*, Ponte Vedra-Braga, Vol. VII-IV, nums. 27-38 (1991-1994), pp. 137-149.
- *Oxalá voltassem tempos idos! Memórias de Filipe de Amância, pajem de Dom Merlim*. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento, 1994.
- "Na morte de Rodrigues Lapa", in: *Agália* (1989)
- "As sete cantigas de amor de Dom Dinis do fragmento Sharrer", in: *Agália* (1997).
- *As rimas da poesia trovadoresca galego-portuguesa: catálogo e análise*. Corunha: Universidade da Corunha, Faculdade de Filologia, 2000, 3 volumes, 1796 pp

29. JOSÉ NUNO DA CAMARA PEREIRA, ARTISTA PLÁSTICO CONVIDADO AICL, SANTA MARIA, AÇORES

ZÉ NUNO DA CAMARA PEREIRA, Nasceu em 1937, na Ilha de Santa Maria, Açores, licenciado em Pintura pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Artista residente no Centro de Arte Moderna em 1985-86 e bolsheiro da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação Lusó-Americana (1987-88).

Durante este período frequentou o Center for Advanced Visual Studies do M.I.T. - Massachusetts Institute of Technology, Cambridge USA.





Além das exposições individuais e coletivas em que participou, destacam-se os seguintes prémios:

- **1984** "O Futuro é já hoje?" - Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian. 1ª Bienal dos Açores e Atlântico - Menção Honrosa da SREC.
- **1986** III Exposição de Artes Plástica da Fundação Calouste Gulbenkian. AICA-Philae – 1º Prémio da Associação Internacional de Críticos de Arte. Artista do ano.
- **1987** Prémios SEAT atribuídos às figuras que se destacaram nas diferentes áreas de intervenção social do país.
- **2000** Prémio Domingos Rebelo - Direção Regional da Cultura, Açores.

Está igualmente representado naquilo que se designa como Arte Pública:

- Paredes descobradas no altar-mor e na entrada da Igreja Matriz de Almada, a convite do Arquiteto Nuno Teotónio Pereira.
- Instalações / Homenagens a Goethe e Fernando Pessoa, Círculo de Leitores, Lisboa.
- Relevos da entrada e envolvente da escadaria da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada e teto do Teatro Faialense, a convite do Arquiteto José Lamas.
- Painel de Azulejos, Escola Secundária de Lagoa, São Miguel.
- Painel de Azulejos, Jardim dos Corte-Reais, Angra do Heroísmo.
- Jardim de Pedra para as Vinhas do Pico (candidatas a Património da Humanidade).
- Escultura Pública "Áxis", Pousada do Castelinho de S. Sebastião, 2006

30. LUÍS GONÇALES BLASCO (FOZ), AGLP, GALIZA



Luís Gonçalves Blasco, mais conhecido por "Foz", nasceu em Foz em 1941 e é professor aposentado de Língua e Literatura, desde a adolescência se interessa pela identidade e na literatura da Galiza. Começa, em Madrid, estudos de Ciências; lá entra em contacto com estudantes e trabalhadores galegos onde se forma politicamente no nacionalismo galego e, socialmente, na esquerda: conheceu Méndez Ferrín que influenciou muito nele como reflete no artigo «Ferrín na minha vida», publicado na obra coletiva *A semente da nación soñada. Homenaxe a Méndez Ferrín* (Xerais / Sotelo Blanco, 2008).

Em Compostela toma parte ativa no movimento estudantil dos anos sessenta. Cofundou o Conselho da Mocidade, organização juvenil para recuperar o galeguismo político, que liquidaram Ramón Piñeiro e outros. Em julho de 1964 participa na fundação da União do Povo Galego. Pelas suas atividades políticas no campo nacionalista e estudantil, em 1968 tem de se exilar a França, onde continua a trabalhar para a União do Povo Galego; é o primeiro responsável pela criação da secção europeia da mesma. Quando consegue o passaporte espanhol, em 1977, viaja à Galiza e a sua vida discorre entre ambos os países. Em 1978 começa uma aventura, com alguns amigos, como livreiro em Viveiro, nesta altura ainda alterna a sua vida entre França e a Galiza. A livraria acabaria em fracasso económico, embora lograsse notável sucesso cultural. A seguir, acha o seu futuro no ensino, ao superar as oposições para professor de secundária de Língua e Literatura Galegas nos inícios dos oitenta. É na altura que ingressa na Associação Galega da Língua, de que foi vice-presidente.

TEMA 2.1. CELSO EMÍLIO FERREIRO, Luís Gonçalves Blasco AGLP

Celso Emílio Ferreiro (Cela Nova, 1912, Vigo, 1979) foi escritor prolífico que chegou a ser conhecido pelo grande público principalmente como escritor de poesia cívica, ou de compromisso social. O poema mais conhecido, «Longa Noite de Pedra», foi um dos mais citados, recitados, aprendidos e reproduzidos na Galiza. A obra de Celso Emílio é objeto de homenagens na Galiza durante o ano 2012.

Um dos aspetos menos estudados do poeta é o seu ponto de vista em relação ao modelo de língua. O autor dá a conhecimento documentos que demonstram a sua filiação pró-lusófona.



Um dos episódios mais marcantes e citados da discussão intelectual sobre o galego, é o que se produziu com a publicação do artigo «A recuperação literária do galego», de Manuel Rodrigues Lapa, publicado pela primeira vez em 1973, e contestado por Ramón Piñeiro na revista Grial número 42, no mesmo ano. Precisamente nessa altura Celso Emílio Ferreiro manifestava-se parcialmente de acordo com Rodrigues Lapa. Alguns usos linguísticos do poeta confirmavam essa tendência.

Trabalho final não recebido dentro dos prazos

❖ *Celso e a sua língua*

Já escrevi e falei em Celso Emílio Ferreiro umas quantas vezes e em diferentes meios, muitas delas quando em 1989 lhe foi dedicado o Dia das Letras. Mas sempre foram temas referidos à política, especialmente ao seu compromisso político. Neste ano em que se cumprem cem do seu nascimento quero falar mais uma vez do velho amigo, tocando outro assunto: as suas relações com a lusofonia.

Se algum livro de poesia teve sucesso foi *Longa noite de pedra*; este está introduzido por dois textos de poetas queridos e admirados por Celso: Salvatore Quasimodo e Manuel Bandeira.

O de Quasimodo disse: *Ser dun tempo e dunha terra. Eis o segredo da poesía máis humán e verdadeira*. Celso traduz o texto do italiano, mas esse *Eis o segredo*, em 1962, indica bem a ideia que Celso tinha do galego. O texto de Bandeira disse: *Não quero mais saber do lirismo que não é libertação*. Neste caso Celso não traduz nem adapta, o motivo é evidente: não crê que o deva fazer; por se não estiver claro, o poema que dá título ao livro também está introduzido por um texto de um poeta brasileiro:

*No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra*

Carlos Drummond de Andrade

Cumprê dizê-lo já bem alto é claro: Celso era um grande leitor e admirador da poesia em português, da brasileira sobretudo. E também há que dizê-lo alto é claro: tanto Andrade como Bandeira, o grande vanguardista, eram qualquer cousa menos prosaicos. Digo isto porque há quem pensa que Celso mamou nos poetas social-realistas espanhóis que, tantas vezes, cairam no prosaísmo.

Não é fácil saber todas as leituras portuguesas nem os correspondentes lusófonos de Celso: não era a ordem uma das suas virtudes, de tanto estar contra a ordem estabelecida Celso levou isso à sua vida pessoal. Não é que não guardasse cópia das cartas que escrevia, é que podia perder alguma das que recebia e também lhe ocorria com os livros. Não era despreço, não, era -simplesmente que não sabia onde os / as “guardava”. Os seus câmbios de domicílio também não o ajudavam.

Porém, sei por seu filho; Luís, que eram abundantes os livros em português na sua biblioteca

(alguns dedicados); também sei por ele dos seus (seguramente não todos) correspondentes lusófonos: para além dos citados acrescentarei: Fernando de Assis Pacheco, Stella Leonardos Cobassa, Arsénio Mota, Manuel Oliveira Guerra, Joaquim Ponte, Manuel Rodrigues Lapa e José Viale Moutinho.

Vejamos algumas declarações de Celso: no livro de Alfonso Magariños, *Galicia: Conflicto e Supervivencia* (Ed. Castrelos. Vigo. 1979) diz:

"Concordo en parte coa tese de Rodrigues Lapa. Sin perder os seus vocablos caraterísticos nin a súa morfoloxía propia, a nosa língoa deve achegarse, cando elo sexa factible (hoxe aínda non o é), á língoa portuguesa (...), especialmente na grafía e nalgunhas formas sintáticas que noutro tempo foron tamén galegas e que se perderon pola forte castelanización do noso idioma. Esto abrirá á nosa fala -e polo tanto á nosa cultura- perspectivas incalculables cara o mundo luso-brasileiro e o das antigas colonias portuguesas, que forman unha comunidade de máis de cento trinta millóns de persoas"³⁰

Apesar dos condicionantes que põe o poeta, havia que ser valente para “concordar”, mesmo parcialmente, com Rodrigues Lapa em 1979 em plena cruzada anti-reintegracionista. Mas esta ideia não era nova em Celso, já a 1º de fevereiro 1964, na entrevista publicada em *La Noche* por Xosé Fernández Ferreiro, dizia:

O noso idioma, por outra parte, sendo como é matriz do galaico-portugués, ten un futuro radiante. Pensemos no Brasil que dentro dunhas ducias de anos, será un país tan importante e poderoso coma os Estados Unidos, ou a URSS, de hoxe. No Brasil fálase a nosa lengoa³¹”.

Assim de clarinho. E que a cousa vinha de velho, num texto que lhe podemos atribuir a ele publicado em *Guieiro*, 1º de janeiro de 36 lia-se:

Problemas da F.M.G.

Logo teremos que estabelecer as esferas onde teñan desenrolo, intereferencias as nosas Relacións, que serán istas: (...)

- 2) Imperio da Língua: Outro servício de relacións, cuio nacimiento, intensidade e amplitud é, fora das considerables razóns sustanciás, por razóns de estratexia, da meirande urxencia. Portugal coas suas colonias e Brasil.
- 3) Sob o pseudónimo / heterónimo de Aristides Siveiral publica Celso *As cantigas de escárneo e maldecir*. Entre elas figura este poema:

Un bípido ronzal

Portugués, non. Resulta moi ridículo
que o nome dunha patria benemérita
se enlixre apelidando a este pedículo
parásito ronzal de alma pretérita.

³⁰O sublinhado é meu.

³¹O sublinhado é meu.



Non digas Portugués, di portuguálico
pois gálico rezuma o rostro estólido
diste pinpín pasmón microcefálico
que ten un non sei que de peido sólido. pola

Chámalle ó tal, memez enciclopédica,
acólito sandeu, mula ortopédica,
bípedo insólito, orneo asnal.

Pero non Portugués, que isso dá pábulo
á que a xente confuna ó probe rábulo
co gran país de Antero de Qental.

O poema está dedicado a Serafín Portugal Soto, primo do ex-conselheiro Miras Portugal, um dos mais ativos inimigos de Celso, secretário da Irmandade, orgulhou-se perante Xosé Manuel del Caño de ter expulsado Celso. publicou um livro que foi rejeitado pela própria Deputação provincial de Ourense, governada pelo Partido Popular. Nele chegava a lhe chamar falangista, quando quem realmente torcia pelo fascismo era o Serafín. Para além da crítica, Celso demonstra neste poema o seu grande amor por Portugal; este amor também o sentia pelo Brasil como demonstra no seguinte poema:

❖ Samba

Si eu non fose ave de paso
quedaríame eiquí a vivir
coiste vente, iste donaire
iste gasalleiro abril
que tanxe na madrugada
arpas que xamáis ouvín.

Si eu non fose ave de paso
quedaríame eiquí a vivir
que os camiños arrecenden
a laranxa e a alelí.
Misteriosos vagalumes
andan de noite a bulir,
semellando no aire quedo
unha chuvía de rubís.

Si o tempo tivera portas
eu pecharíame eiquí,
que os mences desta terra
son moi doces de durmir.
Balbordos de samba baixan
de outas torres de almasí,
lúa grande na badía

cun mar tinguído de anil.

Mais eu son ave de paso
sin lugar para vivir.
Busco unha fonte de paso
nun escondido país.

*Si o mar tivera barandas
iría verte ao Brasil.
Mais como non ten barandas,
meu amor, ¿por onde hei dir?*

Río de Xaneiro, agosto, 1968

Pensara em fazer um espólio do léxico utilizado por Ferreira mas, finalmente, limitei o espólio à sua correspondência comigo (1969-1972) por julgar que o léxico dela havia ser mais espontâneo e descuidado, nele achei como palavras de uso sistemático formas proibidas até há pouco, algumas ainda o estão pela normativa ILG-RAG; eis algumas: *até, ao, estabelecer, -bel, sofrer, achar, perto, coñecer, treidor*

31. LUÍS MASCARENHAS GAIVÃO, LISBOA, PORTUGAL



Luís Mascarenhas Gaivão, Doutorando em Pós-colonialismos e Cidadania Global – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra / Centro de Estudos Sociais, Mestre em Lusofonia e Relações Internacionais pela Universidade Lusófona de Lisboa com a dissertação "CPLP - a Cultura como Principal Fator de Coesão)

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

TEMA: 1.4.0. LUSOFONIA: UM ESPAÇO DE ECOLOGIA DE SABERES, DE SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS E DE FRONTEIRA. LUÍS MASCARENHAS GAIVÃO.



Palavras-chave: colonialismo semiperiférico – lusofonia - ecologia de saberes – pensamento de fronteira – tradução cultural – sociologia das ausências – sociologia das emergências.

Teoria do pensamento abissal. “Este lado” e “o outro lado” da linha abissal e o colonialismo semiperiférico português.

A teoria do “pensamento abissal” (Santos, 2009: 23-71) propõe que a dominação económica, política e cultural específica do capitalismo, aplicada pelos colonialismos de modelos diversos, conduziu a determinadas hierarquias de conhecimentos e à tese de que o capitalismo global é hoje mais um regime cultural e civilizacional do que um modo de produção, abrangendo domínios sociais impensáveis até há pouco tempo: a família, a religião, a gestão do tempo, a capacidade de concentração, o mérito, a moral, etc., com reflexos nos comportamentos sociais contemporâneos. A teoria citada consiste, fundamentalmente, num sistema de distinção de realidades invisíveis e visíveis, em que as primeiras fundamentam as segundas, e na asserção de que a realidade social está dividida em dois polos: “o deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”.

“Este lado da linha”.

No polo “deste lado da linha” podemos encontrar “tudo aquilo que é relevante” para a sociedade do Estado-nação em que a cidadania é herança dos princípios fundadores do liberalismo e que, entretanto, evoluiu para o contemporâneo neoliberalismo. E esse “tudo aquilo que é relevante” referido, pode descrever-se: o Estado, a legalidade e a ciência moderna. No âmbito destes três conceitos, que são os portadores da verdade, da paz e dos valores, se sustenta o paradigma da sociedade ocidental e global.

Esta sociedade ocidental mantém-se, então, no balanço, permanentemente em tensão, entre o “ pilar da regulação social” (composto pelo princípio de Estado, princípio de comunidade e princípio de mercado) e o “ pilar da emancipação” (onde coabitam três lógicas da racionalidade, a saber: a estético-expressiva (artes e literatura), a cognitiva (ciência e tecnologia) e a moral (prática da ética e do discurso).

O polo “deste lado da linha” tem, também, generalizada, a convicção de que só o seu direito é que pode fazer a distinção entre aquilo que é legal e aquilo que é ilegal, e por conseguinte, é ele que define aquilo que existe e aquilo que não existe e a ciência moderna que deste polo também faz parte, como vimos, monopoliza a distinção entre o verdadeiro e o falso, subalternizando todos os outros conhecimentos alternativos não padronizados, como, por exemplo, a Filosofia ou a Teologia.

Perante tanto monopólio destes dois pilares, “ pilar da regulação social” e “ pilar da emancipação” sistemática e hegemonicamente utilizados por “este lado da linha” abissal, como se poderá, então, descrever o outro polo, o do “outro lado da linha” e quais as suas características?

O “outro lado da linha”.

Boaventura Sousa Santos fá-lo (Santos, 2009:25-36), ao referir que “o outro lado da linha” é onde se inscrevem os “territórios coloniais” e que nestes, a dicotomia que se aplica não é a dos dois pilares referidos, mas sim a da “apropriação / violência” (Santos 2009:32-36).

As consequências são devastadoras: neste “outro lado da linha” não existe o conhecimento real que só pode ser certificado pelas ciências para atingir o grau de verdadeiro e, então, o que se nos apresenta não passa de crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, e tudo o que aconteça neste “outro lado da linha” torna-se descartável, invisível, não existe, não tem lei.

Pensamento abissal e colonialismo.

Encontro nesta “teoria do pensamento abissal” a forma expressiva mais clarificadora da origem dos processos de colonização: o domínio político, económico, social e cultural que conduziu, pelos percursos diversos que a história moderna regista, ao apagamento e ao silêncio de populações, culturas, saberes e economias alternativas que deixaram, em muitos casos, de existir, para que, “este lado da linha” aí implementasse, ou tentasse implementar, de forma sempre parcial e imperfeita, nesses lugares coloniais, a teoria dos dois pilares de regulação social e da emancipação, ou seja, as características de domínio eurocêntrico, liberal e de cobiça.

Esta teoria justificou, perante os poderes hegemónicos eurocêntricos e imperiais a posse e exploração dos territórios coloniais e todas as violências inomináveis que se lhe seguiram, e pode bem ser sintetizada pelo hegemónico título do poema de Kipling (1899) “o fardo do homem branco”.

O pensamento pós-abissal.

Regressando a Boaventura de Sousa Santos e dando continuidade ao seu pensamento sobre o assunto, ele afirma que ao “pensamento abissal” tal como foi referenciado, seguiu-se, após a Segunda Guerra Mundial, a descolonização, as suas consequências migracionistas e o recente fenómeno do terrorismo global, ou seja, um volte-face, um retorno (retorno por que referente ao “estado natural” do *Leviatã* (1651) hobbesiano) em que o “outro lado da linha” tem vindo a invadir o interior “deste lado da linha”, trazendo insegurança e originando uma nova forma de cidade e de Estado a que a velha fórmula de Estado-nação não consegue dar resposta cabal. Assim, têm vindo a aparecer “deste lado da linha” algumas formas de governo de “tipo colonial” e de “governo indireto”³², e que, de entre outras, apresentam as características de privatização e despolíticação de emergências sociais, dos fracos à mercê dos fortes, das cidades com zonas selvagens e zonas civilizadas e defendidas, enfim um conjunto de consequências que, embora não venham ao caso presente, Boaventura de

³² Colonialismo indireto foi uma forma de governo muito utilizada pelo colonialismo inglês em que as estruturas tradicionais de poder locais eram chamadas a colaborar com a administração colonial.

Opõe-se ao colonialismo direto em que a potência colonizadora impunha diretamente administração ‘metropolitana’, como aconteceu nos colonialismos francês, português e espanhol.



Sousa Santos vai chamar de ascensão do “fascismo social” (que apresenta cinco formas distintas).³³

O que interessa aqui reportar é que se dá, agora, o surgimento dum “cosmopolitismo subalterno”, um contramovimento de oposição cultural e política contra-hegemónica. Chama-se a este cosmopolitismo de “pensamento pós-abissal” e fundamenta-se no pensamento de que a compreensão do Mundo vai muito além da visão ocidental, e trata, sobretudo, de aprender com o Sul, usando uma “epistemologia do Sul, passando a atribuir relevo a uma “ecologia de saberes”.³⁴

A expansão portuguesa pelo “outro lado da linha” e alguns intercâmbios, em lusofonia. Os espaços de colonização portuguesa, pelo “outro lado da linha”: um mundo de intercâmbios.

Em todos os espaços geográfico-culturais por onde se processou a expansão portuguesa iniciada no séc. XV e terminada no regresso “contra imperial” das “caravelas descolonizadoras”, na sequência da revolução do 25 de abril de 1974, necessariamente se processaram miríades de relações com morfologias tão diversas quanto os encontros podem ser: espanto inicial, curiosidade mútua, comércio, proselitismo religioso, amor, miscigenação física, racismo, desamor e guerra, escravatura com seus violentíssimos deslocamentos humanos em massa, domínio político e económico de diversidades localizadas, influências linguísticas transversais e traduções culturais, hibridismos, ideologias em choque frontal, filosofias e mitologias, imposições jurídicas, fraqueza ou fortaleza de administrações, recolha de ensinamentos, regressos traumáticos e independências por completar, frustrações e fantasmas, muitos fantasmas por caçar e muitas mais “nuances” de intercâmbios sem fim.

Muitos destes intercâmbios passaram a integrar os sistemas de conhecimento dos diversos “outros” depois que avistados, ao mesmo tempo que reclassificava, permanentemente, por processo inverso, o sistema de conhecimento que tinha embarcado em Lisboa, nos diversos olhares que regressavam diferentes e desiguais, pois que aquela expansão ultramarina de que falamos estendeu-se do Atlântico, ao Índico e Pacífico e atracou nas Américas, nas Áfricas do Norte, Ocidental, do Sul e Oriental, nas Índias Ocidentais e Orientais, na Oceânia, na China e Japão.

Em cada uma dessas geografias espaciotemporais e humanas, novas e diferentes formas de relacionamento político, comercial, económico e cultural surgiram, até que as circunstâncias históricas, sobretudo do século XVII em diante, despertaram noutras potências, leia-se, sobretudo Inglaterra e Países Baixos mas também França, a cobiça de comércios tão relevantes que, na sequência, passaram a orientar-se por um novo direito dos mares, como Hugo Grócio no seu tratado *De Mare Liberum* (1606) contrapunha ao visionário “Mare Nostrum” que dividia o mundo em duas zonas de influência (Tratado de Tordesilhas) entre Portugal e Espanha.

³³ Santos distingue cinco formas de fascismo social: fascismo do apartheid social; fascismo contratual; fascismo territorial; fascismo para estatal; fascismo da insegurança. vd. Santos (2009:37-39) e, sbto. Santos (2010:310-313).

Os caminhos da lusofonia, nesse “outro lado da linha”.

Trata-se, então, de tentar descobrir as pistas que, de algum modo, para além de todo o ciclo imperial português, agora fechado, possam ter contribuído para a emergência da “lusofonia”, um conceito novo mas nem por isso menos causticado e castigado por noções e estudos pós-colonialistas que, em geral ausentes sobre a questão do colonialismo português, muitas vezes o mistificaram, por se esquecerem, frequentes vezes, da especificidade deste colonialismo diferenciado dos outros colonialismos que manteve, portanto, outras consequências. A “emergência da lusofonia” como possibilidade e apesar do colonialismo português é, então, objeto deste ensaio. E, como tal emergência se originou nas muitas experiências sociais disponíveis no imenso espaço geográfico e humano por onde o conceito de “império português” se mitificou, vamos tentar saber, com o auxílio prestimoso da “sociologia das ausências”, qual terá sido o mistério envolvente dum conceito de “lusofonia” que tem arrastado tanta polémica.

Os antecedentes da lusofonia. O colonialismo semiperiférico e os sistemas intermédios de identidades.

Santos (2010:214) é de opinião de que Portugal, como país periférico do sistema europeu, praticava um correspondente “colonialismo semiperiférico” ou “colonialismo subalterno”, relativamente ao colonialismo hegemónico da Inglaterra, e essa perifericidade era dupla, ocorrendo no domínio das práticas e dos discursos coloniais. Este facto, não permitiu a Portugal criar as condições para a prática de um “neocolonialismo”, como outras nações ex-colonizadoras europeias o fizeram.

Por outro lado, o colonialismo português possui uma outra diferença radical, que é o facto de ter sido tanto “antecipatório” (iniciou-se no século XV enquanto as outras nações europeias começaram quando já o século XVI se adiantara) como “tardio” (só acabou em 1975, quando as outras nações tinham descolonizado a seguir à Segunda Guerra Mundial). Esta extensa duração, aliada às características de “colonialismo subalterno” provocou, é Santos quem o afirma (2010: 211-255), “sistemas intermédios de identidades” que intervêm ativamente no nosso tempo pós-colonial, tanto no antigo império como nos agora países independentes que foram antigas colónias, durante esta viagem que começou há mais de quinhentos anos. Passados que são, na generalidade, os tempos duma vigorosa afirmação das identidades nacionalistas dos novos países, na sequência da luta de libertação nacional que os conduziu às independências, pois que o colonialismo lhes impedia a expressão das ricas diversidades culturais (recordemos que estamos no “outro lado da linha” abissal), e dado que o colonialismo faz o reconhecimento do outro não como sujeito, mas sim como objeto, surge, atualmente, como mais importante, a necessidade de afirmação dos países como sujeitos na geoestratégia regional de cada um deles, na prossecução de políticas económicas, sociais e culturais tendentes ao progresso das suas populações.

³⁴ Ecologia dos saberes. vd. Santos (2010:143-153).



É público que os processos de libertação, iniciados em 1961 e concluídos em 1975 conduziram - estávamos no tempo da guerra fria - a opções previsíveis de alinhamento ideológico com o bloco socialista que era aliado dos movimentos de libertação, afastando-os, no início das respetivas independências, da esfera da ex-potência colonial “semiperiférica” que era Portugal, tanto mais que as guerras entre os dois blocos hegemónicos (URSS / EUA / Pacto de Varsóvia / NATO) se transferiam, nessa ocasião, para longe das superpotências (preferentemente para África), ao mesmo tempo que, regressado do tempo das caravelas “imperiais”, Portugal desembarcava no cais de partida, integrando, agora, uma Comunidade Europeia que o acolheu na hora da incerteza.

Mas regressava, perdido o império, cheio de fantasmas, tal como muitos outros fantasmas povoaram os novos países de língua oficial portuguesa.

Desde logo, relativamente ao colonizador, o fantasma do total desmembramento dum império colonial mais mítico que real, de que a morte do Rei D. Sebastião e do seu projeto africanista iniciara o longo declínio com a perda não apenas da independência mas de vários outros territórios ultramarinos (1580); depois, desde o século XVII, esse império restante dos mares e das riquezas orientais continuou a transferir-se para outras mãos. Seguiu-se a proclamação da independência do Brasil (1822), com um Imperador português (D. Pedro) à sua cabeça. Tal facto provocou uma grande desorientação na metrópole que desembocou na longa e terrível guerra civil no território português europeu. Que fazer de Portugal, perguntavam os pensadores da Geração de 70³⁵?

Seguidamente, a Conferência de Berlim (1885) e o Ultimatum inglês (1890) obrigaram Portugal a investir na ocupação efetiva e na administração e aproveitamento dos territórios coloniais africanos, até então, na realidade, ‘governados’ da capital sob uma forma política distante, distraída, ignorante e ineficiente.

Mas foi neste momento que começou o verdadeiro colonialismo português, dando mais rigor e sistematização à esparsa e inconsequente colonização efetuada até então e que se registava em alguns pontos da costa africana, quase exclusivamente para a captura e o comércio de escravos. No litoral angolano este comércio dependia, à data, quase exclusivamente de comerciantes negreiros brasileiros, sendo muito mais intensas as relações comerciais e culturais com o Brasil do que com Portugal.

Para os lugares desabitados transpunham-se gentes de várias origens sociais, culturais e étnicas, enquanto nos lugares habitados por etnias e culturas sem língua escrita e sem capacidade de defesa perante o ‘descobridor’ (América e África) a língua portuguesa também serviu como forte instrumento de comunicação e poder. Nos lugares de culturas avançadas e com poder civilizatório e militar de resposta (Índia, China, Japão) ou demasiado longínquos (Oceânia e Austrália), foram preferidas as relações comerciais, religiosas e culturais e a troca de conhecimentos, sendo que no percurso marítimo até à Índia, a presença militar e naval se encontrava excecionalmente bem organizada, numa rede de vigias e postos de apoio estratégico às navegações.

³⁵ A Geração de 70 foi um grupo de intelectuais portugueses que tentaram revolucionar o pensamento e a cultura portugueses, nos finais do século XIX, quando Portugal se encontrava entre dúvidas relativas ao futuro nacional: Antero de Quental, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro, Teófilo Braga, Eça de

Os “sistemas intermédios de identidades” gerados nestes mundos tão díspares e longínquos foram, efetivamente, muito diversos de lugar para lugar e, dada a escassez de gente dum reino tão pequeno e pouco populoso, igualmente, naqueles locais onde prevalecia a necessidade urgente de população, de administração e desenvolvimento económico se procedeu à miscigenação e à cooperação de naturais.

Lusotropicalismo...

Gilberto Freyre na sua teoria do “lusotropicalismo”, aproveitada de bom grado e oportunisticamente pelo Estado Novo, descreve algumas das características propícias à miscigenação física e cultural de que a identidade portuguesa era, à partida dos descobrimentos, já portadora (influências culturais europeias, africanas, árabes), que teriam proporcionado esse caráter preponderante de aceitação do diverso, de integração tropical e de facilidade para a miscigenação. Além do mais, Freyre descrevia as três características portuguesas inerentes a uma postura colonial: miscibilidade, mobilidade e aclimabilidade.

Se é um facto que assim Portugal produziu os mestiços, pelo império fora (se bem que em escalas diversas), também é verdade que o racismo era latente nas sociedades coloniais portuguesas e os negros, índios e mestiços foram sempre tratados como inferiores na escala social e, durante o Estado Novo, com a prática do indigenato (Leis de 1926; 1930; 1933), em África, só ascendiam à nacionalidade portuguesa os naturais que soubessem ler e escrever, vestissem e professassem a mesma religião dos portugueses e mantivessem padrões de vida e costumes semelhantes aos europeus. Esta lei só acabou em 1961.

Citada por Almeida (2000:167), Cláudia Castelo (1998:dissertação de mestrado) é de opinião que o discurso lusotropicalista “teria entrado no imaginário nacional e viria a ser reciclado, hoje, na ideia de comunidade lusófona”. Almeida (2000:161) coloca, igualmente, dúvidas, quando refere que vislumbra uma intenção no “recurso crescente à expressão “lusofonia” para reconstruir o reino do espírito (dos produtos culturais, ainda que também no plano institucional, com a CPLP...) o que se perdeu na materialidade político-económica.”

... e a sua crítica.

A realidade, no entanto, não teria sido tão pacífica quanto esta teoria lusotropicalista argumentava e a violência intrínseca do imperialismo e da colonização portuguesa acontecia, sendo natural que muitas sublevações sucedessem contra a presença colonial, mormente entre o final do séc. XIX e o princípio do XX: Enders (1997:70-72) refere:

Entre 1841 e 1920, René Pélissier recenseou pelo menos 72 campanhas na Guiné e 160 em Moçambique, de 1854 a 1916. No decurso do último decénio do século XIX, 45% do Orçamento de Angola, que é a colónia onde o esforço de guerra é mais importante, é gasto com as operações militares. A pacificação exige aí a presença de 40.000 homens entre 1848 e 1926. A submissão

Queirós, Oliveira Martins, Batalha Reis, Guilherme de Azevedo. Exerceram forte influência no pensamento nacional.



do Sul de Angola, e particularmente dos Ovambos, necessita das expedições metropolitanas até 1915.

A emergência da lusofonia, pela mão da sociologia das ausências.

Lusofonia e colonialidade.

Então, e porque não é a história que nos traz até aqui, mas sim a lusofonia, afirmou-se mais atrás que Portugal regressou, em 1975, dum Império transformado em mito e no fim de uma guerra onde houve milhares de mortos e muitos mais feridos física e moralmente. Muitos fantasmas imperiais ainda ficaram por resolver, enquanto do lado dos novos países de língua oficial portuguesa, em razão de fenómenos de oposição ao colonizador, muitos fantasmas perduram por entre as memórias de tanta e tão cruel guerra.

Mas, apesar da violência colonial referida, e porque este tipo de colonialismo assumiu as características do citado “colonialismo subalterno”, ainda foi possível resgatar uma teia de relações entre colonizado e colonizador que passou para lá do lado político, social, e até do lado do confronto militar, criando uma zona de muitas interferências culturais e de aproximação entre os povos que pela língua portuguesa, nas suas diferentes utilizações, como materna, nacional ou segunda, conseguiram e conseguem comunicar-se e olhar-se, traduzir-se, criando culturas cada vez mais enriquecidas de novas construções e hibridismos.

Braga (1999: 204) refere que as “civilizações luso-afro-brasileiras teriam sabido preservar formas de convívio fundamentadas na sensibilidade, que muito podem acrescentar ao novo homem do século XXI” e identifica o “espaço da Comunidade [lusófona] e o espaço do convívio fraterno e generoso, em que a afirmação da afetividade, longe de ser sentimentalismo piegas, é um ato de grandeza.”

No sentido em que caminhamos, é a esse sentimento que podemos chamar a “lusofonia”. Não se sabe qual a origem do termo, mas terá sido criado na linha de pensamento do congénere “francofonia” (por Onésime Reclus, em 1880, e mais tarde Léopold Sédar-Senghor, em 1960) e Pinto (2009: 55) é de opinião que este termo “lusofonia” “para a maioria dos estudiosos, tem um sentido que ultrapassa o conteúdo linguístico-etimológico”. Terá? Encontramo-nos perante o dilema que Anibal Quijano (2009: 112) relata:

Em todas as sociedades onde a colonização implicou a destruição da estrutura societal, a população colonizada foi despojada dos seus saberes intelectuais e dos seus meios de expressão exteriorizantes ou objetivantes. Foram reduzidas à condição de indivíduos rurais e iletrados. Nas sociedades onde a colonização não conseguiu a total destruição societal, as heranças intelectual e estética visual não puderam ser destruídas. Mas foi imposta a hegemonia da perspetiva eurocêntrica nas relações intersubjetivas com os dominados.

Parece-me ter sido este o caso do “colonialismo semiperiférico” português que apesar dos aspetos negativos inerentes, não consumou o “epistemicídio” completo, ou seja (Santos:

2009:10) “a supressão dos conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena” (vd., também, Santos, 1998: 208) não tendo sido total, permitiu que se construíssem janelas de relacionamento. Numa entrevista ao ex-Secretário Executivo da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa)³⁶, Luís Fonseca, Pinto (2009: 55) relata a opinião daquele responsável: “a lusofonia, entendida no seu aspeto amplo, no seu aspeto integrador e de aproximação das culturas, dos valores e, inclusivamente das próprias vontades políticas dos países, pode constituir o cimento da CPLP”.

Na realidade, esclarece Pinto (2005: 342):

“o marxismo político nas colónias portuguesas de África serviu de instrumento da independência e, no período pós-independência, impôs uma exclusividade política e cultural que condicionou, ou melhor, impediu, o projeto da Lusofonia, visto pelos nacionalistas africanos e pelos seus aliados marxistas como uma estratégia neocolonialista”.

Existem vários modelos de relação entre o colonizador e o colonizado: o extermínio completo e sistemático do povo indígena (EUA, Austrália, Perú, México), facto considerado crime contra a humanidade, a transferência de populações, as chamadas “reservas” (EUA), o apartheid (discriminação social, jurídica e racial), a assimilação e em casos muito pontuais e excecionais, a miscigenação física e cultural (espaços no nordeste brasileiro, Cabo Verde).

Não assertivo, o quadro exposto serve para discussão.

Posta a reflexão sobre o que se entende por “lusofonia”, passemos ao outro assunto que completa o capítulo: a “lusofonia”, emergiu, também, pela mão da “sociologia das ausências”?

Lusofonia e sociologia das ausências.

Boaventura de Sousa Santos (2002:246) escreve:

...o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como tal, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe. O seu objeto empírico é considerado impossível à luz das ciências convencionais, pelo que a sua simples formulação representa já uma rutura com elas. O objetivo da sociologia das ausências é transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças.”

Nos espaços coloniais a produção de não-existência foi paradigmática na desqualificação, invisibilidade e descarte de muitos outros saberes nos contextos locais, em virtude da própria prática intrínseca do colonialismo que trazia agregada a “razão indolente” eurocêntrica.

Esta “razão indolente” é criticada por Santos, sobretudo porque nela ocorrem, segundo o mesmo autor, quatro formas diferentes de se constituir: a razão impotente, a razão arrogante, a razão metonímica e a razão proléptica.³⁷

³⁶ Criada em 17 de Julho de 1996: inclui Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e, a partir de 2002, Timor Leste.

³⁷ Razão impotente – nada pode fazer contra uma necessidade exterior a ela; razão arrogante – livre e incondicional, não tem necessidade de exercer-se; razão metonímica – a única forma de racionalidade que exclui qualquer outro tipo de racionalidade; razão proléptica – que concebe o futuro como



E Santos (2002: 240) atribui à “consolidação do Estado liberal na Europa e América do Norte, às revoluções industriais e ao desenvolvimento capitalista, ao colonialismo e ao imperialismo, (...) o contexto sociopolítico em que a razão indolente se desenvolveu.”

Sendo um “colonialismo semiperiférico”, como referido, o colonialismo de Portugal não terá praticado uma “razão metonímica” tão radical como as potências coloniais de capitalismo industrial, que não tenha permitido, nos interstícios das lógicas de racionalidade, nos seus espaços, tanto metropolitanos como coloniais, a identificação de alguns outros saberes e práticas sociais com os quais interagiu e que hoje ainda permanecem.

Na realidade, Santos (2002: 247) distingue cinco modos de produção da não-existência e entre eles, o primeiro é o da “monocultura do saber e do rigor do saber”, o qual “consiste na transformação da ciência moderna e da alta cultura em critérios únicos de verdade e de qualidade estética, respetivamente”.

A expansão portuguesa tão alargada nos espaços geográficos e nos tempos contemporâneos à época, por vezes, quando foram simultâneos, possibilitou a legitimação de outras culturas e saberes, como o facto de as viagens terem transplantado conhecimentos científicos diversos, nas áreas das tecnologias, das ciências, da medicina, da zoologia, da botânica, da agricultura, e das culturas, religiões e línguas que foram sendo traduzidas, sincretizadas, na conceção da época, e até se terem trocado concepções estéticas diversas, sem uma exclusivista monocultura paradigmática.

Em suma, à “monocultura do saber” responde-se com a “sociologia das ausências”.

Quanto ao segundo modo de produção da não existência, “a monocultura do tempo linear”, que responde à ideia do progresso, revolução, modernização, desenvolvimento, crescimento, globalização do liberalismo, o mesmo “colonialismo semiperiférico” português, não era dos modelos de colonialismos que seguiam na frente do sistema mundial capitalista e imperialista e, se era apontado pelas grandes potências imperiais por ter contemplado algumas assimetrias em relação ao centro, mais se refletiriam, por certo, nas suas colónias. Combate-se esta “monocultura do tempo linear” com a “ecologia das temporalidades”.

Relativamente ao terceiro modo de produção da não existência, a “lógica da classificação social”, assente na monocultura da naturalização das diferenças e distribuição das populações por categorias que naturalizam hierarquias, por exemplo as classificações racial e sexual, também o colonialismo português não terá seguido uma via de ortodoxia absoluta, pois, como referido, utilizou, sem dúvida o racismo e o patrimonialismo, como armas de poder e domínio, mas permitiu e até promoveu, em variadas paragens, a cooptação, a miscigenação e, ainda algumas práticas de colonialismo indireto (Índia, Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Guiné).

Santos (2002: 247-248) escreve:

A relação de dominação é a consequência e não a causa dessa hierarquia e pode ser mesmo considerada como uma obrigação de quem é classificado como superior (por exemplo, o “fardo do homem branco” em sua missão civi-

lizadora). Embora as duas formas de classificação (raça e sexo) sejam decisivas para que a relação capital / trabalho se estabilize e se difunda globalmente, a classificação racial foi a mais profundamente reconstruída pelo capitalismo, como têm mostrado, entre outros, Wallerstein e Balibar (1991) e, de uma maneira mais incisiva, Quijano (2000), e Dussel (2001). De acordo com esta lógica, a não-existência é produzida sob a forma de inferioridade insuperável porque natural. Quem é inferior, porque é insuperavelmente inferior, não pode ser uma alternativa credível a quem é superior.

A esta “lógica da classificação social” é contraposta a “ecologia dos reconhecimentos”.

A “lógica da escala global”, em que o universal e o global são as formas por que se expressa a quarta “lógica da produção da inexistência”, fazem com que a não-existência seja produzida sob a forma do particular e do local. Efetivamente o “colonialismo semiperiférico” português permitiu, pela incapacidade da sua “subalternidade” (relativamente a outros modelos de colonialismos), a prática desta lógica tanto nos territórios colonizados quanto mesmo no território metropolitano.

É a “ecologia das transescalas” que se opõe à “lógica da produção da escala global”, através da recuperação do que no local não é efeito da globalização hegemónica.

Quanto ao quinto critério para a produção duma lógica de não-existência, “a lógica produtivista”, as formas de capitalismo imperialista nas colónias portuguesas não obedeceram, por incapacidade da potência colonizadora, ao rigorismo teórico e prático pressuposto, mas não terão deixado de, tendencialmente se inscreverem numa lógica em que a não-existência foi produzida sobre a forma de “improdutivo” que, aplicada à natureza, é esterilidade e, aplicada ao trabalho, é preguiça ou desqualificação profissional. O regime de indigenato é uma prova cabal.

A “ecologia da produtividade” dará resposta ao quinto critério da não-existência, o da “lógica produtivista”.

Santos (2004: 249) é de opinião que:

A sociologia das ausências visa identificar o âmbito dessa subtração e dessa contração de modo a que as experiências produzidas como ausentes sejam libertadas dessas relações de produção e, por essa via, se tornem presentes. Tornar-se presentes significa serem consideradas alternativas às experiências hegemónicas, a sua credibilidade poder ser discutida e argumentada e as suas relações com as experiências hegemónicas poderem ser objeto de disputa política.

O exercício da “sociologia das ausências”, exige imaginação sociológica que abarca duas espécies: a imaginação epistemológica (diversifica os saberes, perspetivas e escalas de identificação, análise e avaliação das práticas) e a imaginação democrática (reconhece diferentes práticas e atores sociais).

Regressando à questão que atrás se colocava, será que a emergência da lusofonia teve a ajuda ou foi conduzida pela mão da “sociologia das ausências”?

superação do presente, linear, automática e infinita, não se preocupando em cuidar do futuro. (Vd. Santos, (2002: 238-239).



Padilha (2008:58) argumenta:

... hoje vê-se que os estudiosos das literaturas produzidas em África já se podem valer, com segurança, dos instrumentais críticos produzidos por africanos, instrumentais que se sustentam, de modo cada vez mais competente, em signos africanos. Tais signos expõem e desenvolvem outras formas de pensamento que, por um lado, enfatizam a diferença colonial e, por outro, revelam o investimento desses sujeitos do conhecimento em suas histórias locais.

Consideremos, agora, o caso extremo de Margarido (2000: 66-67), para quem a língua não passou de um “agente específico da dominação destinado a repelir o outro”. Parece não corresponder a uma observação isenta de alguma paixão, já que outros pensadores e escritores não lhe atribuíram, apenas, essa função, mas a ela justapuseram algumas outras funções: a língua como fator de unidade nacional (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Brasil, Timor Leste, São Tomé e Príncipe), como possibilidade de encontro, mesmo que na relação agressora de poder entre colono / colonizado, e que, por fim, contendo em si esse exercício de dominar (o poder legislativo, religioso, administrativo, educacional), igualmente transportou aquilo que, na ausência de escrita, as oraturas, para além de por si próprias, puderam deixar como testemunho escrito.

Permita-se a opinião do escritor Manuel Rui (2008: 27) enquadrando a língua escrita do colonizador na problemática da sociologia das ausências e ressaltando o duplo papel da lusofonia: espaço de resistência e espaço de conhecimento do outro.

Quando chegaste, mais velhos contavam estórias. Tudo estava no seu lugar. A água. O som. A luz. Na nossa harmonia. O texto oral. E só era texto não apenas pela fala mas porque havia árvores, parrelas sobre o crepitar de braços da floresta. E era texto porque havia gesto. Texto porque havia dança. Texto porque havia ritual. Texto falado ouvido e visto. É certo que podias ter pedido para ouvir e ver as estórias que os mais velhos contavam quando chegaste! Mas não! Preferiste disparar os canhões.

A partir daí, comecei a pensar que tu não eras tu, mas outro, por me parecer difícil aceitar que da tua identidade fazia parte esse projeto de chegar e bombardear o meu texto. Mais tarde viria a constatar que detinhas mais outra arma poderosa além do canhão: a escrita. E que também sistematicamente no texto que fazias escrito tentavas destruir o meu texto ouvido e visto. Eu sou eu e a minha identidade nunca a havia pensado integrando a destruição do que não me pertence.

Mas agora sinto vontade de me apoderar do teu canhão, desmontá-lo peça a peça, refazê-lo e disparar não contra o teu texto não na intenção de o liquidar mas para exterminar dele a parte que me agride. Afinal assim identificando-me sempre eu / até posso ajudar-te à busca de uma identidade em que sejas tu quando eu te olho / em vez de seres o outro.

Mas para fazer isto eu tenho que transformar e transformo-me. Assim na minha oratura para além das estórias antigas na memória do tempo eu vou passar a incluir-te. Vou inventar novas estórias...

As “estórias” passaram a incorporar o invasor, e o invadido e o invasor, ambos, iniciaram uma transformação que começou “no início” e é duradoura. A tradução começou nas “estórias” orais reconduzidas pela escrita.

Na oratura agora passada a escrita, perpassou, nos interstícios da colonização, uma “sociologia das ausências” que modificou a identidade dos participantes.

Até porque, e cito o pensador Eduardo Lourenço (1999: 174):

A lusofonia é uma “esfera de comunicação e compreensão determinada pelo uso da língua portuguesa com a genealogia que a distingue entre outras línguas românicas e a memória cultural que conscientemente / ou inconscientemente, a ela se vincula”; mais, ela é “um continente imaterial disperso onde a língua se perpetuou essencialmente a mesma, para lhe chamarmos, ainda, portuguesa e outra na modulação que os contactos com novas áreas linguísticas lhe imprimiu, ao longo dos séculos.”

E para que não haja essencialismos neocolonialistas:

o inocente tema da lusofonia é uma selva obscura ou voluntariamente obscurada pela interferência ou coexistência nele de leituras, de intenções inconfessadas ou inconfessáveis, outras vezes bem explícitas, mas todas elas expressões de contextos, situações, mitologias culturais, de todo em todo não homólogas e, só no melhor dos casos, análogas.

Afirma igualmente Lourenço que a única centralidade portuguesa para a esfera da lusofonia é a “essência genealógica de carácter estritamente comunicacional” embora saiba que “uma língua partilhada é bem outra coisa que intercomunicação. É uma partilha de ser e de sentir.” Partilha de ser e de sentir, carga histórica de domínios impostos e opressivos, violentos, mas também de comunicação e de resistência, de comércio, de sentimento, de gestos vários, infelizes muitos, felizes outros, de muitas diversidades culturais, de amores e desamores, aí ficou, espalhada pelos 250 milhões de pessoas que a utilizam, o poder de comunicação duma língua global.

Global e anti hegemónica, porque desejada pelos oito países que a têm como nacional, todos eles inscritos no Sul de periferias regionais e mundiais, adjuvante no trabalho de recuperação dos saberes e das práticas culturais que, através da “sociologia das ausências” se vai produzindo.

Deveremos, então, destacar a grande evolução do discurso e das práticas, relativamente ao lusotropicalismo ou às ideias confusas de comunidade lusófona, inicialmente propaladas.

Lusofonia e sociologia das emergências.

De uma ecologia de saberes para um cosmopolitismo pós-abissal e contra-hegemónico, nos espaços de fronteira.

Neste “outro lado da linha”, nos territórios ex-coloniais portugueses, ou pelo menos não em todos eles, carece de sentido afirmar que o conhecimento real não existisse e que tudo o que se passava seriam (Santos, 2009: 25) “crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos”, sendo invisível e sem lei.

O Portugal semiperiférico, com um tipo de “colonialismo semiperiférico” ao criar polos de desenvolvimento nas colónias, criou elites urbanas e de alguma forma, sistemas económicos



e sociais coloniais modernos que, arrisco afirmar, ultrapassaram, em espaços e alguns parâmetros, momentos e mentalidades, o estágio de desenvolvimento da “metrópole” europeia. Por outras palavras, o “pilar da regulação social” (a conceção dum Estado Novo imperial, a impossível unidade de uma comunidade de um povo do Minho a Timor e a imposição às colónias numa economia vigiada e subalterna), não foi capaz de encontrar resposta às demandas do “pilar da emancipação” (territórios coloniais de grande riqueza e variedade étnica, linguística e cultural, expressas em diversas formas de artes, literaturas, jornalismo, música, folclore; de grande e potencial desenvolvimento científico e tecnológico: agricultura, pecuária, medicina tropical, fontes de energia; e de uma moral, a nível de discurso económico-social, muito mais liberal do que na “metrópole” e que ao nível da ética, desejava, com assertividade, libertar-se dos ditames numa colonização castradora, racista, violenta e anacrónica.

Deste estado ou panorama, em minha opinião, resultou, nas colónias portuguesas, muito embora todos os problemas mencionados, uma economia de semicapitalismo (e de racismos vários), um relacionamento sociológico interno entre os indígenas (pretos, brancos e mestiços) e os metropolitanos que para lá se transferiram, uma contribuição para a construção das características nacionalistas que incorporou, com naturalidade, muito daquilo que parecia ser impossível, entre colonizador e colonizado.

Mas isso aconteceu e “lusofonia” é o seu nome.

Os países de Língua Oficial Portuguesa e Portugal, todos eles situados em periferias e subalternidades no Sul das diversas esferas regionais e / ou mundiais, estão a contribuir, para um diferente e especial “cosmopolitismo subalterno”, e também para um contramovimento de identidades e oposição cultural e política contra-hegemónica, ou seja, para um “cosmopolitismo pós-abissal”, numa pluralidade imensa de culturas, expressas pela língua portuguesa. É, pois, a “lusofonia” um resultado e um contributo, igualmente, para a “sociologia das emergências”, sendo que esta (Santos, 2004: 256-257) “amplia o presente, juntando ao real amplo as possibilidades e expectativas futuras que ele comporta (...) e propõe uma nova semântica das expectativas”.

A lusofonia deveria trilhar a caminhada do futuro, na utilização da supramencionada “ecologia das transescalas”, através deste permanente e contínuo sopesar entre as experiências sociais disponíveis que a “sociologia das ausências” vai tornando visíveis e as experiências sociais que a “sociologia das emergências” vai expandindo, analisando os “globalismos localizados”, reconfigurando-os e, com a “imaginação epistemológica” e a “imaginação democrática”, contribuir para a pluridiversidade dos conhecimentos e agentes das práticas.

Santos aponta, então, que o verdadeiro problema é propor novas formas de pensar as totalidades e de conceber novos sentidos, ao mesmo tempo que se opõe à monocultura da razão metonímica, a grande teoria. Qual é, então, a alternativa? Qual o sentido das lutas pela emancipação social?

E a resposta vem pela noção de “tradução”, (Santos, 2002: 262) “procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências”.

No que se refere à África, o que mais afetou negativamente o Sul foi o facto de ter de adaptar-se e resistir às imposições do Norte. Banuri (1990: 66) é de opinião que os povos indígenas

foram obrigados a afastar as suas próprias energias positivas de transformação social, para poderem responder ao objetivo negativo de resistir ao domínio cultural, político e económico do colonizador, e Serequeberham (1991: 22) tem a opinião de que são dois os desafios colocados à filosofia africana, a saber, desconstruir as heranças eurocêntricas que o colonialismo lhe impôs (da educação, à política, do direito às culturas) e reconstruir e revitalizar a herança africana interrompida pelo colonialismo e neocolonialismo.

Trata-se de um regresso ao diagnóstico, através do “globalismo localizado”, tendo em vista a sua reversão contra-hegemónica.

Lusofonia e tradução cultural.

No trabalho de tradução dos saberes, Santos introduz o conceito de “hermenêutica diatópica” (Santos, 2002: 262-267), que é “uma interpretação entre duas ou mais culturas com vista a identificar preocupações isomórficas entre elas e as diferentes respostas que fornecem para elas” e cita, como exemplo, a hermenêutica diatópica a propósito da preocupação isomórfica com a dignidade humana entre o conceito de direitos humanos ocidental, o islâmico de *umma* e o hindu de *dharma*.

Não é possível continuar a estudar, nos limites deste trabalho, as interessantíssimas questões relativas às traduções possíveis nos espaços transfronteiriços culturais e no âmbito das sociologias das ausências e das emergências.

No espaço lusófono, há 250 milhões de pessoas que procuram exercer, consciente e / ou inconscientemente, este trabalho de resgate e tradução de práticas e de culturas, nem que seja por tudo aquilo que é transportado numa língua comum (que pode e deve ajudar ao estudo e recuperação das línguas nacionais) e que não ficou definitivamente perdido pelas vicissitudes da história e do colonialismo.

Termino, como não poderia deixar de ser, com Santos (2002: 268):

(...) o trabalho de tradução assenta num pressuposto sobre o qual deve ser criado o consenso transcultural: a teoria geral da impossibilidade de uma teoria geral. Sem este universalismo negativo, a tradução é um trabalho colonial, por mais pós-colonial que se afirme. (...)

(...) O que traduzir? O conceito fulcral na resposta a esta questão é o conceito de *zona de contacto*. Zonas de contacto são campos sociais onde diferentes mundos-da-vida normativos, práticas e conhecimentos se encontram, chocam e interagem. As duas zonas de contacto constitutivas da modernidade ocidental são a zona epistemológica, onde se confrontaram a ciência moderna e o saber ordinário, e a zona colonial, onde se defrontaram o colonizador e o colonizado. São duas zonas caracterizadas pela extrema disparidade entre as realidades em contacto e pela extrema desigualdade das relações de poder entre elas.

Referências bibliográficas

. Almeida, Miguel Vale (1998), «Tristes Luso-Trópicos – raízes e ramificações dos discursos luso-tropicalistas», in *Um Mar Cor da Terra – raça, cultura e política da identidade*. Oeiras: Celta Editora.



- . Banuri, Tarik (1990), «Development and the Politics of Knowledge. A Critical Interpretation of the Social Role of Modernization Theories in the Development of the Third World», in Marglin, F. A. E Marglin, S. A., *Dominating Knowledge: Development, Culture and Resistance*. Oxford: Clarendon Press. 29-72.
- . Braga, José Alberto (1999) (coord), *José Aparecido o homem que cravou uma lança na lua*. Lisboa:Trinova Editores.
- . Dussel, Enrique (2001), *Hacia una filosofía política crítica*. Bilbao: Desclee de Brouwer.
- . Enders, Amélie (1997), *História da África Lusófona*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- . Freyre, Gilberto (s / d), *O Mundo que o Português Criou*. Lisboa: Livros do Brasil. (1º ed 1940).
- . Gaivão, Luís Mascarenhas (2010), *CPLP: A Cultura Como Principal Fator de Coesão*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- . Hobbes, Thommas (s / d), *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um estado Eclesiástico e Civil*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Tradução de João Paulo Morais e Maria Beatriz Nizza da Silva, 2.ª ed.
- . Lourenço, Eduardo (1999), *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva.
- . Margarido, Alfredo (2000), *A Lusofonia e os Lusófonos: novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- . Padilha, Laura Cavalcante (2008) «Literatura Angolana, Suas Cartografias e Seus Embates Contra a Colonialidade», in Ribeiro, M. C. e Padilha, L. C. (orgs) *Lendo Angola*. Porto: Edições Afrontamento. 57-73.
- . Pinto, José Filipe (2005), *Do império colonial à comunidade dos países de língua portuguesa: continuidades e descontinuidades*. Lisboa: Instituto Diplomático.
- . Pinto, José Filipe (2009), *Estratégias da ou para a Lusofonia: o futuro da língua portuguesa*. Lisboa: Prefácio.
- . Plumb, John Harold (2001), «Introdução», in Boxer, C. R., *O império marítimo português*. Lisboa: Edições 70. 11-17.
- . Quijano, Anibal (2000), «Colonialidad del poder y clasificación social», in *Journal of World Systems Research*, 6 (2). 342-386.
- . Quijano, Anibal (2009), «Colonialidade do poder e classificação social», in Santos, B. S. e Meneses, M. P. (orgs), *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina. 73-117.
- . Rui, Manuel (2008), «Eu e o Outro – o invasor ou em poucas três linhas uma maneira de pensar o texto», in Padilha, L. C. e Ribeiro, M. C., *Lendo Angola*. Porto:Edições Afrontamento.
- . Santos, Boaventura Sousa (1998), *Reinventar a Democracia*. Lisboa: Gradiva.
- . Santos, Boaventura Sousa (2001), «Os Processos da Globalização», in Santos, B.S. (org), *Globalização:Fatalidade ou Utopia?* Porto: Edições Afrontamento.
- . Santos, Boaventura Sousa (2002), «Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63. 237-280.
- . Santos, Boaventura Sousa (2009), «Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes» in Santos B. S. e Meneses, M. P. (orgs) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina. 23-71.

- . Santos, Boaventura Sousa (2010), *a gramática do tempo*: para uma nova cultura política. Porto: Edições Afrontamento. 2ª ed.
- . Santos, Boaventura Sousa (2010), «Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade», in Santos. B. S. , *a gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Edições Afrontamento.
- . Santos, Boaventura Sousa e Meneses, Maria Paula (2009), «Introdução», in “Santos, B. S. e Meneses, M. P. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina.
- . Serequeberham, Tsenay (1991), «Introduction» in Serequeberham, T. (org), *African Philosophy: The Essential Readings*. New York: Paragon, xvii-xxii.
- . Wallerstein, Immanuel e Balibar, Etienne (1991), *Race, Nation, Class: Ambiguous Identities*. New York: New Press.

MANUEL POLICARPO, PINTOR CONVIDADO DA AICL, TERCEIRA, AÇORES



Manuel Policarpo é oriundo da ilha do Pico. Com rápida passagem pela Terceira, desde há muito que vai calcorreando o mundo. Contudo, quando lhe perguntam onde nasceu, responde, mitificando:

*nasci numa ilha
por cima do mundo.*

Alardeia que é circunstância do tempo e dos espaços e que apenas caminha por onde o levam seus próprios passos. Mas reclama a sua condição de intelectual europeu e, por isso, mantém uma altiva distância por tudo o que é localista, regionalista, nacionalista, com pavor por toda a manifestação chauvinista.

Vagamundeou o planeta – a Europa, antes de mais, onde descobre a latinidade e o romanesmo como essência do aprendizado; as áfrias, de que não detém nem ao menos os cheiros; as américas que o deslumbram de Norte a Sul; as árias que o inebriam, mas que lhe deixam, apenas, fugazes miradas que, a custo, guarda na memória. Reconhece, no entanto, ser ilhéu do Atlântico, reivindicando a ancestralidade de povoador primeiro dos Açores, re-produzindo, sobretudo, por mor de um tal capitão Thomé Gregório Ramalho, fecundador in-

saciável da Prainha do Norte, e de um tal João Salinas, escravo dos religiosos de São Francisco de Angra, putativo pai de uma pequena que vem a casar com Manuel de Barcelos, do melhor sementeal do Ramo Grande da Terceira: escravo e senhor, assim organiza o seu código genético.

Aprendeu as capacidades expressivas da cor, primeiramente com a mãe, artista do efêmero, artífice de flores de açúcar, hábil manuseadora dos corantes for cooking effects (special effects...), que deslumbravam a burguesia angrense. Aliás, em entrevista a um diário português entretanto desaparecido, em 1978, considera que a gastronomia é a mais próxima arte da pintura. Mas também aprendeu as pinceladas infantis com velhas tias, que matavam as tardes húmidas esticando telas, bordando panos, repetindo mortas naturezas, moribundas cenas de caça, ingénuas representações etnográficas.

Depois, partiu, sem bilhete de retorno, à descoberta de sítios, paisagens, museus, mausoléus, poetas, escultores, pintores, gente, cidades com gente dentro, campos infindos com alma pressentida. Correu o Vale de Santarém, Ceca, Meca, a Casa do Diabo, o Cu de Judas, a Canada do Briado... Nunca tirou fotografias, com a presunção de que as pupilas dos olhos estabeleceriam free connection com os infidáveis rams da memória, e que guardaria no disco duro os motivos essenciais do que queria figurar. Enganou-se: reconhece, hoje, que muito jeito lhe daria uma oficina que procedesse a um upgrade no disco duro da moleirinha.

Nunca vendeu um quadro, vejamos bem.

Afirma, no entanto, ter olhos de cartógrafo, mãos impulsivas, índole de gravador. Experimenta, experimenta sempre, nunca estabelecendo, a priori, a técnica que vai utilizar. Deslumbra-se com o exótico, e vai inscrevendo mapas, rotas, mitos, símbolos... crendo, assim simular, em síntese, o que viu em vasos gregos, em paper-rocks indo-americanos, nos flamengos prediletos, nos impressionistas afeiçoados, nos contemporâneos ousados. Confuso, portanto.

Por isso dele dizem: é um poseur! – alça a sobancelha esquerda por detrás das lentes do estigmatismo com desdenhoso trejeito perante a mediocridade e, tão só porque peregrinou as sete partidas e já tem cãs sobejas e aprendizagens múltiplas, nem sequer reage aos que o sussurram como diletante, cultivando uma ironia que, por vezes, roça o sarcasmo impiedoso.

- 'Tou-me maribando! – proclama do pico do Pico da sua altivez senhoril, do cume da sua libertada escravidão, do topo da sabedoria que lhe concedeu o passado.

Nunca vendeu um quadro, mas tem uma invejada coleção de arte, que foi construindo através de trocas com pintores conhecidos e ignorados – desde o Camboja, Rajastão, franças e aragaças, quase todas as presque-íles. E, assim, as suas obras estão dependuradas nos muros dos quintos do mundo.

Afirmam os amigos mais íntimos que do que gosta, mesmo é da blague. E ninguém, como ele, de um modo muito vencidista-esquerdelhista, conforme à sua feição de incorrigível vieux soixante-buitard, négligé soigné, cultiva a amizade seletiva, libertária, boémia e transgressora.

Donde, custa a entender por que, finalmente, resolve mostrar, em exibição, o que tem feito. Por mim, que o conheço há perto de sessenta anos, creio que é por amor às suas Ilhíadas

(ao Pico e à Terceira de afeições terrunhas, primacialmente) e também por vínculos de fraternidade a Dimas Simas Lopes, condiscípulo, utópico como ele que resolve sustentar uma galeria no não-lugar, cartografado no Terreiro do Galhardo, Ladeira Branca, freguesia da Feteira, ilha Terceira, Açores, omphalós, do planeta.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

Uma recente Exposição intitulava-se *As Ilhas Conhecidas - Cartografia e Iconografia*





32. MARIA HELENA ANÇÃ, AVEIRO, PORTUGAL



Maria Helena Ançã (mariahelena@ua.pt), Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores / Universidade de Aveiro, Professora Associada com agregação, Departamento de Educação, Universidade de Aveiro (Portugal).

1. Licenciatura em Linguística (Filologia Românica), Faculdade de Letras de Lisboa (1976)
2. Diplôme d'Études Approfondies (Linguistique et Didactique des Langues Vivantes), Université des Langues et Lettres de Grenoble III / França (1981).
3. Doutoramento em Didática do Português, Universidade de Aveiro (1991).
4. Agregação em Educação, Universidade de Aveiro (2009).

II - Coordenadora do Laboratório de Investigação em Educação em Português / LEIP (no âmbito do CIDTFF, com C. Sá. Responsável pela Linha 2: Português Língua Não Materna (PLNM) e variação.

III - Investigação desenvolvida (essencialmente em PLNM):

- i) Orientação científica de teses de doutoramento (4 defendidas) de dissertações de Mestrado (30 defendidas), pós-doc (1);
- ii) participação em projetos de investigação nacionais e internacionais, como membro ou coordenadora;
- iii) comunicações e publicações nacionais e internacionais várias.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

**TEMA -1.4.2. INSULARIDADES EM CONTEXTO MIGRATÓRIO PORTUGUÊS:
O PAPEL DA LÍNGUA PORTUGUESA,
MARIA HELENA ANÇÃ (mariahelena@ua.pt), CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
DIDÁTICA E TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO DE FORMADORES / UNIVERSI-
DADE DE AVEIRO**

O termo 'insularidade,' em contexto migratório, pode remeter para o modo de estar e de sentir de alguns estrangeiros, quando o não-domínio da língua portuguesa (LP) e das regras socioculturais, neste caso, em Portugal, constituem uma barreira real ou imaginada. Assim, escolhem viver na 'sua ilha' e interagem quase exclusivamente no seio da sua comunidade de origem. Pelo contrário, outros optarão por conservar as suas referências maternas e acrescentar a estas novas referências da sociedade de acolhimento

A fim de ilustrar estas duas situações, apresentaremos um estudo do qual selecionámos duas participantes: uma cabo-verdiana e uma chinesa. Nas suas narrativas são relatados os seus percursos linguísticos e de integração e cuja análise incidiu sobre dois eixos temáticos: *consciência etnolinguística* e *integração* que se especificam, posteriormente, em outros eixos subsequentes.

As narrativas registadas traduzem percursos distintos, quer na LP quer na sociedade portuguesa, com posturas também singulares face à(s) sua(s) LM(s) e ao lugar ocupado por esta(s) no (re)desenho das suas identidades. Paradoxalmente, a locutora cabo-verdiana é aquela que manifesta mais fortemente a sua insularidade, não obstante viver há vários anos em Portugal e ter nascido num país de língua oficial portuguesa.

Palavras-chave: LP, insularidades e imigração, identidade.

1 Introdução

No *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. 5, Morais (1949: 994) define **insularidade** como "a qualidade do que é insular", ou seja, "tornar igual ou semelhante a ilha". Nesta conformidade, *insulares* serão também os cidadãos estrangeiros que chegam a Portugal, movendo-se pouco ou nada na língua do país de acolhimento. Na sua trajetória de integração podem optar por manter a sua insularidade, fechando-se sobre a sua língua e cultura e interagindo apenas no seio da sua comunidade de origem, ou, pelo contrário, mesmo conservando as suas referências maternas, fazem pontes e cruzamentos entre o seu passado linguístico e cultural e o seu presente / futuro na sociedade de acolhimento, (re)modelando, assim, uma nova identidade.

Como afirmam vários autores (Byram, 2006; Deveau, Landry e Allard, 2005) as línguas são símbolos de identidade e usadas pelos falantes para marcar as suas (diferentes) identidades sociais, dado que cada um pertence a vários grupos sociais, e também (etno)linguísticas. Estas últimas apontam para componentes distintas, como a 'autodefinição' (*quem sou eu?* em diferentes planos e situações) e o 'engajamento identitário', remetendo para a significação afetiva dessa identidade (Deveau, Landry e Allard, 2005).

Nesta perspetiva, parece-nos oportuno introduzir o conceito de 'consciência etnolinguística', um pouco na linha de Dabène (1994: 103). Para esta autora, este tipo de consciência permite ao sujeito relacionar o seu repertório linguístico com a sua definição identitária, considerando a língua um elemento "geneticamente constitutivo da sua personalidade"³⁸ e ainda uma marca de pertença a uma dada comunidade.

³⁸ Tradução nossa.



Em contextos migratórios, as identidades vão ganhando novos contornos sociais, culturais e linguísticos, constituindo “nouveaux territoires intimes, nouveaux passages vers l’altérité” (utilizando as palavras de Gohard-Radenkovic e Rachedi (2009), retiradas do subtítulo da obra *Récits de vie, récits de langues et mobilités*). As línguas, com efeito, são apropriadas, e apropriam-nos, nos novos territórios de acolhimento e entram na nossa história de vida, marcando novos traços da nossa personalidade e identidade.

No entanto, é necessário que a integração, em território alheio / nosso território agora, seja uma das finalidades das nossas vivências e que sobre ele um espaço de partilha se construa, sob pena de isolamento (no seu nicho, sua ilha?). Como afirma Pena Pires, a integração designa “o modo como os atores são incorporados num espaço social comum” (2003:13).

A propósito de um estudo com três jovens africanos³⁹, estudantes na Universidade de Fribourg, e no quadro de narrativas [de vida], Gerber clarifica a terminologia, preferindo a palavra ‘adaptação’ a integração. Trabalhando sobre narrativas que são, pela sua natureza, subjetivas, o termo adaptação parece ser mais preciso e adequado:

“Les stratégies [d’adaptation] que nous avons identifiées répondent à des tensions perçus par nos interlocuteurs – dont ils ont eux-mêmes fait l’expérience ou, plus généralement, vécues par le groupe social de “l’étranger visible” auquel ils s’identifient (ou non)” (2009:251)

Por outro lado, e ainda segundo a mesma autora, a narrativa, transmissora de representações individuais, não permite julgar efetivamente o grau de integração dos informantes, mas apenas as percepções das estratégias que utilizaram para “négocier leur place dans la société d’accueil” (Gerber, 2009:251).

2. O estudo

Este trabalho enquadra-se num estudo mais vasto⁴⁰, do qual apenas selecionámos duas jovens imigrantes em Portugal: CV e CH.

CV é uma cabo-verdiana de 34 anos, auxiliar de educação numa Escola do 1º Ciclo, nos arredores de Lisboa. Veio para Portugal há 13 anos. Diz ter o nível de escolaridade correspondente ao 10º ano. Considera sua LM o Crioulo Cabo-verdiano, porque foi a língua com que cresceu, “a primeira língua, a língua do país de origem”;

CH é uma chinesa de 17 anos que frequenta o 10º ano, em Aveiro. Ajuda também os pais no restaurante de que estes são proprietários, residindo esta família em Portugal há apenas 3 anos. Considera o Chinês e o Português como LMs, porque são as línguas que fala melhor e que usa “normalmente”.

Com cada uma destas duas jovens foram realizadas entrevistas semidiretivas, respetivamente na escola onde trabalhava CV e no restaurante dos pais de CH.

Para analisar as suas narrativas elegemos dois eixos temáticos, a saber:

1. ‘consciência etnolinguística’ que contempla a ‘afetividade face às línguas’ (LP e LM / língua materna) e a ‘identidade pelas línguas’ (LP, LM);
2. ‘integração’ que se abre em ‘ancoragem’ e ‘rota’. A primeira representa a forma pela qual a integração é / não é facilitada e processa-se de duas modalidades: modalidade referencial, conhecimento do mundo, da cultura (erudita e / ou do quotidiano), mas também de amigos, familiares; e modalidade linguística, o elo através de (algun) conhecimento da língua⁴¹. Por seu turno, a ‘rota’ consolida-se com expectativas e projetos futuros na LP / pela LP (permanecer em Portugal, partir para outros países de LP...)

3- Esquematizando:

Eixos de análise

1. Consciência etnolinguística
 - 1.1. ‘afetividade face às línguas’
 - 1.2. ‘identidade pelas línguas’
2. Integração
 - 2.1. ‘ancoragem’
 - 2.2. ‘rota’ (Ançã, 2007).

Passemos, então, à análise das narrativas de CV e CH.

3. Consciência etnolinguística

No campo ‘afetividade’, CV centra-se no Crioulo unicamente, não sendo identificada, neste âmbito, a LP. O Crioulo é referido com bastante densidade, porque, por um lado, é mais “natural” e espontâneo (“Falo Crioulo porque eu sinto mais natural”, “Sai automaticamente”), por outro, porque o Crioulo remete para a vida, infância, adolescência, solo materno (“é a alegria, o bem-estar, sei lá, é muita coisa, infância, é adolescência, os amigos, “a terra, é saudade”).

CH tem um forte sentimento de pertença em relação ao Chinês. Focaliza-o com orgulho e alguma nostalgia, pela distância geográfica sentida pela própria e pela distância que a sua língua e cultura apresentam para a maioria dos portugueses:

“O Chinês é propriamente a minha LM, (...) sempre gostei e sei falar bem, aprendi desde pequena.”, “Às vezes (...), há, por exemplo, aqui no restaurante, (...) pessoas [que dizem]: “Olha eu sei falar Chinês!”, não é assim falar bem, mas é umas palavras, uma pessoa sente-se, olha: ele sabe um bocadinho cultura do meu país... sente-se mais contente”.

Quanto ao Português, CH refere-se muito positivamente, afirmando, por três vezes, gostar muito da LP e, além disso, ter jeito (“ Eu acho que tenho jeito para Português, nem sei bem

³⁹ Respetivamente da Etiópia, de Marrocos e do Togo.

⁴⁰ *Aproximações à Língua Portuguesa: atitudes e discursos de não nativos residentes em Portugal* (POCI / CED / 56110 / 2004), projeto coordenado por M. H. Ançã.

⁴¹ Em suma, pretende-se responder a estas questões: de que forma o conhecimento do meu mundo / língua ajuda a minha integração em Portugal? de que forma o conhecimento de outros mundos / línguas ajuda a minha integração em Portugal?



porquê, mas tenho”). De salientar ainda as referências ao Francês, que compara com o Português em termos de línguas próximas (“Para o Francês, a LP dá um bocadinho de jeito (...) são línguas da mesma origem”), mas do qual ‘não gosta tanto’ como do Português.

No campo ‘identidade’, encontramos marcas, quer no discurso de CV quer no de CH.

CV, curiosamente, refere a LP como parte de uma ‘identidade’ adquirida no passado e em construção no presente (“é lembrar da nossa História, (do) que fomos, colonização, imigração”, “é ser um bocadinho cidadão europeu”). Em CV, o Crioulo, sua LM, representa as raízes profundas da sua identidade: “Falar Crioulo é ser cabo-verdiana”, “[é] ser badia⁴², é ser africana”.

Para CH, a primeira língua e a primeira terra são os pilares da sua identidade: “Eu acho que a LM é a primeira língua (...), contacto, depois de nascer”, “[A China] é o país onde nasci, uma pessoa tem sempre uma relação especial com aquela terra”. Contudo, vivendo em Portugal, praticamente não fala Chinês: “Preciso muito mais de Português do que Chinês”.

Verificamos, por conseguinte, que a falante CV apresenta laços afetivos e identitários muito marcados com a sua LM. Na sua voz, a LP representa o passado colonial, sem já o peso ideológico do colonialismo, mas como uma pequena porta para o exterior, uma nova identidade em construção (“[é] ser um bocadinho cidadão europeu”). Em CH, os laços com o Chinês também são evidentes, embora de uma forma, por ventura, mais mítica pelo geograficamente longínquo, e por ter deixado o país natal muito jovem, aos 13 anos e meio. Contudo, a LP é, no presente, a referência quotidiana, enquanto o Chinês, língua de herança, será a matriz e o simbólico. Se, primeiramente, CH afirmou que ambas as línguas eram suas LMs, no decurso da entrevista, os espaços aparecem distintos, embora cruzados: as fortes raízes familiares a que se juntam as novas raízes que começam agora a crescer.

4. Integração

Como já mencionado, este eixo abre-se em duas vias: ‘ancoragem’, ou seja, a forma pela qual a integração foi facilitada (por elos referenciais ou por elos linguísticos) e ‘rota’, projetos / destinos futuros com a LP.

Assim, a ancoragem referencial é muito nítida em CV e muito ténue / inexistente em CH.

Para CV, partindo do pressuposto de que onde há cabo-verdianos, há solidariedade, chegar a Portugal e encontrar parentes ou amigos de amigos facilitou muito: “Mesmo os cabo-verdianos não tendo cá familiares, já têm conhecidos, já têm um amigo (...) já têm um amigo do amigo”. Por outro lado, “já estava preparada”, de algum modo, para viver em Portugal, “porque na escola aprendemos coisas cá de Portugal” (...), “da cultura”.

Para CH, a integração no início, “custou um bocadinho” porque “não conhecia nada”: “É muito complicado viver no meio de pessoas estranhas”, mas rapidamente se adaptou através da Escola e dos colegas e amigos que foi conhecendo. Aliás, a Escola desempenha um papel muito positivo na convivência entre nativos e não nativos (Reste e Ançã, 2011).

⁴² Natural ou habitante de Santiago.

Quanto à ancoragem linguística, as perspetivas são diferenciadas, como expetável. CV conhecia já a língua e um pouco da sociedade portuguesa, enquanto CH não tinha quaisquer conhecimentos.

CH sublinha que a colonização “trouxe coisas boas”, e a LP foi, sem dúvida, uma delas. Chegar a Portugal e saber comunicar, “facilita as coisas”. No entanto, como diz também em relação à LP, nunca necessitou muito de usar esta língua, enquanto estava em Cabo Verde, dado falar sempre Crioulo (“Em Cabo Verde falamos Crioulo no dia a dia”), só quando chegou a Portugal, se apercebeu da sua importância:

“Depois de eu ter vindo para cá, eu percebi melhor o Português, qual é a necessidade de falar, qual a importância de falar o Português e de saber falar Português (...) porque são falhas que no meu caso trouxe desde a escola, nunca, nunca dei muita importância, n’ é? até que eu tenho dificuldades em falar Português (...)”

As dificuldades linguísticas, que a locutora CV diz sentir, nunca foram colmatadas. Não investiu posteriormente numa aprendizagem mais sistemática da LP, como fazem alguns estrangeiros, nomeadamente os ucranianos que investem numa autoaprendizagem e / ou procuram aulas de LP em Centros ou Associações, em Portugal (Ançã, 2008). Este facto leva CV, de algum modo, a fechar-se na ‘sua ilha’ e a contactar essencialmente com cabo-verdianos, seus vizinhos e amigos.

Quanto a CH, quando chegou a Portugal, não sabia falar a língua do país. Sentia-se de princípio muito sozinha. Contudo, por frequentar a Escola, com rapidez aprendeu a LP, e cedo se sentiu falante desta nova língua, tendo compreendido imediatamente que esta seria uma ‘chave’ para a sua inserção e sucesso escolar e social. Desde logo a considerou LM a par do Chinês.

Podemos concluir que a LM e os saberes referenciais anteriores não tiveram grande impacto nestas entrevistadas. No entanto, CH ultrapassou as barreiras socioculturais e linguísticas, porque o meio em que se movia lhes facilitou a descoberta e a construção de âncoras. CV, com um percurso linguístico que passou (muito?)⁴³ pela LP e possuindo várias referências culturais, é aquela que parece menos ‘ancorada’. Trabalha num bairro e numa escola onde predominam cabo-verdianos e os seus amigos são principalmente de Cabo Verde.

Recuperando Gerber (2009), podemos afirmar que as estratégias de adaptação de CH para se ancorar na sociedade portuguesa passaram pela grande vontade e predisposição (nas suas palavras), para a aprendizagem da LP. Quanto a CV, apenas lamenta as suas fracas competências em língua (do seu ponto de vista), limitando-se a ouvir falar Português para ‘aprender qualquer coisa’ (“ouvindo as pessoas”, “estar atento”).

No que toca à ‘rota’, perspetivada esta como inscrição no futuro, apresenta-se deste modo: a rota de CV é vaga, afirma querer ficar em Portugal e “ir a Cabo Verde, só de férias”. Pelo contrário, no caso de CH, a rota está traçada. CH pretende licenciar-se em Medicina, em Portugal, ser médica neste país, mas põe a hipótese de ir à China aprender Medicina Oriental

⁴³ O Português é ainda a única língua oficial em Cabo Verde, embora se estejam a criar condições para que o Crioulo tenha o mesmo estatuto.



e voltar para Portugal com os novos conhecimentos: [quero]“aprender alguma coisa lá e depois voltar para cá”.

Sintetizando: no campo ‘integração’ as duas vias, ancoragem e rota, que a sustentam, vão a par. De um lado, temos CV, do outro lado, CH. CV isola-se na sua insularidade, revendo-se apenas nos seus pares, é imprecisa, não quer ter muita ambição, pretende somente permanecer em Portugal, sem grandes projetos. A outra jovem define a sua rota, com amarras cada vez mais sólidas a Portugal, sem, no entanto, se desligar da herança do Oriente.

5. Comentário final

Como pudemos constatar, os modos de viver *insularidades* são distintos nestas duas jovens entrevistadas. A cabo-verdiana que vive em Portugal há mais de uma década, e aprendeu em Cabo Verde a língua oficial, não considerou necessário desenvolver competências de adaptação linguística, – embora não tivesse tido uma prática diária de LP no país natal –, nem desenvolveu competências de adaptação a nível sociocultural. O seu (não?) saber-viver na língua e no território transformou os seus horizontes numa espécie de fronteira. Digamos que a adaptação é um patamar anterior à integração, no qual o sujeito desenvolve estratégias e competências que conduzem à integração propriamente dita. Foi o caso de CH, que tendo chegado a Portugal sem quaisquer saberes anteriores, em pouco tempo construiu sólidas âncoras, que tornaram a sua ilha num lugar mais amplo e habitável, onde o ocidente e o oriente se cruzam, mas não se fecham.

6. Referências bibliográficas

- Ançã, Maria Helena (2007), “Ser e estar nas línguas: relato de três mulheres imigrantes em Portugal”. In Ana Paula Pedro, António Martins e Carlos Fernandes (coord.). *Congresso Educação e Democracia. Representações sociais, práticas educativas e cidadania*. Aveiro: Departamento de Ciências da Educação / Universidade de Aveiro, 389-397 (CD-ROM).
- Ançã, Maria Helena (2008), “Apropriação da Língua Portuguesa: o exemplo de um público ucraniano adulto e jovem adulto”. In Paulo Osório e Rosa Meyer (orgs. e coords), *Português Língua Segunda e Língua Estrangeira – Da(s) Teoria(s) à(s) Prática(s)*. Lisboa: LIDEL Editores, 119-137.
- Byram, Michael (2006), *Langues et identités. Étude préliminaire. Langue de scolarisation*. Strasbourg: Division des Politiques linguistiques.
- Dabène, Louise (1994), *Repères sociolinguistiques pour l'enseignement des langues*. Paris : Hachette.
- Deveau, Kenneth, Rodrigue, Landry et Allard, Réal (2005), “Au-delà de l'autodéfinition. Composantes distinctes de l'identité ethnolinguistique” in *Érudit*, 20, 79-93
- Gerber, Alexandra (2009), “Le récit de vie, un récit initiatique révélateur d'un double processus de médiation. Le cas d'étudiants africains dans le contexte fribourgeois”.

In Aline Gohard-Radenkovic, et Lilyane Rachedi (dir.) *Récits de vie, récits de langues et mobilités. Nouveaux territoires intimes, nouveaux passages vers l'altérité*. Paris: L'Harmattan, 251-267.

- Gohard-Radenkovic, Aline et Rachedi, Lilyane (dir.) (2009), *Récits de vie, récits de langues et mobilités. Nouveaux territoires intimes, nouveaux passages vers l'altérité*. Paris: L'Harmattan.
- Morais Silva, António (1949), *Grande Dicionário de Língua Portuguesa*, vol. 5. Lisboa: Editorial Confluência.
- Reste, Carmen D. e Ançã, Maria Helena (2011), “Gostar da pessoa pelo que ela tem dentro...relações de convivência entre alunos autóctones e alunos estrangeiros” in *Indagatio Didactica*, vol.3, 1
- Pena Pires, Rui (2003), *Migrações e Integração*. Oeiras: Celta Editora.

33. MARIA TERESA BUONAFINA, Escola Municipal de Ensino Fundamental Des. Amorim Lima, São Paulo, BRASIL

34. MARIA ZÉLIA BORGES, S. PAULO, BRASIL.



MARIA ZÉLIA BORGES é Mestre e Doutora em Letras / Linguística pela Universidade de São Paulo. Exerceu o magistério durante cinquenta anos. Depois de lecionar na rede pública e particular no nível básico e médio em Minas Gerais e São Paulo, foi professora titular de Linguística no Programa de Pós-Graduação e na Faculdade de Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, onde lecionou durante trinta e quatro anos. Destaca-se em sua produção: participação em congressos nacionais e internacionais; pesquisa e publicação de artigos, bem como livro com estudos em Lexicologia e sobre peculiaridades do português do Brasil. Agora, aposentada, trabalha apenas naquilo que lhe dá prazer: pesquisas de léxico, de vocabulário, enquanto namora sua terra, Portugal e Açores, nesta ordem.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

TEMA 1.1. UMA OBRA DE MEMÓRIA DA SERRA: O CAIXÃO DAS ALMAS, M^ª ZÉLIA BORGES, UPM, JUBILADA



Uso, em mote, trecho de um poema de Vilca Marlene Merízio, para tratar de um livro de Antropologia. Altero o poema em sua partição de versos, para que melhor sirva a meu propósito:

Hoje, só as pontes construídas
pelo fio da memória,
que, às vezes se perde, mas logo re-
torna,
tecem a história,

O livro de Antropologia, da autoria de Dr. Alberto Martinho – *O caixão das almas* foi usado na elaboração de sua dissertação de mestrado. Homem voltado para o futuro, pois era, então, professor a preparar jovens para profissão na vida adulta, foi sagaz ao registrar a memória de sua aldeia, ciente de que um povo que não preserva seu passado não saberá construir seu futuro.

Na obra em questão, usa a memória de uma taberneira da Aldeia da Giesta, na Serra da Estrela, Portugal, calcada em fatos que parecem tecer obra de ficção, em autobiografia, mas baseados em justa teoria, cujos tópicos se apresentam apenas em uma introdução e em índice remissivo aposto no final do livro.

Simultaneamente, sua obra se presta a estudo de língua portuguesa, pois ressalta, em grifos e explicações parentéticas, questões relativas a variantes lexicais, interessando, portanto, a estudiosos da Lusofonia.

O autor do livro

Alberto Trindade Martinho nasceu na Aldeia de Giesta, onde se passam os fatos narrados em *O caixão das Almas* □ desigualdade social numa aldeia serrana. Deu este nome a sua aldeia natal assim como buscou pseudónimos para seus habitantes em respeito à privacidade a que têm direito seus sujeitos e a comunidade em foco. Contudo, acabou por revelar o nome real da vila porque, em nota de rodapé, à página 29, afirma ter indicado sua população de 682 residentes (em Martinho, 1972). Mas em notas biográficas apostas à orelha da primeira capa inclui entre suas publicações uma única obra de 1972, *Sabugueiro, uma Aldeia da Serra da Estrela*. Parece que estamos diante de um ato falho que acaba por revelar o nome da aldeia que camuflou em *Caixão das Almas*. Junto desta indicação aparecem duas outras referentes à mesma Serra: *O Pastoreio e o Queijo da Serra* (1978) e *O Queijo da Serra* (1980).

Justifico minha afirmação de que o Dr. Martinho é homem voltado para o futuro enquanto professor por longos anos, a preparar jovens para profissão na vida adulta, mas trabalha na preservação da memória de sua terra com sua obra escrita, à frente de proposta de concessão de título de Professor emérito do Instituto Politécnico da Guarda, em sua Escola Superior de Turismo e Hotelaria (ESTH). Tal proposta foi assinada pela Diretora da ESTH, (Prof. Anabela Sardo), pela Presidente do Conselho Técnico-Científico, (Prof. Zaida Pinto Ferreira) e pelo Presidente do Conselho Pedagógico, (Prof. José Alexandre Martins). Justificam sua proposta alegando ser o Professor:

- Figura de relevo no mundo empresarial, tanto a nível regional como nacional, com destaque no setor do Turismo, área de estudos da ESTH;
- Professor em vários graus de ensino, nomeadamente no Ensino Superior, tendo lecionado na Universidade Católica Portuguesa, durante 17 anos, e na Escola Superior de Turismo e Hotelaria – IPG, durante os últimos 8 anos;
- Ao longo do seu percurso académico, o Professor tem evidenciado um profundo interesse na:
 - o Área de investigação - realização de comunicações, artigos, projetos nacionais e internacionais, bem como participação em coordenação científica de estudos e em júris de Mestrado e de Licenciatura;
 - o Área pedagógica – lecionação de unidades curriculares no âmbito da Sociologia, Antropologia e Património Histórico-Cultural, entre outras, ao nível de Licenciaturas e de Mestrados; orientação de estágios e pirulitos de fim de curso;
 - o Área administrativa – participação em vários órgãos da ESTH e de outras instituições externas de reconhecido interesse público, relacionadas com as áreas de formação do IPG;
- Foi autor e coautor de inúmeras publicações, quer de artigos quer de livros, com temáticas relevantes para as áreas de formação da ESTH / IPG, bem como para a região em que esta instituição se encontra inserida;
- Elemento de renome na sociedade civil, em particular no Concelho de Seia e Distrito da Guarda, com ligação a diversas instituições e associações, tanto locais como nacionais, de interesse para o desenvolvimento do projeto educativo da ESTH / IPG;

A obra *Caixão das Almas*

Uso, em mote, trecho do poema “Quem me traz alecrim?” de Merízio (2011: 45), para tratar de um livro de Antropologia. Altero o poema em sua partição de versos, para que melhor sirva a meu propósito:

Hoje, só as pontes construídas
pelo fio da memória que,
às vezes se perde, mas logo retorna,
tecem a história.

Assim, o livro resultante de pesquisa antropológica, da autoria de Alberto Martinho – *O caixão das almas* – foi elaborado inicialmente como dissertação de término da Licenciatura, em 1972 e, posteriormente, revisto e publicado em 1998.

Em sua visão crítica da Antropologia, Lalande (1993: s / n) afirma:

A antropologia é [...] um grupo de ciências que têm como objeto comum o homem, por um lado, na sua natureza física e mental e, por outro, no seu desenvolvimento histórico e pré-histórico. Ela também compreenderia, pois, neste sentido, toda a psicologia humana, a moral, a história, a ciência das artes e das religiões [...] Consequentemente, uma obra de antropologia se vale muito da memória



A obra que ora nos ocupa usa a memória de uma taberneira da Aldeia da Giesta, na Serra da Estrela, Portugal, calcada em fatos que parecem tecer obra de ficção, em forma de autobiografia, mas baseados em justa teoria, cujos tópicos se apresentam apenas em uma introdução e em índice remissivo apostos no final do livro. É justamente isto que permite uma leitura agradável: embora se trate de uma pesquisa de antropologia, desenvolve-se como uma novela de costumes.

Simultaneamente, a obra se presta a estudo da língua portuguesa, pois ressalta, em grifos e explicações parentéticas, questões relativas a variantes lexicais, interessando, portanto, a estudiosos da Lusofonia.

A obra contém pequena introdução que nos apresenta seu fulcro e objetivo □ “o estudo da desigualdade social, numa aldeia serrana” (Martinho, 1898: 11).

Para a consecução deste objetivo, analisa a ocupação dos sujeitos, as festas e a taberna. A ocupação dos sujeitos permitiu-lhes mobilidade social; as festas foram “válvulas de escape em relação à tradição” (idem, p.17) seja na competição nos leilões, seja nas comidas e bebidas consumidas, seja no vestuário usado. A taberna é o espaço onde todos se reúnem, é o espaço da troca de bens e de ideias. Também nela se pedem conselhos para o casamento, dinheiro para compra de animais, de terras, de casas e até para despesas da consulta à bruxa. Aberta 24 horas, sem folga semanal, Somente as mulheres não eram delas assíduas, aparecendo apenas para a compra de víveres e de alguma roupa. Unicamente a mulher de hábitos mais dissolutos a frequenta. É nela que se agrupam rapazes, se inicia a convivência e se ajustam contas.

Martinho (idem: 14) apresenta esquematicamente a mudança dos diversos grupos sociais nas figuras 1, 2 e 3, aqui transcritas *ipsis litteris*. Veja-se imagem abaixo.

Destaco mudança de condições de vida da taberneira: nascida no setor 3 da pirâmide e que ascende até o de número 2 na vida adulta. Não comentarei a ascensão de outros grupos ou pessoas para não me alongar demais.

Nascida em 1921 em péssimas condições: 11ª entre 13 filhos, seu parto ocupou quase oito dias. Um velhota “aparraram-na”¹ em um avental sujo, pois não havia médico. A mãe, não produzindo leite, alimentava-a com um pano molhado em água e torcido em um pouco de açúcar e lhe dava umas colheres de leite de ovelha para “arribar”.

No batismo teve irmãos por padrinhos e a água usada para aspergir sua cabeça foi trazida da fonte. No almoço comemorativo havia porco morto na véspera e embutidos.

A comida imprópria e o frio faziam-lhe crescer o ventre, ao que a mãe chamava “ar dos anjos” (Martinho 1998: 30). Quando seu ventre crescia, era levada à casa de uma tia para “erguer o ventre (esfregava-me a barriga com azeite e ligava-me à volta dos intestinos com um pano branco. Ao mesmo tempo ela rezava a rezada do olhado, para afastar as bruxas que faziam mal às crianças” (Idem: 31). Era levada pela mãe ao colo quando esta transportava comida para os irmãos que trabalhavam na lavoura. (Na volta, com a filha nos braços, a mãe transportava lenha na cabeça). Depois de dois meses do nascimento, já lhe davam pequena colher de sopa de couve temperada com um naço de carne. Era enrolada em farrapos de roupas velhas cortadas. Dormia com os pais e como urinava nos cobertores, uma vez que não havia lençóis, a cama cheirava mal e os cobertores, secos à lareira, cheiravam a fumo. Perdeu três irmãos, tornados “anjinhos”.

A taberneira, narradora onisciente, lembra seus primeiros passos, quando acariciava o cão que a lambia. Mais crescidinha, seguia a mãe que “fazia a vida da casa”. Ajudava na ordenha das cabras e ia à escola apenas nos dias de chuva. Já aos oito anos foi forçada a deixar a escola.

Perpassada sua infância, volta-se para a adolescência e os deslocamentos invernais dos homens da família.

De sua adolescência, conta que ficou sozinha em casa, pois a mãe estava muito doente. Assumiu todas as tarefas. Pouco frequentava os bailaricos dominicais com os jovens de sua idade, calçados de tamancos e tamancas enquanto os homens adultos bebiam vinho nas duas tabernas existentes na vila. Seus irmãos dormiam todos no palheiro dos animais na parte mais elevada, um meio-soalho. Seus pais ocupavam um quarto enquanto as meninas dormiam todas juntas num mesmo colchão, noutro pequeno quarto, onde a cama era umas tábuas corridas, com um colchão cheio de palha de centeio. Por mobília, numa salinha, havia apenas uma mesa com dois bancos corridos onde se matava o porco na rua e uma arca de pinho onde ficavam todas as roupas de vestir.

Já na fase de namoro, destaca as brincadeiras e brinquedos dos jovens, arrolando-os e descrevendo-os (pp 45 a. 47): saltivão, jogo do coque, o agarra, o jogo dos púcaros, jogo do pau. Deter-me-ei, no próximo tópico apenas no primeiro jogo apontado, para não me alongar em demasia.

O namoro dos filhos era problema a ser evitado pelos pais que se esforçavam para retardar os casamentos já que precisavam de braços para o trabalho. Relativamente a namoro e casamento há vários termos comentados no tópico seguinte. A gravidez antes do casamento era fortemente censurada.

Relata, com riqueza de detalhes, seu casamento, o ritual, as festas da boda e os presentes recebidos, destacando como mais importante o calçamento na Igreja. Relata a divisão de tarefas entre marido e mulher, bem como as relações familiares, a bem dizer, as implicações entre membros da família. O marido trabalhava com o pai e dois irmãos numa sociedade bastante informal, na compra de lã das ovelhas por todo o país. Seus primeiros tempos de casada foram bastante trabalhosos, ocupando-se ela das tarefas da casa e da venda de pão e de centeio, transportados na cabeça e no plantio de batatas. O princípio de vida do casal, segundo Maria Serrana, a narradora-personagem, foi bastante penoso, de poupança forçada, quando até evitavam o consumo de vinho: este vinha de fora e era muito caro.

Nascido o primeiro filho deixava-o sob a guarda do sogro na taberna e na mercearia. No ano seguinte ao casamento seu sogro deu uma loja com alvará de taberna para ser explorada pelos três filhos com a seguinte recomendação: “As mulheres (noras) não podem lá por as patas” (Martinho 1998: 64). Após um ano de abertura da loja o sogro permitiu que as noras atendessem aos fregueses. Começou entre eles a concorrência e o despique (definido no próximo tópico). A mãe incentivava sempre a rivalidade entre os irmãos, que acabaram por se separarem nos negócios.

Estrutura do Poder e da Riqueza dos Grupos Sociais da Aldeia da Giesta

Figura Nº 1
- ANTES DE 1960

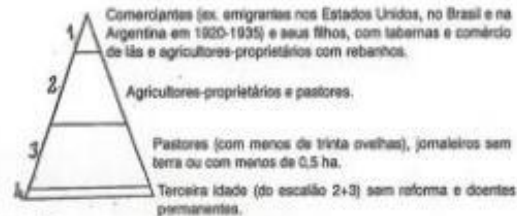
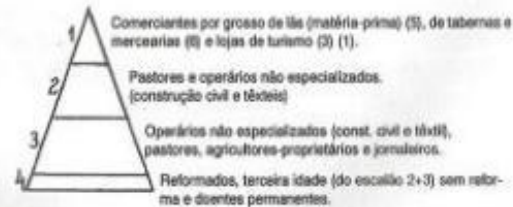
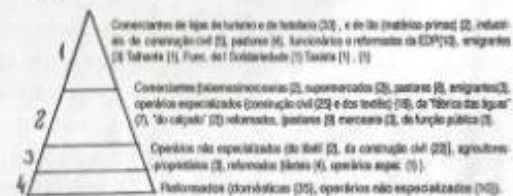


Figura Nº 2
- DE 1972



(1) Três comerciantes de lã eram ao mesmo tempo, proprietários de três tabernas e dois detinham também as três lojas de turismo.

Figura Nº 3
- DE 1998



(1) Duas indústrias de construção civil possuem, ao mesmo tempo dois estabelecimentos de têxteis. Dois comerciantes de lã também possuem simultaneamente duas lojas de turismo.

Morto seu marido, após longo sofrimento com a tuberculose, Maria Serrana ainda permaneceu trabalhando ligada a um cunhado até 1971, quando comprou sua parte na sociedade. A

partir de então, ficava dia sim, dia não na taberna e assim passou a observar as mudanças ocorridas na aldeia: situação dos trabalhadores, seus meios de locomoção e suas roupas. Sirvam de exemplo para cada item: jornaleiro (Martinho 1998: 82); motorizada (Idem); moto, camisola de raixa (Martinho 1998: 82). Como taberneira, podia observar hábitos alimentares e de outros consumos de seus conterrâneos e de aldeias vizinhas; também hábitos religiosos e de festas.

Registra no decorrer de toda sua vida, ditos de sua gente, com tom proverbial, dos quais compraz-me anotar alguns: “O pão quente traz o diabo no ventre” (p. 34); Andar na serra é andar na guerra” (40); O bêbado e o borrachão dizem o que têm no coração” (p. 222). A justiça é de tarraixa (sic), tanto alevanta como abaixa” (p. 143).

Restam mais dois capítulos no livro: A viuvez e a morte, seguido de um Epílogo, sobre o qual poderíamos tecer comentários. Desta parte, apraz-me ainda registrar alguns nomes próprios, pelo que têm de graciosos, divertidos e envolventes: José do Casaco (p. 139) António do Forreta (p. 145) Fernando da Arisca (p. 146). Henrique da Cova (p. 147) Laurindo do Alto (148) Rosa dos Cestos (p. 150).

Mas vai-se esgotando o limite de páginas e o tempo para nossa comunicação corre célere. Por isto vejo-me forçada a passar para o tópico seguinte antes de finalizar.

Vocabulário característico da obra

O vocabulário é memória do linguajar da Serra, pois registra variantes locais no sentido e na forma de alguns termos, usados sobretudo pela taberneira narradora, Martinho cuidou de ressaltar tais vocábulos com o destaque gráfico de aspas, ou apodo-lhes explicações entre parênteses. Destaco alguns para comentar e o faço em ordem alfabética:

- **Anjinho**

O DH diz ser a expressão de uso informal para designar “criança morta no início da infância” O DPE vê a expressão como de uso popular.

- **Aparar**

O DH como regionalismo do NE do Brasil quando usado no sentido de “dar assistência a (parto)”. O DPE não registra tal sentido.

- **Arrebantar, fragão e mocha**

“Uma cabra mocha tinha caído de um fragão e arrebantou” (Martinho 1998: 79)” Temos aqui três vocábulos explicados pelo autor em notas de rodapé, na mesma página:

arrebantar: rebentar os intestinos e o estômago;

fragão: pedra de granito grande. O DPE registra a forma apenas como aumentativo de fraga (esta última forma sim, registrada como 1. rocha escarpada; penhasco; rochedo; 2. calhau grande; pedregulho;

mocha: sem chifres. No DPE o vocábulo masculino aparece com significado de 1. diz-se do animal que não tem armação porque lha cortaram ou porque nasceu sem ela, devendo tê-la; 2. mutilado; No feminino significa apenas cabeça (gíria),

No DH a forma masculina significa “desprovido de chifres, ou com os chifres aparados. E a feminina designa “a fêmea do mocho.

- **Arribar**



O DH registra sem observação quanto a regionalismo ou qualquer uso especial com o significado de ‘melhorar de saúde, de sorte ou financeiramente’. O DPE não registra tal sentido.

- **Caixão das almas**

Martinho (1998: 162) comenta em nota de rodapé: “O caixão das almas era, no entanto, a última marca de desigualdade (invisível), no contexto da tradição. Anteriormente, p. 76, explica a lexia: “[...] havia pessoas que não deixavam quaisquer haveres ou dinheiro. Então ia-se buscar ao sobrado da sacristia que confina com a igreja, o caixão das almas. No fundo, este caixão das almas era composto por umas tábuas grossas, dispostas na horizontal com outras tábuas pregadas ao lado, onde o corpo era depositado e levado até o cemitério. Depois do corpo baixar à sepultura, trazia-se, de novo o caixão das almas, para a sacristia, servindo este novamente, quando morresse alguém e não tivesse ‘eira nem beira’, isto é qualquer casa ou palheira, alguma ‘courela’ ou dinheiro para comprar um caixão.”

Procurei pela expressão e encontrei variantes dela, no Google: Caixão de São Vicente, Caixão da Irmandade de S. Vicente, Caixão de São Vicente de Paula, Caixão dos Pobres, Caixão das Almas. Lembro-me de que, na minha cidade natal, no sul de Minas Gerais, havia, no necrotério da Santa Casa um caixão nesses moldes. Fui, então, procurar outras pessoas que se lembrassem dele e encontrei uma apenas² Acontece que esta pessoa, um pouco mais velha que eu, morava também na mesma rua em que ficava a Santa Casa (eu morava, na minha infância, em frente a mesma) e se referiu ao objeto como “caixão dos pobres”. Meus inúmeros irmãos, com os quais não fui criada, pois vivi sempre com minha avó materna, não conhecem tal sintagma cristalizado. Austregésilo de Athayde foi um dos que a ele se referiu.

- **camisola de racha / raixa**

Martinho explica entre parênteses (p. 82): de pano de lã com desenhos à frente em pano preto às tirinhas (sic).

O DPE define o vocábulo como substantivo feminino, de origem obscura, que designa “pano grosseiro de algodão. E O DH registra-o com o mesmo significado sob a observação “diacronismo antigo”.

- **Chibarro**

Vocábulo definido em Martinho com nota de rodapé, à p. 79: cabrito com um a dois anos. O DPE registra o vocábulo como “1. bode novo, castrado; chibéu; chibato”. O DH também registra o vocábulo tendo entre seus significados.

- **courela**

Na definição de caixão das almas aparece outra palavra explicada pelo autor: courela. Sua explicação vem em nota de rodapé, à mesma p. 76: “pequena propriedade que não excede 200m²”. O vocábulo aparece dicionarizado em Portugal como “nesga de terra de cultivo” (DPE) No Brasil, o DH registra o vocábulo como variante de coirela, considerando-o diacronismo antigo, que designa medida agrária correspondente a 100 braças de comprimento por 10 braças de largura.

- **Desmancho e já vai de pipo**

Expressões relativas a gravidez explicadas por Martinho (1998:47). Contudo desmancho aparece no DPE e no DH, como expressão popular para aborto. Ir de pipo aparece no DPE apenas, na forma popular andar de pipo, significando “estar grávida”.

- **Despique**

O DPE define o vocábulo como 1. Desafio 2. Desforra; vingança; 3. situação em que os cantadores respondem um ao outro, improvisando. É o DH que depois de definir como vingança, desforra, atenta para sua condição de regionalismo em Portugal, com o significado de “competição entre duas ou mais pessoas; rivalidade, confronto, luta”.

- **Fazer a vida da casa**

Expressão explicada entre parênteses (Martinho, 1998: 33) como: cozinhava a comida nas trempes, à lareira e nas panelas de ferro. Ao mesmo tempo lhe ensinava orações.

- **Ficar empenhado**

O verbo empenhar não constitui variante da Serra, embora apareça explicado entre parênteses por Martinho (1998:47). Tal verbo já aparece no DPE com o sentido de “contrair dívidas”.

- **Jornaleiro**

Martinho (1998: 82) assim define, entre parênteses, trabalhador que “vende alguns dias.

- **Motorizada, mota**

Martinho nem explica a palavra motorizada que aparece à p. 82 de sua obra. Ela aparece definida no DPE: substantivo feminino, “veículo de duas rodas com motor de cilindrada inferior à de uma motocicleta”; O DPE registra mota¹, como substantivo feminino, forma reduzida de motocicleta; mota², como substantivo feminino 1. aterro à beira dos rios para resguardar os terrenos marginais das inundações; 2. terra amontoada junto do tronco ou da haste de uma planta; e mota³, também substantivo feminino, designação dada em Timor aos cursos de água.

No Brasil, o DH registra também três formas, mas apenas mota² nos interessa aqui. Define-a como a forma de mesmo número em Portugal, afirmando ser regionalismo, de uso informal

- **Queijo encolhido**

O adjetivo caracteriza queijo com defeitos, segundo explicação dada entre parênteses (Martinho 1998: 40). O sintagma cristalizado não aparece nos dicionários aqui citados nem em alguns outros, dicionários regionalistas do Brasil, também consultados. desviando-se do sentido original do vocábulo, tal como está dicionarizado tanto no Brasil como em Portugal. O adjetivo encolhido significa, 1. que se encolheu, diminuído; contraído, encurtado; como adjetivo e substantivo masculino 2. que ou aquele que se mostra acanhado, tímido, retraído ou sem energia. O sentido de defeituoso aparece atribuído apenas no linguajar da Serra da Estrela.

- **Saltivão**

Martinho (1998: 45), descreve o jogo assim nomeado: “Enquanto uns [rapazes] curvavam o corpo (a 45 graus) outros saltavam por cima, colocando, em seguida, o seu corpo na posição curva para os outros saltarem” O DPE corrige para saltinvão e dá o sinônimo eixo. Apresenta-lhe a etimologia: “de salto+em+vão”. No DH, rubrica ludologia, aparece como carniça, regionalismo do NE do Brasil. Tal dicionário apresenta os sinônimos pular carniça, eixo, eixobadeixo. Conversei com pessoas da minha geração que afirmam ter o jogo o nome de pular gela no Sul de Minas Gerais e pular sela em São Paulo. O segundo nome é confirmado no Google, por Tatiane Costa (Google: 25-10-2008.).

- **Tamanco, tamanca**



Na obra em foco, o autor não faz destaque gráfico nestes vocábulos como nas demais variantes, consideradas como tais na Serra. Segundo o DPE, O DPE define igualmente as duas formas: “calçado rústico, de couro grosseiro e base de madeira”. Em Portugal a forma feminina aparece em apenas uma locução: pôr-se / ter-se nas suas tamancas, isto é, “não ceder, teimar, sustentar a sua posição digna”, A forma masculina aparece em entrar de tamancos, isto é “intervir de forma pouco subtil, grosseira”.

O DH dá como sinônimas a forma feminina e a masculina. Mas, na entrada tamanca, diferencia uma da outra, ao afirmar que a tamanca é “tamanco baixo, de entrada aberta, usado especialmente por mulheres; taroca” Esta última forma é apontada como regionalismo de Portugal (dialeatismo). Em locução cristalizada: temos, no Brasil as formas nos dois gêneros em duas entradas, com os mesmos significados de Portugal: a) pisar nas tamancas(os) e entrar de tamancos. Considera como Regionalismo: Brasil. Uso: informal., uma terceira locução, trepar-se nas tamancas, “zangar-se, irritar-se; crescer nos cascos”, esta sim, apenas com a forma feminina.

• Súcia

Parece interessante a evolução do vocábulo súcia. O DH registra-lhe a etimologia; regressivo, de sociedade (pronunciado à lusitana suciedade), de caráter burlesco; ver soci-; f.hist. a1805 sucia. O dicionário registra-o como forma obsoleta em 1 Diacronismo: obsoleto. assembleia, sociedade, convívio familiar. Mais dois outros significados que lhe dados: 2 reunião de indivíduos de má índole ou de má fama; malta, bando 3 Regionalismo: Brasil. festa familiar; pagode. O Dicionário da Porto Editora só registra significado pejorativo. O livro de que ora tratamos, às pp 19 e 20, lhe dá o significado entre parênteses: confraternização. E usa a palavra em contextos de reuniões comemorativas, de momentos de lazer. Na Serra, a palavra recuperou seu sentido original. Martinho (p. 19) afirma: “É na taberna que o rapaz se inicia na vivência grupal harmônica, com a súcia (confraternização), mas ‘também é aqui que se ajustam as contas de uma questão conflitual que, por vezes, acaba dirimida à facada”. Ao que Martinho acrescenta: “A taberna é, pois, um espelho da aldeia, que reflete as imagens dos vários grupos domésticos, quer através das marcas visíveis (o que se come, o que se bebe, o que se veste, o que se diz nas conversas), quer através das invisíveis, materializadas nos livros de registros dos gastos [...]”

Já anunciei de antemão meu cuidado para não ultrapassar limites de espaço e tempo para minha fala. Quero, porém, incluir uma observação: o livro de que aqui falo é obra de ciência, mas sem o ranço do cientificismo, definido pelo DH em seu uso pejorativo ou seja “tendência a valorizar excessivamente as noções científicas, ou pretensamente científicas, em qualquer campo da vida prática, intelectual ou moral”. Ao contrário, dá lugar a tópicos curtos de teoria antropológica e detém-se numa novela que nos permite leitura amena e pitoresca.

Mais pitoresca se tornará ainda depois de conhecerem a Serra da Estrela, hospedando-se na Quinta do Crestelo, refúgio campestre, do qual uma colega brasileira, que foi comigo por lá, assim escreveu em seu diário de viagem: “Hotel Fazenda magnificamente equipado com recursos bem rurais, mas um rural ‘civilizado’, regado a bom gosto nos mínimos detalhes”. (Guimarães, 2012: inédito, por enquanto) Junto minha voz à dela para decantar a delícia do cardápio, a gentileza, a disponibilidade dos funcionários que lá nos recebem.

Acrescento que meu texto é também meu modo de agradecer à generosidade aliada ao talento do Dr. Martinho, que faz, além de textos, obras outras que dignificam sua terra.

Nota de rodapé

1 Os termos com destaque gráfico, quer os grafados em itálico, quer os grafados entre aspas, aparecem comentados no tópico seguinte. Intitulado Vocabulário característico da obra
2 Pessoa entrevistada: Margarida Maria Martins, ex-professora, na cidade de Cristina, Sul de Minas Gerais

Abreviaturas e siglas

a1805 – antes de 1805

f.hist. – forma histórica

DH - Dicionário Houaiss

DPE -Dicionário da Porto Editora

NE – Nordeste

Referências bibliográficas:

- COSTA, Tatiane – Brincadeira Pular sela (ou carniça). http. Disponível em 15de outubro de 2008.
- Dicionário PRO de língua portuguesa. Porto: Porto Editora, 2005. Licença de uso em versão eletrônica renovada em outubro de 2011.
- GUIMARÃES, Elisa □ Diário de Viagem (março / abril de 2012, inédito)
- HOUISS, Antônio (2001). Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva.
- LALANDE, André □ Vocabulário técnico e crítico da filosofia. Trad. Fátima Sá Correia. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- MERÍZIO, Vilca Marlene □ Janelas da alma. Livro de desejos e afetos. Florianópolis: Papa-Livro, 2011.

35. MARLIT BECHARA, RIO DE JANEIRO, BRASIL, ASSISTENTE PRESENCIAL



É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.



36. PERPÉTUA DOS SANTOS SILVA, SANTARÉM, PORTUGAL



Perpétua Santos Silva é socióloga, investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – CIES / ISCTE-IUL, na linha de investigação “Processos de Recomposição Social e Reconfiguração Cultural”, e docente na Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Santarém.

As suas principais áreas de interesse são: metodologias de investigação, sociologia da cultura, sociologia da língua, etnicidade, migrações e identidades. Concluiu recentemente doutoramento subordinado à temática da língua e da cultura portuguesas em Macau.

É SÓCIO DA AICL.

TEMA 1.4.0. PATRIMÓNIO DE ORIGEM PORTUGUESA EM MACAU: ALGUMAS REPRESENTAÇÕES DE ESTUDANTES CHINESES, PERPÉTUA SANTOS SILVA, INVESTIGADORA DO CIES-IUL, DOCENTE NA ESCOLA SUPERIOR DA EDUCAÇÃO DE SANTARÉM

1. Introdução

Macau, conhecida como cidade do jogo, viu, em 2005, um conjunto de monumentos serem classificados como Património Mundial da UNESCO. Refletindo o processo de desenvolvimento da antiga cidade portuguesa ao longo da história, o conjunto classificado representa a simbiose e intercâmbio de culturas em Macau, revelando-se da maior importância na construção de uma imagem multifacetada da cidade, incorporando aspetos que ultrapassem a sua reputação como uma *Las Vegas asiática* potenciando a sua singularidade patrimonial e cultural.

Estudos recentes têm abordado a questão da formação da imagem de Macau enquanto destino turístico (Choi, Lehto e Morrison, 2007; McCartney, Butler e Bennett, 2008; Tang, Choi, Morrison e Lehto, 2009), assim como alguns autores têm vindo a dedicar alguma atenção à temática do turismo cultural e à tensão entre o desenvolvimento do jogo em contraponto com a vertente histórica e patrimonial em Macau (Sheng e Tsui, 2009; Cros, 2008; Loi, 2008; Cheng, 2003; Chu, 2003). Aparentemente, existem vários nichos de mercado que valorizam diferentemente as várias possibilidades que Macau oferece e que vão de encontro a representações que igualmente identificámos: Macau é muito mais do que o jogo.

Em investigação recente, procurámos perceber junto de um número alargado de estudantes de língua portuguesa (na sua esmagadora maioria, estudantes chineses) o que mais valorizavam na cidade e, se entre as características livremente apontadas, surgiriam aspetos relacionados com a língua e a cultura portuguesas e com que frequência e peso no conjunto das respostas. Com base nos resultados a que chegámos, abordaremos, nesta comunicação, as representações destes estudantes sobre a herança patrimonial e cultural de origem portuguesa em Macau.

2. Algumas representações sobre a imagem de Macau

Nos últimos anos, têm sido desenvolvidos alguns trabalhos sobre a formação da imagem de Macau enquanto destino turístico, sendo bastante interessantes e, até, reveladores os resultados a que os vários autores têm chegado, nomeadamente no que respeita à “herança cultural e patrimonial” de origem portuguesa e à tão recorrente representação, que durante tanto tempo circulou a propósito de Macau, de que nada ou muito pouco iria sobreviver a curto espaço de tempo.

Usaremos, a título exemplificativo e para ilustrar o que acabamos de referir, alguns dados coligidos a partir de alguns desses trabalhos.

Choi, Lehto e Morrison (2007) conduziram uma investigação sobre um conjunto de recursos disponíveis na internet, com o objetivo de comparar a imagem de Macau projetada pelas entidades oficiais locais, os Serviços de Turismo (DST), com a veiculada noutras fontes, como revistas e publicações em linha dedicadas ao turismo enquanto atividade económica e comercial e blogs de viagens / viajantes.

De uma forma genérica, os autores pretendiam identificar as palavras ou frases e a associação de palavras usada para descrever Macau como destino turístico, procedendo a uma comparação entre os diferentes recursos analisados⁴⁴.

As palavras “Português”, “Chinês” e “China” foram as mais usadas nas várias subcategorias, o que, segundo os autores, reforça a ideia de que Macau oferece uma mistura única das culturas portuguesa e chinesa; palavras como “cidade”, “antigo” e “edifício” apontam para uma projeção de Macau como local onde se podem encontrar muitas construções antigas e atrações históricas e patrimoniais – sendo a imagem de cidade patrimonial confirmada pela

⁴⁴ A amostra selecionada pelos autores, para além da página eletrónica dos Serviços de Turismo de Macau, contemplou 61 sítios eletrónicos, incluindo 12 revistas, 15 guias de viagens, 20 sítios comerciais e 14 blogs.



análise das imagens disponibilizadas nos sítios observados (Choi, Lehto e Morrison, 2007:121-123).

Sendo Macau uma cidade cuja economia se centra no setor do jogo e sendo essa, à partida, a representação sobre Macau mais comum, merece comentário adicional, desde logo, a sua posição em cada subcategoria – surgindo como a 4ª palavra mais referida nas revistas e a 5ª nos blogues, aparece apenas como 11ª e 20ª, respetivamente, nos sites comerciais e guias de viagens; no site do turismo de Macau, surge apenas como 47ª mais frequente, tendência que aponta para uma aposta noutras valências da cidade que procura distanciar-se da imagem de cidade do jogo, embora aos visitantes – como sugere a frequência encontrada nos blogues – pareça interessar este tipo de atração.

No que respeita, precisamente, às atrações mais referidas, as Ruínas de S. Paulo surgem no topo, quer como a referência mais mencionada quer como a imagem mais disponibilizada nos sítios analisados pelos autores.

O emblemático Hotel-Casino Lisboa aparece em primeiro lugar para as revistas e entre os 5 primeiros elementos mais referidos para os restantes recursos investigados à exceção dos Serviços de Turismo em que surge na 11ª posição, sendo curioso que neste organismo oficial as duas referências mais frequentes sejam as Ilhas da Taipa e Coloane, seguidas do Centro Cultural e, só depois, do carismático Largo do Senado e das Ruínas de S. Paulo.

De um modo global, as atrações de Macau mais referidas correspondem às representações normalmente associadas ao território: património e casinos.

Para a análise das imagens, os autores desenvolveram um procedimento semelhante, tendo sido coligidas todas as imagens dos recursos em linha observados, seguindo os resultados apurados pelos autores a tendência encontrada anteriormente, não restando dúvidas quanto ao significado do património nos sítios em consideração com a exceção das Revistas que mais enfatizam o “Jogo” e a “população local” assunto que parece não estar no centro das atenções da DST sugerindo os dados que a entidade responsável pela promoção turística de Macau procura demonstrar que a cidade tem muito mais a oferecer para além do jogo.

Sendo a maioria dos visitantes de Macau oriundos da China Continental, uma representação que lhes está associada é a de que o que lhes interessa particularmente é jogar não tendo qualquer apetência para desenvolver um maior conhecimento da história da cidade, e apreciar os seus monumentos. Não podemos afirmar que os chineses tenham uma apetência pelo jogo superior aos indivíduos de qualquer outra origem, não sabemos como é o ambiente noutros países e territórios onde o jogo é legal, não conhecemos a realidade de, por exemplo, Las Vegas ou Monte Carlo; é uma evidência que, em Macau, é comum encontrar grupos de pessoas a jogar numa qualquer esquina, nos parques e jardins, nas ruelas à porta de casa assim como também é regular ouvir dos apartamentos vizinhos o rolar das pedras do *mah-jong*, por vezes até tarde da noite. É também certo que na China continental o jogo é proibido e sendo Macau o local nas imediações onde é legal, onde se podem encontrar inúmeras e diversificadas opções e onde seguramente será mais fácil deslocarem-se, não será de estranhar que tal se constitua como um fator de grande atração para que aqueles que vivem no primeiro sistema se predisponham a conhecer o segundo.

De acordo com Cros (2009:92), os três roteiros turísticos mais oferecidos pelas operadoras locais para os visitantes oriundos da RPC são: 1) MICE⁴⁵ / conferências, atraindo 10% dos visitantes; 2) visita a pontos de interesse (*sightseeing*, no original), atraindo igualmente 10% dos visitantes; e 3) jogo e compras, com alguma visita a locais de interesse, sendo o roteiro que abrange maior número de visitantes: 80%.

Com base num questionário lançado a 1100 turistas chineses em outubro de 2007, Cros concluiu que, do segmento que viaja para Macau com o propósito de se divertir e de visitar algumas atrações turísticas, 54% prefere fazer um percurso autónomo por *O Centro Histórico de Macau*, Património Mundial, 13% demonstra um interesse particular em conhecer de forma mais profunda igrejas, galerias de arte e museus, 33% demonstra a vontade de compreender melhor a história e a cultura de Macau e 34% apenas pretende tirar fotografias a alguns dos bonitos monumentos e fazer algumas refeições (Cros, 2009:93).

Aparentemente, existem vários nichos de mercado que valorizam diferentemente as várias possibilidades que Macau oferece e que vão de encontro ao que tantos dos nossos interlocutores repetidamente nos mostraram: Macau é muito mais do que o jogo.

Aliás, as representações sobre a imagem de Macau com que fomos confrontados ao longo de todo o processo de investigação que conduzimos na Região estão de acordo ou seguem a mesma linha dos resultados apurados pelos investigadores anteriormente referidos. É certo que, no nosso caso, em momento algum se tratou de recolher opiniões junto de turistas mas sim dos residentes locais, uns com permanências mais prolongadas, outros menos, uns naturais de Portugal, outros locais e outros ainda oriundos da China Continental e, também estes, uns mais recentemente chegados outros com duradouras experiências de vida na Região.

De entre os nossos vários interlocutores, destacamos aqui alguns resultados obtidos junto de alunos chineses que estudavam português (e em português) em Macau.

Procurando perceber o que os estudantes mais valorizavam, e se entre as referências mencionadas surgiriam aspetos relacionados com a língua e a cultura portuguesas e com que frequência e peso no conjunto das respostas, pedimos que identificassem, de forma absolutamente livre, três aspetos que considerassem características específicas de Macau. Os resultados são igualmente interessantes.

3. As representações sobre Macau dos estudantes chineses

De uma forma genérica, considerando os aspetos mais apontados, encontramos por ordem de frequência, as referências aos “Casinos”, às emblemáticas “Ruínas de S. Paulo”, à “Arquitetura antiga” da cidade misturando os estilos português e chinês, à “Diversidade Gastronómica”, e à vertente turística do território – tendo sido dado destaque ao “Grande Prémio de Macau”. A seguir, é salientada a “Gastronomia portuguesa”, o “Jogo”, a “Torre de Macau”, a dimensão reduzida do território e o facto de Macau apresentar uma “mistura de duas culturas”, simbolizando o “Ponto de encontro das culturas portuguesa e chinesa”.

⁴⁵ MICE – Meetings, Incentives, Conventions and Exhibitions



Sistematizada a informação em grandes categorias, é evidente o peso dos aspetos relacionados com o Património nas escolhas dos estudantes, destacando-se de forma esmagadora em relação às restantes categorias encontradas.

Embora o jogo tenha assumido uma proporção bastante elevada, sendo a expressão “Casinos” mesmo a mais referida (33.4% do total), as referências a esta atividade são largamente ultrapassadas pelos aspetos relativos ao Património que, nos seus mais variados aspetos, é característica destacada por 90.8% dos estudantes que responderam a esta questão.

Tabela 1 – Características de Macau agrupadas por categoria (10 mais referidas)

Categorias	Total	
	%	Pos.
Património	90.8	1
Jogo e Casinos	45.7	2
Culturas	34.0	3
Gastronomia	29.1	4
Turismo e Atividades turísticas	19.1	5
População	15.9	6
Espaço e localização	13.4	7
Línguas	10.5	8
Aspetos Gerais	9.4	9
Direito e organização política	6.4	10

Fonte: Questionários aos estudantes

Valerá a pena examinar um pouco melhor as respostas dos estudantes.

Tomando como ângulo da análise as referências explícitas ou diretas a aspetos da cultura portuguesa verificamos que estas assumem o predomínio em relação às demais características apontadas.

Na categoria “Património” (tabela 2), das 1366 referências registadas, 75.9% referem-se de forma explícita à origem portuguesa dos monumentos, sendo que em 25.5% dos casos é dado relevo à combinatória portuguesa e chinesa do estilo arquitetónico da cidade; já as referências a monumentos chineses, sejam templos ou outros monumentos, assumem um peso quase residual de apenas 8.2%.

Tabela 2 – Património

Categorias	Total	
	n	%
Edifícios portugueses (ex. R. S. Paulo., Senado, Guia, Pal. do Governo, Fortaleza do Monte, Calçada)	644	47.1
Estilo arquitetónico (mistura, combinatória)	349	25.5
Peso histórico dos monumentos e arquitetura portuguesa	26	1.9
Estátuas de portugueses	9	0.7
Nomes das ruas	9	0.7
Subtotal com referências portuguesas	1037	75.9
Templo de A-Má	88	6.5
Templos	10	0.7
Estátuas de Kun lam e A-Má	8	0.6

Riquexó	5	0.4
Edifícios chineses (sem especificar)	1	0.1
Subtotal com referências chinesas	112	8.2
Outros aspetos (ex.: jardins, pontes, museus, Centro Cultural, Torre de Macau, Praças e Largos)	217	15.9
Total	1366	100.0

Fonte: Questionário aos estudantes

As referências às “culturas” (tabela 3), configurando uma outra categoria na qual a informação foi agregada, de igual modo enfatizam o cruzamento de culturas, caracterizando-se Macau como “o ponto de encontro”; quando referidas as diversas culturas em presença, não obstante ser a predominante, volta a ser a chinesa a encontrar menos destaque entre as referências dos alunos.

Tabela 3 – Culturas

Categorias	Total	
	n	%
Mistura das culturas portuguesa e chinesa	212	41.5
Ponto de encontro das culturas portuguesa e chinesa	109	21.3
Cultura portuguesa	91	17.8
Multicultural	44	8.6
Cultura local	23	4.5
Cultura macaense	17	3.3
Cultura chinesa	15	2.9
Total	511	100.0

Fonte: Questionário aos estudantes

Tomando ainda a categoria “gastronomia” (tabela 4), podemos verificar que ocorre facto idêntico: sendo certo que o que mais podemos encontrar em Macau são as diferentes cozinhas chinesas, nas respostas dos inquiridos estas são absolutamente residuais; merecendo a diversidade existente o maior destaque, seguindo-se a culinária portuguesa e ultrapassando a macaense, claramente, a chinesa.

Tabela 4 – Gastronomia

Categorias	Total	
	n	%
Diversidade gastronómica	222	50.7
Gastronomia portuguesa	149	34.0
Gastronomia macaense	56	12.8
Gastronomia chinesa	11	2.5
Total	438	100.0

Fonte: Questionário aos estudantes

Uma leitura mais detalhada da informação obtida junto dos estudantes de português permite perceber que, isoladamente, é dado pouco destaque aos aspetos da cultura chinesa, não faltando contudo no território inúmeras características e tradições com as quais, seguramente, uma significativa parte dos nossos inquiridos se identifica.

O que não significa que a cultura chinesa não tenha sido referida, mas estas referências surgem acima de tudo associadas a uma *cultura ocidental, europeia ou portuguesa* nos seus



mais diversificados elementos, dos quais se destacam os gastronómicos e patrimoniais. Se nos concentrarmos precisamente nos aspetos patrimoniais, os mais evidentes na cidade, e os que colheram uma maior atenção por parte dos nossos inquiridos, sendo maior a diversidade de referências apontadas, verificamos que à exceção do Templo de A-Má, que na verdade é, à semelhança das Ruínas de S. Paulo, um *ex-libris* da cidade poucos são os elementos do património chinês a ser referidos; os templos, que podemos encontrar por toda a cidade e ilhas, alguns deles de uma extrema beleza, mereceram apenas 10 referências e as estátuas de Kun lam e de A-Má apenas 8, o que os coloca, respetivamente, como o 45º e 48º aspetos mais referidos; já as igrejas e catedrais figuram como a 19ª característica de Macau mais apontada.

Enfatiza-se, portanto, a cruzamento de ambas as culturas, parecendo que as questões relacionadas com um mundo mais chinês (a referência à cultura chinesa isolada foi referida por apenas 15 inquiridos), só por si, não têm significado em matéria de distintividade, o que fará algum sentido se pensarmos que o que se pretende, acima de tudo, é uma demarcação em relação à China, país de que Macau é parte integrante mas com um estatuto *especial* que importa manter e, para isso, torna-se premente a construção de uma imagem que se diferencia, atribuindo à cidade propriedades únicas no contexto regional mais amplo em que se insere.

E o que é verdadeiramente interessante não é o destaque que é dado aos aspetos da cultura portuguesa, mas sim como a sua instrumentalização é feita de uma forma *inclusiva*, pressupondo a simbiose e coexistência de outros elementos da cultura local, e é nessa sobreposição que radica a *diferença* de Macau apresentando-se a cidade como portadora de *identidades conciliadas* fazendo apelo a uma combinatória de elementos orientais e ocidentais.

Outras características foram igualmente apontadas e, embora com menor incidência, ainda assim merecedoras de algumas notas.

Uma dessas características é a realidade linguística de Macau, no conjunto as referências às “Línguas” constituem a 8ª categoria mais mencionada, sendo o carácter bilingue da Região destacado e surgindo a existência da língua portuguesa como a 16ª entre as 108 características encontradas após sistematização. Posicionando-se um pouco mais abaixo, surgem as referências às características do sistema jurídico de Macau que, como sabemos, é de matriz portuguesa, e à fórmula encontrada para atribuir um estatuto especial a Macau: o princípio “*um país, dois sistemas*”.

Os resultados encontrados parecem contrariar algumas posições mais radicais relativamente à percepção dos residentes quanto à importância que as *questões lusófonas* terão para a RAEM.

Leong e Lo afirmam que, na sequência do sucesso da inscrição de “O Centro Histórico de Macau” na Lista de Património Mundial da UNESCO, “*os monumentos históricos devem merecer mais importância e melhor atenção por parte dos cidadãos de Macau, para conhecerem melhor a cidade em que vivem e para poderem ter uma percepção mais clara do seu peculiar valor cultural*” (2006:1055) e consideram que a “*alegria que devia causar à generalidade dos cidadãos de Macau (...) não é tão grande como se esperava*”.

E apresentam a sua justificação, sugerindo que existe uma descoincidência entre as características da população e a sua representatividade nos monumentos que foram selecionados para integrarem a candidatura, afirmando que:

“*mais de 95% [dos residentes] são chineses de sangue chinês dos 25 monumentos e praças classificados 20 lugares pertencem à arquitetura ocidental que foram construídos pelos portugueses, nos últimos 4 séculos e só apenas 5 lugares são construções típicas do sul da China, com particularidades culturais chinesas (idem:1055) e considerando que os pontos, na sua maioria (80%) são construções ocidentais e as chinesas não têm mais do que um papel de figurante na lista toda*” (idem:1058).

Mas não ficam por aqui na sua comparação. Os autores apresentam, também, uma análise do ponto de vista religioso e encontram “*um contraste entre os pontos do Centro Histórico e as creanças religiosas da população de Macau (...) sobretudo entre o catolicismo e o budismo*”, sendo que os lugares católicos representam 44% dos monumentos classificados mas apenas cerca de 6% da população, enquanto o budismo, que se encontra em 12% dos monumentos atinge cerca de 80% da população (idem:1064).

Estabelecem ainda relação entre a origem migrante dos residentes e o facto de, na sua maioria, os residentes serem recentes em Macau o que diminuirá a sua capacidade de se relacionarem e de se interessarem pelo Património classificado, cuja história e funções desconhecem, afirmando que a Lista do Património Mundial de Macau não é um resultado da modernidade, não incluindo lugares de interesse turístico com os quais a generalidade dos cidadãos de Macau se identifica, e consideram que “*para além de dar um peso grande ao Ocidente e ao catolicismo, [encerram] em si um certo sabor a “nobreza intelectual” (idem:1066).*

Se bem percebemos o objetivo do texto destes autores, o que pretendiam era chamar a atenção para a necessidade de promover localmente o património uma vez que a maioria dos residentes não se identificariam com os monumentos constantes da lista classificada mas, como é evidente, a “contabilidade” apresentada para demonstrar essa necessidade surge-nos bastante forçada e absolutamente irreal – o recurso a uma espécie de “estatística racial” parece-nos de eficácia duvidosa e nesse sentido apontam, claramente, os resultados a que chegámos: não há dúvidas quanto à valorização dada pelos estudantes chineses às várias dimensões mais portuguesas da cidade.

Mais recentemente, em encontro com um conjunto de estudantes chineses que se encontrava a frequentar aulas de português no IPOR, tentámos perceber, mais uma vez, quais as referências que espontaneamente os nossos interlocutores nos apontavam como característica de Macau e, novamente, é o património a surgir com maior centralidade mas desta vez com particular incidência sobre “O Centro Histórico de Macau”, entretanto classificado Património Mundial da Humanidade, que, nas palavras de um aluno: “*mostra as características, não só a arquitetura mas também a forma de vida dos portugueses e dos chineses*” e, segundo outra aluna, “*são misturados de cultura portuguesa e chinesa*”.

Voltam a ser salientadas as características gastronómicas – “*a comida portuguesa, porque só podemos provar a comida portuguesa em Macau, sem ser em Portugal é só em Macau. É deliciosa*”; é apontado o Patuá como “*único crioulo falado em Macau, não consegue encontrar outro sítio no mundo que fale este diálogo*”; a língua portuguesa como língua oficial, que



nos é apresentada como “*caraterística muito única de Macau*”; o segmento lusófono da população com particular ênfase nos macaenses e uma longa e interessante explicação sobre quem são e o que é ser macaense, a tolerância entre povos diferentes, a cultura portuguesa numa cidade chinesa e a longa história de Macau.

Como é evidente, estas são respostas de estudantes, não tendo características mais amplas de representatividade. Não podemos avaliar o significado que a esmagadora maioria da população atribui aos monumentos da cidade e à sua dimensão mais portuguesa, mas sabemos que algures na rua dos Tintins um senhor chinês prefere ouvir a rádio portuguesa, que residentes chineses se insurgem contra o desaparecimento de alguns símbolos do passado de Macau e que surgiu um movimento local que conseguiu travar a construção de um edifício do Governo Central, limitando o número de andares, cuja altura iria impedir que se visse o Farol da Guia.

Se de um modo geral são as razões mais pragmáticas e instrumentais a presidir às razões que levaram a maioria destes estudantes a estudar língua portuguesa, surgindo com maior saliência as referências ao estatuto oficial da língua portuguesa em Macau, as necessidades profissionais do uso da língua, a sua utilidade no domínio do direito e como fator de ligação ao exterior (nomeadamente aos países lusófonos), estas não são contudo as únicas motivações que levam os estudantes chineses a aprender português, surgindo, muitas vezes, combinadas com outra ordem de razões nas quais podemos ver, claramente, como valorizam o património cultural de origem portuguesa em Macau (nas mais diversas vertentes, seja patrimonial, gastronómico ou linguístico).

Vejamos algumas das observações dos estudantes, nas suas próprias palavras:

Aprendo português porque sou um cidadão português e por isso tenho uma obrigação de perceber a língua portuguesa, ou seja, a língua nacional. Mas o mais importante é que a língua portuguesa é uma chave para perceber Macau melhor. Há muita documentação no passado escrita só em português, em particular documentação oficial, por isso para perceber Macau melhor e como os portugueses governaram Macau, perceber a lógica da governação, é importante a língua portuguesa (Aluno IPOR, Curso de Aperfeiçoamento, doutorando em Gestão Pública).

Macau é influenciado pela cultura portuguesa, eu cresci em Macau [natural da China], sendo que aprendendo a língua portuguesa faz-me uma parte desta cidade e desta cultura (Aluno IPOR, Curso Avançado, trabalha no ramo da engenharia e não precisa da língua portuguesa no trabalho).

Em Macau os povos português e chinês convivem durante muitos anos e gosto muito desta atmosfera (Aluno IPOR, Curso Avançado, funcionário público, área da segurança).

[Começou a estudar por necessidades profissionais] *e gradualmente também passei a interessar-me em aprender essa língua porque ao aprender mais uma língua podemos aprender também mais culturas; acho que a cultura é um meio para perceber a situação ou a vida, a civilização de outro povo* (Aluna IPOR, Curso de Relações Internacionais, funcionária pública na área jurídica).

[fez o seu percurso escolar desde a infância em escolas portuguesas] *antigamente era preciso para arranjar um emprego, neste momento continuo no IPOR para aperfeiçoar o português, principalmente os termos gramaticais, e para conhecer melhor os países lusófonos – sabemos muito bem que Macau é uma plataforma entre a China e outros países lusófonos. (...) De qualquer maneira, tenho de proteger a nossa língua e a cultura cá em Macau, é muito importante para continuar coisas turísticas cá em Macau* (Aluno IPOR, Curso de Relações Internacionais, funcionário público, área da segurança).

(...) depois da transição de Macau para a China em 1999 eu estive em Portugal alguns meses e penso que isto é muito importante para mim, porque a cultura portuguesa atraiu muito a minha atenção. Adoro. Adoro. Agora não estou aqui por causa de necessidade, embora ainda tenha de falar português lá no serviço, mas o importante é que interessa, tenho muito interesse pela língua estrangeira e penso que esta tem origem latina que é muito interessante; quando viajamos para países estrangeiros podemos observar muitas coisas que aquela pessoa que fala inglês não sabe. Aquelas pedras muito antigas que têm palavras latinas, é muito interessante para mim (Aluno IPOR, Curso Relações Internacionais, funcionária pública, área de obras públicas).

É verdade que eu gostava de estudar português, por um lado eu gosto muito da cultura portuguesa e por outro lado é por o meu trabalho (...) para verificar os documentos que escrevem em português. Outro lado é que eu tenho amigos portugueses, são amizade, eu gosto muito deles, por isso é melhor eu estudar mais para comunicar bem (Aluna IPOR, Curso Relações Internacionais, funcionária pública, serviços de identificação).

(...) tenho mais amigos portugueses e amigos macaenses também, por causa disso [estuda português], porque eles gostam, e um chinês aprender português é mais fácil fazer amizades. Mais amizade e mais comunicação (Aluna IPOR, Curso Relações Internacionais, funcionária pública, área municipal).

Encontramos aqui outro tipo de motivações que, sem se desligarem das anteriormente referidas, apontam para outras lógicas de aproximação – o potenciar relações interpessoais, o conhecimento de outras maneiras de ser e de agir e a descoberta do outro cultural que, embora distante, não se apresenta como exótico porque faz parte do quotidiano destes alunos estando presente em Macau. E esta é uma questão que é transversal à maioria dos discursos e das observações feitas: Macau é especial, é diferente e tem uma longa história da qual fazemos parte e que queremos preservar.

4. Em jeito de conclusão

Enquanto cidade turística, é o passado histórico que se assume como o símbolo que faz de Macau um destino aliciante, onde a cada esquina se podem encontrar as marcas físicas, múltiplas, do encontro de culturas, plasmadas nas várias campanhas promovidas e que ven-



dem uma imagem de Macau como a cidade da *diferença*, aspeto que acaba por ser percebido por um conjunto de visitantes da cidade – pese embora o facto de na sua esmagadora maioria estarmos em presença de um turismo de jogo.

Mas este passado histórico, nas suas mais variadas dimensões, é amplamente apropriado constituindo-se como referência cultural sobre a qual se encontra alicerçada a *questão da diferença de Macau e em Macau*. A *diferença de Macau*, construída a partir do seu particularismo histórico, que é o de ter sido administrada por Portugal durante tão longo período de tempo e no que daqui resulta, procura conferir algum tipo de especificidade ao território que lhe permita ser *distinto*. Distinto por relação quer às regiões vizinhas quer à própria China da qual faz parte.

E se não interessa ao Governo da RAEM, nem ao próprio Governo Central, que Macau esqueça o seu passado histórico e se transforme numa cidade da China, igual a tantas outras, funcionando a língua e a cultura portuguesas como elementos a que o poder instituído recorre e dos quais faz uso no estabelecimento do seu discurso da *diferença*, também são estes os aspetos a povoar as imagens que passam nas narrativas dos estudantes inquiridos na nossa investigação:

“Manter a língua portuguesa em Macau significa manter Macau especial. Macau tem culturas diversas, em Macau há a diferença da China Continental, porque na China só fala chinês, em Macau é especial porque tem a fala chinesa e portuguesa. Eu queria manter a língua portuguesa no futuro, para os nossos filhos. Eu queria. É só a minha opinião...”

(Aluna de português no IPOR. Natural da China., maio de 2010)

5. Bibliografia

- Choi, Soojin, Letho, Xiran e Morisson, Alastair (2007), “Destination image representation on the Web: Content analysis of Macau Travel related websites”, in *Tourism Management*, 28, 118-129.
- Cros, Hilary (2009), “Emerging Issues for Cultural Tourism in Macau”, in *Journal of Current Chinese Affairs*, 38, 1, 73-99.
- Cheng Ying (2003), *Tourism Development in Hong Kong and Macau under the Impact of the Pearl River Delta Development: a Comparative Study*, Hong Kong, University of Hong Kong Thesis.
- Chu Bo Ling (2003), *Cultural Tourism in Macau and Singapore*, Hong Kong, University of Hong Kong Thesis.
- Leong kam Man e Lo lat Tim (2006), “Algumas reflexões sobre a política cultural, após a bem sucedida inscrição de «O Centro Histórico de Macau», na Lista do Património Mundial da Unesco”, in *Revista Administração*, nº 73, Vol.XIX, Macau, Serviços de Administração e Função Pública, pp.1055-1072.
- Li Sheng e Yanming Tsui (2009), “Casino booms and local politics: The city of Macao”, in *Cities*, 26, 67-73.
- Loi Kim Ieng (2008), “The Role of Gaming as Recreation in Travel Destination Choice – Attitude Comparison between Tourists and Residents in Macao”, *Journal of Macau Polytechnic Institute*, Macau, 2008 Issue (serial no. 2), pp. 62-77.

McCartney, Glenn, Butler, Richard e Bennett, Marion (2008), “A Strategic Use of the Communication Mix in Destination Image-Formation Process”, in *Journal of Travel Research*, Volume 47, nr. 2, Sage Publications, pp. 183-196.

Silva, Perpétua Santos (2005), *Estudantes do Português na RAEM no início do Séc. XXI*, Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia do ISCTE, Lisboa, ISCTE-IUL, texto policopiado.

Silva, Perpétua Santos (2011), *A Língua e a Cultura Portuguesas a Oriente: análise ao caso de Macau*, Dissertação de Doutoramento, Departamento de Sociologia do ISCTE, Lisboa, ISCTE-IUL, texto policopiado.

Tang, Choi, Morrison e Lehto (2009), “The many faces of Macau: A correspondence analysis of the images communicated by online tourism information sources in English and Chinese”, in *Journal of Vacation Marketing*, Vol. 15, No. 1, 79-94.

37. RAUL LEAL GAIÃO, LISBOA, PORTUGAL



RAUL LEAL GAIÃO, Mestre em Língua e Cultura Portuguesa / Estudos Linguísticos, com a dissertação de *Aspetos Lexicais na Obra de Autores Macaenses* (publicada).

Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Licenciado em Ciências Literárias pela Universidade Nova de Lisboa.

Colaborador do Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Academia das Ciências de Lisboa e Colaborador do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

Desenvolve investigação na área do falar / dialeto macaense, tendo escrito e publicado vários artigos:

- “Línguas de Macau” in *Dicionário Temático da Lusofonia*.
- “Nhónha-nhónha – A Reduplicação no Crioulo Macaense”, in *Pelas Oito Partidas da Língua Portuguesa*.
- “Asiaticismos no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa”, in *SIMELP, I Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*.
- “Asiaticismos no Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa”, in *Atas / Anais 4º Encontro Açoriano da Lusofonia*.



- “Representações do crioulo macaense”, in *SIMELP*
É SÓCIO DA AICL.

**TEMA 2: AÇORIANOS EM MACAU: ÁUREO DA COSTA NUNES E CASTRO –
DA ATIVIDADE PASTORAL À CRIAÇÃO MUSICAL, RAUL LEAL GAIÃO**

A criação musical de Áureo da Costa Nunes e Castro, com uma identidade própria, linguagem original e pessoal, é um itinerário construído na recriação de sonoridades diversas: a tradição musical açoriana, a música gregoriana e polifónica religiosa, a atmosfera chinesa de sons repercussivos e do canto melopeico dos bonzos, os sons da vida de Macau, as sonoridades ritmadas dos tin-tins e do amola facas, a melopeia do merendeiro e das aguadeiras, os sons das festividades do Ano Novo Chinês e Dança do Dragão.

Nasceu no Pico onde cresceu (até aos 14 anos), viveu em Macau onde frequentou o seminário e exerceu a sua atividade sacerdotal (apenas com uma curta estadia em Lisboa para frequentar o Conservatório), em contacto com a vida macaense imbuída da cultura chinesa. Pretendemos distinguir o seu percurso musical como compositor, maestro e pedagogo. O objetivo fundamental deste texto não pretende ser um estudo técnico sobre a sua obra, mas dar a conhecer aos macaenses, aos açorianos e aos portugueses em geral, a personalidade e a sua atividade musical, pois somente um número restrito de pessoas terá algum conhecimento da sua obra, uma vez que desenvolveu a sua atividade longe daqui, num tempo em que se ignorava o que se passava pelas terras do Oriente.

❖ Introdução – Intercâmbio cultural Ocidente / Oriente

Os portugueses, a partir do século XVI, desempenharam um papel preponderante no intercâmbio cultural entre a China e o Ocidente e em que Macau serviu de ponte e de palco a diversas comunicações artísticas.

No referente à música, por tradição, a cultura chinesa não concedeu a esta arte o espaço e a atenção que as civilizações ocidentais lhe reservaram. A música desempenhava um papel funcional ligado a um pretexto qualquer: as representações, os rituais religiosos, as cerimónias fúnebres, as festividades. A criação de agrupamentos instrumentais organizados e uma grafia musical codificada é recente.

Desde o século XVI, os jesuítas levaram para o Oriente, para além do cristianismo, as artes, os costumes e os usos ocidentais, introduzindo na China a música ocidental. O Colégio de S. Paulo em Macau introduz muito cedo o ensino da música. Em 1882 um padre jesuíta leva para Macau um professor de música munido de instrumentos necessários para a formação de uma orquestra, que viria a ser a Orquestra do Seminário de S. José e que funcionou até à década de 50 do século XX, chegando a ser constituída por cerca de 26 instrumentistas (Jardim, 1992). O seminário possuía também uma banda. O movimento musical nas diversas paróquias de Macau foi intenso, pois praticamente todas as igrejas possuíam um coro ou um grupo instrumental.

A criação da orquestra de Câmara de Macau possibilitou a incorporação da música chinesa nos seus concertos e o Festival Internacional de Música de Macau, criado em 1987, promoveu o intercâmbio cultural e musical entre Ocidente e Oriente, onde se tem apresentado a

música e os músicos destes dois mundos. Adé, na simplicidade da sua expressão crioula, revela a sua importância na apresentação da música ocidental e chinesa:

Grândi sonata co cantata [Grandes sonatas e cantatas]

Na passado mês di Outubro, / Gente di tudo mundo, sentado na casa [No passado mês de outubro, / Gente de todo o mundo, em casa,]

Vitá má, abri tivisám, / Qui sabroso, [Ao deitar a mão à televisão, / Que delícia,]

Olá nosso Macau na diánti, / Raganhado qui raganhado tentá ilôtro. [Viu na sua frente a nossa Macau / Muito alegre a sorrir-lhe.]

Unga semana a fio êle já fazê / Unga festa di quebrá testa! [Numa semana a fio, levou a efeito / Um festival de arromba!]

Cantoria co musicata já sai / Di grandura assi grândi, / Qui istonteá tudo gente. [Os cantos e a musicata / Eram de tamanha envergadura, / Que deixaram a gatinha maravilhada.]

Um-cento musiquéro capaz / Vêm aqui di Tera-China [Uns cem hábeis músicos / Vieram da China até aqui]

Pa tocá mus'ca bom uvi, / Dôs nhónha pedaçóna [Para executarem lindas composições. / Duas cantoras mulherças]

Vêm di Eropa pa cantá: / Unga sai voz fino de canário, / Otrunga voz grôso di ádemacho. [Vieram da Europa para cantar: / Uma tinha voz fininha de canário, / A outra, voz grossa de pato.]

Di Eropa já vêm tamêm, / Unga nhum co voz di liám [Da Europa se deslocou também / Um homem com voz de leão,]

Pa cantá quanto regra di ópra. / Nhum abri bóca goelá [Para cantar árias de ópera. / Com a boca toda aberta aos gritos,]

Lampiám di lumiá rua istremecê, / Vidro di janala começa rachá. [Fazia estremecer os postes de iluminação / E estalar os vidros das janelas]. (Ferreira, 1990, p.45 e p.143)

❖ Sonoridades de Macau

Na observação de Eugénio de Andrade, “Macau é uma cidade com as tripas de fora [...], os seus rumores, os seus cheiros, a pulsão do seu olhar, o suor do seu corpo” vem ao nosso encontro ao dobrar de cada esquina (Andrade, 1993, p. 13). É na rua que homens e mulheres têm a sua casa: “aqui trabalham e comem, aqui discutem e riem, aqui fazem dos seus dias um longo ofício de paciência” (Andrade, 1993, p. 13).

Os diversos sons dos instrumentos musicais chineses, as flautas, os gong(o)s e os sinos ecoam pelas ruas, nas festas populares e cerimónias religiosas, nas festividades do Ano Novo Chinês, do Barco-Dragão, das danças do Dragão, ...; o canto melopeico dos bonzos, os sons da vida de Macau, as sonoridades ritmadas dos tin-tins, os pregões do merendeiro e das aguadeiras, da rapariga vendedora de pratos saborosos e picantes, *sin-a-sá-ó-fan*, da hortaliça, *pac tchoi*, de seda e panos, *mao fá poou*, do vendedor de amendoins torrados, *plic-ploc-ham tchoi fa-sam*, e de pato, *si...ii...áp*, todos estes sons constituíam uma atmosfera



sonora que envolvia quem andava pelas ruas de Macau e que não deixou de impressionar Áureo Castro.

A música, como a arte em geral, congrega uma pluralidade de experiências que influenciam e moldam quem a faz ou produz, por mais radicado que esteja numa qualquer tradição sociocultural. O cruzamento do olhar de Áureo Castro pelo diversificado campo sonoro e musical da sua experiência, não deixou de integrar todas estas sonoridades, gerando e criando o seu universo sonoro.

❖ Percurso de vida

Áureo da Costa Nunes e Castro nasceu na Candelária, ilha do Pico, em 1917, entre o vulcânico, mutante e majestoso Pico e o mar “de águas sem fim”. O seu primeiro contacto com a música ocorreu quando era ainda criança no coro da igreja da Candelária, no qual cantou como soprano.

O fervor religioso açoriano, a diáspora missionária de sacerdotes ou de candidatos ao sacerdócio ao longo do século XX, os laços familiares (era sobrinho de D. José da Costa Nunes, bispo de Macau entre 1920-1940) criaram as condições para que aos 14 anos fosse embarcado para Macau (chegou no dia 15 de setembro de 1931) pela mão do seu tio, onde obtém formação sacerdotal no Seminário Diocesano de S. José, recebendo a ordenação no dia 8 de setembro de 1943.

No Seminário de S. José estuda Teoria, Solfejo e Harmonia com os padres Wilhelm Schmid e António André Ngan⁴⁶.

Foi inicialmente nomeado pároco da igreja de S. Lourenço para cujo coro escreveu inúmeras peças para uso nos atos litúrgicos. Posteriormente, exerce a sua ação pastoral na Sé Catedral e é Diretor interino do *Clarim*, periódico católico.

Em 1952 ingressa no Conservatório Nacional de Música de Lisboa para estudar composição, curso completado em 1958, e onde estuda canto e piano com Croner de Vasconcelos, Armanda Correia e Biermann.

Faleceu em 1992 no Hospital Conde de S. Januário, em Macau.

❖ Atividade musical de Áureo de Castro

A atividade musical de Áureo da Costa é múltipla e diversificada: compositor, maestro e pedagogo.

Durante o período de frequência do Conservatório em Lisboa é assistente do maestro e musicólogo português, Mário Sampaio Ribeiro, no Coro do Centro Universitário da Universidade de Lisboa. Foi o período mais profícuo, em termos de composição musical.

Professor de música, dedica-se intensamente à música gregoriana e à polifonia sacra antiga. Em 1958 rege a disciplina de Música no Seminário de S. José. É também professor de música e de Canto Coral no Liceu nacional Infante D. Henrique (Macau), inculcando nos seus alunos o gosto pela música gregoriana.

Em 1959 criou o grupo Coral Polifónico de Macau com um repertório de peças de polifonia sacra e profana da Renascença, sobressaindo os polifonistas portugueses entre os quais Francisco Martins, D. Manuel Cardoso, Diogo Dias Melgaz, Joaquim Casimiro, Filipe de Magalhães, D. João IV ...; neste repertório não deixou de incluir canções chinesas e portuguesas. Por convite, foi diretor de um coro em Hong Kong durante mais de um ano.

Como muitos alunos lhe solicitavam com alguma regularidade aulas de música e piano, em 1962 criou a Academia de Música S. Pio X (sendo o seu primeiro diretor) para o ensino da música, composta por músicos amadores e professores da Academia e criada por sugestão conjunta do prelado da diocese de Macau e do Dr. Ivo Cruz (então Diretor do Conservatório Nacional de Lisboa). A Academia tinha como propósito proporcionar aos jovens de Macau, portugueses e chineses, uma instrução musical em termos académicos (com ensino bilingue, português e chinês e também inglês).

A sua intensa atividade sacerdotal, a dedicação à Academia, ao ensino e ao Grupo Coral, não lhe deixaram a disponibilidade ideal para compor. O período criativo mais intenso foi durante a frequência do Conservatório, como já referimos anteriormente.

A vivência e contacto com a cultura chinesa marcaram a sua criação musical, num intercâmbio cultural contínuo: faz a harmonização de canções chinesas (cantadas por portugueses) e de canções portuguesas (cantadas por chineses).

Na sua música procura pintar algumas cenas de Macau com tintas a respirar a atmosfera chinesa, nomeadamente em *Cenas de Macau / Suite China*, cuja temática se insere na ambiência de Macau e na cultura chinesa e composta de vários andamentos (Jardim, 2010):

- Invocação: tenta descrever um pôr-do-sol na Barra, com o regresso dos barcos de pesca;
- Oração num Templo Budista: sugerida por uma oração num templo budista, com o canto melopeico dos bonzos acompanhados de ocasionais toques de sinetas e gongos;
- Barcos-Dragão – reminiscência dos barcos dragão, realizada na ilha verde.

Escrita (quando ainda era estudante do conservatório) em forma de sonata, a peça começa com ritmo e temas melódicos sugeridos pela regata e pela calma do rio. São os primeiros passos em busca de uma linguagem harmónica a prescindir dos clássicos trâmites da harmonia tonal, podendo servir de roupagem a melodias do folclore chinês, muitas das quais se baseiam nas escalas pentatónicas.

A música coral (com piano, acompanhamento orquestral ou *a capella*) representa a parte mais significativa da sua obra, mas escreveu e compôs:

- I Obras para orquestra / conjunto de câmara
- II Obras para piano / órgão

⁴⁶ Para além de professor de música, Mons Ngan elaborou dois manuais para ensino do português: “Método de Português para uso nas escolas estrangeiras” (1944) e “Método de Português para uso das escolas Chinesas” (1945), usados durante 50 anos. O primeiro era mesmo usado na escola primária, principalmente para as crianças chinesas que iniciavam os seus estudos no sistema português.

Na década de 70 é usado nas aulas de português do Instituto D. Melchior Carneiro, escola de língua veicular chinesa (Grosso, 2007, p. 167).



III Obras para canto e piano / órgão

IV Obras para coro e orquestra

V Obras para coro “a capella”

VI Obras para coro com acompanhamento instrumental.

As suas obras, publicadas, a maior parte, após a sua morte, estão reunidas nos seguintes volumes:

Exultate, 2 vols., Seminário de S. José, 1996

Aurei Carmina, Obras para piano e órgão, Diocese Macaonensis, 2001.

Aurei Carmina, Choro, Diocese Macaonensis, 2003.

❖ Reconhecimento da sua obra musical

Logo na apresentação do *Te Deum* em Lisboa, a obra musical de Áureo de Castro mereceu da parte de Croner de Vasconcelos um destaque pela forte singularidade no panorama musical nacional: “Até que enfim aparece neste país uma obra deste género”.

Simão Barreto salienta a relevância da sua ação no campo musical e no ambiente cultural de Macau: “Falar de Áureo de Castro, como músico, é falar de uma das personagens mais importantes no campo da música de Macau deste século e a quem a cultura macaense muito deve. [...] Ao longo dos anos trouxe e atraiu para Macau inúmeros músicos, solistas e coros de todo o mundo e de todas as tendências” (Simão Barreto, 1996, p. 132).

Simão Barreto reconhece a originalidade e a forte arquitetura das suas composições: “Tinha uma linguagem própria, original e muito pessoal. As suas obras caracterizam-se por uma construção sólida, bem arquitetada, com uma textura musical muito rica, com um estilo original e com uma linguagem de vincada personalidade” (Simão Barreto, 1996, p. 132). “Fazia e perfazia o que tinha escrito, de tal modo que é difícil, se não impossível, modificar, corrigir ou acrescentar o que quer que seja, depois de ele ter dado a forma definitiva”. (Simão Barreto, 1996, p. 133).

Margareth Lynn, compiladora e organizadora das composições de Áureo de Castro, acentua a sua capacidade para exprimir as mais diversas emoções numa linguagem harmoniosa: “P. Áureo tinha uma aguda sensibilidade para realçar o sentido das palavras, tendo sido capaz de evocar em suas composições uma miríade de sentimentos e emoções -, mistério, súplica, piedade, contemplação, majestade, ternura e alegria -, através de um imaginativo uso da harmonia e de nuances tímbricas e dinâmicas.” Lynn, 2003, p. VIII)

Lynn destaca ainda: “merecem especial menção a encantadora simplicidade da *Cantata Sancta Cecilia*, a nostálgica beleza do poema de amor de *Alma minha gentil*, de Luís de Camões, a exuberância de *Gong Tzi Fa Choi* (Canção do Ano Novo Lunar) para vozes a capella, com a exploração dos sons onomatopaicos do idioma chinês, e o majestoso *Te Deum* para coro e orquestra”. (Lynn, 2003, p. VIII)

Durante 30 anos, entre os anos de 1960 até à sua morte em 1993, P. Áureo da Costa Nunes e Castro foi, sem dúvida, o mais importante músico que Macau conheceu.

❖ Bibliografia

Andrade, Eugénio de (1993) *Pequeno Caderno do Oriente*, Macau: Instituto Cultural de Macau e Instituto Português do Oriente.

Baguet Jr., Gabriel (1999) “Percurso e trajetórias de uma História, A Música em Macau na Transição de Poderes”. In *Camões*, Revista de Letras e Culturas Lusófonas, nº 7, outubro-dezembro de 1999, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Instituto Camões, 84-95.

Barreira, Ninélio (1994), *Ou-Mun, Coisas e Tipos de Macau*, Macau: Instituto Cultural.

Barreto, Simão (1996) “Áureo de Castro (1917-1992)”, *Revista de Cultura*, nº 26 (II Série), Jan-Mar, 1996, Instituto Cultural de Macau, 131-140.

Ferreira, José dos Santos (1990) *Docis Papiçám di Macau*, Macau: Instituto Cultural de Macau.

Grosso, Maria José dos Reis (2007) *O Discurso Metodológico do Ensino do Português em Macau a Falantes de Língua Materna Chinesa*, Macau: Universidade de Macau.

Jardim, O. Veiga (2010) “Padre Áureo da Costa Nunes e Castro (1917-1992)” In *DITEMA Dicionário Temático de Macau*, volume I, Fundação para a Cooperação e Desenvolvimento de Macau / Universidade de Macau, 287-289.

Jardim, O. Veiga (1992) “Música em Macau: Temas e Variações”, In *Revista Macau*, nº 8, 1992, 146-154.

Lynn, Margaret (2003) “Prefácio”, In *Aurei Carmina, Choro*, Diocese Macaonensis.

Mesquita, Pedro Dá (s / d) *Academia de Música S. Pio X, 40 Aniversário 1962-2002*.

Qichen, Huang (1994) “Macau Ponte do Intercâmbio Cultural entre a China e o Ocidente do Século XVI ao Século XVIII”, In *Revista de Cultura*, n 21, (II série), Out- Dez 1994, Macau: Instituto Cultural de Macau, 153-178.

38. ROLF KEMMLER, CEL-UTAD, VILA REAL, PORTUGAL / ALEMANHA



Rolf Kemmler, Natural de Reutlingen (Alemanha), é investigador da área da historiografia linguística do Centro de Estudos em Letras (CEL) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD, Vila Real), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, desde julho de 2009.



Doutorado em Filologia Românica (Dr. phil.) pela Universidade de Bremen em 2005 (Alemanha), com a tese intitulada *A Academia Ortográfica Portuguesa na Lisboa do Século das Luzes: Vida, obras e atividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)*, publicada em 2007.

Mestre (M.A.) em Filologia Românica desde 1997 pela Eberhard-Karls Universität de Tübingen (Alemanha) com uma tese intitulada *Esboço para uma História da Ortografia Portuguesa* (publicada em 2001 como artigo na revista *Lusorama* sob o título «Para uma História da Ortografia Portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911»).

Com grande número de publicações dedicadas à disciplina da historiografia linguística desde 1996, é especialista nas áreas da história da ortografia da língua portuguesa desde o século XVI e da história da gramaticografia portuguesa e latino-portuguesa dos séculos XVI-XIX.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

TEMA 3.1. DALE BROWN: ACT OF WAR (2005) - POSSIBILIDADES E VICISSITUDES DA TRADUÇÃO AUTOMÁTICA INGLÊS-PORTUGUÊS. ROLF KEMMLER (CEL / UTAD VILA REAL)*

Em 2005, Dale Brown, um conhecido autor americano de livros pertencentes ao género de romances de ficção pertencentes ao género dos *techno-thriller* publicou o primeiro volume *Act of War* daquilo que estava previsto de ser o início de uma série de romances dedicados ao grupo de comandos de alta tecnologia TALON.

O título e o enredo da história prometem uma leitura fácil e cheia de ação a todos aqueles leitores que gostam daquele tipo de leituras. No entanto, tal como um ano mais tarde se observaria no romance *Edge of Battle* em que algumas das personagens (sobretudo as hispanofalantes) comunicam num *Spanglish* bastante curioso, um leitor lusófono não pode deixar de estranhar perante as palavras portuguesas utilizadas na comunicação entre os americanos e algumas personagens secundárias brasileiras que aqueles encontram no âmbito de uma pequena incursão bélica ao Brasil.

À primeira vista, impõe-se a noção de que o autor se possa ter servido de uma ferramenta de tradução automática.

Pela proximidade que muitas palavras e frases 'portuguesas' no romance em questão parecem ter com a língua inglesa, julgamos interessante proceder a uma análise das traduções portuguesas face ao que se presume ser o texto inglês de que o autor terá partido. Para finalizar, serão propostas soluções mais adequadas para algumas das traduções que parecem mais problemáticas.

⁴⁷Deve-se acrescentar a este número a série *Dale Brown's Dreamland* que Dale Brown escreve em coautoria com Jim DeFelice e que até agora conta com treze volumes desde 2001 até 2011. Para mais informações sobre o autor, cf. a página de informações pessoais em Brown (s.d.).

2 O autor

Nascido em Buffalo no estado de Nova York no ano de 1956, nos anos setenta Dale Brown frequentou a Universidade de Penn State, onde se licenciou em História da Europa Ocidental. Em 1978 entrou na Força Aérea dos Estados Unidos onde passou a servir de bombardeiro-navegador em vários aviões de guerra. Depois de abandonar a carreira militar em 1987, Dale Brown veio a escrever 24 romances *techno thriller* desde 1987 e 2012, muitos dos quais tiveram bastante êxito livreiro.⁴⁷

3 Act of War (2005): o conteúdo

Na cidade fictícia de Kingman City, perto de Houston, no estado do Texas um grupo de terroristas pertencentes ao *Grupo do Abate de la Movimento Meio Ambiente* (GAMMA; sic!) explode uma bomba atómica portátil na refinaria da empresa TransGlobal Energy. A primeira pessoa a acudir no local de desastre é o Major Jason Richter, o engenheiro vice-diretor do laboratório de transformação de batalhas de infantaria (pertencente no laboratório de investigação do exército) e criador dos dispositivos cibernéticos de infantaria (*Cybernetic Infantry Device*, CID).⁴⁸ Dentro do exemplar experimental do seu exoesqueleto protetor automatizado, Richter consegue salvar um grupo de estudante e uma jornalista de televisão, o que de imediato torna o CID conhecido em todo o mundo.

Devido a esta amostra, o Conselheiro de Segurança Nacional (NSA) do presidente dos Estados Unidos, Robert Chamberlain, decide constituir a *Task Force* TALON, incumbindo Richter e os seus companheiros, bem como representantes de outros ramos das Forças Armadas e do FBI a tentar encontrar e parar os terroristas que lançaram o ataque a Houston. Depois de receber informações sobre o paradeiro de um dos dirigentes de GAMMA no Brasil, Richter resolve viajar ao Brasil no âmbito de uma missão clandestina que só no último minuto é autorizada por Chamberlain. Com Richter vão o comandante militar de TALON, o Sargento-mor Ray Jefferson, a sua ajudante Ariadna Vega, bem como a repórter Kristen Skyy e a sua equipa.

No Porto de Santos (SP), Richter chega na altura certa para salvar o ativista Manuel Pereira e a sua família de um ataque paramilitar. Este é montado pelo antigo capitão russo Pavel Khalimov e elementos corruptos da Polícia Militar do Estado de São Paulo que agem a mando do antigo coronel russo Yegor Zakharov (um antigo comandante nas forças nucleares soviéticas e ex-oligarca do petróleo), que viera a substituir Pereira como o número dois de GAMMA. Ao saber que Zakharov é o responsável principal pelo ataque a Kingman City, os americanos conseguem convencer Pereira de levá-los ao paradeiro de Jorge Ruiz, o líder de GAMMA, para tentar salvá-lo da morte certa.

Em Abeté (MG), os civis do grupo encontram-se com o juiz Amaral, um antigo jurista de quem se descobre que é o pai natural de Jorge Ruiz. As visitas na quinta acabam com encontrar o líder do movimento ambientalista quando são emboscados por Zakharov e os seus

⁴⁸Em Brown (2006: 63) o título inglês é «[...] deputy director of the Army Research Lab's Infantry Transformation BattleLab, the creator of the Cybernetic Infantry Device [...]».



terroristas. Após a inevitável confrontação entre os terroristas russos e os americanos, estes acabam por salvar todos os civis, mas Zakharov e Khalimov fogem.

Apercebendo-se cada vez mais de que foram traídos por alguém que sabia das suas deslocações e informara Zakharov, o grupo regressa aos Estados Unidos. No momento da sua chegada à base em New Mexico, Chamberlain informa Richter e o seu grupo que estão sob investigação criminal e que a existência da *Task Force* TALON está posta em causa. Apesar disso, o dono da TransGlobal Energy, Harold Kingman, convence o presidente de emprestar-lhe TALON para guardar a sede em São Francisco, precisamente na altura quando os terroristas russos atacam em força... Os elementos de TALON nos CID conseguem repelir alguns ataques, mas há destruições nas principais pontes e a sede da empresa de Kingman acaba por ser destruída pela parte explosiva de uma bomba atómica que foi impedida de ter uma reação nuclear.

É no Egito que TALON procura os terroristas e os seus apoiantes que levaram a bomba atómica a San Francisco. A ação culmina na morte de Kristen Skyy, que acaba por ser autorizada a acompanhar a ação contraterrorista por Chamberlain, tendo sido presa como refém por um dos terroristas, o que mais uma vez reforça as suspeitas de Richter que deve haver um informador em posição elevada. Pouco depois, em Washington, a Casa Branca é atacada por mísseis. Chamberlain afasta o presidente e Kingman dos espaços atacados, diretamente aos braços de Zakharov, que, afinal, trabalha para Chamberlain e o *Consortium* que sempre teve como objetivo matar Kingman. Dado, porém, que os CID de TALON estavam postados nos arredores da Casa Branca depois do regresso do Egito. Richter e Jefferson conseguem salvar o presidente e fere Zakharov e Chamberlain quando tentam fugir num helicóptero, acabando este último por falecer.

4 Análise das traduções portuguesas

Se deixarmos de lado as repetições dos termos frequentemente repetidos que são referidos em Brown (2006: vii-viii), encontramos 180 ocorrências em que palavras soltas, frases completas ou contextos em línguas estrangeiras (outras que o inglês como língua materna do autor) se encontram utilizadas ao longo do romance. Parece evidente que a intenção do autor terá sido aumentar o colorido local e linguístico do romance a fim de dar uma maior credibilidade às personagens em situações de contacto linguístico.

4.1 A correspondência com o autor

Perante a nossa curiosidade despertada pelas formas portuguesas em *Act of War* (Brown 2006) e as formas espanholas em *Edge of Battle* (Brown 2007), contactámos o autor em 8 de fevereiro de 2009 para saber mais sobre o método de tradução.

The foreign language texts led me to assume that you might have used an internet or software based translation routine, which is why I take the liberty in asking you whether you could tell me exactly how you obtained the foreign language texts published in aforementioned books. More exactly, the question is whether you have used tools such as

the Altavista babelfish or any one or several of the many translating programs on the market.

Dois dias depois, chegou a resposta bastante esclarecedora do autor que reza o seguinte:

Dear Dr. Kemmler:

Yes, I did use online translation services. I'm not sure which ones I used, but Babelfish and Altavista both sound familiar, so it might have been one or both of them.

I have been told that the Spanish translations in "Edge of Battle" are atrocious, and I'd be very interested to learn more about how these services work and why they were so far off.

I happen to have Google Translate on my browser's home page right now, and I would sign off by using it to say Ich habe nicht einen Newsletter, aber ich häufig aktualisieren Nachrichten über www.AirBattleForce.com .. Vielen Dank für Ihre E-Mail.

How close is that to "I don't have a newsletter but I frequently update news on

www.AirBattleForce.com.

Thanks for your e-mail." ?

Dale...

Na sua resposta, Dale Brown reconhece ter utilizado serviços *on-line* de tradução. Se bem que não tenha certeza qual terá sido o serviço utilizado na elaboração das traduções em questão, a mensagem confirma que conhece e utiliza atualmente o serviço Google Translate.⁴⁹

Perante as formas de línguas estrangeiras que se encontram nestes dois romances, a verdadeira questão não é, portanto, como nos demais casos de traduções, a competência do tradutor, mas sim, a competência dos serviços de tradução automática que estavam ao alcance de Dale Brown como autor que não domina aquelas línguas.

4.2 Línguas estrangeiras em *Act of War*

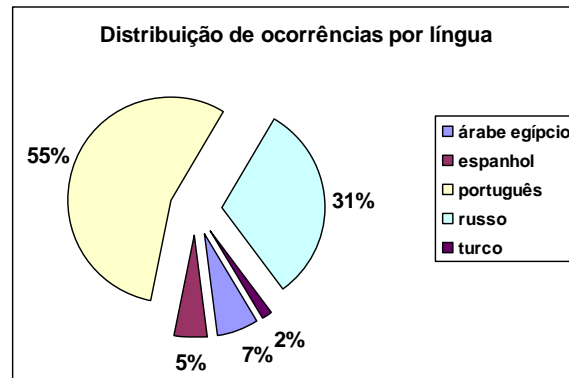
Em *Act of War*, a língua portuguesa não é a única língua estrangeira que se encontra utilizada. Dentro das 180 ocorrências que encontramos, temos a seguinte distribuição:⁵⁰

árabe egípcio	12 ocorrências
espanhol	9 ocorrências
português	100 ocorrências
russo	56 ocorrências
turco	3 ocorrências

A distribuição percentual é a seguinte:

⁴⁹Google Translate pode ser utilizado através da ligação translate.google.com.

⁵⁰Dado que todas as citações são de Brown (2006), somente será indicado o número das páginas em que se encontra o texto citado.



O facto de a língua portuguesa ser a língua estrangeira mais utilizada no romance, justifica prestarmos mais atenção às traduções portuguesas. A seguir, porém, ofereceremos uma breve panorâmica do tratamento das outras línguas, por ordem alfabética.

O árabe egípcio encontra-se em doze ocorrências. Na primeira, Brown (2006: 336) define qual é a língua que Yusuf Gemici fala naquele momento:

[1]

“*Ahlan wa sahlán*,” Gemici said in Egyptian Arabic (336).

Na maioria dos casos, trata-se de frases ou palavras expressas por falantes nativos, mas nos exemplos [2] e [3] quem fala é um agente infiltrado do FBI, pelo que o uso da língua também é comentado:

[2]

“*Misae el kher*.” “*Ahlan bik*,” the man said in response, in stilted but passable Arabic with an American accent. (336).

[3]

“*Enta bititkallim inglizi?*” “Yes, of course, I speak English,” Gemici replied (336).

O espanhol somente é falado por Ariadna Vega, uma americana de origens latino-americanas, e em três casos a Ray Jefferson de quem se diz que fala «[...] pidgin Spanish to make himself understood [...]» (247).

[4]

“*Ojete!*” Ari exclaimed. “No, jerk, I mean you.” (148)

No exemplo [4], Ariadna Vega utiliza um palavrão mexicano que corresponde mais à palavra americana *asshole* do que à forma ‘jerk’ que usa na frase seguinte.

[5]

“I’ll keep it. ¿Una muchacha consiguió protegerse, no? A girl’s gotta use protection, right?” (242)

Ao ficar com uma pistola, Ariadna Vega declara que uma rapariga tem que defender-se. Para corresponder melhor com o texto inglês, a frase no exemplo [5] parecia mais adequada como ‘¿Una muchacha tiene que usar protección, no?’ ou melhor ainda ‘¿Una muchacha tiene que protegerse, no?’.

Tal como acontece com as palavras árabes também as palavras em russo não se encontram escritas em alfabeto cirílico, mas sim na transcrição romanizada.

[6]

“*Spasibo*,” Zakharov responded, draining then refilling his glass (103).

Спасибо, uma das palavras russas mais conhecidas por significar ‘obrigado’, tem como equivalente em inglês a forma *thanks*.

Também nos exemplos russos, nem todas as formas estão completamente adequadas. Assim, no exemplo [7] o autor optou por usar a palavra americana *Colonel* em vez da forma russa *polkovnik*. Afinal, como testemunha GT (s.d.), «Да, полковник» significa em inglês ‘yes, Colonel’ e em português ‘sim, Coronel’:

[8]

“*Da, Colonel*,” Khalimov responded (286).

Mais adiante, porém, encontra-se a forma russa correta...

[9]

“*Davajte vyhodit’ zdes’, Polkovnik*,” Khalimov growled (389).

O uso da língua russa por parte de falantes de inglês carece de explicação. Assim, quando Bolton tenta fazer sair os terroristas de uma sala, as palavras russas que diz são atribuídas ao sistema de tradução automática do seu CID:

[10]

“Whoever is in this room, come out immediately,” Bolton said through his electronically synthesized voice. “*Sdacha teper!*” he tried in Russian, using his on-board voice translator (359-360).

O turco, afinal, somente se encontra em três ocasiões quando o navio de Yusuf Gemici é revistado pela guarda costeira e este responde em turco e inglês:

[11]

“*Evet, anliyorum*,” Gemici said, sniffing. “I understand.” (39).

Por constar que a palavra turca *evet* significa ‘yes’ em inglês e ‘sim’ em português, parece que Dale Brown terá partido de ‘yes, I understand’, ou seja, ‘sim, entendo’...

4.3 As traduções portuguesas em *Act of War*

Devido às palavras do próprio autor, optámos por utilizar o serviço Google Translate que hoje em dia parece ser o serviço de tradução automática de *browser* mais utilizado e mais desenvolvido (cf. Google Translate s.d.). É de notar que quando Dale Brown escreveu o livro, o serviço AltaVista BabelFish era um dos serviços do género que gozava de maior renome, tendo, no entanto, perdido bastante da adesão anterior.⁵¹ Dado que na esmagadora maioria das ocorrências portuguesas é possível reconstruir o presumível texto original do qual o autor

⁵¹A evolução do serviço de tradução automática BabelFish (que tem o seu nome graças ao livro *The Hitchhiker’s Guide to the Galaxy* de Douglas Adams, 1979) para o Bing Tradutor (BT 2012) é descrita

em Damaster (2012). Dado que esta ferramenta hoje não apresenta as mesmas características como o AltaVista BabelFish em inícios do século XXI, optámos por não incluí-lo na presente investigação.



partiu na tradução, utilizámos sobretudo o Google Translate para conferir as nossas leituras das formas inglesas. O Bing Translator somente será utilizado quando as traduções oferecem informações pertinentes.⁵²

4.3.1 Aspetos morfosintáticos

O primeiro aspeto que se nota nas ocorrências levantadas é a desconcordância de algumas formas verbais utilizadas. Entre elas a correspondência entre o verbo inglês 'to be' e os verbos portugueses 'ser' e 'estar' demonstra ser de alguma dificuldade.

[12]

“*Onde e Zakharov agora?*” (223)

Parece evidente que a frase inglesa original correspondente ao texto [12] deve ser *‘Where is Zakharov now?’. Devido ao caráter temporário expresso por ‘now’, o verbo mais adequado, porém, é ‘estar’ e não ‘ser’, pelo que o equivalente em português deveria ser ‘*Onde está o Zakharov agora?*’ ou ‘*Onde está Zakharov agora?*’ sem artigo.

Entre as ferramentas de tradução GT (s.d.) propõe em primeiro lugar a solução certa ‘Onde está’, mas oferece as alternativas «Onde é; Onde está a; Onde fica; Onde está o». BT (2012) somente oferece a tradução «Onde está o Zakharov agora?» que julgamos mais adequada.

[13]

“*Quem esta? Pode me ajudar?*”(221).

No texto [13] observa-se o contrário. Perante um texto inglês que se presume como *‘Who is it? Can you help me?’ a tradução mais adequada seria ‘*Quem é? Pode me ajudar?*’

A proposta de GT (s.d.) coincide na essência com a nossa solução mas acrescenta o pronome pessoal «Quem é? Você pode me ajudar?». BT (2012) vai para além disso e acrescenta o pronome pessoal ‘ele’, possivelmente para traduzir a palavra inglesa ‘it’: «Quem é ele? Você pode me ajudar?».

[14]

“*Nao sabe,*” Pereira replied. (223)

A afirmação em [14] equivale ao inglês *‘Don’t know’ devia ser ‘*Não sei*’, uma vez que se trata não da terceira mas da primeira pessoa do singular do presente do indicativo.

GT (s.d.) oferece não só a primeira e a terceira pessoa do singular, mas também primeira e a terceira pessoa do plural, assim com a terceira pessoa do plural de ‘conhecer’, mas também a terceira «não sei; não sabe; não sabem; não sabemos; não conhecem».

[15]

“*Compreenda tudo, senhor. We have one of them in our sights now.*” (257)

Considerando que o texto inglês de partida do exemplo [15] seja *‘I understand everything, Sir’, não se percebe a razão por que a frase contém o que parece um conjuntivo do presente. Em português, a forma mais adequada seria ‘*Entendo tudo*’.

GT (s.d.) oferece as alternativas «Eu entendo tudo; Entendo tudo; Compreendo tudo».

[16]

“*Ido, senhor.*” Judge Amaral said (257).

Em português, o equivalente mais adequado de *‘Gone, Sir’ seria ‘*Foi-se*’, mas nunca o pretérito perfeito ‘ido’.

Curiosamente, GT (s.d.) parece estupefacto, pois propõe como alternativa principal «Gone, Sir» (e só oferece alternativas vernáculas como ‘Senhor’ para Sir), ao passo que BT (2012) oferece a solução igualmente inaceitável «*Ido, Sir*».

[17]

“*Vindo rapidamente! Eu necessito-o ...!*” (249).

Parece que o Juiz Amaral diria em inglês *‘Come fast! I need it...’ no texto 17. É evidente que o uso do gerúndio nesta situação não se justifica, pois parece mais adequado uma solução como ‘*Venham depressa! Eu preciso disso...*’ ou mesmo ‘*Venham depressa! Eu preciso de vocês...*’ (o que corresponderia a ‘Come fast! I need you...’).

Tanto GT (s.d.) como BT (2012) somente oferecem formas verbais finitas.

Dado que as ferramentas de tradução automática não conseguem avaliar os contextos extralinguísticos, outro problema frequente são aquilo que se pode interpretar como erros de concordância.

[18]

“*Muito obrigado,*” Kristen said. “I believe we’ve met, *senhor* (245).

Dado que no texto [18] é uma mulher que fala em português o adjetivo deve concordar com a pessoa do sexo feminino que fala, pelo que a solução mais vulgar e mais adequada seria *Muito obrigada*. O texto original inglês *‘thanks a lot’ é invariável.

GT (s.d.) oferece várias alternativas, de entre as quais as últimas são agramáticas: «muito obrigado; muito obrigada, thanks a lot; agradecimentos muito; graças um lote». BT (2012) somente oferece «Muito obrigado».

[19]

“*I said go!*” Amaral shouted. “Marco! Jose! *Onde estão você? Vindo aqui ...!*” (248).

Também o exemplo [19] constitui um erro de concordância, uma vez que na norma culta o plural de ‘estão’ exigiria outro plural ‘vocês’. O presumível texto inglês *‘Where are you two? Come here!’ leva a esperar em português *Onde estão vocês? Venham cá...*

GT (s.d.) oferece como solução principal «Onde estão vocês? Venha cá!». Para a segunda frase oferece as alternativas «Venha aqui; vir aqui; vêm aqui; vem aqui», das quais nenhuma parece adequada para o texto de origem em questão. A proposta de BT (2012), enfim, «Onde está você dois? Vem cá!» deve considerar-se agramática.

[20]

“*Pode falar Jorge Ruiz?*” (223).

Se podemos supor uma frase de origem como *‘Can you talk to Jorge Ruiz?’, é de constatar que no exemplo [20] falta a preposição ‘com’. A tradução adequada deveria ser ‘*Pode falar com Jorge Ruiz?*’ ou ‘*Você pode falar com Jorge Ruiz?*’.

GT (s.d.) oferece como solução principal «Você pode falar com Jorge Ruiz?» (tal como, aliás, BT 2012). Para a primeira parte da frase oferece as alternativas «Pode falar com; Você

⁵²Em todas as ocorrências em que o próprio autor não fornece nenhum equivalente em inglês, acrescentamos o asterisco (*) às formas inglesas para documentar que estas foram estabelecidas com

base nas formas portuguesas. As formas inglesas não acompanhadas por asterisco são do próprio autor.



pode conversar com; Pode falar; Você pode falar» – as últimas duas alternativas correspondem, portanto, à solução sem preposição!

[21]

“Uh... *senhor, nos temos um problema aqui,*” the pilot radioed back. (258).

No exemplo [21] falta o acento no pronome pessoal 'nós' – mas também poderia ser eliminado como em '*Coronel, temos um problema aqui*' e a tradução não deixaria de fazer sentido em relação ao presumível texto de base *'Sir, we've got a problem here'. GT (s.d.) e BT (2012) propõem unanimemente «Senhor, nós temos um problema aqui».

[22]

Porto do Santos (207)

No exemplo [22], o '*Porto de Santos*', cuja denominação oficial inglesa é 'Port of Santos', a tradução resultou no uso da contração da preposição com o artigo definido, ou seja, 'do' em vez da simples preposição 'de'.

GT (s.d.) e BT (2012) propõem como solução principal «Porto de Santos», mas GT (s.d.) ainda oferece as alternativas menos adequadas «Portuária de Santos; O Porto de Santos».

Nalguns casos é omitido o artigo, o que seria menos aceitável no português europeu (PE), mas perfeitamente aceitável no português do Brasil (PB):

[23]

“Manuel, *onde nós encontraríamos* Jorge? Where would we find him?” (242).

[24]

Kristen motioned to the boy and asked in broken Portuguese, “*Quem atacou seu filho, Manuel?*” (222).

O nome do grupo ambientalista / terrorista é algo difícil, uma vez que são misturadas palavras portuguesas um artigo espanhol e numa sintaxe duvidosa.

[25]

Grupo do Abaete de la Movimento Meio Ambiente (vii, 89).

O grupo chamado pelo autor como «Environmental Movement Group of Abaete» utiliza o artigo feminino espanhol 'la' em vez da forma portuguesa 'do'. Mesmo que uma tradução como *'Grupo ambientalista do Abaeté' pareça mais adequada, julgamos que o resultado deve corresponder com a abreviatura GAMMA, pelo que a tradução rigorosa mais adequada seria **Grupo do Abaete do Movimento Meio Ambiente*'.

[26]

Guerra Alliance de la Movimento Meio Ambiente (vii, 89).

Semelhantemente, o equivalente da 'Environmental Movement Combat Alliance' deveria ser *'Aliança do Movimento de Luta Ambiental', mas parece que uma tradução como '*Guerra da Aliança do Movimento Meio Ambiente*' ficaria menos mal...

4.3.2 Aspetos ortográficos

A acentuação gráfica do português é omitida em muitos casos. Ignoramos se isto foi um erro da ferramenta da tradução automática ou se foi erro do autor.

[27]

Jorge Ruiz was born in Abaete, Brazil, one hundred and sixty kilometers northwest of Belo Horizonte, the capital city of the state of Minas Gerais (86).

Ao longo de todo o romance, todas as ocorrências do nome do município de Abaeté (MG) é escrito sem acento agudo.

[28]

Nao...nao ...impossivel ...inacreditavel ... (105).

Este exemplo da tradução de *'no, no, impossible, unbelievable' demonstra que Dale Brown omitiu a maioria da acentuação gráfica e do til, uma vez que a grafia certa seria '*não, não, impossível, inacreditável*'.

O mesmo acontece nos exemplos autoexplicativos [29], [30] e [31] onde o til é omitido:

[29]

“*Nao!*” Pereira shouted [...] (214).

[30]

“I’m a reporter. *Televisao,*” she replied (221).

deveria ser *Televisão* *Television

[31]

“*Tenente* Quintao is here just as an escort [...] (244).

São raros os exemplos em que há letras a mais ou a menos:

[32]

The newly formed lake was called Repressa Kingman, named for the president of the American company, TransGlobal Energy Corporation... (84)

O *'Kingman Dam' é traduzido como 'Repressa Kingman', e não Represa Kingman com a sibilante simples. Sem esclarecer as diferenças, GT (s.d.) oferece as duas traduções essenciais «barragem; represa; Dam; barragem de; dique». O termo 'barragem' é mais utilizado no PE, o termo 'represa' no PB.

[33]

“No unusual activity in this area, and the *commandante* of the local PME barracks reports no unusual movement or strangers in the area (84).

A grafia de '*commandante*' (com <-mm->) em vez de '*comandante*' parece uma óbvia interferência da palavra *'commander'.

[34]

Originating in the lushly forested highlands of western Paraná near the Paraguay border, the Piquir River was the last of the “living” rivers of Brazil [...] (84)

No nome do Rio Piquiri falta a última letra.

[35]

“But you do allow him to come back, don’t you, *Advocado?*” Kristen asked (245).

Evidentemente, o equivalente português da palavra inglesa 'lawyer' em [35] deveria ser '*advogado*' com <-g-> em vez de <-c->.

[36]

He liked to drink straight vodka but would make do with strong Brazilian *agua ardente*; [...] (98)

A norma da ortografia portuguesa prevê a grafia junta de *aguardente*, mesmo que este derive de *água ardente*.

4.3.3 Opções erradas



Para além dos exemplos já comentados ainda há um número de opções que simplesmente consideramos erradas.

[37]

“Direita lá, senhor. Right there, sir,” (213)

O equivalente português mais adequado de 'Right there, sir' parece ser '*Ali mesmo, senhor*'.

GT (s.d.) propõe «Bem ali, senhor; Ali mesmo, senhor; Ali senhor; Logo ali». A misturar português e inglês, BT (2012) apresenta a solução nada adequada «Ali, sir!»

[38]

“Olhar Para fora! Tem um foguete!” he shouted, but he was too late (219)

Não duvidamos que o texto original do texto [38] teria sido algo como *'Look out there! He's got a rocket!' A tradução publicada não faz muito sentido, pois fica evidente pelo contexto que uma tradução portuguesa como '*Olhe por aí! Tem um míssil!*' seria mais adequada.

GT (s.d.) oferece como tradução principal «Olhe por aí! Ele tem um foguete», bem com as alternativas «um foguetão; de um foguete; um foguete de; um míssil». BT (2012) oferece a solução não mais adequada «Olhe lá fora! Ele tem um foguete!».

[39]

“Quem é aquele? O deus, o que é ele?” (221)

O contexto do exemplo [39] (uma pessoa vê pela primeira vez um CID) leva-nos a supor um texto inglês como *'Who is this? O God, what is that?'. Consequentemente, o equivalente português mais adequado parece-nos '*Quem é isso? Ó Deus, o que é isso?*'. GT (s.d.) apresenta uma tradução «Quem é esse? Ó Deus, o que é?».

Já BT (2012) oferece uma tradução que nos parece bastante mais adequada: «Quem é? Ó Deus, o que é isso?».

[40]

They might be *Atividade de Inteligencia do Brasil*, the Brazilian Intelligence Agency [...] (219)

Os serviços secretos mencionados no texto [40] chamam-se *Agência Brasileira de Inteligência*. O termo 'Atividade de Inteligência do Brasil' encontra-se na história da organização na sua página de internet.

[41]

Amaral saw the cameras and recording equipment and waved his hands. “*Nao câmeras, nao retratos,*” he said (244).

Como provável reflexo da frase inglesa *'No cameras, no pictures', parece-nos que a melhor tradução seria *Sem câmeras, sem fotos*.

GT (s.d.) oferece a tradução «Sem câmeras, sem imagens», BT (2012) propõe «Sem câmeras, sem fotos».

[42]

Nenhuma transmissão de suas vozes, aprovação?” (245)

Se a frase parece defeituosa, julgamos que se deve ao texto inglês que presumimos como 'No transmission of your voices, okay?' A tradução resultante seria '*Nenhuma transmissão das suas vozes, de acordo?*'.

GT (s.d.) propõe «Não há transmissão de suas vozes, ok?» e BT (2012) «Nenhuma transmissão de suas vozes, OK?».

[43]

“*Sim, agradecimentos a você,*” Jorge Ruiz said (260).

Em português, esperar-se-ia por um agradecimento semelhante a *'Yes, thanks to you' uma frase como '*Sim, graças a você*'.

É precisamente esta a solução principal de GT (s.d.): «Sim, graças a você». No entanto, a ferramenta também apresenta outras alternativas, que não se aplicam ao presente caso: «graças a vós; agradecimentos a você; graças a você; graças a vocês».⁵³

4.3.4 Palavras estrangeiras na boca de falantes brasileiros

Nos seguintes exemplos trata-se da escolha de palavras erradas, as quais cremos que se devem a escolhas mais ou menos conscientes da parte do autor, pois optou por utilizar palavras de outras línguas românicas.

[44]

“*Carajo,*” she gasped as she thrust her hips forward [...] (211).

Trata-se claramente de uma palavra espanhola, equivalente da palavra portuguesa 'caralho'. O palavrão equivalente em inglês seria *'Fuck'.

[45]

You would shamelessly put your fingers into your wife's *chumino* and continue to suck her breasts while your son watched? (211).

Também se trata de uma palavra espanhola que equivale ao palavrão portuguesa 'cona' e à palavra inglesa *'cunt'. Dado que todas as três línguas usam também o latinismo 'vagina', conclui-se que a escolha deste palavrão terá sido consciente.

[46]

“*Ai, ai, mon Dios,*” she moaned as she spread her legs invitingly (211).

No exemplo [46] temos a palavra espanhola 'Diós' e o pronome possessivo francês 'mon'. Nada nos leva a duvidar que a tradução correta para o português deveria ser '*Ai meu Deus*' ou '*Ai Ai meu Deus*', pois parece que o original inglês será *'Oh my God'.

4.3.5 Americanismos

Consideramos americanismos as ocorrências como em [44] e [45]. O uso de *Sim?* em [44] em vez de 'Está bem', 'não é' ou outras soluções parece muito mais típico do inglês dos Estados Unidos do que no português. Similarmente, o uso frequente de Senhor nos exemplos como [45] lembra muito o uso americano do honorífico 'Sir', cujo uso naturalmente será reforçado num ambiente militar.

[47]

⁵³A penúltima alternativa «graças a você» não tem pertinência, uma vez que a vogal <ç> não existe no português moderno.



We must be strong and united until our common enemy is brought down. *Sim?* (110)

Está bem?

[48]

“Don’t be afraid, *senhor* (245)

4.3.6 Frases luso inglesas

No nosso corpus ainda encontramos oito ocorrências daquilo que chamámos ‘frases mistas’. Trata-se de frases, na maioria das vezes pronunciadas por Manuel Pereira, quando este quer falar inglês e socorre-se da sua língua materna. O resultado carece de qualquer comentário...

[49]

“I think Zakharov in charge now,” Pereira said. “Jorge want only to warn of *poluicao*, of *corrupcao*—Zakharov, *nao*. He is *violencia*, *guerra*, *poder* (222).

[50]

Pereira closed his eyes, lowered his head, then nodded. “*Sim*,” he said. “*Terrivel*. *Desventurado*. He must be stopped. He is very powerful, *importante*.” He swallowed hard, then looked away. “*Desculpe*. I am sorry. Zakharov is not GAMMA, GAMMA is not Zakharov. Jorge wants only *paz*, *respeito*, *esperanca*. Zakharov wants only *violencia*. I never trust Zakharov. Jorge only trust him.” (222).

[51]

“The government seize his farm, move his family’s gravesite, and sold it, but the new owners allow him to visit and hide there. He... *como você diz* . . . *torna-se re-energizado* . . . strong, refreshed, there. Maybe he go there.” (223).

4.3.7 Traduções adequadas

Apesar do exposto, deve-se declarar em honra das ferramentas de tradução automática e do autor que nem tudo está mal com as traduções portuguesas. Afinal, 32 das traduções parecem-nos aceitáveis. Trata-se na maioria de poucas palavras, mas como se pode ver nos seguintes exemplos, não se pode discutir a pertinência das traduções:

[52]

“*Muito obrigado*,” Ruiz shouted over the roar of the helicopter’s jet engine (96).

[53]

Now take me to her, *imediatamente!* (213).

[54]

“*Um pouco*. A little.” (222).

[55]

“*Sim*,” Kristen replied. “*Eu sou Kristen Skyy*, SATCOM One News. *Senhor e senhora Amaral?*” (244).

[56]

“*Muitas vezes*. Many times (246).

5 Conclusões

O romance *Act of War*, um *techno thriller* do autor americano Dale Brown, apresenta 180 ocorrências de palavras ou frases em línguas estrangeiras. Cem ocorrências (ou seja 55%) correspondem a traduções portuguesas, para cuja elaboração o próprio autor concedeu que terá utilizado ferramentas de tradução automática que se encontram à livre consulta na internet. Por considerarmos que somente 32 das ocorrências podem ser consideradas como adequadas, devemos constatar que a esmagadora maioria das ocorrências portuguesas apresenta defeitos de ordem vária.

Na análise linguística das traduções verifica-se que é fácil reconstituir o texto inglês que terá servido de base para as traduções. Sobretudo no que respeita aos aspetos morfosintáticos, verifica-se para aqueles casos em que constatámos que a tradução não coincide com a norma do português (PB) que as duas ferramentas de tradução consultadas tendem a oferecer hoje melhores soluções do que as que o autor obteve na elaboração das traduções para o livro publicado em 2005.⁵⁴

Dado que as ferramentas de tradução sempre forneceram a acentuação e outros sinais diacríticos como o til, estamos inclinados a pensar que a omissão destes sinais bem como os outros erros gráficos talvez se devam a facto de o autor não utilizar o método *copy & paste* para as fontes internéticas, mas que terá (pelo menos parcialmente) digitado manualmente (se assim for, a inexistência do til e dos acentos no teclado americano talvez possa servir como explicação). Já no uso dos palavrões espanhóis e afins que observámos em 4.3.4, julgamos que estas deverão ser atribuídas ao autor.

As traduções adequadas apresentadas em 4.3.7 demonstram claramente que há casos em que a tradução automática pode ser aproveitada por quem não conhece a língua de destino. Por mais complexos que sejam os conteúdos, porém, as traduções devem levar ao fracasso, como vimos em 4.3.3 e 4.3.6, uma vez que o utente das ferramentas de tradução não está em condições de escolher entre opções erradas e adequadas.

A modos de conclusão, julgamos que se pode dizer que entre as ferramentas de tradução automática gratuitas o Babelfish, hoje Bing Translator, não alcança a utilidade do Google Translate. Acabamos de ver que este último ainda oferece muitas traduções duvidosas ou mesmo erradas como as podemos verificar em *Act of War*. Mas para além disso observa-se que esta ferramenta oferece um número variável de alternativas. O Bing Translator, porém, somente oferece uma única solução, o que reduz consideravelmente a sua utilidade. Julgamos que nenhuma ferramenta de tradução automática chega a substituir conhecimentos da língua de destino. Podem, sim, servir como ferramentas poderosas para pessoas que queiram fazer traduções, desde que aquelas tenham os conhecimentos linguísticos indispensáveis para fazer uma correção adequada dos resultados da tradução automática. Sem esta

⁵⁴Note-se que a primeira edição alemã de Brown (2008) reproduz as traduções portuguesas sem qualquer alteração.



correção linguística, o resultado infelizmente não passará de uma espécie de *porglish* (e isso mesmo sem a situação do contacto linguístico)...

6 Referências bibliográficas

- Brown, Dale (2006) *Act of War*, New York: Harpertonch.
 Brown, Dale (2007) *Edge of Battle*, New York: Harper.
 Brown, Dale (2008) *Feuersturm*, München: Blanvalet.
 Brown, Dale (s.d.) «Who Is Dale Brown»
 BT (2012) «bing Translator»,
 Damaster (2012) «Bing Translator takes over Yahoo! Babel Fish»,
 GT (s.d.) «Google Translate», em: translate.google.com
 Marcos Marín, Francisco A[dolfo] (2004) «De lenguas y fronteras: el espanglish y el portuñol», em: *Círculo de lingüística aplicada a la comunicación* 17 (Febrero 2004) ISSN 1576-4737,
 Stavans, Ilan (2003) *Spanglish: The Making of a New American Language*, New York: Rayo.

39. SANDRA PÉREZ LÓPEZ, BRASÍLIA, BRASIL

(<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4170113E8>) Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade de Brasília, formou-se em 1994 em Filologia Hispânica-Seção Galego-portuguesa e, em 1995, em Filologia Hispânica-Seção Espanhola, na Universidade da Corunha.

Atualmente, é professora da Universidade de Brasília, no curso de Letras / Tradução Espanhol, e doutoranda na Universidade da Corunha, com projeto de tese intitulado *Língua portuguesa: problemas de norma e repercussões didáticas*

Outras produções bibliográficas

1. LÓPEZ, S. M. P. . Periodismo preventivo y cobertura de situaciones de riesgo: un análisis del tratamiento editorial dedicado por la prensa brasileña a la dengue y a la fiebre amarilla. Brasília: ANDI, 2009. (Tradução / Livro).
2. LÓPEZ, S. M. P. . Medios y políticas públicas de comunicación. Brasília: ANDI, 2008. (Tradução / Livro).
3. LÓPEZ, S. M. P. . Más una ventana que un espejo: la percepción de adolescentes con discapacidad sobre los medios de comunicación en Argentina, Brasil y Paraguay. Brasília: ANDI, 2008. (Tradução / Livro).
4. LÓPEZ, S. M. P. . Periodismo preventivo y cobertura de situaciones de riesgo: una guía para profesionales de prensa, centrada en la gripe aviar. Brasília: ANDI, 2007. (Tradução / Livro).
5. LÓPEZ, S. M. P. . Clasificación de obras audiovisuales: construyendo la ciudadanía en la pequeña pantalla. Brasília: ANDI, 2006. (Tradução / Livro).

TEMAS 3.1. TRADUTORES DE PORTUGUÊS, O ACORDO ORTOGRÁFICO E AS COMUNIDADES IMAGINADAS, SANDRA MARÍA PÉREZ LÓPEZ, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Resumo: Os sucessivos acordos ortográficos da língua portuguesa durante o século XX funcionaram como referentes que fizeram aflorar conflitos no seio de comunidades imaginadas (Anderson, 2008 [1983,1991]) encarnados, e não por acaso, naquele elemento da escrita que com frequência resulta mais arbitrário: a ortografia. Em relação a este assunto, colocando-os em paralelo com fenômenos parelhos em espanhol, serão apresentados juízos avaliativos sobre o acordo ortográfico de 1990 provenientes de foros e páginas pessoais da Internet de tradutores de português de Portugal e do Brasil. Trata-se de abordar questões relativas à norma subjetiva — sistema de valores imposto por volta do qual se orientam os juízos subjetivos sobre a atuação linguística — que Celso Cunha (1985) contrapõe à norma objetiva, “supostamente observável” (Lucchesi, 2004: 65). Pretende-se, assim, a partir de depoimentos que muito dizem sobre a situação profissional da comunidade de tradutores de português, relacionar suas concepções sobre ortografia e variação linguística com a relevância deste leque de convenções na construção identitária dos povos.

Palavras-chave: português, acordo ortográfico, tradutores, comunidades imaginadas.

(...) os problemas da língua derivaram naturalmente para o conflito de paixões (...)
 C. Cunha (1981: 15)

1. A modo de introdução

Dentre os diversos fatores que, com relação à norma, afetam a língua portuguesa no Brasil nestas primeiras décadas do século XXI, um elemento em concreto merecerá atenção aqui: a implementação do Acordo Ortográfico de 1990, sobre a qual tem se debatido intensamente em foros de tradutores de língua portuguesa e sobre a qual muito se tem escrito também em diversas páginas da Internet.

Muitos desses tradutores certamente poderiam assumir sem dificuldades o bem conhecido adaggio “Minha pátria é a língua portuguesa”. No entanto, talvez nem todos eles lembrassem o contexto maior da frase de Pessoa, *que remete justamente à questão ortográfica*:

Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa. Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente. Mas odeio, com odio verdadeiro, com o unico odio que sinto, não quem escreve mal português, não quem não sabe syntaxe, não quem escreve em orthographia simplificada, mas a pagina mal escripta, como pessoa própria, a syntaxe errada, como gente em que se bata, a orthographia sem ípsilon, como escarro direto que me enoja independentemente de quem o cuspiisse.

Sim, porque a orthographia também é gente. A palavra é completa vista e ouvida. E a gala da transliteração greco-romana veste-m’á do seu vero manto régio, pelo qual é senhora e rainha.



Este texto, publicado originariamente em *Descobrimto*, Revista de Cultura n.º 3, 1931, pp. 409-410, e transcrito no *Livro do Desassossego* por Bernardo Soares (heterónimo de Pessoa), ao mesmo tempo que ilustra um estado de coisas, anterior ao atual, da ortografia do português (europeu ou brasileiro), põe de relevo a sublimação do nacional de que estão imbuídas as crenças que rodeiam as convenções ortográficas.

Ortografia, sistema dos mais arbitrários, provém etimologicamente do grego clássico *orthos*, "reto, direito, justo"; e *graphia*, "escrever". Constitui o "conjunto de regras que, para uma determinada língua, estabelecem a grafia correta das palavras e o uso de sinais de pontuação" (Novo Aurélio, 3ª ed., 1999). Segundo o dicionário da Real Academia Española (22ª ed., 2001), "ortografia" é "o conjunto de normas que regulam a escrita de uma língua"⁵⁵. "Regras", "grafia correta", "normas que regulam"... , mas não apenas isso. Conforme consta na página V do prólogo à *Ortografía de la Lengua Española* (RAE, 1999), para Ángel Rosenblat, o ilustre hispanista de origem polonesa, a unidade ortográfica é "a maior força aglutinante, unificadora de uma ampla comunidade cultural: por baixo dela podem conviver sem perigo todas as diferenças dialetais". Quiçá nem tão "sem perigo", mas a ortografia consiste na aceitação de um leque de convenções por parte dos usuários de um idioma visando a manter a unidade da língua escrita; ou, talvez, da própria língua. Trata-se de *imaginar* a língua.

Assim como Anderson (2008 [1983, 1991]) fez no caso das nações, em vez de ao termo "inventar", usado até a exaustão, preferimos recorrer a "imaginar" no campo das línguas, pela mudança que implica no aspeto lexical: o foco passa do evento ao processo, ao substituir um item lexical tético por outro atélico. Esta mudança aspetual condiz com a recusa a conceber as línguas como entidades totemizadas, reificadas, que se dá especialmente quando são colocadas umas frente às outras na tradução, mesmo se reconhecendo sua instabilidade interna e seu carácter "imaginado", semelhante ao das relações de parentesco ou ao das ideias religiosas (Anderson, 2008: 32). Nesse olhar eminentemente cultural, em contraste com visões essencialistas de outras ordens, pode ser de fundamental importância observar, por exemplo, o processo de padronização das línguas, pois as comunidades não se "imaginam" todas da mesma forma; "o que as distingue é o 'estilo' como são imaginadas e os recursos de que lançam mão" neste processo (conforme afirma L. Schwartz, in Anderson, 2008: 12).

Assim, vários são os pontos em que as comunidades imaginadas atendem ao acontecido no passado e, ainda, a muito daquilo que está tendo lugar nos dias de hoje no Brasil, e não só, do ponto de vista do discurso linguístico.

Hoje, no Brasil, o Museu da Língua Portuguesa, "profundamente político" (Anderson, 2008: 246), como todos os museus, imagina a língua do país; hoje, os mapas dialetológicos e os estudos variacionistas trazem à tona a variação linguística brasileira, suspendendo o tempo nos anos 70, de onde provém grande parte dos dados do projeto NURC (com o

recontato da década de 90), de uma forma que corresponde bem com as comunidades imaginadas. Até a denominação "Novo Acordo Ortográfico" inclui uma referência a esse "novo", que "significa invariavelmente 'sucessor' ou 'herdeiro' de algo desaparecido. 'Novo' e 'velho' estão alinhados diacronicamente", mas coexistem "sincronicamente, dentro do tempo vazio e homogêneo" da comunidade imaginada (Anderson, 2008: 256-7).

Do passado brasileiro, teve que ser apagada a memória da *língua geral*, integrada de novo ironicamente à *comunidade imaginada* por Lima Barreto em 1911 com *Triste Fim de Policarpo Quaresma*; e, já do presente, precisa ser esquecida a multiplicidade linguística brasileira, ainda que hoje de novo ecoe na defesa da LIBRAS, a língua de sinais brasileira. No entanto, da comunidade imaginada brasileira não pôde ser apagado o português, porque sua negação requereria "apagar justamente aquela 'memória da independência', que era essencial manter" (Anderson, 2008: 268), pois ela foi um dos pilares sobre os quais foi concebido o confronto "fratricida" entre iguais.

No Brasil, a língua foi tratada como um dos meios pelos quais o país é imaginado (Anderson, 2008: 189-90), claro que, para isso, dotada da "pureza" e da "fatalidade" necessárias (Anderson, 2008: 202), para as quais pode contribuir decisivamente o carácter arbitrário do sistema ortográfico.

3. Um as linhas sobre as ortografias do português e do espanhol no século XX

Decididamente, o século XX foi o das "reformas" ortográficas em português. Mas não apenas pela complexidade dos processos vividos nesse campo, mas também pela relevância emocional profunda⁵⁶ desse código, que para alguns nem faria parte da língua (Bagnó, 2011: 372). Precisamos concordar com Leo Jaime quando afirma que "O 'pobrema' é 'cério'"^{57 58}:

Cério não, cérrissimo. Todo mundo sabe, já saiu em tudo que é jornau, que a cultura só leva merreca do governo. Se tu quer levar grana avera do governo, num pode entrar na ária da cultura. Todo mundo acha que educassão, çaúde e seguransa, são muito mais importantes que cultura. Até futebol é levado mais acério. Todo mundo, a cidade intêira só fala em outra coisa. Pois é, eu disconcordo. Disconcordo geral! Acho, pô, tipo acim, que essa parada num tem nada haver, aí.

De fato, "o 'pobrema' é sério". A história da ortografia da língua portuguesa no século XX carrega um vaivém constante de projetos, de aprovação e adoção mais ou menos vitoriosas, cuja apresentação, que não nos cabe aqui, teve seu último ponto álgido no Acordo de 1990. A ortografia constitui um daqueles pontos da "linguagem adquirida" cuja unificação, dizia o mestre C. Cunha (1981: 81), "depende de nós" e em relação ao qual entendia que "nossas sugestões podem ser mais facilmente aceitas". Será sobre a implementação do

⁵⁵ A tradução deste fragmento é nossa, como também o são as seguintes que estão presentes neste texto.

⁵⁶ Como a "legitimidade emocional profunda" que Anderson (2008: 30) atribui à nacionalidade e ao nacionalismo, enquanto "produtos culturais específicos".

⁵⁷ Texto disponível em:

⁵⁸ Esta citação, como as demais recolhidas no texto, é reproduzida respeitando quaisquer elementos linguísticos nela presentes, tenha sido sua presença proposital ou não.



acordo ortográfico de 1990, e sobre essa facilidade (ou não), que se observarão neste trabalho as atitudes de tradutores de português, a partir de seus depoimentos colhidos em diversas páginas da web.

Como é natural, fenómenos paralelos de mudanças ortográficas aconteceram em diversas línguas entre finais do século passado e começos do presente. Em 2010, por exemplo, o espanhol passou por uma fase com certas semelhanças com a que se vivia no português e sobre a qual também se riu na época, em “Haber qué pasa con la ortografía”, cujo título inclui, ele próprio, um erro ortográfico (“Haber” por “A ver”)⁵⁹:

Las reformas introducidas por la RAE en la ortografía “oficial” del español han disparado la polémica, el Infierno se ha desatado en la Tierra. A mí me resulta un indicador de lo conservadores que somos para algunas cosas. No quiero decir que defienda la reforma; quiero decir que me da igual la reforma porque no acepto la autoridad de la RAE. De hecho, siempre me ha parecido gracioso el modo en que los españoles parecen aceptar dicha autoridad, casi como si los desvarios de sus empoltronados miembros (a cada cual más repelente) fuesen decretazos legales (...).

Lo importante, lo realmente importante, es que no se cometan burradas como la del título de este post, y muchas otras similares, que son las que realmente hacen daño a la comunicación y la expresividad de una lengua —como el pérfido dequeísmo—, propias de la falta de amor a la lectura y a una expresividad rica basada en la decisión y necesidad comunicativa individual y no en la ignorancia y el analfabetismo.

Uma coincidência entre este texto e o de Leo Jaime chama facilmente a atenção: se um começa com “Haber”, o outro termina com “haver”. De fato, por incrível que possa parecer, “haber” e “a ver” aparecem mencionados como algumas das “novidades” da ortografia de 2010 do espanhol na página web da Real Academia Espanhola, à qual corresponde elaborar a *Ortografía de la lengua española* desde sua primeira edição, em 1741.

A ortografia atual desta língua coincide essencialmente com a praticada desde 1815. Além de boutades de intelectuais e literatos, houve, é claro, ao longo da história do espanhol, propostas alternativas à ortografia acadêmica que conseguiram certa implantação, como, por exemplo, a do venezuelano Andrés Bello e do colombiano Juan García del Río em 1832, intitulada *Indicaciones sobre la conveniencia de simplificar la ortografía en América*, ou a de Domingo Faustino Sarmiento. Apesar de não terem sido adotadas totalmente, aspetos de ambas foram implantados no Chile, Equador e Costa Rica (Alcaide, 2010: 115). Em 1927, “los chilenos, por Decreto del presidente de la República, se ven obligados a utilizar en la enseñanza y en los escritos de carácter no personal la ortografía de la Real Academia Española” (Serrano, 2007). Contudo, a “ortografía chilena” (os três traços que sobreviveram,

segundo Roseblat: *rei, jente, extraño*) “se conservó como una marca de identidad nacional” até a adoção da ortografia acadêmica “como homenaje al Día de la Raza” (Arnoux, 2008: 175). A partir deste ponto, a visão majoritária tende a conceber a questão ortográfica no espanhol como essencialmente resolvida. Apenas com a edição mais recente da ortografia acadêmica, lançada no ano de 2010, que a polémica se reacendeu. Seus pontos mais conflituosos remetiam para alguns acentos diacríticos e às denominações de determinadas letras, e sobre as reações geradas por ela é que serão vistos juízos avaliativos colhidos da Internet e realizados por tradutores de espanhol.

Trata-se de abordar questões relativas à norma subjetiva — sistema de valores por volta do qual se orientam os juízos subjetivos sobre a atuação linguística, o valor atribuído à forma como as coisas são ditas / escritas -, que C. Cunha (1985) contrapõe à norma objetiva, “supostamente observável” (Lucchesi, 2004: 65), refletida na forma como as coisas de fato são ditas / escritas. Porém, não deixa de resultar possível a existência de sistemas de valores divergentes, e até em conflito, no interior de uma comunidade. Igualmente, a distinção entre norma objetiva e subjetiva tampouco é tão nítida como se poderia supor pela complexa interação que ocorre entre ambas (Lucchesi, 2004: 66).

3. Falam os tradutores

Embora, desde suas origens, tenha se constatado nos estudos linguísticos a existência de dois sentidos associados, grosso modo, ao termo norma — que remetem para frequência e avaliação, respetivamente (Cunha, 1985: 52) —, e apesar da consciência da relevância da segunda ideia para, por exemplo, a sociolinguística laboviana, grande parte dos esforços destinados ao estudo do português têm se voltado para a primeira das aceções. Tanto é assim que o próprio projeto NURC descartou os professores de língua como possíveis informantes sobre os usos linguísticos cultos brasileiros por considerá-los usuários de uma norma arcaizante e purista (Cunha, 1985: 35). Idêntica suspeita pode ter pairado sobre os tradutores, nem tanto necessariamente pela sua prática profissional (norma objetiva) como, em especial, pela sua relação com a norma padrão e, portanto, pela sua avaliação dos fenómenos linguísticos (norma subjetiva). E é sobre membros dessa comunidade, como já foi dito, que serão observados depoimentos que denotam a posição que adotam sobre a questão do novo acordo ortográfico.

Ainda que, pelo seu caráter polifônico, será nos foros que será obtida grande parte destes juízos avaliativos, em um primeiro momento vão ser colocadas contribuições provenientes da página pessoal de J. R. Dias (<http://www.jrdias.com/jrd-acordo-nao.htm>), experiente e respeitado tradutor técnico português.

⁵⁹ “As reformas introduzidas pela RAE na ortografia “oficial” do espanhol originaram uma intensa polémica, o Inferno se desencadeou. Eu acho que este é um indicador do quão conservadores que somos para algumas coisas. Não quero dizer que defenda a reforma; quero dizer para mim tanto faz, porque não aceito a autoridade da RAE. Na verdade, sempre achei engraçada a forma como os espanhóis parecem aceitar sua autoridade, quase como se os desvarios de seus acomodados membros (todos

eles bem repelentes) fossem autênticos decretos legais (...). O importante, o realmente importante, é não fazer besteiras como a do título deste post, e outras muitas semelhantes, pois são elas que realmente atrapalham a comunicação e a expressividade da língua – como os pérfidos erros de gramática –, ao serem próprias da falta de amor pela leitura e por uma expressividade rica baseada na decisão e na necessidade comunicativa individual, e não na ignorância e no analfabetismo”.



Sobre o tema de que se trata, Dias realiza em sua página uma inteligente análise de certas incongruências na argumentação em favor do acordo, como o fato de se recorrer a um mesmo argumento em favor e contra, segundo convier, talvez por ter sido construído *ex post facto*. É isso que acontece quando em certos momentos se justifica a manutenção de determinadas grafias por estarem “consagradas pelo uso”, enquanto em outros se opta por aboli-las apesar do uso; ou quando se recorre em ocasiões à etimologia e, em outras, à pronúncia:

[M]as o Acordo apenas se refere à língua escrita, e não à língua como é falada! Estranho e enviesado argumento este, já que o Acordo está cheio de referências, exceções e ressalvas ao modo diferente de pronunciar as palavras em Portugal e no Brasil e à sua interação com o modo de as escrever! Ou, como diz o próprio texto do Acordo, «Não é possível unificar divergências [ortográficas] que assentam em claras diferenças de pronúncia».

Também não há dúvidas de que, com relação ao campo da tradução, a competência de Dias é inegável, nem de que sobre ele está bem informado. No fim das contas, na hora de falar sobre a tradução para um tradutor é preciso ser, no mínimo, prudente. Após citar um dos negociadores do acordo pela parte portuguesa, o eminente professor Malaca Casteleiro, segundo o qual “a língua portuguesa é a única com duas variantes que têm que ser traduzidas nas Nações Unidas”, Dias responde:

Fica mal, ao principal autor português do acordo ortográfico, utilizar mentiras para defender a sua obra. NÃO existem nenhuma traduções para português (europeu ou brasileiro) nas Nações Unidas! Porque, simplesmente, o português NÃO é língua oficial das Nações Unidas. Ponto final. As traduções que forem feitas são exclusivamente da responsabilidade dos respetivos estados e usam, muito naturalmente, a língua por si utilizada...

De fato, seis são as línguas oficiais das Nações Unidas, entre as quais não está o português. No entanto, a partir deste ponto começam a aflorar as paixões, que levam o tradutor até o ponto de afirmar sua recusa à possibilidade de que o português venha a estar um dia entre elas:

Receio bem que a “expansão” anunciada faça parte da ponta oculta do icebergue dos interesses brasileiros: fazer do português uma língua oficial das Nações Unidas, de braço dado com o desejo e a campanha do Brasil para ocupar um lugar de membro permanente do Conselho de Segurança. Do português brasileiro, claro está, já que são 180 milhões do lado de lá, e nestas coisas das relações internacionais, o tamanho do território e a contagem das cabeças que nele habitam contam, e muito! E, afinal, deve Portugal apoiar uma candidatura do Brasil a membro permanente do CS da ONU? Deve! Porque isso nos interessa! E deve Portugal apoiar a candidatura do português como língua oficial na ONU? Não! Porque isso não serve os nossos interesses. Chama-se a isto *realpolitik*, sem qualquer significado maquiavélico do termo.

Inicia-se a partir daqui uma defesa de interesses considerados nacionais, sem tomar em consideração as inconsistências que levantam os dados de que se dispõe. Assim, são

feitas denúncias como as seguintes, que afirmam a suposta existência de subordinação constante e sistemática dos negociadores portugueses perante os interesses brasileiros:

Para os que fizeram o acordo ortográfico, o princípio orientador foi simples: quando a ortografia portuguesa é diferente da brasileira, muda-se a ortografia portuguesa no sentido da prática brasileira, MAS quando a ortografia brasileira é diferente da portuguesa, arranja-se uma ortografia facultativa, cujo resultado só pode ser um enorme cabaz de disparates e incongruências ortográficos. Na mente dos acordistas portugueses existiu apenas um princípio: ‘abrasileirar’ o português, rapidamente e em força, numa subordinação servil, descarada e estúpida aos interesses brasileiros!

No entanto, a implementação sistemática deste princípio único e absoluto impediria a eventual adoção de soluções que já vigorassem em Portugal, mas não no Brasil, como ocorre no caso do trema, segundo o próprio Dias reconhece. Para resolver sua incongruência, o tradutor, irredutível, atribui o fenómeno a uma suposta limitação da ortografia usada em Portugal:

Por sua vez, na Base XIV suprime-se totalmente (em Portugal desde 1945) o trema, que é pena não se conservar em toda a língua portuguesa. Como explicar a um estrangeiro (por exemplo a um Espanhol, que ainda mantém esse diacrítico na sua língua) se se pronuncia ou não o >u> em quilo e tranquilo, guerra e aguentar, lânguido e linguística?!

Mas o fato de a base da problematização ser assentada em outros pilares diferentes dos até aqui declarados não podia deixar de aparecer. Por isso, tem que se mencionar, sem adjetivação, a avaliação da variação do português que se infere da leitura das duas últimas frases deste parágrafo:

E, para os que desejam aprender a falar e a escrever português, a solução é muito fácil: pergunte-se-lhes simplesmente que português desejam aprender, por gosto, mania ou razões culturais ou económicas, e ofereça-se-lhes o serviço. Para surpresa e, talvez, horror, dos acordistas, é isso mesmo que fazem, há já muito tempo, as escolas de português para estrangeiros em Portugal: quando um sueco por cá aparece para aprender a falar e a escrever português, porque vai trabalhar para o Brasil, a escola mete-lhe na frente um professor brasileiro! A um italiano que vá trabalhar para Moçambique caberá, naturalmente, um professor português. Simples, fácil e eficiente!

No que diz respeito ao campo profissional do autor do *blog*, a tradução, é estabelecido um paralelo semelhante ao que se verifica, como se verá mais para a frente, entre os tradutores de espanhol em relação ao “espanhol neutro”:

Para quem precisa da língua para trabalhar e ganhar dinheiro (há pessoas destas, acreditem), a quimera académica do português-língua universal é um embuste e não passa de publicidade enganosa. (...) Por cá, e no Brasil, os capatazes do Acordo parecem-me os diretores de projeto novatos das agências de tradução, quando pedem que os trabalhos lhes sejam entregues em português “angolano”, “cabo-verdiano”, “moçambicano” ou “timorense”, ou, quando o delírio ou a ignorância é total, numa versão “universal” de português.



Assim uma espécie de português “neutro” que seja entendido por todos, de Chaves a Baucau, com passagem por Bolama, pelo Mindelo, pelo Príncipe, por Benguela, por Curitiba, por Quelimane, por Goa e por Macau. Experiências, uns, novatos, outros, mas ignorantes, todos!

O tema do recurso a um “português neutro” não é novo entre os tradutores desta língua, mas sim um assunto bastante mais proscrito (basta ver a ausência de estudos académicos ao respeito) e, provavelmente, bem menos implantado do que entre os tradutores de espanhol. Por isso chama a atenção o depoimento de Helena Araújo, proveniente de sua página pessoal (<http://conversa2.blogspot.com/>, 6 / 5 / 08) e reproduzido por Dias:

Eu, pecadora, me confesso: passei oito anos da minha vida a inventar uma língua chamada português neutro, numa empresa que queria uma tradução única para utilizar em Portugal e no Brasil. E eu, acabada de nascer, tão ignorante como bem-intencionada, achei que, com jeitinho, era possível. Pensava que bastaria usar o acordo ortográfico de 1990 (sim, senhores: o mesmo que agora se discute), e tudo acabaria em bem. Hoje, do alto da minha experiência, vos digo: não funciona. O problema não é o modo como se escrevem as palavras, mas o seu significado.

Começa então a ser defendida a situação de *statu quo* dos tradutores de português, que declaram estabelecer um reperto do mercado em função da variedade de trabalho, o qual exige um ingente labor de educação dos clientes por sua parte:

É, afinal, que sabem os acordistas dos debates e das lutas (porque, de “luta” se deve falar) travados pelos tradutores portugueses nas secretárias e nas secretarias das empresas de tradução de todo o mundo pela especificidade, ortográfica, mas não só, de cada uma das versões do português? Nada!

Esta defesa é realizada com base na falta de regulação do mercado brasileiro de tradução:

Que sabem eles da prática corrente de mandar fazer as traduções no Brasil a pataco (segundo os nossos padrões) e contratar depois um tradutor português para fazer a “localização”, a revisão, a adaptação ou a “retradução” para português europeu, a preços, evidentemente muito mais baixos, de revisão? Nada!

- (2) Por exemplo, no estado do Rio de Janeiro, em 2008, o salário mínimo (piso salarial) para advogados e contadores (i.e., contabilistas) empregados – o escalão mais elevado definido pela Lei Ordinária Estadual n.º 5.168, de 20-12-2007 – é de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), ou seja, EUR 449,00. Como comparação, em Portugal, o Contrato Coletivo de Trabalho para o setor da restauração estipula uma remuneração mínima pecuniária de base de EUR 495,40 (o escalão mais baixo da tabela) para, por exemplo, ajudantes de despenseiro, contínuos e empregados de limpeza.

No entanto, quando se observa minimamente a situação legal das tarifas de tradução nos dois países, percebe-se que, se no lado brasileiro o Sindicato Nacional dos tradutores

(Sintra) em março de 2011 oferecia uma tabela orientativa, em Portugal o Sindicato Nacional de Atividade Turística, Tradutores e Intérpretes (Snatti) publicou em 21 / 10 / 10 uma notícia em que informava de que:

O SNATTI em 2007 / 2008 enfrentou uma denúncia na Alta Autoridade da Concorrência (AAC), efetuada pela APAVT Nacional e APVAT Madeira contra a publicação de tabelas de honorários. (...) Desde 1997 que a publicação de tabelas de honorários é considerada ilegal pela Alta Autoridade da Concorrência e pelas novas leis europeias. (...) Recentemente recebemos o valor da coima aplicada ao SNATTI, pela publicação ilegal de TABELAS DE HONORÁRIOS durante os últimos 9 anos, desde 1997 até 2006.

Para terminar, deve se deixar esclarecido que a posição de Dias, veementemente contrária ao novo acordo ortográfico, não resulta geral entre os tradutores portugueses. Veja-se, por exemplo, o título de uma notícia publicada em 18 / 9 / 11 na página da Associação Portuguesa de Tradutores: “Conheça o Acordo Ortográfico e os recursos disponíveis para a sua aplicação”.

Passa-se à continuação a falar de dois foros de tradutores: TRAD-PRT e PROZ. É sabido que Internet gerou “novos espaços de encontro, novos espaços antropológicos; agora precisamos questionar-nos em que medida esses novos espaços de representacionais (re)criam as identidades e as práticas culturais” (Silva, 2001: 152). Neste âmbito se produzem novas sociabilidades que dão lugar a novos valores, à medida que se dilui a corporeidade em “tecnologias que anulam fronteiras, permeabilizando com maior facilidade a cultura ao multiculturalismo” (Silva, 2001: 153). No entanto, esta desterritorialização também gerou a possibilidade de que se afirmassem as identidades locais, as quais adquiriram uma visibilidade global. Estas se afirmam por sua “especificidade simbólica, iconográfica, ideológica, pela língua (apesar do inglês ser a língua dominante)” (Silva, 2001: 159).

E essa última, a língua, embora não o inglês, constitui o ponto por volta do qual se reúnem há 13 anos mais de 3500 tradutores no foro TRAD-PRT (<http://br.groups.yahoo.com/group/trad-prt/>), que diz ser a lista mais antiga das que congregam tradutores que trabalham com português. Neste espaço virtual “de encontro simbólico frente a frente em ascendência” (Irala, 2004: 40), são construídos saberes sobre o afazer tradutório em um âmbito que põe em contacto constante tradutores profissionais de uma forma que dificilmente poderia ter sido encontrada antes do advento da Internet e que constitui uma fonte de valor inestimável para a pesquisa sobre técnicas de trabalho, crenças e milhares de aspetos a mais, no seio desta comunidade profissional que, de outro modo, não conseguiria manter um contacto tão estreito. Assim, os dados analisados aqui foram extraídos das mais de 200.000 intervenções arquivadas no foro desde o início de sua atuação pública, em outubro de 1998.

As listas de discussão, como TRAD-PRT, são programas que gerenciam correios eletrónicos trocados pelos participantes por meio de um servidor. Costumam ter um moderador, encarregado de julgar a pertinência ou não das mensagens enviadas em relação à proposta e às normas da lista.



Já desde os primeiros passos de TRAD-PRT, aparecem mensagens em que este assunto é tratado. Por exemplo, Danilo Nogueira, moderador da lista durante grande parte da vida dela, na mensagem 41026 (de 6 / 8 / 00) lembra que:

[N]o meu tempo de escola tinha o caso das homógrafas, de que os mais velhos ainda não de lembrar-se. "Êle", pronome, levava acento por causa do terrível risco de confusão com "ele" o nome da letra "l". Havia gente ensandecida procurando palavras escondidas nos cantos mais obscuros dos dicionários, para provar que esta ou aquela palavra precisava de um acento, para evitar terríveis confusões. Assim, éramos ensinados a escrever "nêle", "tôda" e o que mais fosse, para não confundir com certas palavras que ninguém usa nem sabe o que significam. Escreviam-se livros com listas enormes de "homógrafas", para evitar a ruína da língua. Depois, apareceu um novo acordo (antigamente, se escrevia "acôrdo" para não confundir com o "acordo" do verbo acordar -- antes que alguém pensasse que "acordo ortográfico" significasse "I wake up orthographical" se você me entende. Foi o fim do mundo. A degradação da língua. A morte da gens lusitana. Não aconteceu nada e ninguém confunde coisa nenhuma com coisíssima nenhuma por falta do amaldiçoado "acento diferencial" que era absolutamente necessário para que não se confundisse "toda" com "tôda" ou outros pares semelhantes, se me faça claro.

Retomando as implicações práticas e imediatas para o labor profissional dos tradutores, Nogueira segue na mensagem 146135 (17 / 3 / 05):

Meu velho professor de português, homem que me parecia muito culto e inteligente (dizem que dava aula de latim pelo método direto), sempre dizia que saber ortografia é sinal de cultura, escrever na ortografia oficial é prova de cultura e sensatez (e, no caso do tradutor, de profissionalismo, também), mas ortografia é mera convenção.

[E]ste é o único aspeto da linguagem onde eu acho que a ABL tem algum direito de meter o focinho, porque sem ortografia uniforme, os dicionários se tornam impossíveis (e, por extensão, os revisores ortográficos dos editores de texto e os programas de memória de tradução).

Por que, no fim das contas, como afirma Nogueira, lapidário, na mensagem 100986 (de 8 / 8 / 03): "O que eu gostaria era de ver mais intercâmbio entre os países lusófonos". Trata-se novamente da opinião de outro tradutor experiente e respeitado.

Mesmo sendo frequentes os comentários dos listeiros de TRAD-PRT que focam em aspetos ideológicos relativos às mudanças ortográficas, especialmente expressando desagrado perante o acordo – e provenientes, não está de mais lembrar, de ambos os lados do Atlântico –, também aparecem opiniões mais serenas e não poucos depoimentos desinformados, que, em defesa de sua tese, recorrem a exemplos contrários às normas constantes no próprio acordo.

No que diz respeito à situação do público no geral, se de um lado os brasileiros tendem a reclamar do "*carneirismo*" ou *indiferença que se notam no Brasil*" (mensagem 213646, de 26 / 11 / 07), por sua vez os portugueses costumam aludir ao fato de que "[t]em

muita gente revoltada com a decisão de Portugal de aderir" (mensagem 213643, de 26 / 11 / 07).

Além disso, apesar de se afirmar que "*sempre me surpreendeu a generosidade e abertura dos portugueses, que aceitam os programas de televisão nossos (em 'brasileirês')*" (mensagem 213668, de 27 / 11 / 07), também há portugueses que afirmam que "*não irão 'abrasileirar' o português deles se for para baixar a qualidade da língua de Camões*" (mensagem 213643, de 26 / 11 / 07).

E em TRAD-PRT, na mensagem 217656 (de 25 / 12 / 07), se faz referência, obviamente, à questão do afazer profissional dos tradutores, em um passado / futuro em suspensão:

Se querem unificar os idiomas vamos então todos os latinos retornar ao latim ou que tal o hebraico, ou espanhol, ou então o inglês, sei lá. Aí acaba-se a disputa e ficamos também todos desempregados, ehehe

Ao longo do tempo, aparece em muitas mensagens, é claro, a preocupação com o processo de legalização e implementação da reforma nos diversos países de língua portuguesa (com interesse também pelos africanos, sobre os quais é mencionada a polémica entre o angolano J. E. Agualusa e o moçambicano Mia Couto). Alude-se repetidamente à preocupação com as práticas individuais que estão sendo adotadas pelos tradutores de TRAD-PRT em relação ao acordo (mensagens 234962, de 24 / 1 / 09, ou 235810, de 12 / 2 / 09, por exemplo).

Regista-se igualmente um interesse, lógico, pelas mudanças ocorridas em ortografias de outras línguas. São dadas também informações acerca da edição de vocabulários (mensagem 237290), dicionários (mensagem 220033) e corretores ortográficos conformes com o novo acordo ortográfico (mensagens 234694 e 236622). E, naturalmente, é debatido em várias cadeias de mensagens o uso correto do hífen, em especial em relação aos casos omissos (mensagem 256431).

Finalmente, vale destacar a mensagem 140977, intitulada "Prof ou o que seja: Evânildo Bechara", em que é reproduzida uma entrevista ao ilustre professor, em que afirma: "Ah, estamos imersos na oralidade. A língua falada varia geograficamente, já a língua-padrão se sobrepõe a tudo. Ela é o interlocutor que nos traz o passado, nos conecta ao presente e nos prepara para o futuro". Trata-se aqui do tempo em suspensão da *comunidade imaginada*, aquele que permite pedir qualquer sacrifício, pois é nele que assenta a construção da *nação*.

Em comparação com TRAD-PRT, PROZ (<http://www.proz.com/>) constitui um foro talvez mais exaltado quanto a este tema, embora as mensagens que aparecem sejam mais escassas. No entanto, como em TRAD-PRT, em PROZ são associados também, explicitamente, o nacional e a ortografia. Vejam-se os seguintes exemplos, de 4 de junho de 2008 e 2 de junho de 2009, respetivamente:

Ao "simplificarmos" estamos a perder uma parte da identidade do Português Europeu que nos caracteriza enquanto nação.

[P]orque a língua é um dos fatores mais fortes da identidade Lusitana, não vejo a utilidade de se atenuar a identidade de um povo com 8 séculos de história, em favor de nuances com menos de 300 anos.



Em mensagem de 6 de junio de 2008, são também abordadas questões práticas, mesmo associando (possivelmente de forma demagógica) assuntos ortográficos e exigências do mercado:

[A] confusão já começou: há um anúncio neste momento aberto que tem por título "Spanish>Portuguese (International)". Confesso que desconheço esta variante do português...

No fundo, a polémica do novo acordo ortográfico é vista como um conflito familiar (7 / 2 / 10):

Outro dia uma colega sugeriu que o forum de lingua portuguesa fosse dividido: um para brasileiros e um para portugueses...acho que nisso reside algo: por mais que muitos digam: nao tenho nada contra, pelo contrario, bla-bla-bla... mas no fundo muitos nutrem uma rivalidade infantil e ridicula! Nao transformemos um acordo numa "bola de neve"...por favor

(desculpem pela falta de acentos, estou usando um teclado que nao os tem)

Em 2010 teve lugar em PROZ (<http://www.proz.com/>) uma polémica relativamente semelhante com relação ao espanhol e, portanto, a uma ortografia que pouco mudou desde o século XIX.

Em primeiro lugar, o alarme dispara em 4 de novembro de 2010⁶⁰:

Si a estos cambios, que considero personalmente innecesarios y meros ejercicios de salón que nadie pide ni necesita, le sumamos que al parecer la Ortografía va a tener 800 páginas en lugar de las 63 que tenía hasta ahora, francamente pediremos ayuda al Santísimo por la que se nos viene encima.

E, muito pragmático, o mesmo listeiro reclama⁶¹:

¿Por qué nos hacen esto? ¿Por qué nos privan ahora del Panhispánico, que tantos conflictos resuelve, para meternos sin desearlo en una batalla absurda? ¿Debo acudir a la RAE con mi Panhispánico y pedir que me devuelvan mi dinero?

Começam a ser estabelecidos paralelismos com a reforma alemã e o acordo do português, mas com argumentos centrados na lógica do espanhol (6 / 11 / 10)⁶²:

Hace unos años, cuando comenzaron las discusiones sobre el nuevo acuerdo ortográfico de la lengua portuguesa, una colega lusa me comentó que iban a

terminar por no saber cómo escribir en portugués correctamente y que estaba causando muchos problemas, como apunta Pablo. Total si "ato" se refiere a "ato" y al verbo "atar", estamos apañados.

Em 17 de novembro de 2010 aparece uma mensagem que remete para a página de <http://www.elcastellano.org/noticia>⁶³:

Pese a que el coordinador de la Nueva Ortografía de la Real Academia Española adelantó que la «be» dejará de llamarse larga y la «ve» corta pasará a llamarse uve, el presidente de la Academia Argentina de Letras, Pedro Luis Barcia, advirtió que en el país se mantendrá la denominación actual. Además, reclamó a la RAE que «fue imprudente anunciar cambios que todavía no hemos votado».

Finalmente, em 29 de novembro de 2010 uma listeira anuncia a boa nova, o que produz uma ovação geral:

Noticia agradable donde las haya: según la información publicada esta mañana en El País, las 22 Academias del español reunidas en Guadalajara (México) han decidido suspender la anunciada reforma de la ortografía y dejar sus nuevas propuestas en meras recomendaciones.⁶⁴

Sobre o acontecido, outro listeiro, provavelmente alemão, interpreta que⁶⁵: Obviamente, existe el deseo y la necesidad de un español más o menos "global" -- veremos cuál de las tendencias se va a imponer. Igual, los países hispanoamericanos ya no se dejan mandar como antes, y esto lo veo como signo de que están avanzando, que por supuesto es algo bueno 😊

4. Só para encerrar o que não termina

Fatalmente, se alguma certeza não têm como não ter os tradutores é a de que a língua é variação. No entanto, em seus depoimentos parece transparecer o fato de não estar tão difundida assim entre eles a consciência da arbitrariedade da ortografia, nem a de que, com relação a este ponto, como a tantos outros, cada língua combina, a cada momento e em diverso grau, tradição e inovação.

⁶⁰ "Se, para além destas mudanças, que pessoalmente considero desnecessárias e meros exercícios de salão que ninguém pediu nem precisa, pensamos que, até onde sabemos, a Ortografia vai ter 800 páginas em vez das 63 que tinha até agora, francamente vamos ter que pedir ajuda a Deus pela confusão que isto vai virar".

⁶¹ "Por que estão nos fazendo uma coisa dessas? Por que nos privam agora do Dicionário Panhispánico, que tantos conflitos resolve, para nos enfiar contra nossa vontade em uma batalha absurda? Devo ir à RAE com o meu Panhispánico e pedir meu dinheiro de volta?"

⁶² "Uns anos atrás, quando começaram as discussões sobre o novo acordo ortográfico da língua portuguesa, uma colega lusa comentou que no final eles iam acabar não sabendo escrever corretamente em português e que o tema estava causando muitos problemas, como aponta Pablo. Afinal, se "ato" remete a "acto" e também ao verbo "atar", a gente está encrencada".

⁶³ "Muito embora o coordenador da Nueva Ortografía da Real Academia Espanhola tenha adiantado que, em espanhol, a letra 'be' vai deixar de ser chamada de longa e a letra 've' não mais será chamada de curta, mas de 'uve', o presidente da Academia Argentina de Letras, Pedro Luis Barcia, advertiu que neste país será mantida a denominação atual. Além disso, acusou a RAE de ter sido 'imprudente no anúncio de mudanças que ainda não tinham sido votadas'".

⁶⁴ "Uma notícia ótima: segundo informações publicadas esta manhã no jornal espanhol El País, as 22 Academias da língua espanhola reunidas em Guadalajara (México) decidiram adiar a anunciada reforma da ortografia e apresentar suas novas propostas como meras recomendações".

⁶⁵ "Obviamente, existe o desejo e a necessidade de se ter um espanhol mais ou menos "global" -- veremos qual a tendência que vai se impor. No fim das contas, agora os países hispano-americanos não se deixam governar pelos outros como antes, fato que, em minha opinião, é um sinal de que estão avançando, coisa certamente benéfica".



A opção por uma ortografia uniforme incita a conceber (ou justifica a vontade de conceber) as línguas como entidades também homogêneas. Igualmente, a indefinição prolongada no que diz respeito às práticas ortográficas deixa os tradutores em uma situação especialmente difícil, sobretudo do ponto de vista prático. “Tempo é dinheiro”, “el tiempo es oro”. Ora bem, nunca estará de mais lembrar que as respostas extremas perante a questão ortográfica não derivam apenas das implicações práticas, e económicas, especialmente diretas e severas no caso do labor dos tradutores, mas da sua relevância na construção identitária ou nacional dos povos.

BIBLIOGRAFÍA

- Alcaide, M. J. M. (2010) *La fijación ortográfica del español: norma y argumento historiográfico*. Berna: Peter Lang, 2010.
- Anderson, B. (2008), *Comunidades imaginadas*. Tradução de D. Bottman [original de 1983, 1991]. São Paulo: Companhia das Letras.
- Arnoux, E. N. (2008) *Los discursos sobre la nación y el lenguaje en la formación del Estado (Chile, 1842-1862)*. Estudio glotopolítico. Buenos Aires: Santiago Arcos.
- Bagno, M. (2011) *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Cunha, C. (1981) *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- _____ (1985), *A questão da norma culta brasileira*. 8ª ed. atualizada. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Irala, V. B. (2004) *Práticas discursivas sobre o espanhol através da comunicação mediada por computador: “la lengua mía, la lengua tuya, la lengua nuestra”*. Dissertação de mestrado. Universidade Católica de pelotas. Pelotas. Disponível em: http://www.ucpel.tche.br/poslet/dissertacoes/Mestrado/2004/Praticas_discursivas_sobre_o_espanhol-Valesca_Irala.pdf. Acesso em 26 / 6 / 2011.
- Lucchesi, D. (2004) “Norma linguística e realidade social”, in Bagno, M., *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 63-92.
- Serrano, A. E. (2007) *Contribución al estudio de las ideas ortográficas en España*. Revista Eletrónica de Estudios Filológicos, nº 13. Disponível em: http://www.um.es/tonosdigital/znum13/secciones/relecturas_A_ideas.htm. Acesso em 6 / 11 / 2011.
- Silva, L. O. (2001) “A Internet – A geração de um novo espaço antropológico”, in Lemos, A.; Palacios, M. (orgs.) *Janelas do ciberespaço*. Comunicação e Cibercultura. Porto Alegre: Editora Sulina.

40. SIMONA VERMEIRE, UNIVERSIDADE DO MINHO, ROMÉNIA

Simona Vermeire, de nacionalidade romena, é doutoranda e bolsista da FCT e investigadora de Literatura Comparada na Universidade de Minho, CEHUM, Braga. Prepara atualmente uma tese de doutoramento sobre *Corpo e Epidemia* na obra de José Saramago e de Eugène Ionesco. É licenciada em Letras (Francês-Português) e mestre (parte curricular) pela

Universidade de Bucareste, em *Teoria e Prática da Imagem*, no Centro da Excelência nos Estudos da Imagem. Em 2005, publicou, em romeno, o ensaio crítico *A Ficção, variante verosímil da História na obra de José Saramago*. Trabalhou como editora e redatora na revista cultural *Tomis* de Constanta, Roménia, e tem vindo a organizar vários projetos internacionais artísticos interdisciplinares na Roménia, no Brasil e em Portugal.



É SÓCIO DA AICL.

TEMA 1.1. PROJETO INTERNACIONAL SINFO-SARAMAGO, O PROCESSO CRIATIVO INACABADO DA OBRA SARAMAGUIANA COMO HIPERTEXTO MULTIDIMENSIONAL SEM FRONTEIRAS, SIMONA VERMEIRE –UNIVERSIDADE DE MINHO

O Projeto Sinfo-Saramago constitui uma iniciativa transdisciplinar que visa a difusão da obra do escritor José Saramago e da língua portuguesa ao nível mundial, articulando uma rede colaborativa de dimensões estéticas, linguísticas e éticas cuja difusão será realizada por meio de uma Plataforma Digital com atualização contínua de metodologia e conteúdos.

O Sinfo-Saramago hospeda-se na Universidade do Minho – Portugal, e conta com a parceria académica da Universidade de Brasília – Brasil, Atenas – Grécia e Washington –USA. A criação de uma plataforma digital interativa aonde tais perspetivas e abordagens dos conteúdos inerentes às obras de Saramago possam ser divulgadas e expostas visa ser um *palco de performance* para todos que queiram colaborar neste projeto, enriquecendo-o com novas «redes» hermenêuticas. Este princípio de simbiose entre várias perspetivas de conhecimento do mundo, desde das artes à ciência, literatura e língua, tendo por base as obras de Saramago, justifica a opção pelo título dado a este projeto: *Sinfo-Saramago*. A exploração “sinfónica” dos textos do autor português deverá ser feita em termos comparativos com outras línguas e culturas, adotando uma perspetiva multilingue e transcultural. Todas as produções disponibilizadas na plataforma que confrontam várias instâncias artísticas e epistemológicas de espaços culturais diferentes, que reúnem investigadores trabalhando no âmbito das ciências da literatura e da linguagem, dos estudos da tradução ou das tecnologias da informação e comunicação, entre outras áreas, propõem-se, por um lado, dar maior visibilidade à língua



e cultura portuguesa através da força do imaginário literário de Saramago, por outro lado, servirem de suporte para que nas instituições de ensino se possa introduzir novas abordagens aos textos de Saramago passíveis de configurar, num público mais jovem, atitudes personalizadas, subversivas ao ato de uma única fonte interpretativa.

Trabalho final não recebido dentro dos prazos

41. TIAGO ANACLETO-MATIAS, PARLAMENTO EUROPEU, BRUXELAS, BÉLGICA, ASSISTENTE PRESENCIAL



É SÓCIO FUNDADOR DA AICL E SECRETÁRIO DA DIREÇÃO.

42. VALENTIM FAGIM, PRESIDENTE AGAL, CONVIDADO AGLP



[Valentim Fagim, 1971, Vigo
Licenciado em Filologia Galego-Portuguesa e diplomado em História. Em 1996 funda a *Livraria A Palavra Perduda* em Santiago de Compostela e desde 2001 até 2009 exerce de professor de português na Escola de Idiomas de Ourense. Membro desde 2008 da AGLP, Academia Galega da Língua Portuguesa.

Desde 2009 é presidente da Associação Galega de Língua, AGAL.

Obra Realizada

Em 2001 edita em Laiovento, *O Galego (im)possível*.

Desde 2005-9 redator-chefe do *Planeta NH*, Web de Questionários temáticos para o aprofundamento das línguas e as culturas lusófonas. www.agal-gz.org/planeta

Desde 2006 tem uma coluna chamada *Língua Nacional* no periódico *Novas da Galiza*.

Em 2008, no seio da equipa *Galabra*, elabora um curso de português on-line, www.portuguesparanos.com

Em 2009 publica *Do Ñ para o NH*, Manual de língua para transitar do galego-castelhano para o galego-português na Agal e a segunda edição na Através Editora.

Em 2011 forma parte da equipa que elabora o curso de português on-line, *Português no Prato*, encaminhado para o setor turístico.

Em 2012 edita *O galego é uma oportunidade*, na Através Editora em parceria com o empresário Pichel Campos.

Parte dos seus trabalhos está disponível no blogue pessoal:

<http://valentimfagim.wordpress.com/>

TEMA 2.2. Para uma história do Lusismo~ VALENTIM FAGIM, PRESIDENTE DA AGAL, GALIZA

A história do lusismo, no sentido de palavras que sendo nascidas e usadas na Galiza são acusadas de estrangeirice, é a história da identidade da nossa língua na Galiza. Por outras palavras: quem fala a nossa língua? Só os galegos e galegas ou é compartilhada por mais povoações e territórios?

Este trabalho mostrará diferentes textos em diferentes períodos históricos onde se patenteará esta dialética. Os textos giram sobre a **forma**, como é? Quais as formas corretas? E a **identidade** da nossa língua, quem a fala? Onde se fala? Ambos os debates, em último termo, balizam outro debate: qual a **função** da nossa língua na Galiza?

Introdução

O português, como é sabido, é oficial em vários países que, só por esse facto, já formam parte da comunidade dita lusófona. No mundo hispanófono acontece algo similar. Mais de vinte países recolhem nas suas constituições o castelhano / espanhol como língua oficial o que os torna, só por este facto, integrantes da Hispanofonia.

A Galiza, polas suas circunstâncias e características, podia fazer parte de ambos os planetas culturais o que a tornaria no único país do mundo que entesourasse essa riqueza. No entanto, não é assim. Para já, a Galiza não é *strictu sensu* um país, chame-se estado, o que não deveria, porém, ser um entrave para fazer parte dos dous citados planetas culturais. O Quebeque também não tem estado mas faz parte da Anglofonia, polo facto de ser canadiana e da Francofonia, polo facto de ter sido fundada por francófonos.

Voltemos à Galiza. Polo facto de fazer parte do estado espanhol usufrui, logicamente, das vantagens de fazer parte do mundo hispanófono. Ora, o facto de a Gallaecia e o Reino da Galiza ter sido a matriz da língua portuguesa não se tem traduzido no aproveitamento, por parte do cidadão médio, do universo lusófono. É provável que nem 5% dos galegos e das galegas nadem em ambos os oceanos culturais e referenciais, o que é uma cifra mui pouco auspiciosa.



Antes de passar aos textos, introduzo uma epígrafe ⁶⁶ a pensar nos leitores e leitoras não galegos deste texto, no convencimento de lhe servirá para entender o resto do artigo e, mais importante, o singularidade galega.

As raízes da questão galega

A língua portuguesa nasceu no Reino da Galiza que incluía, grosso modo, a atual Galiza e se estendia até o rio Douro. Esta língua avançou para sul até alcançar o Algarve e depois viajou a outros continentes.

Desta forma, o Reino de Portugal deixou de falar o seu latim particular para passar a falar agora o latim particular falado no norte.

A este respeito recomendamos a visualização na Rede⁶⁷ de um mapa cronológico que mostra o desenvolvimento das línguas do sudoeste da Europa desde o ano 1000 até a atualidade e pedia para o leitor reparar no cromatismo usado para Portugal e a Galiza. Será azul na fase em que o castelhano não está presente em nenhum dos territórios (até finais da Idade Média), azul e castanho (a representar o castelhano) em ambos os territórios aquando da Dinastia dos Filipes e apenas azul em Portugal e bicolor na Galiza desde esse momento até a atualidade.

Na verdade, na idade Media definiu-se o mapa estatal da Península Ibérica que desde começos do s. XVI até agora não sofreu grandes alterações. A nobreza galega optou em dous conflitos dinásticos pela fação perdedora e isso traduziu-se no exílio de parte dela (alguma em direção a Portugal) e a sua substituição por nobreza castelhana.

Foi assim que na Galiza o poder começou a falar uma língua diferente da que falavam o resto das camadas sociais. Isto teve importantes consequências sociolinguísticas, separando a fortuna da língua a norte do Minho a respeito da variedade do sul, onde todas as camadas sociais, desde a realeza até o campesinato falavam a mesma língua.

Assim o narra o historiador português Duarte Nunes de Leão em 1606 na obra *Origem da Língua Portuguesa*:

(as línguas) de Portugal e Galiza, (...) eram antigamente quase uma mesma, nas palavras e nos ditongos e na pronúncia que outras partes não têm. Da qual língua galega, a portuguesa se avantajou tanto, quanto na cópia como na elegância que dela vemos. O que se causou por em Portugal haver reis e corte que é a oficina onde os vocábulos se forjam e pulem e donde manam para os outros homens, o que nunca houve na Galiza. [os negritos são nossos]

Estes factos históricos afetaram profundamente a língua na Galiza a respeito de Portugal em três áreas fundamentais: usos (para que é utilizada?), forma (como é?) e identidade (quem a fala?). Responder estas perguntas é fundamental para esclarecer que queremos fazer com a língua da Galiza: um habitante do mundo lusófono ou um habitante do mundo hispanófono. Este processo histórico teve várias consequências.

⁶⁶Na maior parte reproduzimos o capítulo 3 do livro Valentim Fagim & Pichel Campos (2012), *O galego é uma oportunidade*, Santiago: Através Editora.

1- O **prestígio** de que gozava a língua galega desapareceu a norte do rio Minho. Em termos sociais, o valor das línguas está ligado às pessoas e às sociedades que as usam. Ao passar a ser identificada com os campesinos e campesinas, o seu valor no mercado linguístico passou a ser o mesmo que tinham os seus falantes. Pelo contrário, o prestígio do castelhano aumentou por ser não só o código de parte da nobreza, como também da escrita e da corte real.

A sul do Minho, no entanto, para além de ter corte, como nos indicava Duarte Nunes de Leão, continuou a ser a língua de todos os estamentos sociais. Até a eclosão do estado moderno, com o seu parlamento, o ensino e administração, o facto de uma língua ser falada na corte era o principal baluarte do prestígio.

2- A mesma língua que antes servia para ser escrita, para cortejar, para governar ou para administrar, agora, a norte do Minho, não mais servia e mesmo se recusava que pudesse servir. O **horizonte de expectativas** sobre a língua passava a ficar mui reduzido.

A sul do rio Minho, pelo contrário, a língua foi utilizada para as mesmas funções que o resto dos idiomas europeus como o francês e o castelhano.

3- A percepção de **compartilhar a língua** com os naturais de Portugal foi minguando e, em seu lugar, foi surgindo o sentimento de falar uma deturpação da língua central do Reino, o castelhano. Passou-se, enfim, na percepção social dos falantes, de falar galego-português a um arremedo de castelhano.

No entanto, isto não era óbice para, ao mesmo tempo, terem a noção de a língua ser mui parecida, quando não a mesma, que a de Portugal. De facto, quando os galegos se deslocavam terras castelhanas para trabalhar na sega ou deambular pela corte na procura de ofício, eram confundidos com . Na obra *La Villana de la Sagra*, de Tirso de Molina, mostra-se até como alguns se faziam passar por portugueses, provavelmente para elevarem o seu estatuto social:

Angélica.- ¿De dónde sois?

D.Luis.- Soy gallego.

Carrasco.- Y yo, hablando con perdón.

Angélica.- Por cierto, buena nación.

D.Luis.- Jamás yo mi patria niego. Galicia es mi natural.

Angélica.- Pues no es poca maravilla que el gallego allá en Castilla dice que es de Portugal.

4- A **nível estritamente linguístico** deu-se uma dinâmica dupla. Por um lado, **perderam-se** traços genuínos para ocuparem o seu lugar traços do castelhano. Este processo afetou a fonética, a gramática e o léxico e hoje somos conscientes do mesmo processo se comparamos os falares das pessoas mais velhas com as mais novas. Sirva como mostra algumas

⁶⁷http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Linguistic_map_Southwestern_Europe.gif



palavras que eram comuns na Idade Média e que mais tarde têm escassa sociabilização e até são alcunhadas de estrangeiras (lusismos): *segunda-feira, Galiza, meio, preto (=negro) ou descer (descer)*.

Por outro lado, a prática totalidade do **léxico moderno** que entrava e se formava nas línguas europeias penetrava através da correspondente forma castelhana: *piña* (ananás), *ordenador* (computador), *coche* (carro) ou *bombilla* (lâmpada).

Ambas as dinâmicas distanciaram a variedade galega da correspondente portuguesa / brasileira num processo histórico que ilustramos neste gráfico com intenção divulgadora:

S.XIV VP-VG-----C

S.XVII VP----VG-----C

S.XXI VP-----VG-----C

Portanto, quanto mais avançamos no tempo, a variedade galega (VG) vai-se afastando da variedade de Portugal (VP) e aproximando-se da língua castelhana (C).

Quando no s. XIX emerge um movimento de promoção social da língua galega, o chamado ressurgimento, terá de lidar com a identidade da língua galega e responde a pergunta: quem a fala?, bem como resolver a sua relação com o português de Portugal e do Brasil e com o castelhano peninsular. Via de regra, o galeguismo, o movimento que promove a criação de instituições próprias para a Galiza, assumirá o português como um referente de integração e o castelhano como um referente de oposição. O Golpe de Estado e o franquismo implicarão uma rutura entre o galeguismo anterior e o das décadas posteriores embora os valores referenciais se mantenham até que, nos anos 80, a norma linguística que triunfará politicamente, tornando-se “oficial” irá na direção contrária a que sustinha o galeguismo histórico.

A seguir apresentaremos e comentaremos vários textos onde transparece esta dinâmica identitária-linguística na confiança de que permitirá ao leitor e à leitora ter uma visão de conjunto das dinâmicas argumentativas e do subsequente processo histórico.

1. ROQUE GRILO BERZAS [1884] ⁶⁸

Ó TIO MARCOS preguntan todos:»¿I fala en portugués?« E caixe que ten razón. ¿A quen se lle ocorre chamarlle ós lugares **pobos**, si solo lle chaman en Portugal? Chamarlle ás calles **ruas**, sabendo que hasta en Ourense, sinón o sitio, desapareceron ó menos os nombres d’a rua dá Obra... [...] Eso fora de bo que na Galicia non tivesemos nombres propios para espresar os nosos pensamentos, sin ir mendigar o falar dos forasteiros”. Habería que propor á Diputación Provincial:

“1º. Non usar palabras da fala portuguesa cando teñan palabras gallegas; (...) 4º.

Cando non teña nome propio, que prefira o español ó estranxeiro.”

O Tío Marcos da Portela foi a primeira publicação periódica em galego. Nasceu em 1876, era editada em Ourense e dirigida por Valentín Lamas Carvajal e extinguiu-se em 1888. Chegou a editar 4.000 exemplares. Tinha secções literárias e incluía opinião e atualidade. Denunciou o caciquismo, a miséria do campo galego, os impostos e os políticos corruptos o que

lhe valeu a colaboração da prática totalidade da intelectualidade galeguista do momento, os escritores do Ressurgimento e os promotores do regionalismo político.

O texto presente é uma crítica de um leitor que se esconde sob a identidade de Roque Grilo Berzas. O tal leitor julga um desatino que o periódico use palavras que os galegos usaram outrora mas já não usam. Estamos perante duas dinâmicas que acompanharam o português da Galiza até hoje e nada aponta no horizonte a que nos abandonem a curto e meio prazo:

1- Para construir um modelo de língua, o galeguismo não se limita ao galego vivo mas tenta restaurar formas genuínas que no presente foram substituídas por formas castelhanas com o intuito de manter uma distância de segurança deste língua e ganhar soberania linguística. No caso citado seriam **ruae pobos** na fala viva foram substituídas por **callee pueblo**. palavras pertencentes ao campo institucional, um dos mais propensos à interferência da língua oficial.

2- Este movimento é acusado de estrangeirizante e postula o uso de formas galegas e caso não as haja recorrer à língua oficial “*Cando non teña nome propio, que prefira o español ó estranxeiro.*”

A resposta do periódico foi contundente:

“¿En que xuncras de badamecos viu vosté que pobo non era palabra gallega? N-os dous dicionarios que temos pode atopala sin moito traballo. Como quen di algo oponse ó emprego d’esa palabra porque a ten a lingua portuguesa. Por ese camiño chegaríamos á non poder falar en gallego, pois as mais d’elas d’unha e d’outra fala son o mesmo”

O texto a seguir transita na mesma senda. O seu autor, Cuveiro Piñol, ficou na história do galeguismo por duas obras relacionadas com a língua: *El Habla Gallega. Observaciones y Datos sobre su Origen y Vicisitudes* (1868) e *o seu Dicionario Gallego* (1876).

Como no caso anterior, este autor critica o modelo de língua de uma publicação mostrando-se contrário à regeneração lexical do galego ligada ao português. Neste caso os exemplos colocados são: **Deus, olha e dúbida**.

2. CUVEIRO PIÑOL, [1895] ⁶⁹

Como gallego que soy, hijo de esa bella ciudad, no pude menos que lamentar el que algunos de los que escriben en su ilustrado periódico, inventen á cada momento sin duda para hacer gala del dialecto, términos y aún frases, poco acomodadas al estilo gallego castizo, que no necesita, en verdad, de rimbombancias ni adulteraciones.

[...] ¿Quien no dice que el vocablo **Deus** no es sino portugués, como lo son también **olle, dúbida** y otros que vemos usar con frecuencia?

[...] No se cansen, pues, en acumular vocablos: bien se está con que muchos de ellos no salgan de la estructura castellana puesto que no desdican ni le quitan el mérito á la gallega.

⁶⁸GRILO BERZAS, ROQUE, O Tío Marcos da Portela, Ourense, (13.4.1884), 1-4.

⁶⁹CUVEIRO PIÑOL, J., *Campo Neutral* [secção] in Revista Gallega, 35, 10-11-1895, pag. 4, Corunha.



3. Monumento aos mártires de Carral [1904]

Em 1904 decorrerá um dos mais destacados atos de reafirmação regionalista por meio de um monumento aos mártires de Carral, os militares sublevados em vários locais da Galiza no ano de 1846 num contexto de lutas internas entre liberais e absolutistas espanhóis, e que foram executados na vila corunhesa de Carral.

O monumento aos Mártires de Carral, promovido pela regionalista *Liga Gallega na Cruña*, apresentava uma placa onde podia ler-se AOS MÁRTIRES DA LIBERDADE MORTOS O 26 DE ABRIL DE 1846. Segundo a imprensa espanholista, que orquestrou uma verdadeira campanha, o teor da legenda deveria ser OS MÁRTIRES DA LIBERTÁ, porquanto aos e *libertade* eram «lusitanismos» intoleráveis, recordando que a madrileña Academia de San Fernando *aconsejara* «que la inscripción, de no redactarse en castellano, se h[ic]iese en el dialecto provincial más correto, sin mezcla de portugués.». A polémica chegou mesmo a tomar forma de um livro que atacava a escolha formal das palavras.

Eis a contestação de Francisco Tettamancy, um dos representantes mais qualificados da escola corunhesa, a um dos detratores da legenda⁷⁰:

Señor don Julio Dávila Díaz,

Mi excelente amigo: La leyenda del monumento, diga quien lo quiera, está escrita en gallego castizo: Aos es la contracción de la preposición á y del artículo los. Si las lenguas progresan como todo es susceptible de progreso en la vida, y nuestra lengua se estancó desde los siglos XIII al XIV, es necesario retrotraerla y progresarla como lo han hecho los portugueses. Su idioma es el nuestro, y tales son sus asines, que en nada discrepa del gallego por su estructura, su fonética, sus giros, sus desinencias, etc.; sólo que los portugueses la civilizaron.

4. CARRÉ, EUGENIO. [1911]

Vamos agora pegar num texto de um regeneracionista que se queixa amargamente das reações que provocam as tentativas de dotar a língua da Galiza de um modelo soberano. Escritor e livreiro, Eugénio Carré comprou a imprensa de domingo Puga onde tinha lugar a tertúlia galeguista conhecida como a *Cova Céltica*. De facto, fazia parte dos regionalistas da Corunha, de carácter liberal, fundadores da *Liga Gallega*. Este grupo foi presidido por Murguía e integrado, entre outros, por Eugenio Carré, Salvador Golpe e Manuel Lugo Freire. Foram responsáveis pela construção do monumento aos *Mártires de Carral* em 1904 e participaram na fundação da *Real Academia Gallega* em 1906.

Fue de oír lo que se dijo contra los que venían decididos á volver por la pureza y elegancia del lenguaje. Verdaderas enormidades, que provocarían á risa sino dieran

⁷⁰ TETTAMANCY GASTÓN, F (1907), *Barbarismos de la inscripción del monumento a los mártires de Carral*: [prólogo de Julio Dávila y Cayetano A. Aldrey] Buenos Aires, p 14. Carta recuperada por Ernesto Vázquez Souza.

tristeza por el atraso intelectual que acusaban, vieron la luz, no siendo la menor la de quienes á los restauradores de la pureza del idioma tildaron de aporuguesados y á las voces de más pura cepa gallega (...) no tuvieron inconveniente de tildar de lusitanismos, antes que confesar la ignorancia en la lengua de sus padres [NOTA: No se juzgue que exageramos. Para los que recuerden ciertas campañas, no será desconocido el caso de quien, tenido en concepto de muchos por una celebridad, negó en varios artículos que palabras tan gallegas y generalizadas en toda la región como abafar, outono y segunda y terceira feira, fuesen palabras gallegas].

Em minha opinião, é um dos textos que melhor sintetiza o xis da questão. As pessoas e entidades contrárias aos “restauradores da pureza del idioma” acusam estes de estrangeirizantes por recorrerem ao português. Eugénio Carré acha que preferem fazer isto antes do que reconhecer que ignoram a língua da Galiza, “de sus padres”. Os exemplos colocados neste caso são: **abafar**, **outono** e o sistema de nomear os dias da semana por feiras e que na altura o autor afirmava estarem generalizadas. Hoje, ainda que vivas popularmente⁷¹ foram maciçamente substituídas pelas denominações comuns com o catelhano (luns / lunes, mércores / miércoles...).

5. Xosé Iglesias Roura⁷² [1916]

A revista *A Nosa Terra* foi a voz do galeguismo e do nacionalismo galego, em concreto das Irmandades da Fala e do Partido Galeguista. Foram ao todo 422 números entre 1916 e 1936 foram editados 422 números. Neste periódico foram mui abundantes os debates em volta da identidade da língua galega.

Colocamos a seguir uma opinião contrária à regeneração da língua por meio do português de Xosé Iglesias Roura, tradutor fecundo, concelheiro na Corunha, fundador e tesoureiro das Irmandades da Fala e diretor de *A Nosa Terra*. O seu argumento central é a separação de ambas as línguas no passado e a assunção da castelhanização da variante galega. Os exemplos citados no presente caso são: **século**, **dúvida**, **vontade** e **empregar**.

"Cavilamos que non é lóxico acudir ó portugués, como fan moitos, para remediar as fallas que o desuso creou na nosa lingua; non foi o gallego o que desviou do portugués; foi o portugués; foi o portugués que derivou do noso curso desque foi nacionalizado: as nosas augas correron polo gran cauce castelán, e deste debemos recadá-las río abaixo, non augas arriba onde o rigueiro lusitano desviou definitivamente. «Fun á vila e avergoñeime, vin á casa e remedeime», é un refrán dos vellos que podemos apricar a quen coidades que deberíamos empregar «século» «dúvida» «vontade» «empregar» etc".

6. ÁLVARO DAS CASAS⁷³. [1934].

⁷¹ Em 2012, o local social A Gentalha do Pichel editou um vídeo, *Quarta-feira logo vem*, para mostrar esta realidade linguística. 8

⁷² A NOSA TERRA NO Nº1, ANO 1916.

⁷³ *Valorización polítea da língoa*, em: *Alento* 5 (1934), pp. 87-90



Os anos 30 foram ricos em movimentações políticas, uma das quais levou ao aparecimento da Vanguarda Nacionalista Galega, um partido independentista de efémera vida, fundado por Álvaro das Casas.

*Debemos falar neste galego de fronteira, pra a maor comprensión das xentes? Debemos falar un galego literario e centífico, aínda que non se nos entenda ben, que restabreza as formas primeiras e renove o idioma co zugo do seu propio cerne? (...) Debemos, ao escribir, suxeitar-nos no posibre ao xeito portugués pra alongar os lindeiros da nosa xeografía idiomáteca? (...) En primeiro termo coído que deberíamos suxeitarnos no posibre ao portugués, tanto máis que na maor parte desta posibilidade ficaríamos máis dentro das nosas formas orixinarias: **Deus** por Dios; **mai** por nai; **perto** (cerca) por **preto** (que ten outra siñificazón: negro); **sinos** por campás; **xanela** por ventá ou fiestra; etc., etc., e mellor aínda si nos suxeitásemos á ortografía lusitán; centíficamente este é o noso camiño, e políteca i-económecamente os nosos éidos eistenderíanse nun dos máis vastos mundos lingoístecos. A este respeito sería moi comenente unha xuntanza de filólogos lusitáns e galegos que unificasen, no posibre, as nosas língoa.*

O autor coloca sobre a mesa a cuestión central: aceitamos um modelo de língua que não se afaste do estado de cousas atual para assim conseguir comunicar com a população ou optamos por criar um outro modelo “literario e científico” que nos aproxime do português com o que “ficaríamos máis dentro das nosas formas orixinarias”? As palavras em questão são agora **Deus, mai, perto** (diferente de **preto**), **sinos** e **xanela**.

7. INSTITUTO DA LÍNGUA GALEGA, [1974]⁷⁴

Para finalizar este trabalho que, em colaboração com Xián Naya, aspira a crescer e transformar-se num livro de marcado teor divulgador, vamos dar um salto temporal importante. O *Instituto da Língua Galega*, criado no seio da Universidade de Santiago de Compostela, foi a entidade matriz das atuais normas do Idioma Galego a serem utilizadas polo goberno galego e o sistema educativo.

Esta instituição viu validada a sua opção ortográfica mercê do triunfo de *Alianza Popular* nas primeiras eleições galegas, um partido de caráter conservador e nacionalmente espanhol, fundado por um ex-ministro franquista, Manuel Fraga. A outra opção normativa, a que propugnava a identidade galego-portuguesa da língua, ficava assim fora da fotografia. O texto a seguir, tirado de uma manual de língua, evidencia em minha opinião porquê foi a opção escolhida polo Statu Quo.

*Podemos considerar como mostra de lusismos (...) léxicos: **achar** «atopar» **xornal** «diario» «periódico», **ar** «aire», **termo** «término», **diabo** «diablo», **degredar** «decretar», **banir** «desterrar», **xanela** «ventano», **isolado** «aislado», **só** «soio», **garavata** «corbata», **rédea** «ramal», **rosto** «rosto», **liberdade** «libertade», **ate** «has-*

*tra», **paixón** «pasión», **comezar** «comenzar», **sen** «sin», **estrada** «carretera», **proprio** «propio», **mas** «pro», **coñecer** «conocer», **cidade** «ciudad», **esquecer** «esquecer», etc.*

A imensa maioria das palavras marcadas como estrangeiras são hoje reconhecidas como nacionais enquanto as formas marcadas como galegas são hoje assinaladas como castelhanismos a extirpar.

Finalizamos este trabalho com dous textos de membros destacados do ILG, o primeiro de Ramón Lorenzo, um dos principais detratores da opção galego-portuguesa nos anos 80 e o segundo do que fora o seu diretor, o asturiano Constantino García.

8. Ramón Lorenzo⁷⁵ [1980]

Nos últimos anos vense falando arreo de normativización do galego e isto e primordial pro ensino nas escolas e nos Institutos. Case estaba todo feito, se non fose pola visión duns cantos estudiosos e afeccionados. A Academia da Lingua e o Instituto da Lingua, aínda que marcharan por camiños diferentes, seguían a mesma liña e neste momento chegouse a un total entendemento. A única norma posíbel e unha norma galega. Complicouse a situación desque Rodrigues Lapa, sempre defensor do galego, tivo a ocorrencia de nos decir que gardasemo-lo galego pra usar na casa e que escribisemos en portugués. Isto non tería importancia se en Galicia afeccionados a linguística non chegasen case a mesma conclusión. Con isto un movemento lusista, que estivo a punto de botar abaixo o logrado en tantos anos de traballo. Aínda que parece ter forza este movemento, axiña quedara coutado nos próximos meses e por iso coidamos que a única norma sera a da "Academia" / "Instituto"

(...) Se en Galicia non tivesemos máis ca unha lingua, o galego, enton podíamos impoñer calquera grafía, pois os nenos non terían outra grafía que lles presentase conflito linguístico. Pero os nenos galegos teñen que aprender galego e castelan.

*Imaxinemos que fantástica sería esa dobre función: cando aprendesen castelan terían que escribir **ciencia, común, día, literario, etc.**, na clase do lado sería **ciéncia, comun, día, literário, etc.** A palabra escrita **gente** na clase castelan [sic] terían que lela (xente) e na clase de galego (sente), na casa dirían **enteiro, son, etc.**, pero na clase **inteiro, sou, etc.**, etc. Cousa de tolos. estivemos falando sempre dos problemas derivados do bilinguismo e dos complexos dos nenos galegos, e tamen dos pais, que fariamos agora ñendo esta dobre grafía? trauma sería aínda maior enton si que todos acabarían dicindo que o galego e unha cousa rara, que ninguén entende e que ninguén sabe falar.*

É o eco de Grilo Berzas ou Cuveiro Piñol: a aceitação do Statu Quo. Já que a nossa língua está subordinada ao castelhano do ponto de vista social, “os nenos galegos teñen que aprender galego e castelan”, seu modelo tem que estar baseada na mesma língua que a está a substituir e, como corolário, isolar-nos das outras variantes da nossa língua. A ideia força,

⁷⁴Manual *Galego 3* do INSTITUTO DA LÍNGUA GALEGA, editado pola Universidade de Santiago de Compostela em 1974.

⁷⁵Ramón Lorenzo [1980] A lingua. In AA. VV.: 1950-1980. 30 anos de Cultura. Vigo: Galaxia

que aparece frequentemente em textos deste teor, é que não comunicaríamos com a população: “O trauma seria ainda maior e enton si que todos acabarian dicindo que o galego e unha cousa rara, que ninguén entende e que ninguén sabe falar”

9. CONSTANTINO GARCÍA, [2001]⁷⁶

Fundador do Instituto de Língua Galega e do Centro Ramón Piñeiro, os quais dirigiu em diferentes etapas, foi um dos opositores ao acordo que se começou a desenhar em 2001 com os utentes dos chamados “mínimos reintegracionistas”, um modelo de língua de espírito galego-português e com ortografia castelhana (foi chamado de terceira via) e que foi utilizado nos anos 80 e 90 polo principal partido nacional galego, o BNG, Bloque Nacionalista Galego e entidades satélites.

Este acordo levaria em 2003 a leves mudanças na norma ILG-RAG, a incluir itens até o momento considerados “lusistas”. Na Wikipédia galega podem-se consultar todas estas mudanças.

O texto a seguir é uma entrevista onde mostra a sua recusa a este acordo que incluía, entre outras mudanças, mudar o nome da letra **Q** que passaria a ser denominada **Quê** abandonando-se desta forma a denominação anterior que era... **Cu**.

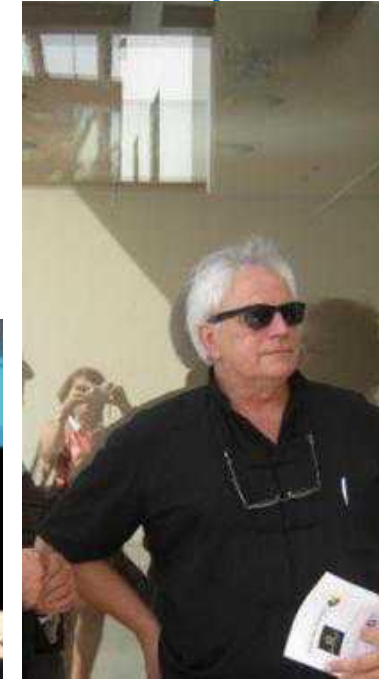
- Vostede foi um dos detratores da normativa de concordia que refugou a RAG.

Estou de acordo co manifestado, entre outros, por Manuel Fraga no sentido de que se está destruindo o galego. É unha mágoa. O que pretendía esa normativa era aportuguesa-la lingua e eu non quero falar portugués. Non lle vexo sentido a pórilles nome en portugués ás letras q e h ou a eliminar voces como entonces e anque; ou amplía-la terminación -za a vocábulos como graza ou licenza, por poñer un exemplo. Coma isto, contén moreas de cousas sen sentido.

-Os redatores da proposta, entre os que se atopan profesores universitarios discípulos seus, presentárona como un bloque fechado. ¿Está de acordo con algúns dos puntos malia rexaita-lo consenso?

Quizais aceptaría algun dos epígrafes mais nunca a totalidade. Quen se atopa detrás de todo isto son os lusistas, en especial os do Parlamento autonómico como a nacionalista Pilar García Negro, que non buscan outra cousa que falemos portugués. : http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Linguistic_map_Southwestern_Europe.gif

43. VASCO PEREIRA DA COSTA, ESCRITOR AÇORIANO



VASCO PEREIRA DA COSTA nasceu em Angra do Heroísmo, no ano de 1948. Professor do ensino secundário, durante vários anos, esteve ligado à formação de professores, exercendo funções docentes na Escola Superior de Educação de Coimbra. Desempenhou durante vários anos as funções de diretor do Departamento de Cultura, Turismo e Espaços Verdes da Câmara Municipal de Coimbra.

Tem proferido conferências sobre temas literários e pedagógicos em Portugal e nos EUA, Venezuela, África do Sul, Senegal, Espanha, França, Inglaterra, Brasil, Macau, Bélgica, Holanda e Itália. Integrou o grupo de trabalho Culture sans frontières da DG X da União Europeia para o estudo do turismo cultural nas cidades europeias de média dimensão.

Em representação da A. P. E. tem integrado diversos júris de prémios literários, designadamente, o Grande Prémio A. P. E. de poesia.

⁷⁶ García, Constantino (entrevistado por Mónica Martínez) *Eu quero falar en galego, non en portugués*, O Correo Galego, 19 de Dezembro de 2001. p.4, Santiago.



Foi representante de Portugal no programa FAULT LINES da Truth and Reconciliation Commission da República da África do Sul. Tem trabalhado para a rádio e para a televisão em programas de índole literária e cultural e exercido, nesta área, funções de consultor para programas infantis.

Foi Diretor Regional da Cultura do Governo Regional dos Açores (2003-2008) e antes disso foi cônsul honorário de França em Coimbra. Integra o Conselho Diretivo da Fundação Luso-americana para o Desenvolvimento (FLAD). É Doutor Honoris Causa pela Universidade de São José (Macau)

PRINCIPAIS OBRAS PUBLICADAS:

Nas Escadas do Império: Contos. (1978) Coimbra, Centelha

Amanhece a Cidade, romance. (1979) Coimbra ed. Centelha

Venho cá mandado do Senhor Espírito Santo, (1980) novela; Ed. Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Lisboa.

Ilhíada; (1981), (poesia) Angra do Heroísmo: SREC, col. Gaivotas.

Plantador de Palavras, Vendedor de Lérias, 1.º Prémio Torga de 1984; (1984) Coimbra, Câmara Municipal,

Memória Breve, (1987) contos. Angra do Heroísmo, Inst.º Açoriano de Cultura

Terras; (1997), (poesia) 1ª ed. Porto: Campo das Letras

Riscos de Marear; (1992) (poesia) Ponta Delgada : Eurosigno

Sobre-Ripas-Sobre-Rimas; (1994), Coimbra: Minerva

My Californian Friends; (1999), ed. Gávea-Brown:

My Californian Friends (2ª Edição) (2000) Viseu, Palimage Editores

Fogo Oculto Calendário de Letras, 2011

2011 In Antologia (Bilingue) Autores Açorianos Contemporâneos, ed. Calendário de Letras / AICL, VN de Gaia

[É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.](#)

[VAI LANÇAR UM NOVO LIVRO ILHÍADA, ANTES E DEPOIS" \(POESIA, 1972-2012](#)

[TEMA 2.1 A AUTOESCOLHA POÉTICA DE CELSO EMÍLIO FERREIRO \(PORTUGAL, 1972\) VASCO PEREIRA DA COSTA, ESCRITO AÇORIANO, CONVIDADO](#)

A **Autoescolha Poética de Celso Emílio Ferreiro**, foi publicada em Portugal pela editora Razão Atual, com um prefácio de Xesus Alonso Montero. Enquadrada no seu tempo, a *poesia belixerante* parece, de novo, hoje, ganhar os mesmos sentidos de oportunidade, embora num contexto diferente, porém, com fundamentos muito semelhantes.

Vasco Pereira da Costa

Coimbra, julho, 2012

Por mera casualidade, descobri, na minha estante de poesia a **Autoescolha Poética** de Celso Emílio Ferreiro, adquirida, em Coimbra, em 1972. Casualidade, também, pela data – 1972, número redondo, nesta graça de 40 anos depois da sua publicação, tempo suficiente para que a revise, em peregrinação a um tempo em que eram previsíveis grandes transfor-

mações políticas e culturais. Nesse ano longínquo, Amílcar Cabral discursava na ONU; Américo Tomás e Nixon eram reeleitos; Marcelo Caetano negava a possibilidade de negociações com os movimentos de libertação africanos; eram presos os líderes do Baader-Meinhof; as forças militares portuguesas massacravam as populações de Wiryamu; atletas olímpicos eram vítimas de um atentado em Munique; os católicos progressistas faziam uma vigília na Capela do Rato; sabia-se do assassinio do estudante Ribeiro dos Santos; Zeca Afonso estreava a **Grândola** em Santiago de Compostela; as classes operárias galegas derramavam sangue nas ruas de Ferrol.

Por esse tempo, surgem várias cooperativas livreiras, de cariz marxista, entre as quais a *Unitas*, em Coimbra. Foi lá que comprei o livro, composto e impresso em janeiro de 1972, na Tipografia do Carvalhido, Rua de Francos, 445 – Porto, editado pela *Razão Atual* e distribuído na Rua de Monsanto, 168 – Ap. 8 – PORTO. A capa é de Camilo Mourão.

Curiosa é a lista de títulos publicados na coleção:

Ensaio

1. **Sobre a religião**, por V.I. Lenine
2. **Defesa do realismo**, por H. (Hector) P. Agosti
3. **Ensino**, por Fernando Simões
4. **A revolução permanente**, por L. Trotsky

Poesia

1. **Quando o silêncio reverdece**, por A. (António) Cabral
2. **Autoescolha poética**, por C. E. Ferreiro
3. **Noventa e nove poemas**, por Manuel Maria

Ficção

1. **A socialização da morte**, por N. (Nuno) T. (Teixeira) Neves
- Curiosa e esclarecedora do contexto ideológico daquele tempo...

Na contracapa, o editor insere uma nota elucidativa:

Processa-se atualmente na Galiza, ali na continuidade do Minho, algo capaz de merecer as nossas atenções: uma cultura de verdadeira raiz popular consegue sair da letargia do subsolo, possuía de forças imperiosas que exigem expansão. O extraordinário movimento cultural que hoje exalta a Galiza tem como base primeira a recuperação da língua galega ((com uma existência, desde fins do sé. XIV, quase exclusivamente oral) para o plano da criação literária. Porém, escrever em galego - «a língua proletária do meu povo» para Celso Emílio Ferreiro – constitui um ato desafiante, e por isso comovente, «mentras o tempo da Pátria non chega».

Esta apresentação é confirmada pelas *Verbas Limiares*, datadas de Caracas, xulio, 1971, que Celso Emílio escreveu para introdução da antologia, posto que se considera adepto da *poesia belixerante*, inconformista, revolucionária, explicitando:

Hoxe, mais que nunca e por razóns obvias, o poeta tem que ser denantes que nada un home. Caducou xá o tempo da creacion lírica labrada somente na maxia verbal, separada do povo, alhea a etnia, monologando o seu egoísmo, fázendose a xorda e lavándose as maus cando escoita os berros das v'ctimas. Hoxe, a poesia é algo somente cando se programa un instrumento pra erguer ao home e liberalo.(...)



Estou contra os poetas que tocan a cítara no solpor, indiferentes á noite que se avicinha. Tenho un concepto da esencialidade poética, que desbota todo aquilo que non se afirma nunha dimensión humana referida ao home concreto, esmacelado na loita por sobrevivir e por acadar a liberdade.

A autoescolha recai sobre **O Sonho Alugado** (1954), **Longa Noite de Pedra** (1962), **Viaxe ao País dos Ananos** (1968), rematando com dez poemas inéditos.

A abrir, encontra o leitor um glossário, por via de algumas dificuldades de leitura de quem não for muito versado em filologia portuguesa. Logo a seguir, vem o prefácio de Xesus Alonso Montero – um ensaio intitulado *A Poesia Militante de Celso Emílio Ferreira*. À cautela, o primeiro capítulo é *um esquema de prólogo, aparentemente ofensivo, para portugueses*. Bem aparente, diga-se, porque é impiedoso para a generalidade dos galegos de 1972:

Nun país onde todos entenden o galego – língua proletária, língua do trabalho, língua dos que sofren a história – a alienación é tal que miles e miles de homes e mulheres están dispostos a se realizarem nunha língua na que a miúdo tropezan, nun idioma que tatexan, nunha fala na que non están instalados. Renuncian á autenticidade debido, en boa parte, a que viven nunha sociedade que antepón outros valores como os da riqueza, o prestixio ou a apariencia: é decir, pactan coa valoración burguesa das cousas.

No segundo capítulo (*Um pouco de história*), Alonso Montero traça uma visão diacrónica da língua galega e, no âmbito da sociologia da literatura, questiona o papel do escritor no renascimento da língua e da cultura nacionais.

No terceiro e último capítulo deste ensaio traça um percurso de vida - Celso Emílio Ferreira: *O Home e o Poeta en Dazaioito Tempos*. Fala da colaboração em revistas *legales e subterráneas*, dos livros apreendidos, da condição de emigrante e de exilado do escritor, das polémicas ideológicas em torno do seu papel na sociedade.

E este longo (e interessante) prólogo para a edição em Portugal (datado de Lugo, setembro, 1971) remata assim: *Axinha veremos si a incursión do noso poeta en terras portuguesas tem ou non sentido*.

Volvidos quarenta anos, posso responder a Xesus Alonso Montero que sim, que teve sentido. Teve um sentido porque, a partir de 1972 por todo o Portugal foi recitado o poema *Contribución ao Plán de Desenrolo Económico (índices Estadísticos)*, que tem por leit-motiv cinco mil toneladas...de *esgarabelhos das patacas; de moscas e mosquitos; de castanhas bolecas; de formigas; de pirixel e nabos; de paciência; de parvos; de emigrantes; de camândulas pilhos; de morcegos ilustres; e de pegas piedosas; ao todo, entre outras, a produção de doze meses ao ano, três mil ramarias a San Roque, oitenta mil arbas de maletas (...) – chumbo, moito chumbo, que exportamos, transportamos, soportamos...tudo isto – Suma total, salvo omisión ou erro: Quinientos mil kilómetros cuadrados / de túneles na noite interminável*. Todos sabiam que, na declamação destes versos, falando da Galiza, falava-se do regime opressivo de Portugal.

Do mesmo modo, Celso Emílio emprestava aos portugueses as palavras necessárias àqueles intermináveis tempos de ditadura:

*Libremente
Nós queríamos libremente*

*Comer o pan de cada día. Libremente
Mordelo, masticalo, dixerilo sin medo,
Libremente falando, cantando nas orelas
Dos rios que caminham pra o mar libre.
Libremente, libremente,
Nós queríamos somente
Ser libremente homes, ser estrelas,
Ser faíscas da grande fogueira do mundo,
Ser formigas, páxaros, mininhos,
Nesta arca de Noé na que bogamos.
Nós queríamos libremente sorrir,
Falarlhe a Dios no vento que passa
- no longo vento das chairas e dos bosques –
Sin temor, sin negruras, sin cadeas,
Sin pecado, libremente, libremente,
Coma aire do mencer e das escumas.
Coma o vento.
Mais iste noso amor difícil rompeu-se
- vidro de sono fráxil –
Num rochedo de berros
E agora non somos mais que sombras.*

Ficar-me-ia pela expressão do passado na resposta a Xesus Alonso Montero, uma vez muita coisa mudou nestes últimos quarenta anos: morreram Salazar e Franco de morte adormecida; deu-se uma revolução feita com cravos nos canos das espingardas; a Operação Galáxia abortou; vivemos em democracia; consagraram-se as autonomias administrativas nas nossas comunidades; integramos a União Europeia; somos Europa civilizada; falamos todos inglês; compramos tecnologia à Alemanha; bebemos coca-cola; temos moeda única...

Ora, aqui chegado, tenho que voltar a dizer a Xesus Alonso Montero que, ainda hoje, os poemas de Celso Emílio têm sentido: porque as nossas pátrias e os nossos povos sofrem com uma nova guerra promovida pelos senhores do capital – que não têm rosto nem morada, apesar de habitarem este mundo sob a forma fantástica de agências de rating, de bolsas financeiras, de transações bancárias; porque voltou a emigração, o desemprego, a exploração do homem por outros homens que têm governos de homens sem poesia, que conhecem apenas números e desdenham das palavras.

De novo, uma vez mais, tem sentido o poema *Monólogo do Velho Trabalhador*:

*Agora tomo o sol. Pero agora
Trabalhei cincoenta anos sin sossego.
Comin o pan suando día a día
Num labourar arreo.
Gastei o tempo co xornal das sábados
Pasóu a primavera, veu o inverno.
Dinlhe ao patrón a frol do meu esforzo
I a minha mocidade. Nada tenho.*



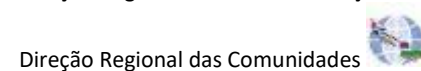
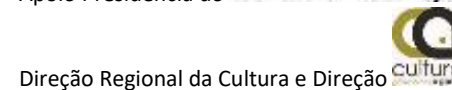
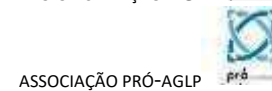
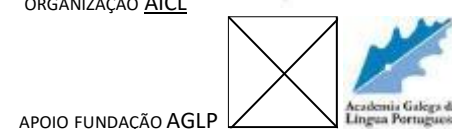
*O patrón está rico á minha conta,
Eu, a sua, estou velho.
Bem pensado o patrón todo me debe.
Eu non lhe debo
Nin xiquera iste sol que agora tomo.
Mentras o tomo, espero.*

Faz sentido, pois, meu caro Xesus Alonso Montero, hoje, aqui e agora, a poesia beligerante, o escritor comprometido, o poeta militante – ainda que hoje possamos falar livremente... *mentras* ...a ditadura algébrica e a universal linguagem numérica não imponha uma taxa sobre cada palavra e um imposto sobre cada frase proferida. Será o primeiro passo, porque, depois, serão indexadas as vogais (as mais penalizadas por uso mais frequente); depois, haverá tratamento contributivo diferenciado conforme se trate de oclusivas ou constrictivas, africadas ou fricativas; sobre as guturais, finalmente, incidirá um imposto extraordinário que reverterá para a defesa do ambiente. Depois, na apresentação dos rendimentos, haverá uma redução de impostos a quem apresentar recibos do consumo das expressões numéricas. *Mentras* me deixam tomar as palavras sem valor acrescentado (ou com muito valor acrescentado?), recorro à *Esperanza*, que me deixou, em 1972, o poeta desta cidade de Ourense, Celso Emilio Ferreiro:

*Ergerémola esperanza
Sobre ista terra escura
Coma quen ergue un facho
Nuha noite sin lúa
Marcharemos cingidos
Polos duros segredos
Dunha pátria sonhada
Á que non voltaremos
Non sabrán o caminho
Que pra entón colheremos.
Longos ríos de brêtema,
Longos mares de tempo.
Tripulantes insomnes
Na libertá creemos.
Viva, viva, décimos
Aos que están no destrrro
E sonhan cun abrete
De bandeiras ao vento
Adictos da saudade
Que levades a luz pelos vieiros.
!Saúde a todos,
Companheiros!*

Vasco Pereira da Costa - Coimbra, julho, 2012

**LIVRO DE ATAS / ANAIS COM PROGRAMA COMPLETO INCLUINDO TRABALHOS FINAIS, SINOPSES E BIODADOS
XVIII COLÓQUIO DA LUSOFONIA**



AICL WWW.LUSOFONIAS.NET

ORGANIZAÇÃO **AICL**